



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

**EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS FUNDAMENTOS  
TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1953-  
1974)**

Cíntia Wolfart

São Carlos-SP  
2023

Cíntia Wolfart

**EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS FUNDAMENTOS  
TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1953-  
1974)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Política e Formação Humana.

Orientação: Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos.

São Carlos-SP  
2023

Wolfart, Cíntia

Educação e Ideologia: uma análise crítica dos fundamentos teóricos e metodológicos da Extensão Rural no Brasil (1953-1974) / Cíntia Wolfart -- 2023. 226f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Dra. Maria Cristina dos Santos  
Banca Examinadora: Dr. Flavio Reis dos Santos, Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho, Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento, Dr. Rodrigo Sarruge Molina  
Bibliografia

1. Educação e Ideologia. 2. Fundamentos teóricos e metodológicos da Extensão Rural. 3. Modernização conservadora. I. Wolfart, Cíntia. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Cíntia Wolfart, realizada em 25/08/2023.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos (UFSCar)

Prof. Dr. Rodrigo Sarruge Molina (PUCCAMP)

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento (UFSCar)

Prof. Dr. Flavio Reis dos Santos (UEG)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

*Para meus pais, Marlene e Protásio.*

*Para a professora e orientadora Maria Cristina dos Santos.*

*E, por fim, para todos aqueles interessados em compreender os mecanismos de dominação  
burguesa no Brasil.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina dos Santos, que me cativou e foi mais que uma orientadora acadêmica ao me oportunizar uma orientação para a vida. Sua generosidade, conhecimento e profissionalismo revelam uma inteligência excepcional. Ao longo do doutorado, cultivamos uma relação não só acadêmica, mas de companheirismo e de amizade. Sou profundamente grata por me dar muito apoio para persistir na realização desta tese.

Quero agradecer aos meus pais, Marlene Terezinha Wolfart e Protásio Antônio Wolfart, pelo apoio incomensurável, estando ao meu lado nas horas mais difíceis e, mesmo distantes, não mediram esforços para dar todo o suporte necessário neste momento, entre eles financeiro e principalmente emocional. Essa tese não seria possível sem vocês. Esse trabalho, para ser materializado, necessitou de um conjunto de fatores. Não é um processo simples. Demandou tempo, bem-estar físico e psicológico, mas sem vocês, garanto que seria muito difícil concluir esta etapa. Meu agradecimento ao meu tio Hélio Wolfart pela leitura minuciosa da tese e sua ilustre contribuição. À minha irmã Senaide e ao meu cunhado Daniel, pelas palavras de incentivo e a paciência em fazer a leitura dos meus escritos. Agradeço também aos meus colegas de trabalho que, em alguma medida, apoiaram-me no processo de escrita e pelo carinho recebido.

Meu profundo agradecimento ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Política e Educação Escolar - GEPEDUC que, durante as reuniões coletivas e leituras críticas, possibilitaram o amadurecimento de ideias, concepções teóricas e análises sócio-históricas. Obrigada: Jackeline, Ivan, Mateus, Arlindo, Bianca, Adriana, Elen, Gracieda, Karina, Leandro e Paulo. Vocês foram cruciais nos debates e trocas de experiências no grupo de estudos. Aos professores Drs. Manuel Nelito Nascimento, Joelson Carvalho, Rodrigo Sarruge Molina e Flávio Reis por realizar a leitura minuciosa do material de qualificação e de defesa, oportunizando pertinentes críticas e análises. Agradeço aos mesmos por terem aceitado o convite para a banca de qualificação e de defesa. Obrigado à CAPES, em especial, aos membros do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, sobretudo aos funcionários, professores e professoras que participaram de toda essa trajetória enquanto estudante da UFSCar, pelos quais tenho enorme apreço e gratidão.

## EPÍGRAFES

*“Colocar a ciência como base da vida, fazer da ciência a concepção do mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, que põe o homem em face da realidade tal como ela é, isto significa recair no conceito de que a filosofia da práxis tem necessidade de sustentáculos filosóficos fora de si mesma.*

*Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. É possível dizer, contudo, que no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento...*

*Que a ciência seja uma superestrutura é demonstrado também pelo fato de que ela teve períodos inteiros de eclipse, obscurecida que foi por uma outra ideologia dominante, a religião, que afirmava ter absorvido a própria ciência; assim, a ciência e a técnica dos árabes eram tidas pelos cristãos como pura bruxaria.*

*Além disso, não obstante todos os esforços dos cientistas, a ciência jamais se apresenta como uma noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia e, concretamente, a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, ou um sistema de hipóteses, que superam o mero fato objetivo”.*

*Antônio Gramsci*

*“Os brancos ficam horrorizados e dizem que somos preguiçosos, que não quisemos nos civilizar. Como se ‘civilizar-se’ fosse um destino. Isso é bobagem, uma religião deles. A religião da civilização. Eles mudam de repertório, mas repetem a dança. A coreografia deles é a mesma. É pisar duro sobre a Terra. A nossa é pisar leve, bem leve, sobre a Terra”.*

*Ailton Krenak*

## RESUMO

O tema desta tese é a história da agência de Extensão Rural no Brasil. O objetivo é analisar a fundamentação teórica e metodológica que orientou as atividades de treinamento dos extensionistas rurais, entre os anos de 1953 e 1974. Em 1953, a Extensão esteve sob a organização e supervisão dos Escritórios Técnicos de Agricultura (ETA) e pelas Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR's) e, em 1974, foi o marco de criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), responsável por absorver toda a estrutura da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) de 1956. Apresentando uma retórica filantrópica, a Extensão Rural procurou disseminar ensinamentos agrícolas denominados como “úteis” e práticos à população, tendo em vista a dinamização da produção e a “melhoria da qualidade de vida no campo”. Por meio da premissa de formar um tipo ideal de produtor rural, adequado aos preceitos da modernização, para tanto era necessário superar a barreira que a agricultura brasileira impunha para a modernização e o avanço industrial. Várias instituições, como a Aliança para o Progresso, Associação Internacional Americana, USAID, Fundação Rockefeller, Banco Mundial, Fundação Ford, dentre outras agremiações da sociedade civil, lançaram mão de um projeto modernizador burguês com características conservadoras, o qual dispunha de uma prática pedagógica que envolvia várias áreas do conhecimento: psicologia, sociologia, filosofia, administração e economia. Esses conhecimentos foram mobilizados tendo em vista o objetivo de treinar os extensionistas rurais, intelectuais orgânicos do capital, para fins de difusão do capitalismo no campo. O difusionismo inovador, proveniente de padrões e valores das nações imperialistas, foi outra metodologia de trabalho desenvolvida pela Extensão Rural no período estudado e resultou em transformações no modo de vida no meio rural, sendo definidoras para a permanência ou exclusão dos trabalhadores no campo. A Extensão Rural no Brasil se apropriou de diversas concepções teóricas e ferramentas metodológicas no processo de formação extensionista para garantir a consolidação do capitalismo no campo. A corrida pela “formação” de intelectuais orgânicos, via Centros de Treinamento Extensionista, no contexto da Guerra-Fria, teve como objetivo a produção do consenso ativo na periferia e a submissão voluntária ao projeto da modernização conservadora. Para garantir o aumento da eficiência produtiva no campo, a Extensão Rural se apropriou de metodologias de treinamento tecnicistas e empresariais, amparada nos Quatro Passos de Allen e no sistema TWI. Um dos principais objetivos, foi formar um quadro de lideranças, de supervisão e instrução, capazes de capacitar e influenciar produtores rurais em um ambiente de tranquilidade e segurança para a adaptação da força de trabalho às demandas do capital.

**Palavras – Chave:** Extensão Rural. Formação extensionista. Aprender a Fazer Fazendo. Teoria do Capital Humano. Difusionismo Inovador. TWI.



## ABSTRACT

The theme of this thesis is the history of the Rural Extension agency in Brazil. The aim is to analyze the theoretical and methodological foundations that guided the training activities of rural extension workers between 1953 and 1974. In 1953, extension was organized and supervised by the Agricultural Technical Offices (ETA) and by the Credit Associations and Rural Assistance (ACAR's), and in 1974, it was the milestone of creation of the Brazilian Company of Technical Assistance and Rural Extension (EMBRATER), which was responsible for absorbing the entire structure of the Brazilian Association of Credit and Rural Assistance (ABCAR) from 1956. Presenting a philanthropic rhetoric, the Rural Extension sought to disseminate agricultural teachings called “useful” and practical to the population, with a view to boosting production and “improving the quality of life in the countryside”. Through the premise of forming an ideal type of rural producer, suited to the precepts of modernization, for that, it was necessary to overcome the barrier that Brazilian agriculture imposed for modernization and industrial advancement. Several institutions, such as: Alliance for Progress, American International Association, USAID, Rockefeller Foundation, World Bank, Ford Foundation, among other civil society associations, made use of a bourgeois modernizing project with conservative characteristics, which had a pedagogical practice that involved several areas of knowledge: psychology, sociology, philosophy, administration and economics. This knowledge was mobilized with a view to training rural extensionists, organic intellectuals of capital, for the purpose of spreading capitalism in the countryside. Innovative diffusionism, originating from the standards and values of imperialist nations, was another work methodology developed by Rural Extension in the period studied and which resulted in transformations in the way of life in rural areas and which were defining for the permanence or exclusion of workers in the field. The central hypothesis of this thesis is that Rural Extension in Brazil has appropriated several theoretical conceptions and methodological tools in the extension training process to guarantee the consolidation of capitalism in the countryside. The race for the “training” of organic intellectuals, via Extensionist Training Centers, in the context of the Cold War, had as its objective the production of active consensus on the periphery and voluntary submission to the project of conservative modernization. To ensure increased production efficiency in the field, Rural Extension appropriated technical and business training methodologies, supported by Allen's Four Steps and the TWI system. One of the main objectives was to form a leadership, supervision and instruction board, capable of training and influencing rural producers in an environment of tranquility and security for the adaptation of the workforce to the demands of capital.

**Keywords:** Rural Extension. Extension Training. Learn To Do by Doing. Human Capital Theory. Innovative Diffusionism. TWI.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A “missão” extensionista: “um agrônomo, uma professora e um jipe”.....	58
Figura 2 - Fazenda Ipanema de Iperó/ SP.....	93
Figura 3 - Relatório de atividades do curso de Extensão: “Noções de Crédito Rural”.....	96
Figura 4 - 2º Curso de treinamento em Extensão Rural.....	99
Figura 5 - Noções de psico-pedagogia do adulto que interessam ao trabalho de Assistência Técnica da Agricultura (ATA).....	102
Figura 6 - Estrutura e organização da Extensão Rural.....	109
Figura 7 - Processo de aplicação da ideologia da Extensão no campo.....	131
Figura 8 - Modelo de planejamento da demonstração de resultados.....	136
Figura 9 - Método de organização da produção de Guerra: TWI.....	138
Figura 10 - Deveres de um supervisor no trabalho com pessoas.....	140
Figura 11 - Estratégias da Extensão Rural para a cooptação de produtores rurais.....	190

## LISTA DE SIGLAS

ACAR - Associações de Crédito e Assistência Rural  
ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná  
ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural  
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural  
ACARESC - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
AIA – American International Association  
AID – Agency for International Development  
ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
EXIMBANK - Banco de Exportação e Importação dos EUA  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CETREC - Centro de Treinamento de Campinas  
CETREISUL - Centro de Treinamento e Informação do Sul  
CNA - Confederação Nacional da Agricultura  
CETI - Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema  
CETREINO - Centro de Treinamento de Pernambuco  
CEE - Centro de Ensino de Extensão  
CENTRI - Centro de Treinamento Rural de Ipanema  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina  
CBAR - Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais  
CBAI - Comissão Brasileiro-americana de Ensino Industrial  
CIDA - Comitê Interamericano para o Desenvolvimento Agrícola  
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural  
CONTAP - Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso  
CRB - Confederação Rural Brasileira  
CRS - Crédito Rural Supervisionado  
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público  
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ESALQ - Escola Superior de Agricultura  
ETA – Escritório Técnico de Agricultura  
FSA - Federal Security Agency  
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBEC - International Basic Economy Corporation  
IAA - Institute of Inter-American Affairs  
IICA - Inter-American Institute of Agricultural Sciences  
INC - Inter-American Educational Foundation  
NDAC - National Defense Advisory Commission  
MEC - Ministério da Educação  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
OSU - Universidade Estadual de Ohio  
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento  
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura  
TWI - Training Within Industry  
UDN - União Democrática Nacional  
UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
USAID - United State Agency for International Development  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
WMC - War Manpower Commission

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	OBJETO DE PESQUISA, OBJETIVOS E PROBLEMATIZAÇÃO.....	22
1.2	ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	28
<b>2</b>	<b>ESTADO E EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL: A ARQUITETURA DA EXTENSÃO RURAL PARA A CONFORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO.....</b>	<b>37</b>
2.1	CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DO BRASIL: DO MODELO DE “SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES” AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL.....	41
2.2	A EXTENSÃO RURAL: O PAPEL POLÍTICO DO PROJETO EDUCACIONAL ASSISTENCIALISTA PARA A ELEVAÇÃO DO PODER BURGUEÊS E O SEU DESENVOLVIMENTO EM SEGURANÇA.....	45
2.3	A DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTA NO BRASIL: A INTEGRAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E PRIVADAS.....	52
2.4	O ESTADO E A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O MEIO RURAL NO BRASIL (1953-1974).....	58
2.5	A INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS ESTADUNIDENSES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO.....	66
2.6	O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA POR MEIO DA FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS ORGÂNICOS PARA ATUAÇÃO NO CAMPO VIA EXTENSÃO RURAL.....	78
<b>3</b>	<b>“SE A MONTANHA NÃO VAI A MAOMÉ, VAI MAOMÉ À MONTANHA”: A FORMAÇÃO DE UM “NOVO” AGRICULTOR POR MEIO DA PROPAGAÇÃO DE MÉTODOS E TÉCNICAS CONECTADAS COM AS DEMANDAS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA.....</b>	<b>83</b>
3.1	OS VÍNCULOS ENTRE AS LAND GRAND COLLEGES DOS ESTADOS UNIDOS COM O ENSINO RURAL BRASILEIRO E O EXTENSIONISMO.....	86
3.2	OS CENTROS DE ENSAIO E TREINAMENTO EXTENSIONISTA.....	90
3.3	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EXTENSÃO RURAL: DIFUSIONISMO E ASSOCIATIVISMO.....	105
3.4	CONEXÕES ENTRE O PROGRAMA TRAINING WITHIN INDUSTRY (TWI) E A ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL PARA A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL.....	121
3.5	O TWI E A FORMAÇÃO DOS EXTENSIONISTAS RURAIS.....	126
3.6	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA SUPERVISÃO: O MODELO TWI NA EXTENSÃO RURAL.....	137
<b>4</b>	<b>IDEOLOGIA E EXTENSIONISMO RURAL: O ARSENAL POLÍTICO-CULTURAL DA CLASSE DOMINANTE PARA INDUZIR JOVENS E ADULTOS A MUDAREM SUAS PRÁTICAS DE TRABALHO E DE VIDA NO CAMPO....</b>	<b>147</b>
4.1	EXTENSÃO OU EDUCAÇÃO RURAL? - “A EXTENSÃO RURAL COMO UMA “PONTE” E “ELO” ENTRE AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E A INDUSTRIAL.....	148

4.2 A IDEOLOGIA DA EXTENSÃO RURAL: A AGÊNCIA DE FOMENTO DO CAPITAL.....	155
4.3 A FILOSOFIA OU IDEOLOGIA DA EXTENSÃO RURAL?.....	160
4.4 “OS POBRES RURAIS”: AS CONCEPÇÕES DA EXTENSÃO RURAL SOBRE O UNIVERSO RURAL BRASILEIRO DIFUNDIDAS NOS CENTROS DE ENSAIOS E TREINAMENTOS EXTENSIONISTAS.....	170
4.5 ASPECTOS DA PSICOLOGIA APLICADA NO TREINAMENTO EXTENSIONISTA.....	177
4.6 “UM FREQUÊS SATISFEITO É A MELHOR PROPAGANDA”: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOS ADULTOS RURAIS.....	186
4.7 TREINAMENTO DE LIDERANÇAS: VÍNCULOS E COOPTAÇÃO DE LÍDERES RURAIS PARA A COESÃO DE GRUPO E CONTROLE DAS RESISTÊNCIAS NO CAMPO.....	191
4.8 O PAPEL DA SUPERVISÃO NA ORGANIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA.....	197
4.9 CONEXÕES ENTRE A SUPERVISÃO E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS: RECONCILIAÇÃO DA VELHA COM A NOVA ORDEM.....	202
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>207</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>212</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>223</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes.” (MARX, 1848, s.p)*

Esta tese analisará um dos aparatos de dominação burguesa no Brasil, o extensionismo rural entre os anos de 1953 e 1974. O objetivo principal consiste em desenvolver um estudo acerca das concepções teóricas e metodológicas que fundamentaram os treinamentos dos extensionistas rurais e das economistas domésticas, tendo em vista a difusão de novas técnicas de trabalho, tecnologias, mudanças de costumes, de concepções de trabalho e de vida no campo após a Segunda Guerra Mundial. O empreendimento extensionista lançado sobre o Brasil, com suas conexões ideológicas estadunidenses, pretendeu acarretar a modernização tecnológica da agricultura brasileira. “Modernização” significou “americanização”, diante de um contexto em que estava em jogo, a implantação de uma sociedade mais complexa em relação a situação sociocultural e socioeconômica existente no meio rural brasileiro. A mudança do cenário mundial após a Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente a propagação de agências e agentes, acarretou transformações de ritmo e de direção da história brasileira, como será exposto ao longo deste trabalho.

O interesse em estudar o extensionismo rural no Brasil surgiu após a conclusão do curso de graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que resultou no projeto prestado para o curso de mestrado em História na mesma instituição. Em 2015 e 2016, foram levantadas significativas fontes históricas a partir da pesquisa realizada na Biblioteca Pública de Curitiba-Paraná, bem como na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) da mesma cidade. Trata-se de manuais direcionados ao treinamento extensionista e dos clubes chamados 4-S; relatórios de atividades da Empresa de Extensão Rural do Paraná, diretrizes da Extensão e livros que fundamentaram a preparação do trabalho junto aos agricultores. Estas fontes propiciaram o desenvolvimento da pesquisa durante o mestrado, resultando então na dissertação que problematizou o papel e a atuação da Extensão Rural no Oeste do Paraná entre os anos de 1950 e 1980, mais especificamente sobre a metodologia denominada Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde e Servir).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Os clubes 4-S foram estruturados em partes do Brasil que contavam com a difusão dos pacotes tecnológicos durante o período que se caracterizou pela chamada “Revolução Verde”, com o intuito de preparar o jovem do campo para as transformações tecnológicas que se processaram tendo em vista a “modernização” da agricultura brasileira entre os anos de 1950 e 1980. Os clubes 4-S foram inspirados nos clubes homônimos (4-H) criados como metodologia do trabalho extensionista nos EUA, ainda no final do século XIX. O 4-H, significa: *Head, Heart, Hends e Health* (que, traduzidos, significam: Cabeça, Coração, Mãos e Saúde). Quando foram estruturados no Brasil, os clubes foram batizados de 4-S, ou seja, Saber, Sentir, Servir e Saúde.

A dissertação intitulada "O novo já nasce velho": os clubes 4-s e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)" foi o primeiro trabalho dedicado à sistematização dos primeiros estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura no oeste paranaense. Na dissertação, analisou-se o papel da Extensão no processo de modernização conservadora da agricultura. De modo contextualizado, considerou-se os mecanismos pelos quais a classe dominante se organizou e exerceu o poder. Nesse sentido, identificou-se que as agências de Extensão Rural lançaram mão de metodologias doutrinadoras e adestradoras dos comportamentos para promoverem o consenso social no campo.

O interesse em entender o processo histórico de avanço e consolidação da dominação burguesa no Brasil instigou o aprofundamento dos estudos sobre o papel da Extensão Rural, tendo em vista as articulações, as técnicas e métodos que lançaram mão para estender e consolidar a sua dominação. A Extensão Rural, por meio do treinamento de técnicos e extensionistas (agentes promotores do consenso no campo), desempenhou notória influência sobre a produção brasileira por meio da propagação de tecnologias, créditos supervisionados e pela organização e fiscalização da produção no campo.

A partir de 1950, até o golpe militar em 1964, investiu-se intensamente no convencimento da população rural brasileira e no período ditatorial, além deste convencimento, houve o aprofundamento das ações coercitivas por parte do Estado, objetivando amenizar a luta de classes. Basta lembrar o discurso reacionário de Geisel sobre a "ameaça comunista", entendida por ele como consequência do "atraso" econômico e social do país. "Há vários fatores que explicam essa influência do comunismo no Brasil. É resultado da situação do país, do seu atraso, das doenças, do analfabetismo, do problema social, do egoísmo das classes dominantes, da má distribuição de renda" (D' ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 145-6).

Para Geisel, o clima interno em tempos de Guerra Fria era favorável à doutrina porque favorecia vislumbrar uma série de possibilidades consideradas "utópicas", desligadas da realidade, um sonho e ilusão, ou seja, prometia-se ao indivíduo descontente, frustrado e sofredor "o céu na terra e muita coisa mais". Partindo de uma perspectiva contratualista hobbesiana, em que o homem era visto como um ser naturalmente mau por natureza, Geisel enfatizou o caráter "utópico" socialista, apontado. Em sua avaliação, os socialistas não consideravam as peculiaridades da natureza humana no que tange à eterna insatisfação do homem em relação a necessidade de poder, sendo, portanto, necessária a submissão ao poder para a preservação da vida. Segundo ele, ainda, "muitos se deixavam levar pela doutrina



comunista, aparentemente igualitária. Quando o comunista está convencido do acerto da sua doutrina, não há ninguém que o convença do contrário. É uma doença incurável” (D’ARAÚJO, CASTRO, 1997, p. 145-6).

O adjetivo comunista mencionado por Geisel referia-se às lideranças políticas e sociais vinculadas às classes trabalhadoras. Sob a crítica e reação em relação às manifestações populares os governos militares usavam e abusavam da fragilidade desses movimentos evidenciando-os como ameaça à ordem e à Segurança Nacional, assim perseguiram e torturavam lideranças de esquerda, membros de movimentos no campo, estudantis, professores adeptos do marxismo e das teorias críticas do capitalismo e suas manifestações culturais mercantilizadas, privatistas e liberais. O Estado, ligado a entidades privadas e estrangeiras, passou a acentuar a preparação e propagação de intelectuais orgânicos do capital para a consolidação da dominação burguesa.

O papel da Extensão Rural, como será tratado ao longo desta tese, tanto em tempos ditatoriais quanto nas chamadas democracias liberais, consistiu em uma atividade de contrainsurgência e Marini (2018) em seus estudos acerca deste modelo de Estado destacou os principais aspectos e características do movimento contrarrevolucionário. Nesta doutrina, predomina a ação artilosa e ao mesmo tempo violenta em relação ao oponente. Este, por sua vez, é visto como inimigo que deve ser derrotado, aniquilado, destruído, vez que a luta de classes corresponde a uma situação de guerra em que táticas e métodos militares de luta devem ser adotados. A contrainsurgência não compreende a luta de classes como um fenômeno das contradições inerentes ao capitalismo, mas sim como elemento externo à sociedade em que se desenvolve, ou seja, como subversão pela infiltração do inimigo que deve ser extirpado, assemelhando-se à doutrina fascista.

A contrainsurgência, que agia no organismo social pelos aparelhos de hegemonia, propunha reestabelecer a ordem burguesa após a guerra. Mas não apenas isso, também a integração imperialista ao sistema de produção periférica, latino-americana, mediante investimento de capital estrangeiro, subordinação tecnológica e propagação financeira (MARINI, 2018). É neste cenário que a Extensão Rural passou a atuar no Brasil, indo em busca de alianças com representantes regionais e locais, especialmente com o campesinato por meio de propaganda pelos mecanismos de convencimento, fiscalização, formação de lideranças, sindicalização e propagação de campanhas. Para tal intento, o empreendimento extensionista organizou e difundiu grupos de intelectuais orgânicos, formou novos intelectuais em Centros de Treinamentos, organizou reuniões, criou clubes de jovens e adultos e estimulou massivamente valores relacionados ao cooperativismo e associativismo.

Tendo em vista os aspectos teóricos e metodológicos que orientaram a organização das agências de Extensão Rural e suas ações, bem como os vínculos e influências do bloco capitalista em termos econômicos, políticos e ideológicos no Brasil, acreditamos que foi possível apresentar a hipótese central desta tese de que a Extensão Rural se apropriou de diversas ferramentas teóricas e metodológicas no processo de formação extensionista para garantir a consolidação do capitalismo no campo brasileiro.

A corrida pela formação de intelectuais orgânicos via centros de treinamentos extensionistas, no contexto da Guerra Fria, teve como objetivo a produção do consenso organizado na periferia e a submissão voluntária ao projeto imperialista para modernizar as atividades agrícolas, sem produzir transformações estruturais que afetassem a estrutura da dominação burguesa no Brasil. As agências se apropriaram de ferramentas metodológicas e teóricas aperfeiçoadas nos contextos de guerra, tais como os Quatro Passos de Allen e do Training Within Industry (TWI), lançado pela National Defense Advisory Commission (NDAC), posteriormente transferido para a Federal Security Agency (FSA) (HUNTZINGER, 2005).

A metodologia do TWI foi aplicada durante a Segunda Guerra Mundial para aumentar a produção e suprir as necessidades de guerra pelos países aliados. Esse método de trabalho foi inspirado nas técnicas de treinamento criadas por Charles Ricketson Allen,<sup>2</sup> a partir do aprimoramento da indústria naval americana durante a Primeira Guerra Mundial. Dos Quatro Passos de Allen desdobraram-se os “Programas J”: Instrução de Trabalho (Job Instruction, JI), Métodos de Trabalho (Job Methods, JM), Relações de Trabalho (Job Relations, JR) e o desenvolvimento de programa. Esses empreendimentos tinham como objetivo central a organização de empresas, tendo em vista bons resultados produtivos. Para tanto, o estabelecimento de treinamento para o estabelecimento de boas relações de trabalho entre os supervisores e operários foram considerados fatores preponderantes para a expansão produtiva necessária ao avanço dos Estados Unidos durante a guerra (MUELLER, 2012).

O foco do TWI era o treinamento de supervisores para a organização e controle da força de trabalho diante da baixa qualificação dos operários e das necessidades da indústria em

---

<sup>2</sup> ALLEN, Charles Ricketson nasceu em 6 de agosto de 1862 em New Bedford, Massachusetts, Estados Unidos. Formou-se no Instituto de Massachusetts, de Técnico, Bacharel em Ciências. Universidade de Harvard, Mestre em Artes. Agente Especial do Conselho da Federação para o Ensino Profissional. Foi Editor e Consultor do Conselho da Federação para o Ensino Profissional, desde 1918. Membro: American Vocational Association. Associação de Ex-Alunos de Harvard. Clubes da Associação de Ex-Alunos do Instituto de Tecnologia de Massachusetts: Tocha, Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Washington. Allen foi instrutor na St. Mary's University e presidente honorário vitalício da Associação de Professores Vocacionais. Fonte: Disponível em: <prabook[https://prabook.com/web/charles\\_ricketson.allen/930825.com](https://prabook.com/web/charles_ricketson.allen/930825.com)>. Acesso em 10 jan. 2023.

expansão. Tendo em vista o aumento da produtividade, pelo trabalho cooperado, e a necessidade de alinhamento das habilidades desenvolvidas e não desenvolvidas pelos funcionários, o investimento em treinamento foi colocado como elemento chave da racionalização burguesa, objetivando evitar desperdícios, despesas e perdas ao capital (MUELLER, 2012).

Ao longo deste trabalho, serão analisados os fundamentos, as influências e a aplicação do método dos Quatro Passos de Charles Allen, alicerce fundamental do TWI, como uma das bases conceituais da organização das atividades da Extensão Rural no Brasil. O debate sobre a organização do extensionismo rural envolve desde os locais de instalação dos escritórios técnicos, métodos e técnicas de propagação de uma ideologia, até o processo de escolha dos agentes de extensão, os vínculos entre as agências e instituições da sociedade civil (igreja, escola, sindicato, associações, dentre outros), treinamento de lideranças, programação das reuniões e visitas nas propriedades, escolha das famílias rurais a serem atendidas e/ou servirem como modelo para a comunidade, organização de eventos para a demonstração de resultados e organização de clubes.

Considerando o processo de propagação do capitalismo latino americano observa-se que o empreendimento extensionista, em suas tendências teóricas e práticas, absorveu aspectos dos métodos do Quatro Passos de Allen e do TWI, especialmente no que se refere ao processo formativo de extensionistas mas também de líderes rurais para estabelecer certa unidade no campo; entrosamento nas relações de trabalho entre agentes e produtores rurais; redes de influências nas comunidades para aderir e propagar tecnologia; adesão ao crédito rural e mudanças de hábitos e costumes. Tratou-se de um programa de introjeção de uma nova cultura, centrada na racionalidade do capital. Para conseguir tal intento, o empreendimento extensionista pretendeu promover mudanças comportamentais, culturais e produtivas no campo e a acomodação da força de trabalho ao novo sistema.

“Aprender a fazer”; “formação de liderança”; “desenvolvimento de habilidades”; “difusão de conhecimentos”; “cooperação” e “associação” são sínteses que se aproximaram do que foi preconizado pelos “Programas J”, TWI e Quatro Passos de Allen. Cabe ainda considerar que ao longo deste trabalho será discutido sobre a incorporação da teoria do capital humano e do difusionismo inovador no processo formativo dos intelectuais orgânicos da Extensão Rural. O objetivo era criar um ambiente de alta produtividade em um período curto de tempo, com custos reduzidos ao setor empresarial e que, ao mesmo tempo, gerasse tranquilidade e segurança para a adaptação da força de trabalho às demandas do capital.

A corrida pela formação de intelectuais orgânicos no Brasil, durante a Guerra Fria, pretendeu manter a hegemonia da classe burguesa e a reprodução de determinadas práticas sociais e econômicas conectadas com o capital. Para tanto, a Extensão criou um ambiente propício para a propagação de valores, concepções de produção centrados nas demandas do capitalismo monopolista. O primeiro passo consistiu na produção do consenso junto as lideranças políticas brasileiras, posteriormente na unificação da velha oligarquia fundiária aos industriais, bem como dos intelectuais orgânicos brasileiros às novas classes dominantes. Cabe destacar a formação de um quadro de intelectuais orgânicos para ocuparem posições estratégicas nos aparelhos ideológicos do Estado a fim de facilitar o processo de convencimento, tendo em vista a conformação do capitalismo no campo.

As agências de Extensão Rural estabeleceram métodos de produção de consenso, que poderiam determinar a submissão voluntária dos sujeitos à propagação do capitalismo no campo. As teorias e metodologias que orientaram a formação extensionista continham premissas relacionadas à forma ideológica e cultural do americanismo/ fordismo e tinham como discurso principal o melhoramento da qualidade de vida das comunidades rurais, mediante o aumento da produtividade. No entanto, tratava-se de princípios abstratos desconexos das reais necessidades da classe trabalhadora.

Partiu-se da conjectura de que não é possível pessoas que vivem em uma sociedade real identifiquem princípios abstratos para a sua existência. A percepção das contradições do capitalismo deriva das resistências e organizações sociais em relação aos mecanismos de controle da classe dominante. Outra hipótese verificada é que a Extensão Rural, estando conectado às demandas do capital, desenvolveu um projeto educativo de base conservadora, ou seja, a desigualdade econômica e social no Brasil não foi abolida, mas aprofundou-se com a tecnificação. A estrutura agrária foi alterada, passando a ser mais concentrada e o modelo de dominação permaneceu centrado na burguesia e, com a industrialização permitiu a ampliação de investimento em várias áreas produtivas e, conseqüentemente, a acumulação de capital.

Tratou-se de um plano de “modernização” excludente, ou seja, de um projeto conservador que não resultou na melhoria da qualidade de vida para parte significativa da população rural, nem mesmo na superação do chamado “atraso” da agricultura brasileira. O resultado desse processo foi o aumento da extração de mais valia, a exclusão de pequenas propriedades, a ampliação das favelas nas grandes cidades em função do êxodo rural e a concentração fundiária. Ocorreu um processo de tecnificação da agricultura, porém muitas famílias rurais não conseguiram adquirir, por meio da compra, essas tecnologias difundidas

pela Extensão Rural. As transformações que ocorreram foram na base técnica e de forma desigual, além disso a estrutura da dominação e da exploração burguesa permaneceram.

É importante lembrar que os marcos históricos pelos quais a Extensão se desenvolveu, referem-se ao pós-Segunda Guerra Mundial, momento em que os Estados Unidos lançaram planos de contenção aos movimentos de insurgências. A Doutrina Truman, criada durante a gestão do líder democrata Harry S. Truman, previa medidas políticas de apoio financeiro aos que compactuavam com a ideologia anticomunista da modernização e tecnificação das forças produtivas. Além da doutrina Truman, o Plano Marshall foi criado para a reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra, para garantir o fortalecimento econômico dos países aliados. Segundo Lombardi (2014) a expansão do Plano Marshall serviu para reforçar alianças regionais em meio à guerra e garantir a consolidação do capitalismo mundial.

As políticas do pós-guerra colaboraram com a articulação de blocos de influências e com a constituição de tratados de aliança militar contra insurgências, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949. Segundo Lombardi (2014), a ameaça nuclear foi um dos fatores de manutenção de um precário equilíbrio internacional e também condição necessária para a implementação de um novo ciclo de desenvolvimento, tendo na indústria de guerra um de seus principais sustentáculos.

Os esforços anticomunistas na América Latina foram ininterruptos, tanto é que a finalidade dos programas educativos implantados para fins de formação de lideranças foram peças importante da Doutrina de Segurança Nacional e da Doutrina Truman, do Plano Marshall para o avanço do capitalismo. A formação de intelectuais orgânicos do capital era uma das bases de sustentação da intervenção militar nos países periféricos. As leituras de Gramsci, nesse sentido, ajudaram a pensar na atuação orgânica dos extensionistas rurais, no sentido de servirem ao projeto hegemônico e estarem a serviço do capital mediante a preparação do “consenso espontâneo” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 143-4).

O objetivo em “elevar a qualidade de vida no mundo ocidental” (característica do plano Marshall), por meio dos inúmeros projetos e investimentos da iniciativa privada e pública na educação, na política, economia e segurança, eram marcas da ideologia do desenvolvimento de domínio norte-americano. No Brasil, a influência da ideologia do desenvolvimento pode ser verificada na política econômica denominada “desenvolvimentismo” que prevaleceu entre o governo Vargas à ditadura militar e teve como suporte as elaborações Keynesianas (LOMBARDI, 2014).

Ao longo desta pesquisa foi possível identificar o papel educativo empreendido pela política de Extensão Rural. Não se tratou de uma agência voltada exclusivamente para a

transferência de conhecimentos técnicos e de tecnologia para o campo como preconizado. Os múltiplos vínculos estabelecidos entre Extensão Rural e escolas públicas, igrejas, sindicatos, cooperativas e outras entidades da sociedade civil, como as associações, apresentaram intenções claras relacionadas à organização das atividades econômicas numa economia de mercado. Tal situação provocou a emergência de um novo horizonte cultural não mais relacionado ao modo de vida camponês, mas inserido no capitalismo industrial.

O trabalho priorizou analisar o papel educativo e ideológico da Extensão Rural em pleno contexto da Guerra Fria, onde os países capitalistas criaram mecanismos para evitar a expansão da influência soviética sobre o mundo. Ao identificar esses aspectos, a pesquisa empírica e bibliográfica se aproximou dos estudos que identificaram no período os efeitos do Pós-Guerra e da Guerra Fria, ou seja, a expansão do capitalismo nos países periféricos e a organização da classe dominante no Brasil, conforme apontado por Pedro Cassiano de Oliveira (2013); Sonia Regina de Mendonça (2007); Camila Fernandes Pinheiro (2016) e Francisco Roberto Caporal (1991).

Esses referenciais foram importantes na trajetória desta pesquisa porque, além de embasarem seus estudos no materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, usaram como referencial teórico os Cadernos do Cárcere de Antônio Gramsci, bem como a análise sobre o Estado e o papel dos intelectuais orgânicos na construção da hegemonia burguesa. Além disso, a sua importância deriva dos estudos históricos problematizados acerca do papel do extensionismo rural no Brasil, desde sua constituição até a sua consolidação.

## 1.1 OBJETO DE PESQUISA, OBJETIVOS E PROBLEMATIZAÇÃO

A História da Educação Rural brasileira é o campo científico que comporta esta tese sendo o objeto de pesquisa o extensionismo rural. O foco principal é analisar o componente teórico-metodológico da Extensão Rural que envolveu as seguintes áreas do conhecimento: Sociologia, Filosofia, Agronomia, Psicologia, Administração Rural e Economia Doméstica. Segundo Heribert (*apud* SCHMITZ, 2010) a Extensão Rural é uma intervenção profissional através de comunicação desenvolvida por uma instituição para induzir mudanças no comportamento voluntário, com uma utilidade supostamente pública ou coletiva.

O manual do 2º Curso de Treinamento em Extensão Rural/ CETREISUL de 1962 definiu da seguinte maneira a Extensão Rural:

Extensão Rural é um processo de trabalho cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade, levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes das famílias, nos aspectos técnicos, econômicos e sociais, possibilitando-lhes a renda e melhorando seu nível de vida (CETREISUL, 1962, s.p).<sup>3</sup>

A intensiva investida no convencimento rural esteve dialeticamente relacionada com as premissas capitalistas de alinhamento dos interesses da burguesia internacional com a pequena burguesia nacional. No modelo expansionista de Extensão Rural burguesa, a comunicação se transformou em um poderoso instrumento de manipulação e promoção de uma “convergência pragmática”, ou seja, a aproximação entre agentes e agências para organizar ações individuais e coletivas, visando intervir na política e na economia dos países periféricos. Tratou-se de ações sociais planejadas em torno de determinados objetivos e finalidades.

Durante os seminários, encontros (regionais e nacionais) e cursos de preparação do sujeito extensionista rural difundiu-se uma série de premissas direcionadas à aplicação de ideais capitalistas de produção agrícola e pecuarista, visando introduzir uma nova mentalidade no trabalho rural. Em grande medida, as premissas dessa nova mentalidade foram difundidas tendo por objetivo o aumento quantitativo da produção, racionalização de novas formas e práticas de produzir, preparação e formação de lideranças rurais imbuídas dos novos ideais produtivos e mudanças de hábitos, tais como alimentares, higiênicos, saúde, do comportamento humano, de organização da produção, novos modelos de propriedades, bem como trato e alimentação dos animais. O propósito era extrair mais lucratividade pela administração da propriedade e da produção; manuseio do maquinário agrícola; formas de aquisição de créditos supervisionados; estratégias de permanência e extração de gerações inteiras para o trabalho rural, dentre outros.

O extensionista é quem, segundo avaliou Barbier (*apud* CAPORAL, 1985, p.139) “organiza as decisões dos poderosos, transmite as informações e controla os resultados, recebendo, como recompensa, a distribuição de uma parte da expropriação de mais valia”. Mesmo representando um setor da intelectualidade a serviço da classe dominante, não significou que os extensionistas manifestassem apenas ações passivas diante de sua atividade, mesmo que o objetivo da Extensão era estabelecer o consenso passivo e, para conseguir tal intento, a mudança passava pelo terreno da educação e cultura. Esses eram os terrenos em disputa.

---

<sup>3</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

O recorte histórico desta pesquisa compreende os anos de 1953 a 1974, período em que os programas de Extensão Rural foram intensamente fomentados e institucionalizados no Brasil, ao mesmo tempo em que ocorreu a introdução de novas tecnologias destinadas à produção rural no país. O ano de 1953 correspondeu à criação do projeto de cooperação técnica, denominado Escritório Técnico de Agricultura (ETA), posteriormente transformado em Sistema Nacional de Extensão Rural, denominado Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Neste contexto, a Extensão teve como prioridade o aumento da produtividade mediante treinamento em larga escala de um quadro técnico de intelectuais e líderes a serviço do capital.

Em 1974, a Extensão passou a ser coordenada pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), momento em que ocorreu a propagação do extensionismo privado, promovido por empresas especializadas como as cooperativas. Esta instituição foi responsável por absorver toda a estrutura da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), de 1956.

Segundo Ribeiro (2000), na década de 1970, a EMBRATER consagrou o produtivismo como mecanismo para o aumento da produção no campo.

Nessa época, ainda existia a ACAR, que passou a operacionalizar muitas dessas medidas. Com tanta imposição numa era produtivista, sobrou muito pouco espaço para o trabalho com o pequeno produtor que, segundo expectativa do governo, seria o de transferir moderna tecnologia, tentando modificar os seus sistemas produtivos. E, mais ainda, a orientação dizia que as ações nos campos da saúde, da educação, da nutrição, da capacitação da mão-de-obra, para os produtores de baixa renda, deveriam ser executadas por outros organismos que tivessem estrutura para tal finalidade, através de acordos e convênios (RIBEIRO, 2000, p. 136).

A partir da década de 1970, o foco não era mais a família rural de pequena propriedade, mas os médios e grandes proprietários. Em se tratando de um contexto de ditadura militar, a aplicação de metodologias e práticas extensionistas visaram cooptar adultos e, principalmente jovens, para servirem como vitrine do governo militarizado.

No geral, a EMBRATER não trouxe nada de novo. Em termos políticos, esta empresa foi evidência do desenho institucional da ditadura militar, vez que preservou a velha estrutura oligárquica e coronelista brasileira. Sobre a EMBRATER, Fonseca (1985, p. 181):

Esta foi a fórmula encontrada pelo Estado, como legítimo representante da classe dominante, para continuar utilizando as atividades extensionistas para servir a seus interesses e garantir, através de roupagens novas (o processo de



modernização), a sobrevivência de um corpo velho e doente – o setor agrícola brasileiro – onde o trabalho de muitos faz a riqueza de alguns.

A EMBRATER não foi um ato governamental isolado, mas produto das medidas de reordenamento institucional do Estado brasileiro durante a ditadura. O esgotamento do modelo econômico de substituição de importações que não atendia mais as necessidades de expansão do capital impôs ao Estado alguns dilemas: atender as demandas das forças sociais relacionadas às reformas estruturais e/ou de base, ou aderir a um projeto de modernização conservador das estruturas vigentes, dirigido pela classe dominante e seus teóricos neoliberais (RODRIGUES, 1994).

O objetivo geral desta tese consiste em desenvolver um estudo acerca das concepções teóricas e metodológicas que fundamentaram os treinamentos dos extensionistas rurais e das economistas domésticas, tendo em vista a difusão de novas técnicas de trabalho, tecnologias, mudanças de costumes e de concepções de trabalho e de vida no campo após a Segunda Guerra Mundial. Essas concepções teóricas e metodológicas foram difundidas nos cursos de pré-serviço, sendo estes treinamentos que os extensionistas recebiam para ingressar na ACAR.

Os extensionistas recebiam instruções sobre técnicas agronômicas, pecuária, economia doméstica, em especial sobre a “filosofia” e metodologia de Extensão Rural, administração da propriedade e do lar e sobre Crédito Supervisionado. Esses cursos foram ministrados nos Centros de Treinamentos, localizados especialmente em São Paulo, Minas Gerais, Pelotas e Pernambuco (RIBEIRO, 2000).

A difusão de uma modalidade educativa das comunidades rurais foi central para as transformações no setor produtivo e se constituíram, para os idealizadores do extensionismo, no ponto nevrálgico dos novos tempos e das novas demandas. Vejamos como a Extensão Rural, no relatório do Centro de Treinamento de Campinas (CETREC), definiu o papel da educação para a transformação do meio rural brasileiro nos anos de 1960 por meio do trabalho do extensionista:

No conceito antigo, a educação tinha seu campo limitado mais ao ensinamento do alfabeto, das operações aritméticas, e noções elementares de outros conhecimentos. Não se considerava como sendo um processo evolutivo destinado à formação do homem para melhor se comportar perante as injunções do meio ambiente e da vida em comum com as demais pessoas. É muito difícil que o homem se adapte de modo conveniente ao seu meio, a não ser que seja ajudado pelo processo da educação.

A época atual situa-se distintamente em relação à educação. Hoje ela é considerada como um processo de todas as etapas da vida. O processo educacional se encaminha para demonstrar que o homem pode consciente e deliberadamente trocar, alterar e modificar o ambiente do qual faz parte; isto é, em outras palavras, intervir no processo de interação do homem com seu meio ambiente. O homem necessita adaptar-se não somente à realidade tangível, como também a uma infinidade de atitudes, ideias e ideais. Este processo dinâmico começa quando o indivíduo nasce e estende-se por toda sua existência. Relembrando um velho ditado, o homem na época atual vive educando-se para morrer ignorante... (CETREC, s.d, p. 03).<sup>4</sup>

A difusão de concepções positivistas e evolucionistas relacionou-se à implementação das renovadas técnicas e maquinários, alinhados aos “pacotes tecnológicos” e à “modernização tecnológica”, incentivados pelo Estado brasileiro. Segundo o pesquisador Argemiro Jacob Brum (1988), os pacotes tecnológicos e a modernização tecnológica podem ser definidos como um processo de introdução de novas variedades de trigo, arroz e milho mais produtivas. Os países que aderiram à “Revolução Verde” eram orientados e induzidos a usar novas técnicas de correção de solo, fertilização, combate às doenças e pragas, bem como a utilizar equipamentos modernos. Esse conjunto de técnicas inovadoras passou a se chamar pacote tecnológico e a toda essa estratégia de comércio denominou-se modernização tecnológica.

As concepções sobre a educação e as práticas de trabalho no campo alastraram-se por meio dos manuais, relatórios, panfletos, livros e materiais produzidos para registrar encontros e reuniões de extensionistas rurais. Este material compõe o acervo de fontes das quais lançamos mão para a produção dessa pesquisa, a qual foi pensada tendo em vista o acervo documental adquirido por meio da coleta de fontes levantadas e selecionadas na EMATER, em Curitiba-Paraná, para a confecção da dissertação de mestrado em história. Tratou-se de relatórios dos Centros de Treinamentos de pré-serviços em Pelotas, Campinas e Iperó/SP.

Os principais relatórios usados nesta pesquisa foram: “Aspectos fundamentais da Extensão Rural”, curso promovido para técnicos da Acarpa e Acaresc, ocorrido no Centro de Treinamento de Campinas (CETREC); “Noções de Psico-Pedagogia do adulto que interessam ao trabalho de assistência técnica à agricultura (ATA), promovido pelo Centro de Treinamento de Campinas (CETREC); “2º Curso de Treinamento em Extensão Rural: Estruturas de Organização”, promovido pelo Centro de Treinamento de Pelotas (CETREISUL); “Noções de Crédito Rural: Aspectos Fundamentais do Crédito Rural

---

<sup>4</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

Supervisionado”, promovido pelo Centro de Ensaio e Treinamento da Fazenda Ipanema (CETI), no curso de Extensão Rural em Iperó/São Paulo.

As fontes históricas contêm dados sobre o treinamento e preparação inicial dos extensionistas rurais, tendo em vista a adequação de comportamentos para o contato “harmônico”, convincente e engajamento das comunidades rurais nas transformações processadas no meio rural pela chamada “Revolução Verde”, a qual foi formulada e idealizada pela Fundação Rockefeller e contou com apoio da Fundação Ford, Cargill, Aliança para o Progresso,<sup>5</sup> Agrocere, Banco Mundial e bancos nacionais, dentre outras instituições. A intenção desse programa foi aumentar a produtividade por meio da difusão de técnicas, tecnologias e insumos agrícolas produzidos pela indústria.

(...) a Revolução Verde pode ser conceituada como um programa orientado e constituído com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola no mundo. Para isso, desenvolveram-se novas tecnologias integrando todo um complexo sistema de apoio. A agricultura não poderia mais ter uma relação social e tradicional do agricultor com a terra e, sim, uma relação complexa entre o agricultor, o mercado financeiro (bancos), a indústria metal-mecânica (máquinas e equipamentos agrícolas), a indústria química (fertilizantes e defensivos agrícolas) e a indústria de pesquisa de tecnologia agrícola. Juntamente com estes fatores, não se pode esquecer a importância geoestratégica e geopolítica que a Revolução Verde teve no momento conturbado da política internacional. Em plena Guerra Fria, com a disputa em todos os campos, a produção agrícola era uma ‘arma’ essencial para combater a fome e a ideologia comunista (ALVES, 2013, p. 26-7).

Os impactos produtivos, institucionais, econômicos e culturais, com a chegada da “Revolução Verde”, criaram as condições para a produção de consequências na agricultura, sendo que algumas são sentidas na atualidade como a expansão do agronegócio. Trata-se de uma expressão que tem sua origem na palavra Agrobusiness, que circulava nos Estados Unidos já na segunda metade da década de 1950. No Brasil, foi traduzido como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, presidente do grupo Agrocere e diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (LAMOSA, 2014).

Como se pode abstrair da avaliação de Alves, na citação anterior, os dados contextuais e conjunturais situam a “Revolução Verde” nos marcos da Guerra Fria, atrelada à difusão dos

---

<sup>5</sup> O reformismo de Kennedy lançou a Aliança para o Progresso, visando combater as bases da Revolução Cubana na América Latina, bem como cooptar membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) para uma ação contra o regime de Fidel Castro e o reforço da agenda de segurança. Isto era, uma justificativa da Casa Branca para intervenção na América Latina para impor o modelo dos EUA de sociedade. O nordeste brasileiro, onde eram ativas as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, foi considerado o ponto mais vulnerável. (NATIVIDADE, 2015, p. 09)

preceitos de uma agricultura pautada na produção mecanizada. Diante disso, é possível relacionar esta pesquisa às seguintes problematizações: Quais modelos educativos foram difundidos nos Centros de Treinamento extensionista, tendo em vista o objetivo de produzir o consenso no campo? Quais concepções e métodos educativos foram usados pelos extensionistas para institucionalizar os interesses do capital financeiro na ordem do dia das políticas direcionadas à agricultura?

Além disso, destaca-se a configuração de políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro em plena consolidação do complexo agroindustrial brasileiro, entre as décadas de 1950 e 1970. Por fim, cabe destacar o papel desempenhado pela estrutura do Estado diante dos dilemas enfrentados pela introdução de “novas” técnicas “modernizadas” de cultivo e de trabalho no meio rural.

Os objetivos específicos desta pesquisa são problematizar o modelo educativo de supervisores, tendo em vista a formação dos quadros dirigentes para atuarem no meio extensionista e implementação de políticas voltadas para a agricultura; compreender as funções das lideranças para a produção e reprodução da sociedade capitalista; investigar as premissas educativas que orientaram os treinamentos dos extensionistas rurais; identificar os princípios educativos que orientaram a adaptação do trabalho extensionista no Brasil conectados com as demandas da denominada “Revolução Verde”.

## 1.2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Chama a atenção o projeto “educativo”<sup>6</sup> exercido pelo serviço de Extensão Rural com uma forte atuação, especialmente sobre a pequena propriedade rural durante a institucionalização da Extensão, nos anos de 1953, até o seu processo de consolidação, ocorrido durante a ditadura civil/militar/empresarial no Brasil (1964-1985). A introdução dos pequenos e médios proprietários nos circuitos do capital, assim como a preparação do país para a aceitação da “Revolução Verde” fizeram parte da ação dessa modalidade de educação

---

<sup>6</sup> Claiton Marcio da Silva SILVA (*Op. Cit.* p. 17) chegou a defender, em sua pesquisa, que em relação às intervenções estadunidenses no Brasil, era necessário: “(...) explorar esta ideologia da modernização como uma forma diferente de intervenção norte americana na América Latina e outros continentes, não mais apoiada na intervenção militar ou nas práticas colonialistas do século XIX, mas em uma atuação mais sutil. Crédito supervisionado, programas em agricultura, saneamento, entre outros projetos de origem filantrópica foram a tônica da atuação de agências como a AIA e auxiliaram na manutenção de interesses norte-americanos na América Latina.”

não-escolar, aplicada pelos Escritórios Técnicos de Agricultura vinculados às Associações de Crédito e Assistência Rural ACAR's/ABCAR.<sup>7</sup>

A investigação acadêmica sobre as modalidades educativas, disseminadas e financiadas pelo ETA, tem sido tema de estudo de alguns pesquisadores como Sonia Regina de Mendonça, Claiton Marcio da Silva, Pedro Cassiano Farias de Oliveira, Safira Bezerra Ammann, dentre outros. No entanto, ainda são escassos os trabalhos que tratam das concepções e referenciais teóricos/metodológicos que orientaram as missões “educativas” e “filantrópicas” da Extensão Rural, entre 1953 e 1970. Neste sentido, a proposta deste trabalho é construir uma análise sobre a fundamentação teórica e metodológica que orientaram os treinamentos extensionistas durante a trajetória do modelo estatal populista para o militarizado, sendo que as fontes disponíveis permitem tal intento.

Ao tematizar as implicações da educação extensionista no Brasil, entre os anos de 1950 e 1970, procura-se entender e explicar como se processou o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, especificamente em algumas regiões brasileiras, por meio da análise contextualizada da fundamentação teórica e metodológica da Extensão Rural. Considerando que a sociedade brasileira não é homogênea e estática, nela imbricam-se relações de poder, conflitos, desejos, expectativas e necessidades. Nesse sentido, entende-se o papel ativo dos extensionistas para o meio rural na dinâmica do avanço do capital nacional e internacional, mas também as contradições e aspectos gerais/totalizantes do capitalismo no processo de formação extensionista.

Partindo da perspectiva do materialismo histórico e dialético, de Karl Marx e Friedrich Engels, Saviani (2015) foi um dos referenciais importantes para esta pesquisa, uma vez que ele evidenciou a importância do desvendamento do concreto no processo de estudo da realidade. O concreto deve ser compreendido como a síntese de múltiplas determinações, não exatamente como um dado empírico, mas como uma totalidade articulada, envolvendo as contradições. A partir da análise contextual e empírica pretendeu-se encontrar o sentido real e o movimento histórico subjacente ao objeto pesquisado para superar as explicações centradas no senso comum.

Segundo Saviani (2015, p. 28) a construção do pensamento deve ocorrer da seguinte maneira:

---

<sup>7</sup> A ABCAR foi criada pela ACAR, Ancar, AIA, Ascar, Escritório Técnico de Agricultura (ETA), Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A e Confederação Rural Brasileira (RIBEIRO, 2000).

(...) o concreto-ponto de partida é o concreto real e o concreto-ponto de chegada é o concreto pensado, isto é, a apropriação pelo pensamento do real-concreto. Mais precisamente: o pensamento parte do empírico, mas este tem como suporte o real concreto. Assim, o verdadeiro ponto de partida, bem como o verdadeiro ponto de chegada é o concreto real. Desse modo, o empírico e o abstrato são momentos do processo de conhecimento, isto é, do processo de apropriação do concreto no pensamento. Por outro lado, o processo de conhecimento em seu conjunto é um momento do processo concreto (o real-concreto). Processo, porque o concreto não é o dado (o empírico) mas uma totalidade articulada, construída e em construção. O concreto é, pois, histórico; ele se dá e se revela na e pela práxis. Portanto, a lógica dialética não tem por objetivo as leis que governam o pensamento enquanto pensamento. Seu objeto é a expressão, no pensamento, das leis que governam o real.

A fundamentação teórica e metodológica da Extensão Rural, enquanto objeto de estudo e, portanto, concebido como o concreto real, ao ser abstraído, contextualizado e criticado (pensado) permite exprimir uma série de especificidades, singularidades e contradições. Ao identificar a Extensão Rural como uma das políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro, são consideradas resultado de forças políticas de certas frações de classes organizadas e articuladas na sociedade civil que disputaram o controle do Estado. Nesse sentido, procurou-se analisar e relacionar os múltiplos vínculos entre agências e agentes nacionais e internacionais, e suas articulações para a organização, mobilização, formação e direcionamento de seus intelectuais orgânicos e tradicionais para o fortalecimento da hegemonia burguesa.

Os intelectuais orgânicos estão ligados à classe que defendem, ou seja, existem intelectuais orgânicos da burguesia oriundos da classe trabalhadora ou de alguma instituição religiosa. Os intelectuais orgânicos, portanto, relacionam-se aos posicionamentos ideológicos e políticos de uma determinada classe. Já os intelectuais tradicionais são resquícios daqueles de uma certa classe que perdeu seu poder econômico, mas que mantêm uma supremacia político-intelectual. Seu principal papel é reafirmar a dominação e manter inalterada a estrutura da dominação vigente. Sobre a questão dos intelectuais na América do Sul, especificamente no Brasil, Gramsci (2001, p.31) evidenciou as seguintes questões:

Na América do Sul e Central, a questão dos intelectuais, ao que me parece, deve ser examinada levando-se em conta as seguintes condições fundamentais: também na América do Sul e Central inexistem uma ampla categoria de intelectuais tradicionais, mas o problema não se apresenta nos mesmos termos que nos Estados Unidos. De fato, encontramos na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações ainda hoje resistentes nesses

países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia. A base industrial é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários. A composição nacional é muito desequilibrada mesmo entre os brancos, mas complica-se ainda mais pela imensa quantidade de índios, que em alguns países formam a maioria da população. Pode-se dizer que, no geral, existe ainda nessas regiões americanas uma situação tipo Kulturkampf [5] e tipo processo Dreyfus, isto é, uma situação na qual o elemento laico e burguês ainda não alcançou o estágio da subordinação dos interesses e da influência clerical e militarista à política laica do Estado moderno. Ocorre assim que, por oposição ao jesuitismo, tenham ainda grande influência a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a 'Igreja positivista'. Os eventos dos últimos tempos (novembro de 1930) — do Kulturkampf de Calles, no México, às insurreições militar-populares na Argentina, no Brasil, no Peru, no Chile, na Bolívia — demonstram precisamente a exatidão destas observações.

A análise do modelo de Extensão Rural no Brasil requer elencar considerações históricas sobre as influências europeias no Brasil ao sentido e ao tipo de colonização engendrados, baseados no sistema de plantation, ora definida como um sistema de exploração colonial, baseado no latifúndio, na monocultura, no trabalho escravo (força de trabalho explorada) e dependente, durante a colonização portuguesa na América. Era voltado para atender especialmente o mercado externo.

Isso não significa dizer que não havia um mercado interno, mas historicamente o Brasil era considerado o celeiro do mundo, ou seja, era uma colônia de exploração de gêneros primários, com predominância na produção de produtos de interesse europeu. Esse processo influenciou na reprodução de um tipo de dominação que predominou ao longo do tempo, sustentada por categorias de intelectuais tradicionais de tipo religioso e de tipo rural, estando, portanto, ligados ao latifúndio.

Já os Estados Unidos (colonizados pelos ingleses no século XVII), após a Segunda Guerra, procuraram difundir sua hegemonia sobre os países periféricos, criando uma série de intelectuais orgânicos para atender a burguesia em pleno desenvolvimento industrial. Essa burguesia se expandiu, gerou e ampliou um quadro próprio de intelectuais formados em universidades renomadas dos Estados Unidos para exercer o monopólio da direção cultural nos países periféricos, especificamente no Brasil.

Consoante Maciel (2015, p.74) “(...) os intelectuais orgânicos emergem como ‘organizadores’ da intervenção social, política e ideológica das classes fundamentais, conferindo-lhes unidade de ação e coerência de propósitos”. Já os intelectuais tradicionais, não surgem do mundo da produção moderna, nem estão vinculados a alguma classe na

sociedade capitalista, porém, devido a interesses específicos, esse grupo de intelectuais pode vincular-se a determinada classe ou a várias ao mesmo tempo.

A Extensão Rural, considerada nessa pesquisa como um aparelho difusor do americanismo, portanto tendo estabelecido vínculos com as agências da sociedade civil, possuiu uma estrutura hierárquica determinada e uma administração racionalizada. Baseada em princípios de otimização e eficiência, a Extensão continha uma série de intelectuais que foram referências de estudo e formação de outros intelectuais, os extensionistas rurais. Havia agentes que atuaram no escritório central, regional e local/municipal. E, neste ponto, torna-se essencial considerar a influência do aporte teórico que norteou o processo de preparação dos agentes extensionistas como efetivos organizadores das vontades e das ações coletivas, basilares para a organização e manutenção da hegemonia burguesa. Partindo de uma perspectiva gramsciana, Mendonça (2014, p.35) evidenciou que,

(...) o pleno desenvolvimento de uma classe – ou fração – depende de sua capacidade de gerar seu próprio quadro de intelectuais, aptos a lhe conferirem homogeneidade e mesmo consciência de sua função, seja no âmbito econômico, político ou ideológico. A partir dessa capacidade organizativa por excelência, os intelectuais respondem não só pela organicidade de um dado aparelho de hegemonia, mas, também, pela tarefa de atingir a própria organização da sociedade em geral, o que configuraria, de modo efetivo, a plena hegemonia da fração de classe específica por eles representada.

O papel dos intelectuais é justamente a produção do consenso espontâneo para a efetivação da dominação. Considerando os aspectos históricos de atuação da Extensão Rural no Brasil, a propagação dos intelectuais a serviço do capital ocorreu em um contexto de disputas entre dois grupos hegemônicos. Para evitar uma crise de hegemonia e de comando, os países capitalistas organizaram mecanismos para fortificar a sua força, tanto política quanto ideológica. E um dos mecanismos foi a propagação da pedagogia do consenso, mesmo que para isso fosse necessário apropriar-se de várias áreas do conhecimento e espelhar-se em métodos de convencimento e propaganda tendo em vista o combate da propagação de princípios socialistas em contexto de Guerra Fria.

A pesquisa documental da Extensão Rural foi fundamental para a identificação da atuação orgânica dos intelectuais. Além disso, tais documentos permitiram a análise das concepções sobre o papel do Estado no desenvolvimento agrícola, os aspectos históricos da Extensão, os vínculos entre Extensão e entidades civis, o papel educativo do projeto, as concepções sobre o trabalho e a agricultura brasileira. Além da pesquisa em relatórios e



manuais de treinamento extensionista foram encontrados importantes fontes para o desenvolvimento da pesquisa, como documentários de conferências da Embaixada americana, sob direção do Instituto Brasil – Estados Unidos; Jornais de época, como o Correio da Manhã do Rio de Janeiro, contendo atividades de Centros de Treinamentos Extensionistas, como CETREC; CETREISUL e CETI; Documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre a USAID; O boletim da Comissão Brasileiro-americana de Ensino Industrial (CBAI).

São escassos os trabalhos de mestrado e doutorado que abordaram os métodos e as orientações teóricas do extensionismo, sendo mais raros ainda os que partem de um viés do materialismo histórico-dialético. As produções encontradas acerca do tema da Extensão Rural podem ser divididas da seguinte maneira:

- Análise dos aspectos empreendedores com foco no aumento da produtividade, formação e construção de capacidades empreendedoras e gerenciais competitivas, desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais a partir do aperfeiçoamento dos métodos educacionais da Extensão Rural: Glauco Olinger (1984); Marcus Peixoto (2008); Odílio Sepulcri (2005) e Nádía Pötter dos Santos (2006).
- Análise da modernização da agricultura com foco na metodologia, no processo de racionalização da produção, arcaico x moderno, funcionamento e estrutura da Extensão Rural: Claiton Marcio da Silva (2009); Leonardo Ribeiro Gomes (2013); Solange Batista de Souza (2015); Suze da Silva Sales (2007).
- Análise de inspiração gramsciana com foco no aparelho estatal e frações de classe: Pedro Cassiano de Oliveira (2013); Sonia Regina de Mendonça (2007); Camila Fernandes Pinheiro (2016) e Francisco Roberto Caporal (1991).

A Extensão Rural no Brasil foi tema de inúmeros trabalhos acadêmicos, especialmente na área das agrárias e no campo da educação, conforme visualizado no levantamento de teses, dissertações e livros a respeito deste assunto. A Universidade Rural de Viçosa contempla a maior proporção de pesquisas e de trabalhos nesta área do conhecimento desde a década de 1970. O propósito não foi mapear todas essas produções, mas destacar os trabalhos que possuem um grau de aproximação com a proposta desta pesquisa, sobretudo no que se refere ao aspecto educativo teórico-metodológico. Na área da Educação, destacam-se as pesquisas de Maria Lousa da Fonseca (1985); Paulo Freire (1985); Melissa de Miranda Natividade (2018) e Mendonça (2008).

A proposta teórica desta investigação parte da discussão marxista/gramsciana a respeito do Estado capitalista, e se diferencia das análises gramscianas mencionadas acima pelo foco do estudo aqui proposto se relacionar ao arcabouço teórico-metodológico e educativo voltado

para a formação dos extensionistas rurais nos cursos de pré-serviço. Não se pretende esgotar as possibilidades de pesquisa em torno da temática proposta, mas contextualizar a formação dos quadros técnicos e discutir a formação de intelectuais orgânicos ofertada pela Extensão Rural, bem como, os conteúdos dos treinamentos extensionistas. Entendemos esse modelo de extensionismo rural como um projeto educativo com forte teor ideológico do capital, direcionado aos países periféricos, tendo em vista o aumento do controle e direção da sociedade civil para o desenvolvimento em segurança do capitalismo em tempos de Guerra Fria.

Refletimos como a educação rural foi assumida por instituições privadas e públicas, tornando-se uma política pública gestada pelo Estado servindo como instrumento de dominação de classe. Nesse sentido, no Capítulo I, é apresentada uma discussão sobre o Estado em Gramsci e o legado do materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels como importante referencial teórico para se pensar as contradições, as relações humanas, a educação e as práticas sociais extensionistas no Pós-Guerra.

Considerando o papel do Estado na construção da hegemonia burguesa, a partir das análises de Antônio Gramsci, compreende-se o aparelho estatal como uma instituição em disputa, mas que historicamente representou no capitalismo o interesse da classe dominante. O Estado corresponde à soma entre sociedade política e sociedade civil, está no âmbito da superestrutura e por isso é legitimado a partir do aparato jurídico e legislativo e, quando as forças sociais não consentem, são usadas outras engrenagens do poder como os mecanismos repressivos do aparato policial.

A sociedade civil é organizada por aparelhos privados de hegemonia, ou seja, instituições cujo papel é a produção da adesão espontânea aos preceitos capitalistas. Portanto, realiza-se uma importante discussão sobre o papel dos intelectuais no processo do consenso para a consolidação da hegemonia burguesa.

Neste mesmo capítulo (II), é relatada, também, a situação sociopolítica do Brasil no pós Segunda Guerra Mundial, resgatando os aspectos históricos que engendraram o avanço da intervenção estadunidense no Brasil. É perceptível o processo de integração da Extensão via instituições privadas e públicas, bem como a influência dos programas estadunidenses, em especial as operações da USAID e da Aliança para o Progresso no ensino rural e superior brasileiro.

O projeto educativo direcionado para o Brasil, voltado para a propagação de conhecimentos técnicos e científicos, foi identificado como solução para a elevação do nível de vida das populações rurais, mas na verdade se tratou de um programa que gerou

expropriações no campo, como será exposto ao longo do capítulo. Sob o argumento de “elevação do nível de vida” pelo trabalho técnico e higienista das economistas domésticas, em contexto da Guerra Fria, coadunou com o Plano Marshall, que era construir o “Bem Estar Rural”, ensinado para as famílias rurais afim de usarem o máximo dos seus recursos, tendo como pano de fundo evitar a difusão de pensamentos socialistas e/ou possíveis reações contrárias à hegemonia burguesa.

No segundo capítulo, analisar-se-ão os aspectos da propagação dos métodos e técnicas junto aos extensionistas rurais via centros de treinamentos e os vínculos entre o modelo educativo das Land Grant Colleges com o extensionismo rural brasileiro. O modelo educativo dessas escolas era voltado para a formação dos trabalhadores rurais, ensinamentos práticos tinham mais valor que os teóricos, e eram voltados para o ensino agrícola. Neste segundo capítulo, analisa-se a relação das instituições - Land Grant Colleges - no pós Segunda Guerra Mundial, com a produção bélica e suas devidas conexões com a Universidade de Purdue. Esta Universidade formou os idealizadores dos Quatro Passos de Allen e, conseqüentemente, deu base para as formulações do sistema TWI. Cabe destacar a discussão elaborada acerca da difusão da teoria do capital humano nas áreas de agronomia e economia doméstica.

A teoria do capital humano foi um dos desdobramentos do modelo difusionista inovador, cuja educação passou a ser concebida como investimento e mercadoria. Os centros de treinamento eram incumbidos de fornecer treinamentos aos extensionistas rurais nos chamados pré-serviços. Os agentes foram treinados para atenderem as populações rurais, e vários conhecimentos e métodos foram aplicados tendo em vista a necessidade da Extensão em alcançar o universo rural, convencer as famílias que as práticas difundidas eram mais eficientes que as atividades desenvolvidas pelos agricultores e ainda geravam mais lucro. As profundas transformações ocorridas no meio rural neste contexto foram produtos das atividades de propaganda realizadas pelos extensionistas.

Para além das mudanças técnicas, os extensionistas foram incumbidos, também de estreitarem os laços entre proprietários rurais e bancos. Havia todo um estudo efetivado previamente, contando com o mapeamento das áreas atingidas pela Extensão, visando institucionalizar o interesse do capital financeiro na periferia. Logo, para a Extensão, foi necessário aproximar dois universos distintos, o mundo rural dos conhecimentos técnico-científicos.

O segundo capítulo, dedica-se ao estudo das aproximações entre a empresa de Extensão Rural e o sistema TWI. Por meio deste estudo, observou-se que o sistema TWI foi incorporado nas práticas da Extensão Rural, concebido como mais eficiente para gerir uma

empresa, otimizar custos e controlar possíveis resistências e movimentos de contestação. O TWI consistiu em um sistema de organização do trabalho estratégico e rigidamente hierarquizado na empresa. Em se tratando do pós-Guerra, esse plano de organização do trabalho empresarial repercutiu em um expressivo aumento produtivo para atender as demandas de guerra, mas também para adquirir o controle e a instrumentalização da ideologia necessária para a consolidação da hegemonia burguesa. Por outro lado, a cooptação de instrutores e a formação de lideranças voluntárias capazes de conduzir um empreendimento na ordem capitalista fez parte dos métodos oriundos do TWI, estudados ao longo do segundo capítulo.

O terceiro e último capítulo, reserva-se, de modo geral, à ideologia da Extensão Rural, apresentando um debate sobre as características do modelo educativo, avaliando aspectos filosóficos e sociológicos da metodologia extensionista. Além disso, é apresentada uma abordagem acerca da formação de supervisores, a cooptação de lideranças como estratégia metodológica do programa tendo em vista a propagação do capitalismo no campo. A partir dos resultados da pesquisa, identificou-se que a Extensão apresentou características doutrinárias e de adestramento de comportamentos humanos típicos do modelo tecnicista.

## 2 ESTADO E EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL: A ARQUITETURA DA EXTENSÃO RURAL PARA A CONFORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO

O marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) construiu uma gama variada de conceitos para a interpretação da sociedade capitalista contemporânea. Segundo Mendonça (1998) são muitos os conceitos de Estado que giram em torno de concepções que limitam o desenvolvimento da discussão presente no senso comum, como as que reificam o Estado como agência burocrática e/ou elemento indispensável para questões públicas. A origem destas advém da concepção jusnaturalista, formulada ainda no século XVII. Segundo Mendonça (1998, p. 14),

Como o próprio nome já o demonstra, a ideia de Estado derivada desta matriz parte de dois princípios-chave: a) que o estudo do Estado deriva do estudo do Direito – naquela época também confundido com Moral e ética –, em particular do Direito público (Jus); b) que este Direito, do qual emerge o Estado, pertencia – como, aliás, todos os demais fenômenos sociais de então – ao domínio da natureza.

De acordo com a autora, os jusnaturalistas combatiam a Igreja Católica, detentora do poder sobre as questões ligadas ao Direito (divino). O conflito maior de pensadores como Jean Jacques Rousseau, Baruch Spinoza, Thomas Hobbes, John Locke, dentre outros, era mostrar que o homem tinha responsabilidade direta por suas ações e modos de viver (e não mais a Igreja e Deus). Desnaturaliza-se, assim, a liderança da Igreja, ou pelos menos essa foi uma tentativa bastante clara.

Neste caminho, os jusnaturalistas buscavam a cientificidade de suas formulações na natureza, e assim o faziam tendo como paradigma as ciências exatas (queriam encontrar leis universais intrínsecas aos comportamentos humanos) para se diferenciarem das concepções mormente adotadas pela Igreja até então. Desta forma, “(...) o maior e mais fundamental problema da concepção de Estado – e de sociedade, por certo – gestada pelos jusnaturalistas residia em seu caráter a-histórico (...)” (MENDONÇA, 1998, p.14-5).

Socialmente, os jusnaturalistas (salvo aqui algumas densas diferenças entre os próprios pensadores já citados) acreditavam existir dois “estados” em que se enquadravam os homens. Um era o “estado” de natureza (a-social, individualista, bárbaro, o “homem como lobo do homem”, etc.) e o “estado” civil (“civilizadamente”, ordeiro, etc.). Para que houvesse a supressão do primeiro e passasse para o segundo deles criou-se a “necessidade” de um “Contrato Social”. A partir de então, “leis”, formuladas por governantes (supostamente

isentos de interesses maléficos para a “sociedade civil”), regiam a convivência dos homens por meio do Estado, criando mecanismos específicos para gerir a situação.

A ruptura com esta interpretação do Estado foi iniciada com Hegel, desenvolvida por Marx e sucedida por Gramsci. Aquele deu início às críticas, mas foi Karl Marx quem as desenvolveu. Conforme Mendonça (MENDONÇA, 1998, p.18) “o homem, no modelo marxiano, jamais teria vivido historicamente em “estado de natureza” e, mais que isso, que a sociabilidade humana não se esgota somente – tal como o modelo anterior o estipulara – no âmbito do puramente político”. O elemento de diferenciação e ruptura presente em Marx diz respeito à historicidade do convívio social do homem, com as contradições e formulações apresentadas a partir das relações humanas.

O modelo investigativo de Karl Marx pode ser encontrado, dentre outros, em “O Método da Economia Política” (MARX, 1977). Neste ínterim, lá está presente principalmente o materialismo histórico e dialético desenvolvido na sua investigação da economia política.

O ponto de partida para a análise do Estado em Marx, é a compreensão do significado e o seu papel no interior de uma sociedade onde está presente a propriedade privada. Os homens e a sociedade, para ele, e diferentemente dos jusnaturalistas, não são apenas um somatório de indivíduos e individualidades, são seres sociais, e esta é a “natureza” humana.

Analisando as sociedades historicamente concluiu que os homens têm maneiras diferentes de se socializarem, mas um caráter universal quando se referem às diferenças existentes nas posições dentro do processo de produção e de trabalho. Ele inferiu ainda que em todos os tempos existiu quem trabalhou e quem viveu da apropriação do trabalho alheio. Para a manutenção desta ordem, foi necessária – ainda que não exclusivamente – a propriedade privada.

O Estado, nesta perspectiva, teria sua origem na necessidade de determinados grupos de proprietários assegurar e ocultar sua apropriação, mediante leis e demais medidas coercitivas, as quais garantiriam que os despossuídos não só permanecessem nesta condição, como também que não se rebelassem contra ela (MENDONÇA, 1998. p.18).

Portanto, pode-se abstrair que o Estado não exerce apenas a força, mas também o convencimento no exercício do controle social. Os que não detêm propriedade desempenham diferentes funções no interior da sociedade capitalista e, para manter certa coesão social, vários mecanismos são usados pela classe dominante a fim de evitar que ocorram reações adversas aos planos de desenvolvimento do capital burguês. Ao longo deste trabalho, destaca-

se o amplo interesse burguês sobre o sistema de ensino e da educação dos trabalhadores brasileiros, ou seja, a disciplinarização de corpos e mentes.

Infra e superestrutura colaboram no entendimento das relações de dominação. De maneira geral, para Marx, existia uma infraestrutura econômica (onde se situam as relações e os meios de produção) e uma superestrutura política/ideológica (compreendendo o Estado, a Igreja, a moral, o direito, o Exército, a polícia). O Estado configura-se como o local superestrutural, onde os burgueses se organizam para a manutenção da sua ordem.

Esta concepção não pode ser tomada como mecânica, ou então estaríamos tratando de duas “coisas” diferentes, consoante avaliou Mendonça (1998, p. 19 (Grifos no original)).

A concepção de Estado como representante das classes dominantes (proprietários de todo tipo), gerou várias correntes no interior do marxismo, muitas das quais o consideraram – e ainda consideram – de forma mecânica: a isto chamamos de determinismo do econômico sobre o político, o social e o ideológico. Gestava-se assim, como uma variante do modelo marxiano, uma visão do **Estado objeto**, que existiria para garantir e fazer valer os interesses econômicos das classes dominantes, baseado tanto na violência quanto no ‘engodo’ ideológico.

Foi justamente contra estas concepções reducionistas que Antônio Gramsci se manifestou e retomou os conceitos de sociedade civil e sociedade política. “Porém ele as redefine e ao redefini-las, recriou um conceito de Estado, que se costuma chamar de Estado ampliado (...)” (MENDONÇA, 1998, p. 20).

Para entender o Estado ampliado, na concepção de Mendonça, é necessário considerar que:

(...) não é possível trabalhar com uma lógica dual para entender o Estado capitalista no século XX. Para entender o Estado enquanto uma **relação**, é necessário operar com uma visão triádica, existindo, para Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a **infra-estrutura** – tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção, na economia, simplificada; b) a **sociedade civil** – conjuntos dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia<sup>8</sup> e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida para obter certos objetivos e, finalmente, c) a **sociedade política** – ou “Estado em sentido restrito”, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito. O peculiar na visão de Estado ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social, engloba **tanto a sociedade civil quanto a sociedade política**, numa interação permanente (MENDONÇA, 1998, p. 20). (Grifos no original).

<sup>8</sup> “Cabe esclarecer que a noção de privado, neste caso, não se constitui em oposição a público, porém remetendo ao tema da adesão voluntária.” (Idem. Ibidem).

Assim, o Estado não é somente sociedade civil, nem só sociedade política. Ele é fundamentalmente uma relação social, na qual estão presentes os conflitos que envolvem toda a sociedade, em menor ou maior grau, o que coloca sujeitos sociais em relação social com o Estado, e não só política.

Na linha teórica gramsciana, na sociedade burguesa, a sociedade civil é organizada por aparelhos privados de hegemonia, ou seja, instituições como escolas, igrejas, associações privadas, agências, sindicatos, imprensa, partidos responsáveis pela produção da adesão espontânea dos membros aos preceitos do sistema capitalista. Nesse ínterim, os intelectuais possuem um papel significativo em termos de organização das ações coletivas, bem como, das vontades, colaborando, assim, para a reprodução da hegemonia da classe dominante.

As relações da Extensão Rural com órgãos governamentais e demais instituições da sociedade civil, bem como as concepções de educação propostas pelas agências a partir dos anos de 1950 que endossaram o foco dessa pesquisa na relação do Estado ampliado. Como se pode abstrair do relatório de treinamento dos extensionistas, dos anos de 1960, a educação foi avaliada da seguinte maneira:

Doutrinariamente, a Extensão Rural visa, entre outros aspectos, interpretar para os agricultores os ensinamentos, informações, possibilidades de auxílios, facilidades de assistência direta, etc., e trazer destes os problemas para serem solucionados pela experimentação e pesquisa.

Outra razão seria a da cooperação com todos os órgãos que de alguma maneira estão relacionados aos problemas rurais, direta ou indiretamente, para um trabalho cooperativo.

As considerações que vão ser feitas partem de premissa inicial que evidencia uma afinidade entre a Extensão Rural e os órgãos governamentais – o fim público, ou seja, a função de servir o povo rural (CETREC, s.d, s.p).<sup>9</sup>

Os vínculos entre a Extensão Rural com os aparelhos privados de hegemonia foram apresentados pelas agências como um empreendimento cooperativo. Tratou-se de uma cooperação para fins de doutrinação e direcionamento da população rural necessária para o avanço do capitalismo no campo. Portanto, nessa concepção localiza-se o trabalho das agências de Extensão, por meio dos extensionistas, uma vertente vinculada aos projetos de Estado, mas entendendo o trabalho extensionista como uma relação social, assim como o próprio Estado. Tais projetos, que partiam da premissa de que se fez necessário “modernizar” a produção, exigiram uma nova formação humana conectada com as novas técnicas de produção, o que, por sua vez, exigiu dos extensionistas certa adaptação de seu trabalho,

---

<sup>9</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.



adequado às necessidades de transformação da mentalidade do produtor e do próprio extensionista que se conectou à proposta dos pacotes tecnológicos. Esses pacotes foram emanados pelas várias empresas ligadas à produção rural e incentivados pelo Estado.

## 2.1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DO BRASIL: DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Em face dos problemas gerados pela crise de 1929 nas economias industrializadas e seus reflexos na periferia, somando a isso as consequências suscitadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos mobilizaram intenso capital internacional direcionado para a reconstrução dos países afetados pela guerra. No Brasil, observou-se um crescimento industrial considerável a partir da década de 1950. O objetivo era suprir um mercado interno de consumo de bens industriais. Paralelamente ao intervencionismo Estatal, em vários setores estratégicos do país, no contexto referido, predominou o modelo de substituição de importações, que consistiu em “um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que buscou responder às restrições do comércio exterior. Embora sob condições históricas distintas, procurou repetir a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 1983).

A partir dos anos de 1960, ocorreram mudanças significativas na estrutura socioeconômica brasileira. O país deixou de ser essencialmente rural para se tornar preponderantemente urbano e industrial. Neste contexto, surgiram debates sobre o abastecimento interno, a necessidade de divisas com as exportações e o crescente avanço do parque industrial. Em substituição à ideia do “país essencialmente agrícola” a industrialização foi considerada símbolo de desenvolvimento e de superação ao colonialismo (LINHARES; SILVA, 1981, p. 37).

Tavares (*apud* CAPELATO, 1973, p. 597) elencou três fases da industrialização substituidora no Brasil. Senão vejamos,

- (...) 1. — Após a Grande Depressão, a política econômica do governo possibilitou a rápida recuperação da atividade interna, aproveitando mais intensamente a capacidade produtiva instalada (substituição de bens de consumo leves);
2. — Segunda Guerra — pelas dificuldades de suprimento do exterior o governo decidiu entrar no setor de siderurgia (indústria pesada);
3. — Pós-Guerra — período de expansão e mudança contínua da estrutura industrial brasileira. Três fases:

- a) . — 1945-47 — alívio da situação do setor externo (aumento do preço do café) e uma retomada da capacidade para importar;
- b) . — 1948 — primeiros déficits na balança de pagamentos deram lugar a um controle cambial (controle rígido sobre importações de bens de consumo não essenciais e barateamento das importações de bens de capital e produtos intermediários). Nesse período deu-se a implantação de indústrias de bens de consumo duráveis;
- c) . — 1956-1961 — aumento da participação direta e indireta do governo nos investimentos e entrada de capital estrangeiro. Houve ritmo de desenvolvimento acelerado, mas também, um agravamento das pressões inflacionárias com graves repercussões na economia como um todo.

O desenvolvimento industrial, notório no Brasil após a grande depressão, não sofreu percalços. A sua continuidade ocorreu sem quebra, além disso, após a Segunda Guerra Mundial, em termos internacionais, ocorreu o fortalecimento do capitalismo americano, o aumento dos empréstimos e “cooperação técnica”, compra de empresas nacionais, atuação na esfera econômica e financeira nos países periféricos (MENDONÇA, 2007).

A polarização política decorrente da Guerra Fria percorreu a realidade política e econômica interna. Com a crise do modelo de substituição de importações, em meio à polarização, no plano da Guerra Fria, duas propostas entraram em debate no Brasil: a de desenvolvimento nacional autônomo e a de desenvolvimento associado. No bojo do modelo getuliano desdobraram-se duas tendências: o modelo socialista, presente em ações de luta pelas reformas de base, campanhas do petróleo, pelo desenvolvimento de políticas independentes e nacionalistas, sindicalização rural, movimentos de opinião pública entre outros estímulos relacionados ao âmbito cultural. No interior do modelo getuliano, segundo Ianni (1975, p.124), desenvolveu-se a frente internacionalista.

(...) A deposição de Vargas, em 1945, a política cambial no Governo Eurico Gaspar Dutra, em 1946-50, as pressões que conduzem o Presidente Vargas ao suicídio, em 1954, são acontecimentos que denotam essa tendência. O mesmo se pode dizer de uma outra sequência de fatos – tais como as análises e proposições das Missões Cooke (1942) e Abbink (1949) – revelando o mesmo sentido geral. O Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) demonstra perfeitamente a elaboração prática do modelo de associação internacionalista, como política de expansão da economia brasileira. O modo pelo qual foi criado o setor automobilístico, nos anos de 1956-60, indica uma alteração substancial no quadro das relações da economia nacional com a internacional, através do setor industrial.

O trecho evidencia que o modelo internacionalizante e associado havia sido instalado no Brasil antes mesmo do golpe civil-militar-empresarial, ou seja, com o Plano de Metas de Kubitschek. Nos finais da década de 1940, difundiu-se a Missão Abbink (Comissão

Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos – ver anexo) composta por um grupo de técnicos norte-americanos e brasileiros para analisar a situação econômica brasileira. Essa cooperação retomou princípios da Missão Cooke de 1942, iniciativa estadunidense para desenvolver industrial e economicamente o Brasil, tendo em vista a elaboração de um levantamento da situação econômica e de desenvolvimento brasileiro.

A Missão Cooke (chefiada por Morris L. Cooke, engenheiro e consultor de administração estadunidense (desenvolveu trabalhos relacionados aos acordos do petróleo no México), foi presidente do Comitê de Estabilização da Construção Naval de Produção de Guerra junto ao Departamento de Estado norte-americano e previa uma análise da situação educacional voltada para a expansão industrial. A missão contou com a participação de outros agentes como: onze técnicos, especialistas norte-americanos, engenheiros, economistas, administradores e agrônomos (RABELO, 2009).

No contexto pan-americano de ajuda mútua, o chamado *Office of the Coordinator of Inter-american Affairs* (OCIAA), intermediou a vinda dos mencionados técnicos ao Brasil. Cooke pretendeu desenvolver a indústria rapidamente para servir as necessidades da Guerra; outro objetivo foi transplantar os ideais norte-americanos no Brasil, relacionados à construção de um determinado modelo de Estado e de sistema administrativo. Truman estendeu a política bilateral de Roosevelt, por meio da Missão Abbink, com propósitos similares à Missão Cooke de fazer diagnósticos, tendo em vista a solução de problemas econômicos (RABELO, 2009). Esse projeto intervencionista, da Missão Cooke, foi mantido em sigilo até 1948, contexto em que ocorreram os acordos relacionados à expansão das agências de Extensão Rural no Brasil.

Somando a esse quadro, observou-se a atuação política crescente de vários órgãos mencionados por Ianni (1975), do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Liga Democrática Radical (LIDER), dentre outras agremiações da sociedade civil. O golpe de 1964 foi uma operação político-militar inerente à opção mais audaciosa da classe dominante, o interesse pela execução do modelo internacionalista e também difusão ampliada da modernização conservadora.

Segundo Silva (2014) os institutos funcionavam como think-tanks do liberalismo brasileiro e contrapunham ao projeto reformista, ou melhor, nacional trabalhista. Esse projeto colocava em xeque a reprodução da grande propriedade e dos sistemas de controle sobre a força de trabalho. A partir da Ditadura, o Estado se transformou no agente regulador da economia rural e estava extremamente alinhada à política externa norte-americana.

A resposta liberal à iniciativa de reforma agrária das esquerdas e às mobilizações camponesas apontava para um imaginário “americano”, no qual a distribuição da propriedade é um recurso tanto para o desenvolvimento do capitalismo quanto para a modernização social. Mesmo partindo de um ponto comum com o diagnóstico hegemônico na esquerda reformista – a identificação da estrutura agrária como “obstáculo” à modernização – o reformismo liberal buscava fundamentar uma via distinta de modernização, que apontava para um capitalismo agrário de feições “americana”, em consonância com o ideário da Aliança para o Progresso e com as teorias da modernização. A opção por uma reforma “técnica e pacífica” tentava estruturar princípios de seleção econômica para a determinação tanto das áreas a serem reformadas quanto dos eventuais beneficiários. A agência estatal estaria combinada com mecanismos de “mercado”, sendo o imposto territorial o instrumento por meio do qual essas duas agências se combinariam, induzindo a venda de propriedades improdutivas e ao mesmo tempo gerando os recursos necessários para o financiamento da reforma (SILVA, 2014, p. 268-9).

A proposta de reforma agrária das esquerdas e das mobilizações no campo foi considerada o “problema agrário” brasileiro. Em contraposição às propostas da esquerda, em pleno contexto de Guerra Fria, a “Revolução Verde”, ligada à proposta liberal, estava centrada na modernização conservadora da agricultura, ou seja, o Estado era mobilizado para proteger a grande propriedade agrária e difundir as transformações econômicas e sociais no meio rural.

Juscelino Kubitschek herdou de Vargas a pressão dos Estados Unidos pela aquisição de minerais radioativos em troca de trigo. Os americanos alegavam a presença de significativo material radioativo no Brasil, o que permitiria a produção de armas nucleares, necessárias em pleno contexto de Guerra Fria. Segundo Alves (2013), em 1956, Juscelino assinou um acordo com os EUA para o fornecimento de minério radioativo (monazita, urânio, tório e terra-rara) em troca do trigo americano. A importação deste grão prejudicou a produção nacional, além disso os EUA não desejavam que o Brasil produzisse armas nucleares, uma vez que dificultaria a aquisição desses materiais pelos estadunidenses.

O direcionamento do capital americano para a agricultura brasileira aprofundou-se desde então. O interesse pelas reservas minerais, avaliadas como uma das maiores do mundo, fez com que os Estados Unidos investissem no setor agropecuário brasileiro (ALVES, 2013). O entreguismo do governo Kubitschek aos ditames estadunidenses pode ser identificado no programa “Operação Pan-Americana”, espécie de plano Marshall para a América Latina, o qual consistiu em um plano de caráter anticomunista.

Ianni (1975) adverte que a operação político-militar, consolidada a partir do Golpe Militar de 1964, contou com a participação da classe média brasileira já preparada por intensivas campanhas políticas de cunho antidemocrático para aceitar o golpe contra o ex-

presidente João Goulart. Além das campanhas, a preparação da sociedade civil para a aceitação do golpe já vinha sendo gestada por meio das ações de associações civis nos anos de 1950 e 1960. As operações de caráter anticomunista e anticorrupção envolviam planos econômicos e políticos empresariais. Portanto, a ditadura lançou mão de uma política contrarrevolucionária, a “Revolução Verde”, programa de caráter conservador, aplicado juntamente a um arcabouço de medidas repressivas e de políticas agrárias para a garantia da estabilidade no campo.

## 2.2 A EXTENSÃO RURAL: O PAPEL POLÍTICO DO PROJETO EDUCACIONAL ASSISTENCIALISTA PARA A ELEVAÇÃO DO PODER BURGUEZ E O SEU DESENVOLVIMENTO EM SEGURANÇA

Nos anos finais da década de 1940, havia um contingente significativo de população vivendo no meio rural. A Extensão Rural incumbiu-se da preparação dessa fortuita força de trabalho e passou a atender especificamente pequenos e médios proprietários rurais em vários estados brasileiros. Tratou-se do contexto do pós Segunda Guerra Mundial, quando outras demandas capitalistas surgiram em função do auge da economia norte-americana. Com os excedentes econômicos conquistados no comércio de guerra a orientação bélica produziu efeitos particulares nas economias latino-americanas. Ao avaliar o contexto econômico e de produção técnica e tecnológica do pós-Guerra na América Latina, assegura Cueva (1983, p. 153),

(...) a tendência geral do capitalismo é muito mais a de transferir o custo das crises das áreas metropolitanas para as áreas dependentes; e é natural que seja assim, uma vez que estas últimas constituem, por definição, o ponto mais vulnerável do sistema. Isto não quer dizer que sejam entidades passivas, incapazes de gerar forças que eventualmente se contraponham a essa tendência, ou pelo menos a atenuem, através de uma luta de classes que produza os efeitos pertinentes.

A inserção da sociedade brasileira no sistema imperialista americano<sup>10</sup> do pós-Guerra se desenvolveu centrada na subordinação do setor primário-exportador aos setores de alta tecnologia. A Extensão Rural teve papel preponderante para a sua inserção no bloco capitalista, uma vez que o principal financiador do projeto de assistência técnica foi justamente o governo norte-americano. É importante lembrar que a difusão da chamada

---

<sup>10</sup> Para saber mais sobre o imperialismo americano, Cf.: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

“Revolução Verde” pelo mundo foi uma “arma” geopolítica e geoestratégica usada pelo bloco capitalista (ALVES, 2013).

O projeto da “Revolução Verde” foi articulado à premissa de “segurança” do sistema capitalista mundial e se propagou de várias formas por meio de parcerias com governos estaduais e locais. Tal movimento atendeu às pressões políticas exercidas pelos Estados Unidos em parceria com as fundações filantrópicas americanas, como Rockefeller e Ford (CUEVA, 1983).

Brasil e Venezuela foram alvos privilegiados das políticas econômicas e de intervenções na formação humana proferidas pela American International Association (AIA), pois tratava-se, sobretudo, de regiões com grande potencial petrolífero e força de trabalho barata. Ambos os motivos interessavam à Fundação Rockefeller. Nelson Rockefeller convencionalmente era apresentado como um “simples” “filantropo”, mas pertenceu a uma família de magnatas que acumulou grandes fortunas por meio da exploração da força de trabalho e de petróleo nos países periféricos, a partir do século XIX. Um exemplo disso foi a exploração do “petróleo com a Standard Oil Company e sua subsidiária na Venezuela – a Creole Petroleum Co. – de cujo quadro de diretores Nelson fez parte” (1935-1940) (FOSDICK, 1952 *apud* SILVA, 2013, p. 1697).

A proposta da AIA era de melhoramento de sementes e fertilizantes; introdução de máquinas e sistemas de crédito agrário supervisionado; melhoria dos sistemas de transporte e manutenção dos programas de extensão e de educação em saúde e agricultura (SILVA, *Op. Cit.* p. 94). Conseqüentemente, no início dos anos de 1950, uma proposta de intervenção imperialista na América Latina por meio de projetos educativos, de ajuda econômica de tipo “filantrópica” e, portanto, de convencimento, ou seja, tratou-se, em alguma medida, de uma intervenção ideológica e política contando com a participação de várias agências que tiveram atuações contrainsurgências.

Leher (1999), ao investigar os acordos entre Brasil e Estados Unidos no setor educativo, e o modo de atuação do Banco Mundial e da Unesco no país evidenciou que a preocupação com a segurança sempre foi constante. Tratou-se de uma preocupação atrelada às medidas de contrainsurgência da Aliança para o Progresso em pleno contexto da Guerra Fria.

O reconhecimento de que a educação poderia ser um instrumento importante na segurança data pelo menos do período da Guerra Fria, em especial na formulação da doutrina da contra-insurgência. Ao invés da tradicional concentração de forças e armamentos para avançar contra linhas inimigas identificadas, esta doutrina preconiza operações militares localizadas, operadas direta ou indiretamente pela CIA e pelos Boinas Verdes, associadas

à intensa propaganda ideológica. As doutrinas, formas e métodos de propaganda foram desenvolvidos a partir da Agência de Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado (Usaid). Nesta orientação, o apoio da população local é tido como uma condição importante, como o fracasso da ação dos Estados Unidos na Baía dos Porcos tornara patente. Por isso, a ênfase nas ações educativas e, no caso das populações indígenas, a relevância conferida às missões religiosas, como as desenvolvidas em diversos países periféricos pela Sociedade Internacional de Linguística e pelos Tradutores da Bíblia *Wycliffe*. O programa educacional e, mais especificamente, as ações de propaganda da *Aliança para o Progresso*, foram direcionados para este fim (LEHER, 1999, p. 20).

Como assinalado anteriormente, o investimento em educação no pós-guerra constituiu-se como importante arma política e ideológica da burguesia para o controle social das massas. Evitar a aproximação dos países periféricos (atingidos pela pobreza) ao sistema socialista soviético e, conseqüentemente ao avanço da ideologia marxista e comunista, foi prioridade de ação das instituições como Fundação Ford, Aliança para o Progresso, Fundação Rockefeller e Olin<sup>11</sup>. Chama a atenção o papel de direção exercido pelo Banco Mundial em termos políticos nos países periféricos e sua atuação conjunta com as grandes corporações, inclusive com Rockefeller (LEHER, 1999).

Em se tratando de uma Associação de Crédito e Assistência Rural é possível identificar aproximações entre a ideologia do projeto da “modernização” conservadora com os projetos do Banco Mundial. Segundo Leher (1999) a pobreza representou um grave problema para o avanço do capital, nesse sentido a intenção do Banco era ajudar as pessoas pobres para que não se rebelassem contra o sistema. A Extensão Rural cumpriu seu papel nesse sentido “filantrópico” e várias páginas dos relatórios de treinamentos para extensionistas reafirmaram a importância da educação, dos trabalhadores rurais, como condição para a elevação do nível de vida e modificação dos costumes e hábitos.

O campo da Extensão não é nada mais que educação. Educação é produzir mudanças no comportamento humano e isto envolve mudanças em conhecimentos ou coisas conhecidas; em atitudes ou coisas que se sente; e em habilidades ou coisas feitas. O trabalho educacional consiste em ajudar o povo rural a descobrir suas necessidades, a analisar seus problemas, bem como na formulação e execução de soluções benéficas. O serviço ou prestação de serviços consiste grandemente em fazer coisas para o povo, o que poderá ou não resultar em trocas no comportamento humano, a não ser usado como um método educacional. Contudo na maioria das vezes, não terá

---

<sup>11</sup> É uma corporação estadunidense fabricante e distribuidora de produtos químicos como: cloro e hidróxido de sódio, soda cáustica, vinílicos, resinas epoxy, bem como de munições.

valor educacional e não trará resultados desejáveis (CETREISUL, 1962, s.p).<sup>12</sup>

Ensinar os produtores rurais a ajudarem a si mesmos foi um dos argumentos enfatizados pela Extensão, a qual guardava como princípio o desenvolvimento do capitalismo em segurança, uma vez que, segundo Leher (1999), existia um limite claro em termos de aquisição de equipamento militar para o controle social. Nesse sentido, além de ser mais barato o investimento, a educação proporcionaria maior grau de integração e de consenso. A preocupação com a direção da classe trabalhadora sempre foi inerente ao pensamento e ações da burguesia e a educação doutrinadora foi identificada como mecanismo eficiente de controle social, inclusive pela própria Extensão Rural,

Segundo o relatório do Centro de Treinamento de Campinas (CETREC, s.d, s.p):<sup>13</sup>

A preocupação pelos aspectos educacionais, mormente aqueles de natureza extra-escolar dos agricultores, foi sentida em diversos países. Desde o início do século atual e, com seu grande desenvolvimento a partir da 1ª guerra mundial, a assistência extra-escolar aos agricultores, nos seus múltiplos aspectos teóricos, agronômicos, domésticos, sociais, vem sendo preocupação constante de alguns países do mundo ocidental.

O avanço produtivo nos países socialistas gerou certa reação e preocupação dos Estados Unidos. Em tempos de Guerra-Fria, a disputa e a crítica ao comunismo sintetizaram suas concepções da não legitimidade das ações políticas, culturais e sociais das classes trabalhadoras. O proselitismo em favor do projeto particular de poder, por parte da classe burguesa, sem relação com os interesses reais da classe trabalhadora, colaborou para a articulação de reações no Ocidente, especialmente dos Estados Unidos e de seus países satélites.

Os resultados alcançados por países do mundo ocidental como E.E.U.U. e por vários países comunistas, com relação ao aumento da produtividade e melhoria das condições de vida, através da organização de programas de assistência educacional às populações rurais, levou a que economistas chegassem a conclusão de que ‘o investimento em educação é, a longo prazo, o mais produtivo de todos os investimentos’.

A preocupação pela assistência educacional tem sido muito grande em todos os países que conseguiram aumentar, substancialmente, o grau de desenvolvimento de sua agricultura.

---

<sup>12</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>13</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.



O prof. Halder em recente seminário realizado no Brasil, diz textualmente... ‘a arma secreta dos comunistas soviéticos e chineses é a preparação e educação de legiões de indivíduos’ ou em outras palavras: “o segredo consiste no investimento da educação’.

Yang ao estudar as modalidades assistenciais à agricultura norte americana, concluiu que o alto nível tecnológico e de produtividade da agricultura americana, visualizada nos índices de produção e nas condições de vida dos agricultores, dependeu em grande parte dos serviços de assistência educacional extra-escolar (Cooperative Extension Service: principalmente) (CETREC, s.d, p.07).<sup>14</sup>

O excerto acima permite identificar certo caráter fascistizante da Extensão ao indicar estratégias para combater um “inimigo”, utilizando as mesmas armas e mecanismos socioeconômicos empregados nos países contestados, além de indicar o papel político do extensionismo rural. A conquista de corações e mentes consistiu em um mecanismo para a legitimação ideológica, política, econômica e cultural que coadunou com o plano da Doutrina Trumam (1947)<sup>15</sup> pela produção de um Estado de bem-estar social para fins de contenção do avanço do socialismo pelo mundo. Não foram poucas as páginas dos cursos de treinamentos extensionistas, dedicadas ao reforço da importância da assistência educacional para a modificação dos hábitos, costumes e práticas sociais. Não bastavam apenas condições objetivas para o melhoramento da agricultura, no caso em tela, a possibilidade de acesso ao crédito supervisionado era preciso desenvolver um trabalho integral, envolvendo fatores subjetivos e objetivos, logo explica-se a importância dada à educação dos rurícolas.

Molina (2016), em sua tese intitulada “Ditadura, Agricultura e Educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985) discorreu sobre as ações estadunidenses durante o clima de instabilidade política na América Latina e o fomento às oposições aos governos populares eleitos democraticamente no contexto dos golpes de Estado.

(...) a estratégia de dominação dos Estados Unidos na América Latina envolvia três táticas principais: o treinamento militar por meio da chamada doutrina ‘antiinsurrecional’, a promoção de golpes de Estado e o combate à pobreza por meio de programas sociais que objetivavam a modernização capitalista dependente, atrelados aos interesses dos EUA. Entre eles estavam a Aliança para o Progresso, lançada em 1961, a USAID e os corpos da paz (*Peace corps*) (MOLINA, 2016, p.129).

<sup>14</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>15</sup> Tratou-se de uma política imperialista de intervenção em todos os continentes para fins de administração, intervenção, controle e propagação do capitalismo estadunidense.

Retomando as leituras de Gramsci, Molina (2016) discorreu sobre o papel da superestrutura ideológica como fator de dominação sobre as classes subalternas. Tratou-se de um mecanismo de contenção do desenvolvimento da consciência de classe, logo de ações que despertassem para a luta e emancipação humana. A hegemonia, em Gramsci, não pressupõe apenas direção política, mas também ideológica como exposto a seguir:

(...) para adquirir o controle e a instrumentalização da ideologia, é fundamental adquirir a hegemonia social e cultural para sua ‘formulação e legitimação. Gramsci entende que a hegemonia é, no interior da superestrutura, um dos fatores fundamentais para as classes dominantes manterem-se no poder, não sendo possível dominar uma massa de rebeldes somente pelo controle dos meios-de-produção e pela via repressiva policial e militar. Historicamente existiu, sobretudo, a necessidade de usar as ideias a seu favor e assim atingir o consenso civil. Essa hegemonia ideológica é conquistada por diversas instituições da sociedade civil, como igrejas, a imprensa, o rádio, a televisão, os clubes, sindicatos e as escolas (MOLINA, 2016, p.49).

O desenvolvimento do capitalismo em segurança dependeu da preparação e investimento na formação de um quadro de lideranças dispostas em contribuir com o projeto da “modernização”, nas palavras da Extensão, “para a melhoria da qualidade de vida da população rural”. A Extensão procurou estabelecer vínculos com outras instituições superestruturais da sociedade civil como igrejas, escolas, sindicatos e cooperativas. Esses elementos superestruturais relacionaram-se com a infraestrutura produtiva.

A Extensão Rural, instituição extraescolar, de prática e preparação de quadros de lideranças voluntárias e não voluntárias, pretendeu moldar pensamentos e transformar os padrões de comportamentos e de trabalho no campo, primeiramente por meio da instrução da formação dos extensionistas, agentes que atuaram diretamente com as famílias rurais. Nesse sentido, a formação dos extensionistas era extremamente fundamental por apresentar um caráter de direção evitando-se desvios dos objetivos da “filosofia” do projeto.

A concretização da mentalidade extensionista deve ser feita através da organização e funcionamento de um sistema educacional extra-escolar, com o fim de que os adultos e jovens rurais aprendam, fazendo. Esta mentalidade tem seus princípios doutrinários e seus objetivos delineados, pois, se assim não fosse, não poderíamos falar realmente, de uma mentalidade extensionista. Estes princípios e objetivos que corporificam a filosofia da Extensão Rural precisam ser cumpridos e orientados pois caso contrário, as distorções naturais iriam dar origem a outra mentalidade. Muitas vezes, a aplicação prática de uma ideia leva a modificações de tal monta, que, na

verdade, há uma mudança radical entre o que se desejava fazer e o que realmente está sendo feito (CETREC, s.d, p. 02).<sup>16</sup>

Evidente que um dos princípios fundamentais da Extensão foi a ideologia do “Aprender Fazendo”, ou seja, os agentes e lideranças rurais deveriam aprender uma prática e garantir a sua reprodução. A adesão ao projeto capitalista seria mais eficaz na medida em que os produtores rurais fossem estimulados a colocar em prática um modelo demonstrado pela Extensão Rural. Adiante, serão discutidos mais detalhes a respeito deste princípio, base do programa TWI.

Um dos primeiros passos para a implantação do sistema de Extensão constituiu-se justamente na preparação dos extensionistas rurais para atuarem no campo. A formação extensionista foi fundamental para a integração produtiva da economia capitalista dependente do Brasil, por meio da preparação da força de trabalho, logo da produção de matérias-primas baratas para a exportação, beneficiando fazendeiros, multinacionais e gerando excedentes e qualidade de vida para os países centrais. O processo de formação humana dos extensionistas contou com princípios doutrinários que colaboraram para o desenvolvimento em segurança do capitalismo latino-americano, mas eles não foram os únicos e determinantes nesse processo.

As práticas sociais (treinamento de lideranças, campos de experimentação, visitas nas pequenas propriedades, organização da juventude rural nos clubes, propaganda da Extensão nos meios de comunicação como rádio e jornais) e a própria dinâmica do capital produziram transformações no campo. O desenvolvimento da industrialização requereu a adaptação da produção rural às modificações exigidas pelo desenvolvimento do “mundo capitalista”. Basta lembrar os discursos que desqualificavam o modo de vida rural no Brasil entre os anos de 1950-1960. O campo, naquele momento, foi identificado como um fator limitante ao “progresso” industrial.

O desenvolvimento industrial de uma nação não pode prescindir do seu desenvolvimento ou da sua integração com uma outra economia agrícola. Isto foi perfeitamente evidenciado pelo que expressou o Almirante Lúcio Meira, no Simpósio sobre ‘Conceituação de Economia Brasileira’, ao dizer que ‘a agricultura é o primeiro problema da industrialização’ (CETREC, s.d, p. 08).<sup>17</sup>

A transformação da agricultura de subsistência em comercial e o estímulo ao desejo de consumir fizeram parte das ações da Extensão. A necessidade do aumento do consumo, bastante enfatizado nos cursos preparatórios de extensionistas, visava submeter os agricultores

---

<sup>16</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>17</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

às inconstâncias e circuitos do capital, elemento definidor da permanência ou não dos produtores rurais no meio rural. Ao longo deste trabalho é possível observar os parâmetros que a Extensão estabeleceu sobre o universo rural procurando relacionar o “atraso” com a necessidade de conduzir as famílias rurais por meio de orientações pedagógicas/ideológicas pautadas pela racionalidade taylorista-fordista.

Mas o processo de disseminação do americanismo no Brasil não se processou sem resistências por parte da sociedade civil. Consoante Tota (2000, p. 47) “[...] a miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos, poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazi-fascismo, ou seja, por parte de movimentos que punham em xeque os interesses dos Estados Unidos”. Para os estadunidenses, a condição de pobreza na América Latina produziu preocupações no que diz respeito à fraqueza militar, social e econômica. Tratou-se de uma justificativa para a implantação, irradiação e consolidação de um padrão de desenvolvimento (como instrumento de despolitização) nas economias periféricas que assumiu um caráter político.

### 2.3 A DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO EXTENSIONISTA NO BRASIL: A INTEGRAÇÃO DA EXTENSÃO NAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E PRIVADAS

A Extensão Rural, nos moldes americanos, desenvolveu-se no Brasil a partir de 1948, quando a Associação Internacional Americana (AIA),<sup>18</sup> entidade apresentada como “filantrópica” de propriedade de Nelson e Davi Rockefeller, realizou negociações diretamente com o governo do Estado de Minas Gerais. As primeiras experiências e testes da AIA ocorreram em conjunto com prefeituras municipais e produtores rurais. O programa piloto teve início em Santa Rita do Passo Quatro, em São Paulo e na sequência, foi inserido no estado de Minas Gerais.<sup>19</sup> Em ambas as regiões, a AIA intermediou todo o processo de implantação do sistema de Extensão.

O relatório do Centro de Treinamento extensionista de Pelotas (CETREISUL) informa,

---

<sup>18</sup> Associação criada por Nelson Rockefeller na segunda metade da década de 1940. A AIA foi responsável pelo financiamento e oficialização da Extensão Rural no Brasil. Desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas de saneamento e alfabetização. Sobre a atuação da AIA no Brasil, Cf.: SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ. Rio de Janeiro-RJ, 2009).

<sup>19</sup> Centro de Ensaio e Treinamento da Fazenda Ipanema (CETI). Relatório. São Paulo, s.d, p.32.

Em dezembro de 1948 foi fundada a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) mediante convênio entre a AIA e o governo Estadual de Minas Gerais. A ACAR é a primeira organização na América Latina na qual o serviço de Extensão e o Crédito Rural Supervisionado são executados em conjunto.

Desde 1948 desenvolveu-se rapidamente o Serviço de Extensão Rural na América Latina, de forma que hoje, todos os países, já o tem instalado. A instalação em todos os casos deu-se como cooperação do governo dos Estados Unidos e o respectivo Governo Nacional, sendo que agora alguns destes serviços já foram nacionalizados como em Costa Rica, Perú, Bolívia e Brasil (CETREISUL, 1962, p. 05).<sup>20</sup>

O estado de Minas Gerais foi significativo para a implantação do sistema de Extensão Rural no Brasil. Além de possuir abundância de recursos naturais, constituiu uma burguesia atuante tendo como governador na época da fundação da Extensão, Milton Campos, político liberal da União Democrática Nacional (UDN) com amplos interesses em colocar o estado em destaque no cenário latino americano. A criação da ACAR-MG se deu em um panorama político favorável, contexto em que o Brasil tinha como presidente o General Eurico Gaspar Dutra, militar, liberal-conservador, adepto do governo estadunidense em termos políticos e econômicos.

Na concepção de Fonseca (1985) o aumento da produtividade rural, almejado pelas corporações em tempos de avanço industrial, foi estimulado por meio do crédito supervisionado e tratou-se de uma experiência implantada exclusivamente nos países periféricos. No Brasil, essa prática se iniciou com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais. Silva (2009, p. 81) elucida: “a ideia inicial da AIA tinha por objetivo melhorar as condições de vida da população latino-americana, mas também de criar novas indústrias, o que não foi possível de acordo com a legislação então vigente”. Coube ao International Basic Economy Corporation (IBEC), outra instituição de Rockefeller, administrar e captar recursos para a instalação de indústrias ligadas aos insumos agrícolas.

Em 1953, em decorrência de um novo acordo entre Brasil e EUA, o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA)<sup>21</sup> passou a administrar os serviços de extensionismo rural no país. A partir de então, novos vínculos foram estabelecidos entre as agências de Extensão e instituições do Estado, vez que este escritório estava vinculado ao

---

<sup>20</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>21</sup> Órgão Binacional criado no Brasil em 1953 a partir de um acordo entre os governos estadunidense e brasileiro, e contou com recursos da proposta de “ajuda” técnica para o desenvolvimento para o desenvolvimento dos países considerados “subdesenvolvidos”. O Interesses do ETA era difundir a racionalização da produção agrícola e foi um dos precursores da “Revolução Verde” no Brasil. Cf.: ALVES, *Op. Cit.* p. 104.

Ministério da Agricultura e ao Foreign Office Americano<sup>22</sup>, logo e contou com recursos do Programa Ponto IV. O principal objetivo deste programa foi ampliar a produtividade, expandir o poder aquisitivo e melhorar a saúde das populações nos países considerados “subdesenvolvidos” por meio do investimento de capital para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica e financeira. Truman ambicionou reproduzir no mundo altos níveis de industrialização e urbanização mediante a tecnificação da agricultura, desenvolvimento dos padrões de vida e adoção de novos e “modernos” padrões e valores culturais. O ETA difundiu amplamente o projeto extensionista por todo o território nacional.

Assim traz o relatório do Centro de Treinamento de Pelotas (CETREISUL, 1962, s.p)<sup>23</sup>:

Com exceção da ACAR e da ANCAR todos os serviços de Extensão Rural no Brasil iniciaram seus trabalhos com a participação do ETA (Escritório Técnico de Agricultura). O ETA é o setor de agricultura do “Ponto IV” no Brasil, resultante de um convênio entre o governo federal do Brasil e o governo federal dos EE.UU. Ponto IV é o nome conhecido do programa dos EE.UU. para a ajuda aos países subdesenvolvidos (...).

Os serviços fundados com a participação do ETA (mediante convênio entre o ETA e os respectivos governos estaduais) foram enumerados pela ordem da assinatura do convênio e levaram o nome de projeto.

Assim a ASCAR chamava-se ETA-Projeto 11; a ACARPA, ETA-Projeto 15 e a ACARESC, ETA-Projeto 17. Todos estes projetos tinham tempo limitado.

O propósito do Ponto IV era justamente estimular os estados a assumirem o papel de protagonistas no avanço dos serviços de Extensão Rural. Após o término dos contratos, as associações públicas e civis como ACARPA, ACARESC, ASCAR, ACAR-GO, ACAR-RJ, ANCAR dentre outras, foram incumbidas de darem seguimento ao serviço de Extensão. Para coordenar os serviços de Extensão, em 1956, criou-se a ABCAR (1956-1975). Oliveira (2013) pontua que, além de coordenar o sistema brasileiro de Extensão Rural, a ABCAR era responsável pelos Centros de Treinamento e pela aplicação da modalidade de crédito rural supervisionado (CRS). Os recursos das atividades da Extensão no Brasil ficaram sob responsabilidade do capital estadunidense, assim os pequenos proprietários rurais e trabalhadores rurais não tinham poder de participação e decisão, ou seja, foram excluídos

<sup>22</sup> Trata-se de um programa articulado pelos Estados Unidos durante a presidência de Roosevelt criado e vinculado ao programa Foreign Office em 1942. Esses programas apresentavam como missão a organização de um plano de assistência técnica destinado ao setor agrário nos países menos desenvolvidos com o objetivo de “melhorar” as condições Saúde, interferir na “educação” pela propagação de métodos e técnicas de ensino e de treinamento para o trabalho no meio rural na América Latina. Ver o texto da MENDONÇA, Sonia Regina de. Ensino agrícola e influencia norte-americana no Brasil (1945-1961). Tempo, vol. 15, núm. 29, Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil, 2010, pp. 139-165. Disponível no site: <https://www.redalyc.org/pdf/1670/167016571006.pdf>. Acesso em 15 de jul. de 2022.

<sup>23</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

também desse processo, isso porque cabia somente aos membros da ABCAR esse poder e também à entidade patronal (CRB), instituições norte americanas, por exemplo.

De acordo com Oliveira (2013), havia uma Junta Governativa composta por representantes da ABCAR, Ministério da educação e Cultura e o da Saúde, Serviço Social Rural, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Instituto Brasileiro do Café, dentre outras instituições responsáveis pela alocação de recursos nas associações estaduais, nomeação de secretários-executivos das filiadas, entre outras atividade do projeto. Apesar do extensionismo assumir uma postura supostamente “neutra”, técnica e “filantrópica”, contou com aproximações com a CRB (futura CNA), tendo como presidente João Napoleão de Andrade, diretor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), do Sindicato Patronal de 1964 e oriundo da Confederação Rural Brasileira (CRB).

É importante lembrar que as agremiações do patronato rural, organizados na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), estabeleceram vinculações com a CRB e desenvolveram várias investidas no que se refere à implementação de projetos ligados à “educação para o trabalho”, medidas assistencialistas e compensatórias para desmobilizar as resistências políticas dos pequenos proprietários rurais (OLIVEIRA, 2013). Tais entidades participaram de reuniões e congressos promovidos pela ABCAR, o que demonstrou relações entre sociedade civil e sociedade política.

A participação das agências estadunidenses nas atividades da ABCAR era constante, mesmo durante o populismo no Brasil e nos governos que priorizaram atividades nacionalistas. Antes da implantação da ditadura militar no Brasil, o ETA e a AIA manifestaram fortes atuações no sentido de estimular a expansão dos serviços de extensionismo. No entanto, a United State Agency for International Development (USAID), criada durante a gestão Kennedy (1960-1963), por meio da Aliança para o Progresso (projeto político do governo dos Estados Unidos de caráter anti-insurgente), garantiu vultosos empréstimos diretamente à ABCAR e foi um dos recursos importantes para ampliar ainda mais o número de pessoas assistidas pelo programa.

José Paulo Ribeiro<sup>24</sup>, extensionista rural nos anos de 1950 e também diretor-executivo da ACAR entre os anos de 1960 e 1966,<sup>25</sup> publicou no ano de 2000 o livro intitulado *A saga da Extensão Rural em Minas Gerais*. Com um viés positivista e atuando como um dos intelectuais orgânicos do programa de Extensão no Brasil produziu uma análise histórica da

---

<sup>24</sup> Cursou agronomia na Escola Superior de Agricultura de Viçosa na segunda metade dos anos de 1940.

<sup>25</sup> Foi diretor da Caixa Econômica Estadual em 1966.

Extensão Rural e sobre os vínculos entre instituições nacionais e internacionais para a difusão dos avanços conservadores.

Em dezembro de 1961, a ABCAR solicitou assistência técnica e recursos financeiros da Missão da USAID para dar início e continuidade ao Plano Diretor Quinquenal. Após algum tempo, um convênio da Aliança para o Progresso foi assinado entre o Ministério da Agricultura, a ABCAR e a Missão da USAID, em 12 de março de 1962, que proporcionou à ABCAR 275 milhões de cruzeiros do Ministério da Agricultura e 750 milhões da Missão, originários dos fundos da PL-480. Este era um fundo denominado “Production Law-480” do governo americano, que pagava aos produtores daquele país para que diminuíssem parte da área de plantio, a fim de evitar superprodução e aumento de estoques de grãos. O resultado desse convênio só foi acontecer em 1963 e 1964 (RIBEIRO, 2000, p. 116).

O aumento de escritórios locais e melhoramento dos serviços e de sua operação eram significativos para a efetiva organização do projeto sistemático e argumentado. A criação de condições para a adesão voluntária ao projeto fez com que muitas organizações investissem maciçamente em atividades de caráter predominantemente intelectual, publicitário, como em revistas, jornais, treinamentos para difundir e organizar determinados tipos de cultura, dentre outros. O suporte popular era condição importante para o desenvolvimento do capitalismo no campo. O número significativo de agências e agentes mobilizados com o projeto extensionista, contando ainda com altos investimentos e metas traçadas até a implantação total do sistema no Brasil, foram importantes para conseguir a ampliação de famílias assistidas pela Extensão.

Nos marcos de efervescência das mobilizações populares, movimentos de luta pela terra, como das ligas camponesas e ampliação das propostas de reformas de base, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) não mediu esforços na preparação e aquisição de materiais educativos, fundações de radiodifusão e preparação de lideranças. A missão entre USAID e ABCAR garantiu a implantação de equipamentos, suprimentos e materiais de divulgação do projeto, senão vejamos:

Neste convênio, a Missão contribuiu com fundos para a implantação de equipamentos, suprimentos e materiais, correspondentes a 117.370 dólares em 1963, 110 mil dólares em 1964 e 24 mil dólares em 1965. A maior parte da importação foi de equipamentos para impressão, informação e audiovisuais; peças de reposição e outros suprimentos; materiais para demonstrações. Este equipamento, acrescido das importações feitas pelo ETA para o trabalho de Extensão Rural, proporcionou aos 12 serviços estaduais de Extensão mais antigos, bem como à ABCAR, o equipamento básico para suas Divisões de informação, que passaram a acelerar a produção de materiais educativos indispensáveis ao sucesso do programa de



Extensão Rural. No período de 1951 a 1964, com apoio da USAID e outras instituições, a ACAR de Minas Gerais enviou ao exterior – Estados Unidos e outros países – 25 extensionistas para treinamento (RIBEIRO, 2000, p. 120-1).

A partir do golpe militar em 1964, os investimentos na Extensão Rural aumentaram, bem como a sofisticação das técnicas e métodos de planejamento e ainda abrangeu os conteúdos de treinamentos, contando com uma maior influência política governamental. O Plano Diretor Quinquenal de 1962-1966 simbolizou uma importante virada de página para a Extensão Rural. Os avanços na base técnica e os planos governamentais estabeleceram diretrizes para a expansão da modernização conservadora da agricultura. De modo geral, o Plano Diretor permitiu que a ABCAR e suas associadas fossem reconhecidas pelo governo federal como órgãos de utilidade pública (RIBEIRO, 2000).

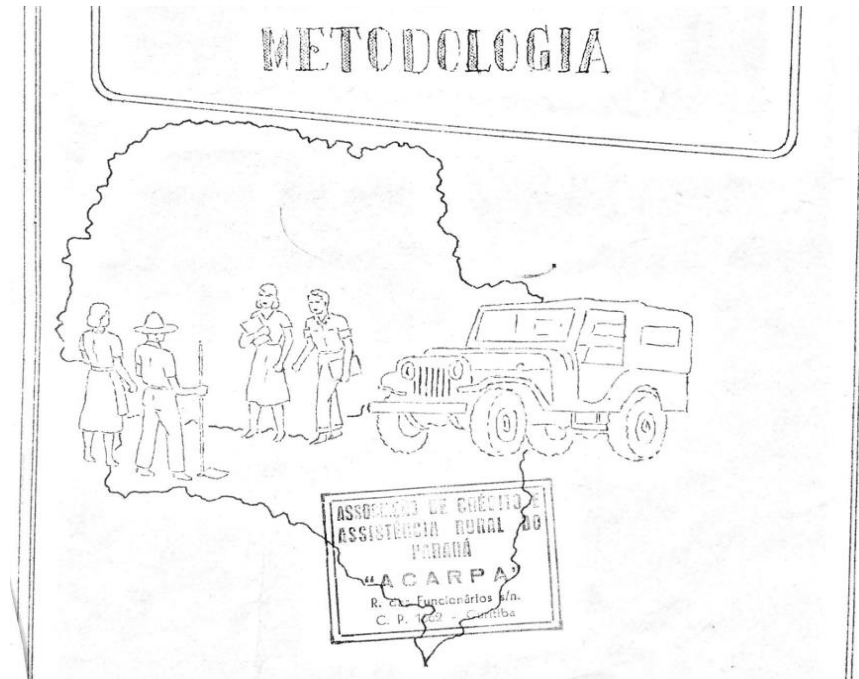
Nos finais dos anos de 1960, durante a ditadura militar, foi emitido um novo plano, denominado Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), cujo atendimento aos pequenos proprietários passou a ser aplicado tanto no sentido econômico quanto tecnicista. Dados pesquisados indicam algumas modificações na estrutura dos serviços prestados em função de que o programa já havia cumprido parte significativa da sua função difusionista.

- 1) Na filosofia, reformulando conceitos, princípios e objetivos, para adaptar-se à realidade, engajar-se nos planos governamentais, ao mesmo tempo em que ampliava seu campo de ação;
- 2) Reformulando estatutos e normas para ajustar-se à realidade;
- 3) Na estratégia de ação, ampliando o público a ser atingido que, além das famílias rurais, incluía associações, sindicatos, cooperativas, lideranças locais e, naturalmente, a estrutura do poder;
- 4) O planejamento passou a ser vertical e descendente, globalizado, tendo como base os programas de governo e o zoneamento agropecuário;
- 5) Quanto à metodologia de Extensão Rural, dando grande ênfase aos métodos de alcance sobre grupos e massa, trabalhando com grupos sociais naturais, organizados ou não, em lugar de grupos criados pela Extensão;
- 6) No que se refere à economia doméstica e ao bem-estar social, nada de concreto indicado (RIBEIRO, 2000, p.132).

As fontes oficiais, problematizadas neste trabalho, em vários momentos indicaram que o propósito do projeto da modernização conservadora, em outros termos, era justamente criar raízes para que as nações tornassem o projeto uma política de Estado. Antes da ditadura, a missão “humanista” e o trabalho social desempenhados pelos extensionistas e economistas domésticas cumpriram esse propósito. A partir da ditadura, outros desígnios foram constituídos, especificamente na década de 1970, como o aumento do quadro de lideranças e membros da sociedade civil treinados em clubes e associações organizadas pela Extensão,

assim facilitando a propagação autônoma da ideologia da modernização via instituições privadas e públicas.

**Figura 1** - A “missão” extensionista: “um agrônomo, uma professora e um jipe”



FONTE: CETREC, s/d. Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

De modo geral, o estímulo ao sindicalismo patronal e ao cooperativismo fizeram parte de um objetivo claro, a organização das classes rurais, grandes proprietários e trabalhadores rurais para aglutinarem os diversos movimentos dos trabalhadores rurais em disputa por direitos (OLIVEIRA, 2013).

#### 2.4 O ESTADO E A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O MEIO RURAL NO BRASIL (1953-1974)

A necessidade do estabelecimento de vínculos e conquista de novos parceiros periféricos para a consolidação do complexo agroindustrial requereu a formação da força de trabalho barata tendo em vista, a responsabilização tanto da classe trabalhadora quanto das instituições locais pela condução do processo de desenvolvimento dos setores ligados à agricultura e à indústria. Os agentes da modernização conservadora transformaram o ensino, a pesquisa e a experimentação nos três pilares essenciais de investimento do Estado e da iniciativa privada para a difusão do capitalismo no campo em segurança.

O desenvolvimento econômico é na verdade, em diversos países, um problema de desenvolvimento da agricultura. Em outros, onde a indústria acha-se em fase de implantação ou bastante adiantada, o crescimento da agricultura é condição imprescindível para a consolidação do progresso industrial. Quando esta inter-relação entre a agricultura e a indústria não pode ser realizada dentro do próprio país, torna-se necessário complementar a sua economia rural com a industrial de outro ou de outros países (CETREC, s.d, s.p).<sup>26</sup>

O interesse em aliar a pequena burguesia industrial com a produção rural necessitou de um trabalho intermitente da Extensão no sentido de alinhar propósitos internacionais e nacionais, bem como demonstrar que a tecnificação da agricultura era uma prática vantajosa, especialmente porque garantia privilégios para a classe burguesa. Tornar o extensionismo rural uma política de Estado ficou evidente nos relatórios da Extensão Rural. O sistema educativo foi um campo em disputa devido à influência integrativa que ela exerceu na sociedade, tanto é que os relatórios de formação extensionistas não deixaram de mencionar sobre as atribuições destinadas ao Estado neste quesito.

A condução do Estado e o direcionamento das políticas públicas eram assuntos de interesse da classe dominante. A propriedade privada e a produção agrícola foram tidas como assuntos de Estado, especialmente ao fazerem comparações ao sistema soviético.

A responsabilidade do governo, tanto no mundo ocidental ou naqueles países agrupados em torno dos soviéticos podem, resumidamente, ser considerados com relação à legislação geral ou especificamente à agricultura e com a administração decorrente desta legislação. Sendo assim, é de competência do governo, legislar sobre assuntos rurais das mais diversas categorias (política agrária, tributação, distribuição, circulação, etc.) e também correlacionar a legislação geral com os aspectos agrícolas (CETREC, s.d, s.p).<sup>27</sup>

Transformar o Estado em responsável e condutor do desenvolvimento do capitalismo no campo eram parte das estratégias dos agentes envolvidos na modernização conservadora. A ênfase no papel do Estado nesse processo de modernização e educação da população rural foi um meio para a transferência da responsabilidade para a sociedade civil e também política pela difusão e continuidade do programa. Nesse sentido, eximia-se a participação das entidades estrangeiras nesse processo. O ônus advindo da modernização conservadora se transformava em incumbência do Estado e não dos organismos articuladores do projeto.

---

<sup>26</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>27</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

Todavia, para nossas considerações, é no campo da assistência à agricultura que o governo tem um grande papel a desempenhar, não somente como iniciador, incentivador ou fiscalizador de atividades assistenciais, mas como responsável direto pelas modificações que se fizessem necessárias na evolução da assistência à agricultura (CETREC, s.d, s.p).<sup>28</sup>

Nesta afirmação é evidente a correlação com o pensamento contratualista, especificamente liberal. O desenvolvimento do capitalismo no campo, seguindo a lógica dessa concepção, deveria nascer naturalmente como uma vontade coletiva, quando na realidade foi amplamente estimulado pelo capital imperialista e pelos investimentos em larga escala na educação orientada e supervisionada pelo capital internacional. É importante mensurar a importância dada ao ensino superior brasileiro na esteira dos convênios estabelecidos entre o Estado brasileiro e instituições públicas e privadas dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o relatório do centro de treinamento extensionista (CETREC, s.d, s.p)<sup>29</sup>:

Para facilitar a exposição do assunto que iremos abordar, podemos dizer que em relação à agricultura, as responsabilidades do governo podem envolver três aspectos: ensino superior, pesquisa e experimentação, e 'assistência'.

A educação rural no Brasil possui íntima relação com os estudos sobre o Estado, entendido nesta pesquisa não como um ente que paira sobre a sociedade, ou seja, um organismo acima e separado da sociedade civil, mas tal qual uma relação social, um vínculo entre as sociedades civil e política. Por ser uma instituição que possui um papel determinado na sociedade capitalista, qual seja priorizar e atender os interesses da burguesia, historicamente foi alvo de constantes disputas em torno de seu controle. Não é à toa que logo após a Segunda Grande Guerra, mais especificamente durante a Guerra-Fria, parte da pequena e média burguesia brasileira aderiu a uma série de projetos de cooperação técnica propagada e difundida pelos países capitalistas centrais, especialmente os Estados Unidos.

Todavia, nesse contexto não só se aprofundaram as relações de dependência dos países periféricos, mas também houve alterações nos padrões de dominação externa. No caso brasileiro, no pós-Guerra, ampliaram-se as ações para a incorporação das economias e estruturas nacionais de poder às estruturas capitalistas internacionais (FERNANDES, 2005). Partindo de uma análise marxista, Gonçalves Neto (1997) evidenciou que no capitalismo a luta de classes anseia ao poder do Estado. Para manter os níveis de acumulação capitalista, a

<sup>28</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>29</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

burguesia historicamente agiu para eliminar o poder de decisão da classe trabalhadora e submetê-la à sua dominação. E embora a classe dominante constantemente tenha realinhado seus mecanismos para manter a estabilidade e manutenção da ordem capitalista,

(...) os conflitos de interesse continuam se aprofundando à proporção que avança o processo de desenvolvimento econômico, ocorrendo constantes realinhamentos na estrutura produtiva e de poder. É neste momento que entra em cena a figura do Estado, como órgão regulador das formas de acumulação e de exploração econômica da sociedade. Como representante das classes (ou, no caso, frações) em conflito, procurará mediar a situação de forma a atender às reivindicações divergentes, sem perder, no entanto, seu caráter privilegiador de determinados setores – resguardadas as condições de sobrevivência do modo de produção capitalista, fim que sobrepõe aos interesses imediatos das frações que empalmam o poder, ou mesmo de toda a elite (NETO, 1997, p.122).

A política agrícola e educacional, instituída no Brasil nos marcos da intervenção imperialista teve como objetivo manter inalteradas as formas de acumulação capitalista. Portanto, era necessário combater qualquer ideologia e reação da classe trabalhadora que ameaçasse a ordem do capital. Merecem atenção os seguintes programas de cooperação técnica de origem estadunidense, poderosos instrumentos do complexo aparato imperialista norte-americano voltados para a dominação capitalista: A Associação Internacional Americana (AIA), o International Basic Economy Corporation (IBEC) de Nelson Rockefeller; O Ponto IV, programa lançado em 1949 nos Estados Unidos durante a gestão Truman.

Chama a atenção que essas instituições resultaram em políticas públicas como a Extensão Rural (com forte teor ideológico dos Estados Unidos) que representou, na visão dos idealizadores do projeto da época, numa “ajuda” em larga escala, comprometida com a expansão econômica dos países periféricos. Não são raros os autores que reproduzem o caráter missionário destas instituições “modernizadoras”, afirmando que elas tinham importante papel em termos de colaboração com os países periféricos para encontrarem-se com o desenvolvimento. Além de tecnocráticos, essas visões são amplamente etnocêntricas pois, na medida em que concebiam as pessoas de modo abstrato e descontextualizado, eram pretenciosas ao investirem em “educação” das massas, ofuscando-as dos reais interesses relacionados à ampliação dos níveis de produtividade, garantido, assim, a extração de mais valia. Mendonça (2017, p. 68) demonstrou uma visão contextual, realista e crítica do imperialismo:

(...) o Ponto IV tinha como uma de suas principais metas impedir o avanço do comunismo na América Latina, contribuindo para a construção do ‘cordão sanitário’ típico da recém-inaugurada Guerra Fria, cabe inquirir se o suposto desenvolvimento econômico pretendido seria capaz de imunizar contra o ‘vírus’ do comunismo. Na verdade, a filosofia que embasava o Programa partia do princípio que a pobreza resultava da ignorância e da falta de capitais, desconsiderando que não se estava diante de escolhas voluntárias, mas, sim, de um conjunto de circunstâncias, muitas delas estruturais. Logo, os limites impostos por uma ordem social tida como ‘arcaica’ deveriam ter sido levados em consideração, bem como o fato de que os países ‘ajudados’ eram pobres em função das contradições inerentes a sua estrutura fundiária e sua própria história.

O Ponto IV foi um programa que evidenciou o direcionamento intensivo de capital para o sistema educacional nos países periféricos. O investimento em políticas educacionais tornou-se uma das principais armas para o combate ao comunismo. A migração rural para as áreas urbanas, em pleno contexto de investimento na industrialização brasileira (1955), somando a isso o tímido avanço de direitos trabalhistas após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constituíram-se em algumas das preocupações das elites brasileiras. A necessidade de conter certo contingente de migrantes para evitar a redução da produtividade no campo ameaçava, em certo aspecto, os interesses empresariais que precisavam de força de trabalho barata diante do avanço da industrialização. O controle dessa migração também fez parte das atividades do projeto extensionista e da política educacional, no intuito de amenizar os problemas identificados no campo.

O investimento em educação tornou-se um dos principais pilares para a expansão do Imperialismo na América Latina, especialmente no Brasil, tendo em vista não só manter um contingente de força de trabalho no campo, mas também oferecer treinamentos relacionados a atividades industriais. Tratou-se de produções caseiras de conservas, corte e costura, higiene, construção e melhoramento das benfeitorias, dentre outros. Preservava-se, assim, a estrutura da dominação e, ao mesmo tempo, garantia a contenção das potenciais reações da classe trabalhadora no campo e nas cidades.

No tocante à educação rural, Mendonça (2007) discutiu os acordos produzidos entre Estado brasileiro, via Ministério da Agricultura, com Fundações Interamericanas de Educação nos finais dos anos de 1940. Neste contexto, observa-se a intensificação das investidas do Estado no ensino profissional agrícola e das populações rurais. A partir de então popularizaram-se os Centros de Treinamentos de trabalhadores rurais, a propagação de semanas ruralistas, viagens de estudos aos Estados Unidos e intercâmbios. Merece destaque a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), órgão

gerenciado pelo Ministério da agricultura, que colaborou com a implantação de Clubes Agrícolas, unido às escolas primárias, bem como, a propagação dos Centros de Treinamentos de trabalhadores rurais (MENDONÇA, 2007).

Segue-se, em 1945, o acordo sobre a educação rural, que prepara mais diretamente a entrada ao Desenvolvimento de Comunidade no país. Resultante de cooperação estabelecida entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a ‘Inter-American Education Foundation, Inc.’ o acordo se propõe a estabelecer ‘maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, ideias e métodos pedagógicos entre os dois países’. Dele resulta a criação da Comissão Brasileiro – Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), junto ao Ministério da Agricultura, composta por técnicos americanos e brasileiros responsáveis pela execução do Programa. Como fundo financiador, a CBAR conta com US\$ 250.000,00 de fontes americanas e US\$ 750.000,00 do orçamento da União. Em adição, os Estados Unidos põem à disposição da CBAR um corpo de especialistas em Educação e Extensão Rural, além de concederem bolsas de estudo para o ‘adestramento de brasileiros naquele país’ (AMMANN *apud* FONSECA, 1985, p. 57).

Em 1955, a Comissão Brasileira de Assistência às Populações Rurais (CBAR) ofertou vários trabalhos de formação técnica, tais como treinamento de líderes, cursos para professores rurais e técnicos, semanas ruralistas e educativas, concentrações de agricultores, campanhas ruralistas, cursos rápidos de indústrias rurais em instituições de ensino do meio rural. Ainda, em parceria com a Universidade Rural, colaborou com as semanas do fazendeiro, ministrando-se cursos direcionados para os proprietários rurais (CRL, 1956).

Neste contexto, ampliou-se a influência estadunidense junto à educação rural no Brasil por intermédio de novos acordos com o Ministério da Agricultura e, como resultado, a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER (1953), desenvolvida pela CBAR e com apoio da UNESCO (FONSECA, 1985), o ETA (que recebeu verba da AIA), Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura (1955), Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1956) (MENDONÇA, 2007).

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) contou com a colaboração do Ponto IV para fins de estabelecimento de Centros de Treinamento para Técnicos em produção audiovisual e para a capacitação de professores e agentes que atuavam no campo. Essa formação era voltada para a execução dos programas de extensionismo rural (ARAGÃO, 1959). Chama a atenção o montante de investimento estadunidense direcionados ao “desenvolvimento” da agricultura brasileira entre os anos de 1953-1955, senão vejamos:

Na realidade, a contribuição do governo dos Estados Unidos, no período 1953-1954, compreendeu mais US\$ 140,000.00 e US\$ 500,000.00, respectivamente em despesas com bolsas e pagamentos de técnicos, quantias que se elevaram, em 1955, a US\$ 168,000.00 e US\$ 600, 000.00.

Não somente o retardamento da entrega dos meios financeiros, mas também a falta de especialistas norte-americanos e brasileiros, para os diversos setores de onde surgiram as solicitações de colaboração, impediram que fossem estas mais prontamente e em maior número atendidas (CRL, 1956, p. 172).

Parte significativa desses montantes foram direcionados para o treinamento de lideranças, extensionistas rurais e desenvolvimento do ensino profissional. Tratou-se de um dos principais interesses de trabalho dos idealizadores e financiadores da Extensão Rural no Brasil. A Fundação Rockefeller, Fundação Ford, Aliança para o Progresso por meios de seus interlocutores (agências e agentes de Extensão “educativa”) estavam sempre em relação direta com as elites locais, remodelando as operações técnicas e os projetos de cooperação.

Dedicando-se especial interesse ao desenvolvimento do ensino profissional para as atividades rurais – agronomia e veterinária associadas à experimentação e com prática de Extensão, economia doméstica, mecanização – o ETA não somente tem estimulado várias iniciativas nesse setores como realiza um estudo objetivo das condições vigentes naquele ensino, sob todos os aspectos, já havendo publicado um relatório sobre as escolas superiores de agronomia e veterinária. Vem atuando também na realização do programa de visitas e treinamento, nos Estados Unidos, de líderes rurais, educadores técnicos (CRL, 1956, p. 173).

O ETA, que teve uma forte atuação no Brasil a partir dos anos de 1953, funcionou a partir de recursos financeiros públicos e privados, oriundos dos Estados Unidos e do Estado brasileiro, via Ministério da Agricultura. Este, por sua vez, ficou encarregado de divulgar as realizações da agência, ofereceu bolsas de estudos, colaborou com a construção de centros de treinamento, estabeleceu parcerias em assistência financeira e técnica mediante órgãos públicos e privados de crédito rural. Além disso, ficou incumbido pelo recebimento de materiais de divulgação e para experimentação de métodos e técnicas de doutrinação extensionista importados, sendo pagos em dólar e moeda brasileira. O Ponto IV e o ETA desenvolveram no Brasil um total de 15 projetos aprovados em uma comissão mediante participação de agentes internacionais e entidades nacionais:

(...) reorganização e reaparelhamento da Fazenda de Ipanema, em São Paulo, e desenvolvimento das atividades do Centro de Ensaio e Treinamento de Engenharia Rural, do modo a prover os serviços especializados do pessoal técnico necessário ao reerguimento e racionalização da agricultura; apoio ao



crédito rural supervisionado a assistência social, através da ACAR, em Minas Gerais, da ANCAR, no Nordeste, e da ASCAR, no Rio Grande do Sul, estabelecimento de uma área – piloto, na região do rio Una, para os trabalhos de recuperação do Vale do Rio Paraíba; preparo e treinamento de pessoal para trabalhos de agricultura mecanizada, Extensão, conservação do solo e água, em Carazinho, Rio Grande do Sul; produção de batata semente certificada para assegurar autossuficiência ao país; curso de treinamento em conservação do solo de agrônomos do Rio Grande do Sul e início de um distrito conservacionista nesse Estado; colaboração com o Instituto Biológico de São Paulo para estudos fitopatológicos; aparelhamento e operação de uma fábrica-Escola de Laticínios em Pelotas; assistência técnica às Secretarias de Agricultura do Paraná e de Pernambuco e à Federação das Associações Rurais de São Paulo, respectivamente, para organização de serviços e estudo de rede de armazenamento; edição da obra didática ‘Equídeos’ (CRL, 1953-1956, p. 172).

O excerto acima permite observar uma série de atribuições e ações do ETA no campo e, principalmente, na área educativa. São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná foram estados onde o investimento em políticas agrícolas foi bastante estimulado. O papel desempenhado pelo ETA consistiu na promoção do “desenvolvimento” da agricultura, vinculando-se a diversas instituições ligadas à promoção de “bem-estar” das populações do campo: Universidades rurais; o sistema ACAR, Ministério da Agricultura, ABCAR e instituições educativas (MENDONÇA, 2007).

Em termos gerais, o objetivo principal dessas diferentes ações era ampliar a capacidade produtiva por meio do fomento industrial e agrícola, tendo como elemento superestrutural o sistema educativo, mantido por meio de expressivos volumes adquiridos pelo sistema financeiro internacional. Este processo foi acelerado a partir da ditadura militar (1964-1985), momento em que o país estabeleceu vários convênios com os Estados Unidos por intermédio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Molina (2019) afirma que após o golpe militar de 1964 a USAID passou a intervir imensamente na educação brasileira, colaborou com a implantação de cursos de graduação e pós-graduação na área de energia nuclear e modificação genética de plantas e animais, assim como com o treinamento de um significativo quadro técnico de professores e lideranças.

É notório que a USAID teve uma atuação híbrida, apoiando instituições públicas e privadas no âmbito da educação e da modernização conservadora da agricultura, atuando como extensão dos interesses empresariais estadunidenses. Inclusive, a agência manteve uma relação estreita com o ETA, colaborou com a aquisição de materiais de divulgação, experimentos em culturas prioritárias das multinacionais, bem como com os treinamentos de extensionistas. Conforme a pesquisa de Arapiraca (1979), a USAID estabeleceu acordos com

o MEC para fins de transformação estrutural, aperfeiçoamento do ensino médio e ensino industrial. Inclusive, durante a ditadura, por meio desses incentivos, implementou-se nas instituições educacionais o ensino de economia doméstica para a qualificação da força de trabalho. Ficam claros os vínculos estreitados a partir da agência, envolvendo aproximações do ensino regular formal com as práticas desenvolvidas por um modelo educativo informal, qual seja, o extensionismo rural.

## 2.5 A INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS ESTADUNIDENSES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A partir dos anos de 1940, os Estados Unidos surgiram com projetos e convênios voltados para a educação das comunidades rurais, envolvendo os integrantes de toda a família rural. Desde então, vários acordos passaram a ser firmados entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a Inter-American Educational Foundation (InC), dando origem à Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Em 1947, John B. Griffing, representante especial da Inter-American Education Foundation (INC), por meio do boletim da CBAI - Comissão Brasileiro-americana de Ensino Industrial fez as seguintes declarações:

Uma pergunta pode desde logo ser feita: - 'Por que estão os Estados Unidos interessados no desenvolvimento de programas de ensino no Brasil?' Desde 1940, como uma fase de cooperação com um aliado indispensável na luta mundial para conseguir manter liberdade, representantes dos Estados Unidos têm trabalhado em conjunto com líderes brasileiros e de outras nações latino-americanas no desenvolvimento de diversos aspectos do ensino, principalmente os que se referem à saúde, eficiência de produção e bem-estar dos povos. Agora, no período do pós-guerra, a Inter-American Educational Foundation, Inc., uma agência do governo dos Estados Unidos mantém programas em cooperação com o governo brasileiro em ensino industrial e ensino agrícola. Estas são as duas espécies de ensino que estão ligadas à base econômica do país. O ensino agrícola tem em vista o aumento da produção de alimentos, o industrial, a expansão de fábricas, e ambos visam um padrão de vida mais elevado.

Os Estados Unidos não aceitam a teoria antiquada de que algumas nações deveriam ser fortes e ricas e fabricar mercadorias para vender às nações mais pobres que só produzem matérias-primas. Eles reconhecem, pelo contrário, o princípio básico de que, quanto maior for a proporção de produção de alimentos e de artigos manufaturados pelo Brasil, maior será a sua força como um aliado de defesa do hemisfério e seu valor como um comprador de produtos dos Estados Unidos em tempos de paz. É vantajoso para os Estados Unidos, de qualquer modo, que a sua nação irmã, abaixo do Equador, faça o

maior progresso em produção, industrialização, prosperidade e padrão de vida (BOLETIM DA CBAI, 1947, p.01).

A citação permite identificar a missão imperialista estadunidense após a Segunda Guerra Mundial. Seu interesse não era deixar com que os países se desenvolvessem autonomamente, vez que era evidente o anseio de intervir na América Latina a fim de controlar o sistema produtivo, a política interna e gerar excedentes para o progresso industrial dos EUA, submetendo, assim, os demais países sob seus domínios capitalistas. O desenvolvimento autônomo latino-americano, em tempos de Guerra Fria, significou um campo propício para o alinhamento com o socialismo soviético e por muito tempo, essa foi a justificativa para a política expansionista estadunidense nos países periféricos.

Os planos de assistência técnica norte-americana ao Brasil surgiram, efetivamente depois da segunda Guerra Mundial, como decorrência da necessidade de manutenção de áreas e mercados tradicionais, ameaçados pelo fortalecimento dos países socialistas. Resultaram ainda da necessidade que os EUA tiveram de, face à propagação dos ideais de emancipação colonial e libertação econômica, nos países subdesenvolvidos, preservarem o seu domínio ou ampliá-lo, substituindo o velho imperialismo europeu, enfraquecido com a guerra (TAVARES, 1980, p. 5).

O fortalecimento da política expansionista estadunidense se deveu à disposição de dispositivos para intervir na sociedade civil. A CBAI foi um dos instrumentos para a conexão de intelectuais orgânicos brasileiros e estadunidenses por meio de intercâmbios, treinamentos e aprimoramento de atividades relacionadas aos métodos pedagógicos, ideias e ensino brasileiro de interesse imperialista. A CBAI foi um programa de cooperação educacional, assim como a Extensão Rural. Ambas ofereciam cursos e treinamentos, tendo em vista a necessidade de capacitação de docentes em consonância com os parâmetros de desenvolvimento requeridos pela modernização conservadora.

O plano educativo alicerçado nos parâmetros teóricos e metodológicos da psicologia, administração, sociologia, metodologias de ensino e economia, relacionados ao programa de desenvolvimento técnico, garantiram o expressivo aumento da produtividade, tão vislumbrado pelos Estados Unidos, tornando-se peças fundamentais para o fortalecimento do poder econômico e político imperialista.

O debate sobre o desenvolvimento como construção histórica requer a análise das formas de conhecimento e de poder engendradas nos processos de profissionalização e institucionalização de sistemas educativos. Após a Segunda Guerra Mundial, novas formas de poder e de controle passaram a ser difundidas pelos países centrais. Tratou-se do processo de

organização e de difusão de um conjunto de técnicas, práticas disciplinares, disciplinas acadêmicas, métodos de pesquisa e conhecimentos para a solução de problemas relacionados à produção, derivados da ciência ocidental. Ciência e Tecnologia passaram a ser marcos de “civilização” e de “desenvolvimento”. As novas instituições do poder, a assistência técnica preconizada pelo sistema de Extensão e a tecnologia ampliariam o progresso material, conferindo um sentido de direção, importantes para a consolidação de uma rede de poder efetiva a favor do capital (MENDONÇA, 2007).

O desenvolvimento se tornou um negócio do campo institucional da modernização conservadora, chegando ao ponto de os agentes qualificarem o Brasil como um país “atrasado”, “pobre”, “subdesenvolvido” e que deveria ser submetido a constantes reformas e intervenções de especialistas. Aos olhos dos agentes da modernização conservadora, as moradias, a alimentação, a higiene, o vestuário, o comportamento humano e o trato com os animais estavam completamente errados, não correspondendo aos objetivos do projeto capitalista. Relatórios anuais de atividades elencaram os múltiplos problemas identificados na agricultura brasileira, sendo que as organizações internacionais, por meio de acordos bilaterais de cooperação técnica, apresentavam-se como solução para os “problemas” de natureza econômica, cultural, produtiva e educativa no Brasil.

Semelhante profissionalização efetuou-se através da proliferação de ‘Ciências do Desenvolvimento’ e suas ‘sub-disciplinas’ as quais, supostamente, tornariam possível remover todos os problemas do âmbito político e cultural, recolocando-os nos termos aparentemente mais neutros da Ciência. Isso resultaria na definição de uma série de programas de estudos na maior parte das universidades do mundo desenvolvido, bem como na criação de universidades no Terceiro Mundo. Outra importante consequência da profissionalização do desenvolvimento foi a inevitável metamorfose do povo do Terceiro Mundo em dados de pesquisa, segundo os paradigmas ocidentais capitalistas (MENDONÇA, 2007, p. 91-2).

As atividades internacionais de cooperação técnica aprofundadas a partir dos anos de 1950 visavam a difusão de conhecimentos e tecnologias produzidas nos centros de pesquisa. Elas foram concebidas como solução para o problema da “pobreza” e o “subdesenvolvimento”. Este, aos olhos do programa, era consequência do baixo nível de habilidades e de conhecimentos, por isso os saberes técnicos e científico deveriam ser urgentemente introduzidos. Nesse sentido, para os agentes que financiaram a modernização conservadora, a melhoria da qualidade de vida nos países periféricos dependia da integração da produção agrícola aos avanços efetivados na indústria, logo era preciso qualificar um

quadro de profissionais, cuja “missão” era levar os conhecimentos produzidos nos centros de pesquisa aos produtores rurais.

O treinamento de agentes de Extensão no Ensino Superior foi identificado como necessário em pleno contexto de industrialização brasileira. A integração da educação ao projeto de desenvolvimento do capitalismo, mais especificamente na orientação e formação dos quadros técnicos, fez parte dos planos da Extensão.

Receberam ainda assistência técnica de ordem administrativa, através do Ponto IV, a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, a Universidade da Bahia, a Universidade de Minas Gerais, aquela, com a instituição de um curso de planejamento regional; esta, com a organização de um curso de Administração Pública, primeiro na espécie a ser ministrado no sistema universitário brasileiro (ARAGÃO, 1959, p. 37).

O Ponto IV teve significativo papel no desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, inclusive, cooperou com projetos de instrução educativa de caráter administrativo, de serviços públicos e também privados. O programa estadunidense operou no interior das universidades ao organizar as atividades de campo, difundir métodos, administrar e coordenar treinamentos dos agentes de Extensão Rural. Segundo a FGV, na área administrativa e educativa, o Ponto IV estabeleceu um convênio entre as universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Escola de Serviço Público do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).<sup>30</sup>

A Revista do Serviço Público de 1959 dedicou inúmeras páginas às colaborações do Ponto IV e do ETA em várias instituições brasileiras na área educacional, saúde e transportes. Merece destaque a intensa intervenção do projeto ETA em universidades posicionadas em regiões com interesse pela propagação dos métodos estadunidenses. A Universidade Rural do Estado de Minas Gerais foi fundada em 1948 e no mesmo contexto de criação da ACAR, assim substituiu a Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV)<sup>31</sup>, logo recebeu volumosos investimentos e ampla cooperação internacional, tanto de Rockefeller quanto do

---

<sup>30</sup> CPDOC, Verbetes: Ponto IV. Disponível no site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>. Acesso em: 16 jul. 2022.

<sup>31</sup> “A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) nasceu como uma instituição de ensino superior baseada no modelo norte-americano dos Land-Grant Colleges. Modelo que é pautado no ensino, pesquisa e Extensão, também voltada para a melhor instrução dos trabalhadores do campo. A ESAV contava com as seguintes modalidades de cursos: os breves, os elementares, os médios e os superiores. Criada formalmente em 30 de março de 1922 e inaugurada em 28 de agosto de 1926, a ESAV iniciou suas atividades acadêmicas em 1º de agosto de 1927 com os cursos fundamental e médio. As aulas do curso superior de agricultura iniciaram no semestre seguinte e o superior de veterinária, em 1931. O formato de Escola percorreu até o ano de 1948 quando deu origem a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).” Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH-UFV). Disponível em: [\\_http://atom.ufv.br/index.php/escola-superior-de-agricultura-e-veterinaria-ATOM](http://atom.ufv.br/index.php/escola-superior-de-agricultura-e-veterinaria-ATOM). Acesso em: 20 jul. 2022.

ponto IV. Basta lembrar que este estado foi pioneiro nos serviços de Extensão, cujas experiências produzidas no estado repercutiram na propagação das práticas em outras regiões do país, como no Sul e no Nordeste. Tratava-se de estados que, por vontade das elites locais, aderiram ao projeto técnico, visando formar um significativo quadro técnico de extensionistas rurais para atuarem como propagadores do capitalismo no campo.

J. Guilherme de Aragão, na Conferência pronunciada em 1959 no auditório da Embaixada americana no Brasil, fez a seguinte colocação:

Inclui-se no primeiro tópico a colaboração técnica em matéria de orçamento, organização e métodos, administração do pessoal e o estabelecimento de um programa sistemático de bolsas de estudo que permitirá a funcionários brasileiros a ida aos Estados Unidos com o objetivo de especialização em administração pública e desenvolvimento econômico.

(...) O segundo tópico traduz projeto mais amplo de maiores repercussões no futuro. Trata-se de um programa unificado de ensino da administração pública e de empresas no Brasil, do qual participarão as Universidades da Bahia, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, a Fundação Getúlio Vargas e o DASP. A razão da escolha destas instituições prende-se ao progresso que já demonstraram neste campo, bem como as vantagens de sua localização geográfica que permite serem beneficiadas várias regiões do Brasil ao mesmo tempo. Como participante desse programa, a Escola de Serviço Público do DASP dispensará especial atenção ao treinamento de pessoal para o serviço público. Dezesseis técnicos norte-americanos deverão prestar sua colaboração ao programa unificado de Administração Pública e administração de empresas (ARAGÃO, 1959, p. 38).

Eis que o Ponto IV incidiu em um campo vasto de atividades dirigidas e setores específicos de agricultura, saneamento básico, comunicação, audiovisual, energia nuclear, instalação de radar e programas de ensino. O investimento em formação humana proporcionaria, aos olhos do programa, uma maior adequação e adesão das comunidades rurais às transformações que o capital requeria nesta nova fase de desenvolvimento capitalista. Investiu-se intensamente na formação do quadro técnico, oferecendo treinamentos externos como observado na fonte a seguir:

Já em 1954, o programa de cooperação agrícola entre o Brasil e os Estados Unidos permitiu que mil e quinhentas pessoas recebessem treinamento técnico no país. Estendeu-se o programa de cooperação e assistência a mais de 70 organizações federais e estaduais, envolvendo no conjunto a atuação de dois mil e quinhentos brasileiros em todo o país. Cerca de 400 técnicos agrícolas receberam treinamento especializado nos Estados Unidos. Somente em 1958, cento e dezessete aperfeiçoaram seus conhecimentos em instituições daquele país. Esses técnicos virão difundir no Brasil os conhecimentos assim adquiridos (ARAGÃO, 1959, p. 38).

Os convênios entre universidades brasileiras e estadunidenses funcionaram como elo entre entidades do Ensino Superior, pesquisas experimentais e populações rurais. A eficácia desses vínculos envolvia a qualificação continuada dos professores universitários brasileiros, a elaboração de novos convênios intermediados pelas agências dos Estados Unidos que investiram não só na qualificação dos agentes que atendiam diretamente as comunidades rurais, mas também no quadro de professores universitários da área agrícola e economia doméstica.

A partir da fundação da ABCAR, recursos estrangeiros e de origem federal foram incorporados ao orçamento da educação superior e técnica. Em 1959, a Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG) ligou-se à ACAR e passou a executar funções de caráter assistencialista e de Extensionismo Rural.

Os jornais da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) dedicaram inúmeras notícias sobre concessões de bolsas de estudos para professores e alunos da instituição, bem como intercâmbios financiados com verba do programa ETA.

#### TÉCNICO AMERICANO VISITA VIÇOSA

Esteve entre nós o Professor Catedrático de Economia Rural da Universidade Norte Americana (PURDUE), o Dr. Lowell S. Hardin, sob os auspícios de Projeto Purdue Brasil.

Na qualidade de consultor do ETA Projeto 55 para a sua especialidade, o Dr. Handin proferiu duas excelentes palestras ao corpo docente e discente da Universidade Rural, abordando os mais variados assuntos da nossa vida Universitária.

O Dr Lowell S. Hardin, que atualmente é uma das figuras de maior projeção em seu país, no campo da Economia Rural e co-autor de três livros sobre sua especialidade, foi eleito recentemente Presidente da Associação Americana de Economistas Rurais (UREMG, 1962, p. 2).

A criação da UREMG ocorreu no contexto de fortalecimento da influência estadunidense no Brasil. O projeto Purdue-Brasil, financiado pela Fundação Ford e USAID, permitiu a criação de cursos de especialização na área de Ciências Agrárias e Ciências Domésticas, qualificando, também, um número significativo de mulheres para o trabalho (ARRUDA, s.d, p.840). Handin, em 1965, ingressou na Fundação Ford e atuou no programa oficial de agricultura; foi professor do Departamento de Economia Agrícola da Universidade de Purdue e dedicou estudos às políticas de estabilização produtiva, saúde do trabalhador, capacidade produtiva, bem-estar físico e mental dos fazendeiros. Para ele a preocupação com a renda era um fator importante, porém excedia a importância dada a si mesmo (DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 1954, p. 09). Handin também produziu estudos sobre

problemas de desenvolvimento agrícola e de propagação da tecnologia científica, assim identificou:

Talvez o sucesso dos institutos internacionais de pesquisa e treinamento agrícola nos dê uma pista. As agências de assistência ao desenvolvimento poderiam se oferecer para acrescentar um componente de ciências sociais aos centros internacionais. Ou talvez um instituto internacional de política agrícola pudesse ser criado. É vislumbrado um núcleo relativamente pequeno de mentes de primeira classe, um pequeno "think tank", talvez, dedicado à pesquisa comparativa que sonda a experiência real. Conceituaria e avaliaria as consequências de políticas nacionais alternativas relativas à agricultura e à população rural em relação ao desenvolvimento total. (Sou grato a F.F. Hill por chamar minha atenção para a possível semelhança de tal instituto com o instituto de estudos estratégicos de Londres, dirigido por Alastair Buchan; e pelo Dr. Hill e Kalman H. Silvert pela ajuda crítica no desenvolvimento deste artigo (HANDIN, 1969, p.48, tradução nossa).<sup>32</sup>

Os intelectuais orgânicos, formados nas universidades dos países centrais tais como Purdue University, University of Nebraska, Ohio, Massachusetts, Arizona e University of Wisconsin, além de coadunarem com a ideologia do desenvolvimento, pretendiam manter o controle sobre o conhecimento propagado para a resolução dos problemas de ordem tecnológica, cultural e política nos países periféricos. A formação de um corpo de expertises, responsável por conduzir o processo de propagação do desenvolvimento tecnológico e da modernização conservadora, representou para a classe dominante a possibilidade de expansão do consenso nos países periféricos.

Os Think Tanks eram entidades da sociedade civil que dispunham de indivíduos detentores de conhecimentos técnicos específicos, mobilizados para influenciar políticas públicas, desestabilizar governos e organizar golpes. Tratava-se de organizações independentes, intimamente ligadas a partidos políticos, governos, imprensa e empresas (DREIFUSS, 1986).

Think Tanks liberais podem ser definidos como aparelhos de hegemonia destinados a difundirem o pensamento liberal ou neoliberal que ocorrem no mundo do trabalho no processo de desenvolvimento do capitalismo. Tal propagação contribui para o sucesso destes processos nos âmbitos políticos e ideológicos (CRISTOFOLETTI, SERAFIM, 2018).

---

<sup>32</sup> "Perhaps the success of the international agricultural research and training institutes gives us one lead. development assistance agencies could offer to append a social-science component to the international centers. or perhaps an international agriculture policy institute could be created. envisioned is a relatively small nucleus of first - class minds, a small "think tank" perhaps, devoted to comparative research that probes actual experience. it would conceptualize and evaluate the consequences of alternative national policies bearing on agriculture and rural people as related to total development. (I am indebted to F.F. Hill for drawing to my attention the possible similarity of such an institute to the london-based institute for strategic studies, directed by Alastair Buchan; and to Dr. Hill and Kalman H. Silvert for critical help in developing this paper." F.F.



Segundo Teixeira (2007), conceitualmente, os TTs se remeteram a salas onde se discutiam estratégias militares durante a Primeira Guerra Mundial, porém o termo surgiu apenas durante a Segunda Guerra Mundial. Para Haass (2002 *apud* MORAES, 2013) a intenção do plano era produzir uma ponte entre o conhecimento acadêmico e o mundo prático, ou seja, com as políticas públicas.

O problema da busca pelo consenso na política externa em épocas conturbadas, segundo Milza (1996, p. 380), pode ser resolvido mediante projetos organizados pelos think tanks, com efeito ideológico e/ou como algo criado, tornando-o naturalizado, senão vejamos: “inclinando os estadistas e grupos dirigentes a propor ao país ‘um grande projeto’ mobilizador, cujo objetivo principal é construir a unidade da nação ou preservar a nação diante do jogo dissolvente das forças centrífugas”.

Os estudos de Teixeira (2007) acerca da influência dos think tanks na política externa dos Estados Unidos ofereceram indícios da possibilidade de classificá-los como organizações que normal e aparentemente aparecem como filantrópicas, portanto, sem fins lucrativos, mas que apoiaram teóricos e intelectuais empenhados em produzir análises ou recomendações políticas. Considerando que os Estados Unidos historicamente foram os maiores propagadores de think tanks pelo mundo, essas agências que passaram a atuar no Brasil após a Segunda Guerra apresentando um caráter filantrópico, acreditavam que as instituições poderiam ser usadas para restringir, controlar, redirecionar as mudanças econômicas, influenciar a escala de prioridades, mobilizar coalizações políticas, oferecer estratégias de ação na política externa dentre outros.

A formação humana de intelectuais orgânicos necessários para o trabalho diretamente ligado aos agricultores consistiu em uma das preocupações das agências filantrópicas. O interesse pela formação de um núcleo proveniente dos centros de pesquisa, pensamento e formação política de ordem liberal (think tank), durante a expansão da Extensão Rural (especialmente durante a ditadura militar no Brasil), relacionou-se com o contexto da iminência da crise econômica dos anos de 1970 e da crítica neoliberal das políticas de Estado de bem-estar social.

As inúmeras cooperações da iniciativa privada e pública visaram à institucionalização e expansão da Extensão Rural no Brasil, tendo como foco a construção de bases sólidas e permanentes. A preparação e formação dos quadros dirigentes incidiram sobre as relações de produção no campo, no aumento da participação do Estado nas políticas públicas relacionadas à agricultura, o que implicou a acentuação da capacidade produtiva dos agricultores mediante o avanço da especialização e aplicação de novos métodos aprimorados nas universidades.

Segundo o Jornal da UREMG, de 1963, inúmeros quadros de profissionais foram formados nas instituições universitárias para atuarem nos diversos estados brasileiros.

E cada ano que passa, entrega ao Estado de Minas Gerais e aos demais estados da federação novas numerosas turmas de Engenheiros Agrônomos, Bacharéis em Ciências Domésticas, Técnicos em Agricultura, Técnicos Agrícolas e Administradoras do Lar. Apesar do número sempre crescente de concluintes, as necessidades do mercado de trabalho e a procura de técnicos para o exercício das profissões ligadas ao complexo rural, superam expectativas.

Ganha a agricultura, a pecuária, a Extensão Rural, as secretarias de agricultura, as companhias mistas e particulares, técnicos para o incremento da produção e assistência às famílias rurais.

Novos elementos partem a contribuir para o desenvolvimento a racionalização da agricultura e da pecuária. A UREMG lança os seus Técnicos desde o mais puro trabalho intelectual à árdua missão de levar a repartir os conhecimentos adquiridos nos bancos escolares (UREMG, 1969, p.01).

A UREMG, transformada em UFV em 1969, desempenhou papel ativo com relação à formação de um quadro de agentes para a difusão de práticas produtivas do modo de produção capitalista. A partir dos anos de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek e, principalmente na década de 1960, escolas e universidades passaram a ser federalizadas. Isso significou, por algum tempo, melhores condições nas estruturas físicas, financeiras e o aumento de significativo corpo de funcionários nestas instituições. Essas federalizações constituíram-se em uma tentativa de aparelhamento das ciências agrárias para a formação dos recursos humanos para o processo de acumulação de capital, o qual pode ser observado nas intervenções que as universidades, de interesse das organizações internacionais, sofreram durante a Guerra Fria. Essas instituições deveriam se adequar a certos padrões e parâmetros teórico-metodológicos requeridos pelo projeto voltado para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

A ligação entre o capital imperialista com o extensionismo rural no Brasil pode ser notado a partir dos inúmeros investimentos em projetos educativos e em intercâmbios e cursos de treinamentos realizados por professores, extensionistas rurais, economistas e jovens nos Estados Unidos. O ETA, com a participação do Ponto IV, colaborou e estimulou acordos de cooperação entre os dois países. A troca de conhecimentos, habilidades e técnicas no campo da agricultura, pecuária, recursos naturais e de fortalecimento da administração pública no Brasil foram fundamentais para a sincronização do sistema bilateral.

Para ressaltar a afinidade entre os objetivos específicos do Ponto IV e os dos programas governamentais consubstanciados nas ‘metas’, basta relembrar tópicos do contexto dos dois documentos, que dão fundamento ao sistema bilateral do Ponto IV. O primeiro deles – o Acordo Geral de Cooperação Técnica – firmado a 19 de dezembro de 1950 estabelece as bases de uma cooperação recíproca de intercâmbio de métodos, conhecimentos técnicos e atividades correlatas, destinadas a contribuir para o desenvolvimento equilibrado e coordenado do potencial econômico e o aumento da produção do Brasil. E acrescenta: A execução de determinados programas técnicos e a elaboração de projetos específicos serão feitas mediante acordos especiais ou entendimentos que venham a ser ultimados entre representantes devidamente autorizados pelo Governo do Brasil e pela Administração de Assistência Técnica dos Estados Unidos da América ou, ainda, entre outras entidades ou pessoas designadas pelos respectivos Governos (ARAGÃO, 1959, p. 35-6).

Os acordos bilaterais que estipularam a realização de intercâmbios de métodos para o “desenvolvimento equilibrado” de países periféricos como o Brasil podem ser compreendidos como uma manifestação da crise de liderança dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos. Na investigação de Fonseca (1985), a necessidade de constante controle tem relação com os efeitos das resistências populares, a exemplo da Revolução Cubana. O comprometimento com as políticas governamentais planejadas no Brasil foi uma consequência direta que esteve associada ao interesse em manter a ordem e o controle burguês sobre o Estado nacional na periferia.

Universitários, professores e jovens quatroessistas assistidos pelo sistema de Extensão Rural tiveram oportunidades de assimilar métodos e técnicas de trabalho no exterior.

**PROFESSOR DA UREMG, BOLSISTAS DO PROJETO ETA-55 E DA FUNDAÇÃO ROCKFELLER FREQUENTARÃO POR DOIS ANOS OS CURSOS DE PÓS-GRADUADOS DA UNIVERSIDADE DE PURDUE**

Com a finalidade de frequentar os cursos de pós-graduados da Universidade de Purdue, seguiram para os Estados Unidos, as Bacharéis em Ciências Domésticas Mercia Wenderley Lara e Dulce Maria da Fonseca, do corpo docente da ESCD e o Engenheiro Agrônomo José Alberto Gomide, do Departamento de Zootecnia da ESA.

Em Purdue, as professoras da ESCD, graças às bolsas de estudos concedidas pelo Projeto ETA-55, conduzirão seus estudos por dois anos, para obtenção do título de Master of Science.

O Dr. Gomide, que permanecerá também dois anos nos Estados Unidos, graças à bolsa de estudos que a Fundação Rockfeller lhe concedeu, orientará seus estudos no campo da Agrostologia, até a conquista do título de Master of Science.

Na mesma ocasião e também como bolsista do Projeto ETA-55, seguiu a aluna da ESCD, Gisela Brune, que frequentará os cursos da Universidade de Purdue, para conquista do título de Bachelor of Science (INFORMATIVO UREMG, 1962, p. 03).

A formação de um corpo de agentes, efetivos organizadores das vontades e ações coletivas, foi crucial para a consolidação do complexo agroindustrial. A principal função das universidades e da Extensão era construir o consenso das comunidades rurais e isso explica o massivo investimento empresarial e estatal em educação.

As universidades brasileiras atendidas pelo programa internacional precisaram adequar seu Plano Diretor aos parâmetros do projeto ETA e também adaptar-se às normas da Aliança para o Progresso. Isso demonstrou a falta de autonomia destas instituições e as intervenções às quais universidades foram submetidas. Tratou-se de mecanismos de controle sobre o ensino.

A Comissão que ficou presidida pelo Professor Edson Potsch de Magalhães é composta pelos Diretores de Unidades de Ensino, Chefes de Serviços, por um representante dos cursos de grau médio e pelo técnico americano Dr. J. Kenneth Mc. Dermott.

O Plano Diretor da UREMG, deverá estar consubstanciado nos seguintes itens:

I – Histórico e desenvolvimento;

II – Pessoal, material e edificações necessárias;

III – Programas de Ensino, Pesquisa e Experimentação, Extensão e produção;

IV – Avaliação do significado da UREMG, para Minas Gerais, Brasil e outras regiões e países do mundo.

O presente plano de trabalho deverá atender as normas estipuladas pelo programa 'ALIANÇA PARA O PROGRESSO', tendo em vista permitir que a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, receba os benefícios previstos naquele empreendimento patrocinado pelos Estados Unidos da América do Norte (INFORMATIVO UREMG, 1962, p.04).

A Aliança para o Progresso envolveu-se em vários processos no interior da universidade, influenciou ações e decisões educacionais e a estrutura interna administrativa. A cooperação entre a UREMG e a Purdue University contou com o apoio da Aliança para o Progresso e segundo Gomes (2019), a partir dos convênios a universidade de Minas Gerais passou a moldar o sistema educativo brasileiro ao norte-americano. Um dos envolvidos no projeto foi J. Kenneth Mc. Dermott, chefe e ex-chefe do grupo da Purdue University.

Além da Aliança para o Progresso, a USAID teve uma atuação paralela na área da educação especificamente a partir de 1964, momento em que as universidades passaram a incorporar oficialmente atividades de extensão e pesquisa. Consoante o Departamento de Estado dos Estados Unidos, a USAID, juntamente com apoio financeiro do Banco Mundial e outras entidades públicas e privadas, prestou apoio financeiro para as universidades brasileiras, especificamente de interesse do projeto. Essa cooperação passou a ocorrer notoriamente a partir do golpe de 1964 e incidiu sobre a matriz teórica e metodológica das

instituições superiores, priorizando a orientação teórica prestada pelas universidades em suas respectivas linhas de pesquisa. Esse interesse ficou evidente nos documentos do Departamento de Estado dos EUA, senão vejamos,

Desde 1964, a USAID vem auxiliando quatro universidades agrícolas brasileiras por meio de um projeto de desenvolvimento institucional de doações. Começando de uma base extremamente pobres dessas universidades (As Universidades Federais do Ceará, Viçosa e Rio Grande do Sul e a Escola Superior de Agricultura da Universidade Estadual de São Paulo) deram grandes passos para se tornarem centros reconhecidos de ensino superior.

Estas faculdades estabeleceram filosofias e identidades mais fortes, melhoraram sua equipe, instalações e currículos, e ampliou o escopo do ensino e programas de pesquisa para incluir treinamento de pós-graduação (até o nível M.S.) em várias áreas críticas.

Eles fizeram mudanças organizacionais permitindo recurso de mais eficaz utilização dentro das universidades, e têm desenvolvido ligações mais eficazes com outras universidades, agências e as comunidades que servem. Eles também começaram a chegar às escolas menos desenvolvidas que os procuram para a liderança (USAID/BR, 1972, p. 02, tradução nossa).<sup>33</sup>

A USAID contou com a ajuda do Conselho de assistência técnica da Aliança para o Progresso, o Contap. Tratou-se de uma organização criada pelo Governo norte-americano para fins de solução provisória para o financiamento de custos locais, contratos, conversões em dólar, reembolsos, dentre outros. O Contap era uma organização de atuação contínua, porém no Brasil atuou por um tempo determinado e de acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, o seu apoio financeiro deveria durar em torno de um a três anos. O objetivo dessa ajuda financeira era ofertar financiamentos necessários para o desenvolvimento de projetos relacionados ao estabelecimento de padrões de controle mais efetivos sobre a produção e o trabalho.

Pontua o departamento de Estado dos Estados Unidos que durante o período em que o Brasil era assistido, esperava-se que as instituições assistidas aumentassem progressivamente a sua contribuição para o projeto e, em última análise, fornecessem todo o financiamento local necessário. O Cantap era mantido por meio da alocação orçamentária do governo

---

<sup>33</sup> Since 1964, USAID has been assisting four Brazilian agricultural universities through a grant institutional development Project. Starting from na extremely poor base these universities (The Federal Universities of Ceara, Viçosa and Rio Grande do Sul and the Agricultural College of the State university of São Paulo) have made tremendous strides toward becoming recognized centers of higher education. Their facultis have estal ished stringer philosophies and identities, improved their staff, facilities and curricula, and expanded the scope of teaching and research programs to include graduate training (to the M.S. level) in several critical áreas. They have made organizational changes permitting more effective resource utilization within the universities, and have developed more effective linkages with other universities, governmental agencies, and the communities which they serve. (USAID/BR, Distrito Federal, 1972)

estadunidense e pelo fundo de contrapartida do empréstimo do programa (DEPARTMENT OF STATE, 1967).<sup>34</sup>

O Contap esteve presente em acordos com o Ministério de Agricultura e USAID na década de 1960 para fins de treinamento de técnicos rurais. Além disso, participou de convênios com o MEC para a modernização universitária e reformulação de faculdades, aperfeiçoamento do Ensino Fundamental e também Médio (MATHIAS, 2004).

No Brasil, o campo de batalha era pela formação e controle de um núcleo de intelectuais, docentes, discentes e líderes para a reprodução da dominação. Essa dominação burguesa ocorreu por meio dos processos educacionais e com relação ao papel da universidade nesse processo, os agentes da modernização organizaram ações para evitar a difusão do pensamento crítico e marxista. Tratava-se da visão das agências da modernização conservadora, de concepções que ameaçavam o pleno desenvolvimento econômico e a expansão da ordem capitalista. Isso explica, por exemplo, a adoção e adaptação de métodos de trabalho no campo e o interesse pela incorporação de conhecimentos teórico-metodológicos das ciências sociais nas ações das organizações que estavam a serviço do capital, assunto que será desdobrado detalhadamente no segundo capítulo desta tese.

## 2.6 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA POR MEIO DA FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS ORGÂNICOS PARA ATUAÇÃO NO CAMPO VIA EXTENSÃO RURAL

Não existe um padrão único de desenvolvimento do capitalismo. Florestan Fernandes (2005), ao discorrer sobre a crise do poder burguês e o papel do Estado como mentor dos interesses privados e do poder público no Brasil a partir da “Revolução” de 1930, evidenciou a capacidade deste modo de produção se adaptar e se modificar ao longo do processo histórico. Ele é suscetível a modelos variáveis e condicionado por interesses de classes envolvidos na organização das determinações estruturais e condicionamentos sociais que se converteram em fatos históricos.

(...) o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularista, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da

---

<sup>34</sup> Disponível em: [https://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PDAAA253A1.pdf](https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDAAA253A1.pdf). Acesso em: 21 jul. 2022.

população não possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas; e dinamismos socioeconômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma. Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento do capitalismo que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana (FERNANDES, 2005, p. 262).

A economia dos países periféricos, como o Brasil, não desenvolveu um mecanismo autônomo de acumulação, vez que continuou dependendo da dinâmica do setor primário-exportador e do mercado internacional. No campo, não se produziu um desenvolvimento ponderável das forças produtivas. Historicamente, a antiga estrutura de dominação latifundiária impediu esse avanço. O capital imperialista se tornou o senhor da economia brasileira mantendo as relações de dependência em relação aos países centrais. Senão vejamos:

(...) O império norte-americano, que se consolidou durante a Segunda Guerra Mundial como indiscutível pólo hegemônico do sistema capitalista, estende desde então seus tentáculos sobre o nosso subcontinente. Não abandona as atividades extrativas estratégicas, como a mineração e o petróleo, sobre as quais já exerce domínio há pelo menos meio século; tampouco se desfaz das *plantations* e dos complexos agroindustriais de que se apoderou há bastante tempo; mas sua atenção agora está voltada fundamentalmente para a indústria e o setor financeiro (FERNANDES, 2005, p. 176).

O fim da Segunda Guerra inaugurou o início de um novo contexto histórico e social marcado pela propagação de relações sociais, econômicas e políticas alinhadas com os interesses ligados à manutenção da sobrevivência do capitalismo. Expandiram-se os bancos estadunidenses na América Latina e os empréstimos aumentaram consideravelmente. Em contrapartida, assistiu-se à decadência das relações de troca, a desnacionalização da economia e à queda do desenvolvimento nacional autônomo.

A efervescência de movimentos revolucionários socialistas, em pleno contexto de Guerra-Fria, gerou certa preocupação dos países centrais e capitalistas pelo controle dos países periféricos. O Estado brasileiro foi alvo de várias investidas de instituições públicas e privadas dos países imperialistas que se organizaram e se mobilizaram para expandir o capitalismo pelo mundo, formando assim uma enorme teia de cooperação que envolvia

empresas ligadas ao ramo agroindustrial, estados, corporações, federações, escolas, igrejas e associações. Tratou-se de um conjunto de organismos da sociedade civil, ou seja, “aparelhos privados de hegemonia” responsáveis por organizar as vontades coletivas dos grupos dominantes (MENDONÇA, 2003).

O controle político e econômico do mundo capitalista sobre os demais continentes se intensificou. Houve considerável avanço dos interesses das burguesias dos países centrais sobre as fronteiras naturais dos países periféricos em busca de matérias-primas e força de trabalho baratas, essenciais para o desenvolvimento econômico do capitalismo monopolista, ou seja, para a integração da economia internacional. Esse processo resultou na devastadora submissão dessas regiões aos países centrais e hegemônicos. Em outros termos, conforme indicou Fernandes (2008), na manutenção de uma condição colonial permanente, instável e mutável.

Graças a esse quadro global, não é só a transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas que possui um caráter político. A própria implantação, a posterior irradiação e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas terão de assumir também um caráter especificamente político. De um lado, as dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçam as grandes corporações, e através delas os governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista da periferia.

Empregaram-se, portanto, práticas de implantação do padrão de desenvolvimento importado dos países centrais e direcionado aos países periféricos, senão vejamos:

Sem estabilidade política não há cooperação econômica”, eis a nova norma ideal do comportamento econômico “racional”, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pré-capitalistas das nações periféricas que ponham “a casa em ordem”, para que pudessem contar com a viabilidade do “desenvolvimento por associação”. Mas, de outro lado, a luta do capitalismo por sua sobrevivência transcende a esses limites. Os governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada) vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, uns econômicos, sindicais, de saúde pública ou hospitalares etc (FERNANDES, 2005, p.297-8).

Ao assumirem o papel político, os projetos de intervenção de governos e instituições privadas estrangeiras sobre os países periféricos asseguraram a dominação burguesa e de



governos pró – capitalistas dos países periféricos. Atuaram massivamente contra as “ameaças” que pudessem colocar em xeque o sistema produtivo hegemônico. Nesse sentido, as intervenções colocadas em prática assumiram caráter político e as investidas nos países periféricos passaram a ser de caráter educativo, associacionista, assistencialista, cooperativista e sindicalista.

A produção de estabilidade política por meio da organização da sociedade civil em associações foi fundamental para a estabilidade do capitalismo. A função dos projetos era essencialmente política, na medida em que permitiria evitar e/ou conter contestações e reações da classe trabalhadora em meio à elevação do poder e dos níveis altos de acumulação de capital por parte da burguesia.

O projeto de modernização da agricultura preconizada pelas agências de extensão no Brasil, a partir de 1953, contexto da transferência da chamada “Revolução Verde” para os países periféricos, colaborou para a criação de uma nova infraestrutura e de um novo complexo institucional voltado para a expansão de relações sociais capitalistas. A manutenção da acumulação ocorreu pela extração do mais-valor do trabalho livre. Não se tratou apenas da criação das condições para a adaptação da ordem econômica às exigências das grandes corporações, mas ao ajustamento produtivo inerente ao capitalismo monopolista.

Em síntese, no Brasil entre o século XIX até a década de 1950, predominou o capitalismo competitivo, contexto da consolidação da economia urbano-industrial. A partir da segunda metade da década de 1950, ocorreu a propagação do capitalismo monopolista no país.

A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da ‘grande corporação’ (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à ‘Revolução de 1964’ (FERNANDES, 2005, p. 264).

Sob o capitalismo monopolista, um conjunto de medidas foi estimulado por corporações, associações e fundações privadas ligadas ao incisivo capital monopolista americano, a saber: Associação Internacional Americana, Fundação Rockefeller, Fundação Ford, USAID, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Banco Mundial, dentre outras. O vínculo da modernização conservadora da agricultura com a indústria de pacotes tecnológicos e insumos agrícolas ampliaram a produtividade e a

integração entre agroindústrias alimentares, indústria de tecnologias agrícolas, banqueiros e a agroexportação de matérias-primas originárias dos países periféricos, oferecidas a baixos custos ao mercado internacional.

A Extensão Rural, por meio de metodologias “filosóficas” de teor “vulgar” e de senso comum, cumpriu papel fundamental não só para a fortificar e consolidar a integração dos setores da agropecuária, da indústria de insumos, maquinários agrícolas e bancos, mas também para a expansão do capitalismo monopolista. O alicerçamento destes mencionados setores foi efetivada a partir do golpe militar em 1964. Tratou-se de um contexto em que ocorreu o aumento da participação dos dinamismos de crescimento das economias capitalistas centrais. Ao mesmo tempo, elevou-se o uso da força policial para a contenção de reivindicações sociais correntes anos anteriores ao golpe. Portanto, as orientações e as práticas “filosóficas” de cunho educativo da Extensão Rural no Brasil e a adesão das burguesias nacionais ao programa do extensionismo rural relacionaram-se com interesses e orientações para manter a ordem, salvar e fortificar o capitalismo e evitar a decadência da dominação burguesa e o seu controle sobre os países periféricos.

### **3 “SE A MONTANHA NÃO VAI A MAOMÉ, VAI MAOMÉ À MONTANHA”: A FORMAÇÃO DE UM “NOVO” AGRICULTOR POR MEIO DA PROPAGAÇÃO DE MÉTODOS E TÉCNICAS CONECTADAS COM AS DEMANDAS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA**

*“O Serviço de Extensão deve ter caráter dinâmico e não estático. Desta maneira, os seus funcionários não devem ‘ficar à espera’ de solicitações dos agricultores, mas, irem exercer suas tarefas educacionais no próprio lugar em que eles vivem e trabalham.” (CETREC,s.d, p.08)*

O primeiro capítulo reservou-se a análise da propagação do extensionismo rural no Brasil a partir de 1948 e a identificação dos múltiplos vínculos entre a iniciativa privada e pública nacionais e internacionais, visando à propagação do capitalismo no campo e a consolidação do capitalismo monopolista. Agências e agentes investiram na educação rural brasileira em pleno contexto de Guerra-Fria, em que dois projetos de sociedade estavam em disputa. O governo dos Estados Unidos, com o apoio de aparelhos privados de hegemonia, difundiu intelectuais orgânicos, patrocinou intercâmbios entre universidades e investiu nas universidades brasileiras, especificamente na formação de docentes e líderes rurais.

Ainda estimulou a criação de clubes, ofereceu equipes administrativas, técnicos e professores universitários para difundirem uma nova pedagogia, no caso a extensionista e incidir sobre o modelo produtivo, transformando assim costumes, hábitos, valores e a maneira de trabalhar na terra.

A partir de 1950, a presença estadunidense foi se intensificando em termos de investimento nas atividades relacionadas à educação rural, todavia, as entidades que se difundiram desde então não devem ser vistas como inovações em si, mas como uma dada modalidade de intervenção, agora de cunho “educativo” e “pedagógico”, em tempos de Guerra Fria (MENDONÇA, 2007). Em meio ao apelo de Truman, para amenizar o problema das regiões “subdesenvolvidas” via aumento da cooperação econômica em conjunto com atividades “educativas”, aproveitou-se a estrutura física já consolidada anos anteriores para o aprofundamento da influência estadunidense.

Segundo Santomauro (2015), com Truman, foi intensa a promoção do inglês, de materiais gráficos para sindicatos, igrejas, universidades e associações, bem como a distribuição de livros para as bibliotecas, palestras, exposições e feiras. Por meio da USAID estabeleceu-se a integração entre professores de universidades brasileiras e estadunidenses, em especial a Universidade Rural de Minas e de Purdue.

No início da década de 1950, a AIA de Rockefeller iniciou os primeiros empréstimos e, posteriormente, por meio do programa Ponto IV do governo norte-americano, o ETA e da Aliança para o Progresso, o Banco Mundial, dentre outras organizações da sociedade civil, investiu-se no avanço da Extensão Rural em determinados estados brasileiros, resultando então na nacionalização desses serviços por meio da criação da ABCAR.

O intercâmbio entre Estados Unidos e Brasil permaneceu forte até o final da década de 1970, quando a ditadura militar começou a apresentar desgastes. O governo dos Estados Unidos, por intermédio de agências como USAID, desempenhou ativo papel no que se refere à estruturação do ensino brasileiro, oferecendo formação e treinamento especializado nas áreas agrárias e de economia. Inclusive, contribuiu para a formação de cursos de Extensão Rural e economia doméstica nas universidades federais. As intensas investidas na educação brasileira e as conexões de organizações nacionais e internacionais revelaram articulações para adquirir e manter o domínio e direção intelectual.

Nesse sentido, procurou-se compreender como os aparelhos de hegemonia representam manifestações materiais na sociedade civil que revelam disputas ideológicas e planos de consenso que garantem o domínio, a liderança e a direção, tanto moral quanto intelectual (GRAMSCI, 2007). Os projetos e interesses ganharam força na medida em que foram organizados na sociedade civil e para compreender o papel do Estado nesse processo, é necessário considerar a atuação das entidades de classe, das pressões setoriais e das lutas pelo aparelhamento de quadros junto aos organismos de Estado de modo contextualizado (MENDONÇA, 2003).

A unidade geral do conjunto dos aparelhos de hegemonia e o seu papel em garantir as condições de exploração e a reprodução das relações de produção, por meio do consenso ativo ou pela força policial aos que não consentem, repousam sobre as relações de produção e exploração de classe em um dado contexto histórico. A Extensão Rural, por meio dos seus intelectuais orgânicos, foi um instrumento dos aparelhos privados de hegemonia e colaborou com a promoção do consenso ativo. Oliveira (2017) destaca que a “filosofia” extensionista se autodenominava apolítica, porém, possuiu um forte caráter político, de dominação, coerção, consenso, exploração e expropriação, mostrando ampla relação com os aparelhos de hegemonia.

O Estado, como exposto, possuiu papel essencial nas relações de produção e na reprodução das classes dominantes. Ele foi um dos principais canais disputados para a consolidação da organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. Observa-se que, ao longo da história, a ideologia dominante invadiu os aparelhos de estado, cuja função

que lhes passou a ser atribuída foi a reprodução desta ideologia necessária para o domínio de classe.

Esse é por excelência o papel de certos aparelhos ideológicos de Estado, mesmo que pertençam formalmente ao Estado o conservem um jurídico ‘privado’: Igreja (aparelho religioso), aparelho escolar, aparelho oficial de informações (rádio, televisão), aparelho cultural etc. Resta lembrar que a ideologia dominante intervém na organização dos aparelhos aos quais compete principalmente o exercício da violência física legítima (exército, polícia, justiça-prisão, administração) (POULANTZAS, 1980, p. 33-4).

Para além de um sistema de ideias ou representações, a ideologia compreende práticas materiais que se estendem aos costumes, hábitos e ao modo de vida, repercutindo na reprodução de práticas sociais, políticas e econômicas. Para manter o domínio político, o Estado não apresentou como prática apenas o uso da força, mas sim da ideologia, responsável por organizar o consenso e legitimar mecanismos de controle social, a violência e a hegemonia burguesa (POULANTZAS, 1980). Nesse sentido, já que a classe trabalhadora, identificada pela Extensão como “montanha”, incapaz de modernizar o campo e garantir a sua qualidade de vida, dependia de fatores externos para a potencialização das transformações. Em síntese, a Extensão foi apresentada como o carro chefe, tendo como ação missionária (“Maomé”) de difundir técnicas “apropriadas” ao meio rural “atrasado” (CETREC, s.d, p. 03).<sup>35</sup>

Para avançar a análise proposta sobre o papel desempenhado pela política da Extensão Rural na formação de um quadro de intelectuais para difundir o capitalismo no campo, foram também estudados os vínculos entre o ensino extensionista com as Land Grant Colleges e as atividades desempenhadas pelos centros de treinamento de extensionistas rurais no Brasil. Ademais, as concepções teóricas e metodológicas difundidas nos referidos Centros de treinamentos para extensionistas rurais, a participação norte-americana nesse processo, por meio da propagação de métodos, técnicas para a produção de um novo agricultor conectado com as demandas de transformação da produção capitalista.

---

<sup>35</sup>Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

### 3.1 OS VÍNCULOS ENTRE AS LAND GRAND COLLEGES DOS ESTADOS UNIDOS COM O ENSINO RURAL BRASILEIRO E O EXTENSIONISMO

Os Land Grand Colleges (Faculdades ou Escolas Superiores de Agricultura) foram instituídos nos Estados Unidos a partir da lei Morrill, promulgada via Congresso Nacional em 1862, contexto da expansão industrial. Ribeiro (2006, p. 107) esclarece que essa lei contemplou as reivindicações de fazendeiros interessados por uma educação técnica, “liberando terras federais para a venda nos estados com o fim de que as receitas resultantes fossem usadas para o treinamento de jovens para a agricultura e mecânica”.

Geralmente considera-se a Lei Morrill, firmada em 1862 pelo presidente Abraham Lincoln, como iniciador do Serviço de Extensão Rural nos EEUU. Esta lei estipulou a doação de terras federais aos governos dos Estados para o estabelecimento e manutenção de escolas agrícolas, pelo menos uma em cada Estado, ‘que deverão ensinar assuntos de aplicação prática’. Mais tarde, em 1890, a 2ª Lei Morrill providenciou ajuda financeira às escolas agrícolas criadas em consequência da 1ª Lei Morrill. Realmente esta Lei Morrill somente oficializou o que a iniciativa particular já tinha começado meio século antes (CETREISUL, 1962, s.p).<sup>36</sup>

As terras doadas para as escolas serviram para experimentação, ensaios de campo, pesquisa, demonstração de resultados de práticas agrícolas modernizadas nas chamadas semanas ruralistas. A Lei Morrill também prestou assistência financeira nas escolas agrícolas voltadas para a reprodução de estações experimentais. A Extensão se desenvolveu na sociedade civil por meio de investidas de professores e pesquisadores, especialmente de fazendeiros interessados em aumentar a produtividade devido as demandas da indústria em expansão.

No século XIX, formaram-se sociedades agrícolas como as de Filadélfia, Massachussets e o conselho de agricultura do Estado de Ohio, onde se organizaram reuniões, concursos, demonstrações, palestras, cartas circulares e feiras para a venda de produtos, bem como as semanas ruralistas; nos finais do Século XIX, Seaman A. Knapp expôs resultados em Lousiana. Contando com apoio do Estado, estabeleceu a continuidade do programa de propriedades demonstrativas, iniciando o ciclo do tripé: ensino, pesquisa e Extensão (CETREISUL, 1962).<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>37</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

(...) nesta transição dos séculos XIX para o XX, o governo dos Estados Unidos, por meio da Lei Morrill de 1862, contrariou o hegemônico elitista ensino teórico – clássico, predominante nas profissões liberais. A missão dessas novas instituições, conforme estabelecido na lei, foi introduzir o ensino prático da agricultura, ciência e engenharia militar (às vezes um pouco de ciências humanas), como um plano de adaptação à revolução industrial e o surgimento de novas classes sociais (crescente proletarização e imigração). Ao contrário do ensino superior elitista da época, o Land Grant College System foi destinado aos segmentos excluídos da população, trabalhadores agrícolas e industriais que, graças à Lei Morrill, receberam instrução prática com relevância direta para suas vidas diárias (MOLINA, 2016, p.233).

O modelo de escolas rurais denominados de Land Grant Colleges foi pensado tendo em vista a formação da classe trabalhadora. Na Universidade de Purdue (Indiana), em 1911, foi instalada a Divisão de Extensão Rural onde se desenvolveram atividades junto à juventude rural, consolidando desde então os clubes de treinamento da juventude, denominados 4-S. É importante considerar que neste contexto foram consolidados os métodos de Allen e os idealizadores do projeto TWI receberam formação na Universidade de Purdue. Tratou-se de uma instituição que, segundo o relatório do CETREISUL, instalou uma das primeiras divisões de Extensão Rural nos Estados Unidos (Idem, 1962). Até a Segunda Guerra Mundial, as atividades desempenhadas nos Land-Grant Colleges voltaram-se para a pesquisa e o desenvolvimento das estações experimentais. Durante a Guerra, segundo Ribeiro (2006) os Land-Grant Colleges colaboraram com projetos bélicos.

Quando chegou a Guerra, os land-grant colleges foram induzidos a cooperar em projetos bélicos, tendo alguns desenvolvido pesquisa com o uso de isótopos radioativos para avaliar reações químicas. Neste período, desenvolveram pesquisas sobre métodos de conservação de estoques de alimentos para que estes não perdessem suas propriedades nutritivas. Destacaram-se aí as pesquisas que resultaram na criação do milho híbrido e na descoberta de estreptomicina (RIBEIRO, 2006, p.115).

No caso brasileiro, a estrutura educativa rural recebeu considerável investida por parte da USAID, no pós-Guerra, ao estabelecer acordos para o financiamento da educação rural brasileira no interior da política estadunidense de boa vizinhança, a qual foi criada na gestão de Franklin D. Roosevelt, durante a Segunda Guerra Mundial, e teve como preceito promover a cooperação interamericana, o intercâmbio pacífico e sutil pela via cultural, tendo em vista a expansão do poder e domínio imperialista sobre as áreas periféricas. Os Estados Unidos pretenderam estabelecer o estreitamento de laços no subcontinente para o desenvolvimento do capitalismo em segurança. Cabe destacar a cooperação técnica e de financiamento da USAID

de consultoria aos serviços educativos no Brasil, nos anos de 1960, especialmente para o treinamento de autoridades e para a integração entre ensino primário, universitário, rural e industrial (ARAPIRACA, 1979). Essa integração visava contribuir para a consolidação do complexo agroindustrial.

Molina (2016) demonstrou em seus estudos os vínculos e influências do sistema de ensino Land-Grant College nas escolas de ciências agrárias e universidades brasileiras, especialmente na ESALQ/USP, como também na UREMG. O objetivo das corporações ligadas aos aparatos institucionais dos Estados Unidos foi implantar um sistema de integração (ensino, pesquisa e Extensão) nas instituições de ensino rural e nas universidades brasileiras. Segundo o pesquisador, os documentos relativos ao ano de 1964 demonstraram que, “no Estado de São Paulo, a ESALQ/USP seria a escola-fazenda-modelo, ou seja, o projeto piloto para a implantação desse paradigma em terras paulistas” (MOLINA, 2016, p.234).

O vínculo entre universidades brasileiras, como a UREMG e universidades estadunidenses, como a de Purdue, foi abordado também por Muniz (2017) em sua dissertação intitulada “A educação superior em agricultura no Brasil como terreno fértil para os Estados Unidos: a Fundação Ford na UREMG/UFV (1964-1976)”. A pesquisadora enfatiza que a finalidade dos acordos era difundir as concepções de ensino dos Land-Grant College e na compreensão de Gustavo Bianch Silva (*apud* MUNIZ, 2017, p.47) o intuito dos acordos e da cooperação era:

[...]aconselhar e ajudar na formação do pessoal da Universidade Rural na organização, administração e métodos de ensino, pesquisa e Extensão nas áreas de Agricultura, Veterinária e Economia Doméstica, a fim de que a instituição possa prestar seus melhores serviços para a agricultura e a vida doméstica de Minas Gerais e do Brasil (tradução de Muniz).

Durante a ditadura, os vínculos entre as universidades brasileiras e estadunidenses se estreitaram, resultando no aumento de contratos e conseqüentemente no investimento em assistência técnica educativa. Segundo o “Project agreement Between AID and Cocap (Aliança para o Progresso), coordinator and the Ministry of Agriculture an Agency of the Government of United States of Brazil”, de 1964, a prioridade era com o sistema educativo, especificamente com o estímulo à difusão no Brasil do ensino praticado nas Land Grand College nos Estados Unidos.



#### FINALIDADE

Os objetivos imediatos do presente projeto são o aperfeiçoamento do padrão do ensino agrícola e a expansão da capacidade das Universidades Brasileiras de Agronomia da Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa, da Universidade de São Paulo e da sua Escola Superior de Agricultura, em Piracicaba e da Universidade do Rio Grande do Sul; e, outros sim, assistir à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) através de suas escolas agrícolas de nível médio. A assistência às universidades será prestada sob a forma de contratos com as Land Grant Colleges dos Estados Unidos, que, por sua vez, propiciarão assistência técnica da universidades brasileiras visando a expansão e organização das escolas agrícolas, com ênfase no desenvolvimento e criação de programas estaduais rural consubstanciado na filosofia que preside ao sistema Land Grant, que tanto contribuiu para o crescimento da agricultura nos Estados Unidos (DEPARTAMENT OF STATE AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1964, p. 494).

A chamada “filosofia dos Land-Grant Colleges” enfatizou mais o caráter teórico-prático, priorizando a formação agrícola prática, bem como a instalação de estações experimentais em detrimento dos currículos teóricos e humanísticos. As influências do Land-Grant Colleges colaboraram para a difusão da teoria do capital humano nas áreas de agronomia e economia doméstica.

A “teoria do capital humano” foi idealizada pelo economista Theodore Schultz, da Universidade de Chicago, ainda na década de 1960. Tratou-se de uma forma de reprodução ideológica que concebeu a pedagogia a partir da economia utilitarista e neoliberal (ANTUNES, PINTO, 2017). Consoante Fonseca (1985), a concepção anteriormente fundada no modelo “difusionista-inovador” passou a ter como princípio norteador a “teoria do capital humano” que, aplicada ao campo da educação, concebia-a como um “investimento”. Em termos de posturas e análises, não há diferenças entre o “modelo difusionista-inovador” e a “teoria do capital humano”. Ambos são positivistas e liberais, apenas mudou o enfoque inicial, de “psicossocial” para “econômico”, mas o objetivo último era prosseguir sendo o mesmo, ou seja, servir ao desenvolvimento econômico e também social, em outros termos, à lógica capitalista.

A literatura já apresentada traz que essas concepções teóricas eram estritamente instrumentais, no sentido de considerar apenas habilidades e qualificações tecnicistas que atendessem aos imperativos do capital. Em tempos de Guerra Fria, as concepções teóricas e os modelos educativos preconizados para os países periféricos, como o Brasil, deveriam atender a agenda das agências de “desenvolvimento”, para angariar o apoio das populações locais, mediante metodologias de trabalho participativas e denominadas como democráticas. Porém, não havia nada de democrático nessas tendências metodológicas, basta lembrar o

intenso êxodo rural provenientes dos endividamentos potencializados pelos constantes incentivos, campanhas e políticas de difusão do capitalismo no campo.

Portanto, os convênios entre USAID e universidades brasileiras como ESALQ /USP, especialmente a partir de 1964, resultaram em intercâmbios com instituições da área da educação, pesquisa e produção agrícola, como institutos, a UFV e o Ministério da Agricultura (MOLINA, 2016). O interesse em aperfeiçoar a agricultura brasileira e a força de trabalho, pela via da educação, permite inferir que a função “indutora” dos especialistas e técnicos equivale a dizer – na linguagem gramsciana (GRAMSCI, 2001) – que os especialistas e técnicos são intelectuais da sociedade civil e desempenharam trabalhos para a classe dominante, ou seja, eram funcionários da burguesia.

Segundo o relatório do CETREISUL (1962, s.p),

(...) no seu sentido de que é necessário educar para adquirir conhecimento técnico-científico; desenvolver a auto potencialidade dos agricultores; usufruir melhor das diversas modalidades de assistência e ampliar o resultado das ‘induções’ do desenvolvimento econômico.

O interesse em ampliar a integração entre os profissionais das áreas agrícolas fizeram com que os norte-americanos planejassem ações coordenadas para um trabalho colaborativo e cooperativo, garantindo maior controle e domínio sobre a periferia, criando as condições necessárias para a expansão da própria classe (MOLINA, 2016).

### 3.2 OS CENTROS DE ENSAIO E TREINAMENTO EXTENSIONISTA

No Brasil, os primeiros centros de treinamentos voltados para a formação de operários rurais foram criados pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), órgão gerenciado pelo Ministério da Agricultura que colaborou, também, com a implantação de clubes agrícolas unido às escolas primárias (MENDONÇA, 2007). Entre as atribuições da Comissão, nos anos de 1940, destacamos a realização das semanas ruralistas, estudos em sociologia rural, treinamentos de professores e prestação de assistência social e estímulo à criação de clubes agrícolas.

A implantação dos primeiros centros foi produto de um acordo entre o Institute of Inter American Affairs - IIAA e o Ministério da Agricultura do Brasil. O primeiro, criado em 1942, deu início à assistência técnica governamental dos Estados Unidos para a América Latina. As áreas de atuação foram saúde, educação e agricultura (MENDONÇA, 2007). Porém, foi o

programa Ponto IV que ampliou a participação estadunidense nas políticas públicas dos países periféricos, especificamente no Brasil.

A partir de 1956, o sistema ABCAR ficou responsável pela coordenação e supervisão do sistema de Extensão. Contou com quatro importantes Centros de Treinamento para ministrar cursos de pré-serviço aos extensionistas e economistas domésticas, convocados para trabalhar em escritórios locais. Tratavam-se do Centro de Treinamento da Fazenda Ipanema (CETI); Centro de Ensino de Extensão (CEE); Centro de Treinamento de Pernambuco (CETREINO); Centro de Treinamento de Pelotas (CETREISUL). Todos receberam assistência técnica e financeira da ABCAR e de outras organizações, como do ETA, Ponto IV e da USAID (RIBEIRO, 2000). Por meio de decreto do Estado de São Paulo, em 1960, criou-se o Centro de Treinamento de Campinas que esteve subordinado ao Diretor da Assistência Técnica Especializada, sendo usado pelo departamento da Secretaria da Agricultura para a realização de cursos, estágios e formação extensionista (GOV/SP, 1960).<sup>38</sup>

O sistema de Extensão Rural ofereceu três modalidades de treinamento aos extensionistas rurais: pré-serviço, em serviço e graduado. Os cursos de pré-serviço foram oferecidos nos Centros de Treinamento, onde os extensionistas aprendiam técnicas agronômicas e recebiam conhecimentos sobre relações humanas, organização de clubes e de comunidades, uso de crédito, escolha das famílias beneficiadas pelo programa de crédito e demonstração de resultados, bem como de psicologia. A Extensão preocupou-se em oferecer treinamentos contínuos, mediante o acompanhamento do trabalho extensionista e por meio do assessoramento de especialistas. Organizou reuniões periódicas regionais ou gerais, visitas aos órgãos de pesquisa e de ensino, assessoria a especialistas e cursos intensivos.

O treinamento “graduado” correspondeu a concessões de bolsas para o estudo em países estrangeiros para oportunizar a participação em congressos, simpósios, reuniões, mesas redondas, garantir assessoria por um técnico nacional ou estrangeiro e observação do Serviço de Extensão em outras regiões ou países. De modo geral, a Extensão considerou os cursos de pré-serviços como um dos melhores meios de treinamento técnico.

A realização de curso intensivo, é um dos melhores e principais meios para início de treinamento dos profissionais selecionados. No curso serão esclarecidos todos os aspectos básicos da Extensão Rural, inclusive a aplicação prática dos métodos que a Extensão Rural lança mão. Inclusive aulas sobre assuntos socioeconômicos (Sociologia Rural, Antropologia Rural, Administração Rural, Administração Rural e do Lar, Crédito Rural,

---

<sup>38</sup> Conferir <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1960/decreto-36284-17.02.1960.html>. Acesso em 22 jul. 2022.

etc.) e relações humanas, que tem surtido ótimos resultados em cursos prévios ao trabalho de campo. Aulas sobre assuntos técnicos agrônômicos, com o fim de não somente recordar e objetivar os conhecimentos adquiridos, como também dar a conhecer assuntos novos, necessários e aplicáveis às condições das famílias rurais (CETREC, s.d, p.02).

Nos primeiros anos em que a Extensão Rural iniciou suas primeiras atividades no meio rural brasileiro, não havia cursos universitários voltados para a formação de extensionistas rurais, papel este assumido por professores de ensino médio e/ou superior que receberam treinamentos de pré-serviço para atuarem no campo. Esses cursos eram ministrados todos os anos nos Centros de Treinamento e ofereciam conhecimentos técnicos, de sociologia e psicologia aos profissionais de economia, medicina veterinária, técnicos agrícolas, zootecnistas e professores ligados às atividades rurais.

A sociologia rural, na esteira da política externa norte-americana, teve que assumir um valor prático para as “missões filantrópicas” nos países periféricos como o Brasil. Por meio do convencimento, esse espaço era um processo que deveria ser conquistado, e adentrou o universo da Extensão Rural em suas práticas formativas, bem como junto às comunidades rurais. O interesse em compreender práticas culturais no Brasil e as características da estrutura fundiária foi um dos objetos por excelência dos extensionistas rurais. Se observado historicamente o papel da antropologia, notar-se-á que esse campo do saber foi usado para auxiliar no expansionismo imperialista sobre os países periféricos a partir do século XIX.

A elaboração de estudos comparativos, etnológicos e etnográficos acabaram reafirmando a cultura europeia, branca, detentora dos meios de produção, apresentando-os como uma “raça” mais desenvolvida e civilizada em comparação aos povos da periferia. A antropologia, portanto, colaborou com a reafirmação e expansão do poder da classe dominante, branca, nacionalista e latifundiária vista como capazes de modernizar, propagar a civilização e expandir o capital nas áreas exploradas.

A desqualificação dos modos de vida nas comunidades locais, a superação da fase rudimentar deveria ser, segundo a Extensão, superada pelas técnicas modernas. Essa superação foi identificada como um processo que requeria intervenções educativas e uma estrutura organizacional própria, contando com um programa de treinamento de alunos, supervisores, cooperação acadêmica e entidades da sociedade civil. Para além disso, considerando o contexto pós-guerra, predominou o interesse em neutralizar as influências nazifascistas (LOPES; MAIO, 2022) e “ajudar” os povos a elevarem o nível de vida para evitar a ascensão de focos comunistas (AMMANN, 2003).

São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram locais estratégicos de formação de um quadro de profissionais essencial para o projeto alcançar os trabalhadores do campo e para modificar as práticas de trabalho no meio rural.

#### Treinamento de pessoal para realização de trabalho educacional

A formação de uma mentalidade educacional e o melhor aproveitamento da potencialidade de cada pessoa dentro de uma estrutura apropriada irá depender do treinamento que se propicie. Por outro lado, tendo em vista a formação ‘curricular’ dos profissionais que vão realizar mais integralmente as funções e atividades inerentes ao serviço, é necessário que seja dado treinamento sobre aspectos ligados às funções educativas (pedagogia, psicologia, antropologia, sociologia, etc.). (CETREC, s.d, p.06)

Um dos primeiros locais a prestar treinamento técnico foi o Centro de Treinamento da Fazenda de Ipanema (CETI), localizada em Iperó, em São Paulo:

**Figura 2** - Fazenda Ipanema de Iperó/ SP.



FONTE: Folha de Iperó. Disponível em:

<<http://folhadeipero.com.br/ipero/iperoenses-poderao-visitar-fazenda-ipanema-gratuitamente/>>. Acesso em 26 fev. 2019.

Além de ter sido um importante local de formação extensionista, o objetivo do projeto era transformar Ipanema em uma fazenda-modelo voltada para demonstrações de práticas agrícolas e estimular a reprodução das novas concepções de trabalho no campo. É importante lembrar que ela assegurou uma estrutura mais antiga, porém melhor definida. Chamam a

atenção as atividades realizadas no referido local em contextos anteriores. O local serviu para o trabalho com ferro e para a produção de um vasto arsenal bélico em meio à Guerra do Paraguai. Inclusive, depois da guerra, transformou-se em um quartel e depósito organizado pelo Ministério de Guerra. Aproximadamente em 1937 a área foi transferida para o Ministério da Agricultura, constituindo, então, a partir do desenvolvimento do extensionismo rural no Brasil, nos finais dos anos de 1940, em um importante espaço de experimentação, treinamento de técnicos agrícolas, extensionistas rurais e economistas domésticas. Senão vejamos:

Após 1895, a Fazenda Ipanema ficou sob administração do Ministério da Guerra, passando ao Ministério da Agricultura em 1937, explorando a aptidão para fabricação de adubos e fosfatos. Em 1944 foi criada uma estação experimental de sementes melhoradas e, em 1947, Ipanema abrigou o Centro de Ensaios e Treinamentos de Engenharia Rural (CETER). Este foi transformado no Centro de Treinamento de Ipanema (1955), que foi substituído pelo Centro de Treinamento Rural de Ipanema (CENTRI) em 1961, e depois pelo Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA) em 23 de dezembro de 1975 (ITAKAWA *apud* COVACIC; YUHARA, MENEZES, 2004, p. 03).

Segundo Mialhe (*apud* HERZOG, 2020), foi aproximadamente em 1946 que se iniciaram os ensaios de máquinas agrícolas, serviços rurais oferecidos pelo centro experimental, denominado nos anos de 1960 de Centro de Ensaio e Treinamento de Ipanema (CETI).<sup>39</sup> Nos anos finais dos anos de 1950 e nos anos de 1960, o CETI ofereceu cursos de tratorista, operador de máquinas, cursos de especialização a engenheiros agrônomos sobre mecanização, irrigação, drenagem, construções rurais, conservação de solo e até cursos de extensão rural. Vale destacar o curso “Noções de Crédito Rural: Aspectos fundamentais do crédito Rural Supervisionado oferecido na Fazenda Ipanema” e organizado por intermédio do projeto nº 6 do ETA, nos anos de 1960.

Ribeiro (2000), discutiu os vínculos entre a ACAR e entidades educativas, bem como a relação de universidades com os centros de formação extensionista. Tratou-se de uma importante fonte para complementar os dados contextuais e históricos da Extensão Rural no Brasil. Sobre o Centro de Ipanema e os vínculos com o projeto ETA.

Este Centro de Treinamento de Engenharia Rural, Ceter, foi estabelecido pelo Ministério da Agricultura na Fazenda Ipanema, perto da cidade de

---

<sup>39</sup> Em 1963, o CETI passou a designar Centro de Ensaios e Treinamento Rural de Ipanema (CENTRI); e em 1975, mudou e passou a ser denominado Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA), responsável pela organização dos ensaios de máquinas agrícolas e pelas atividades relacionadas à agricultura similarmente ao trabalho desempenhado pelo CETI. Em 1990, esse centro foi extinto.

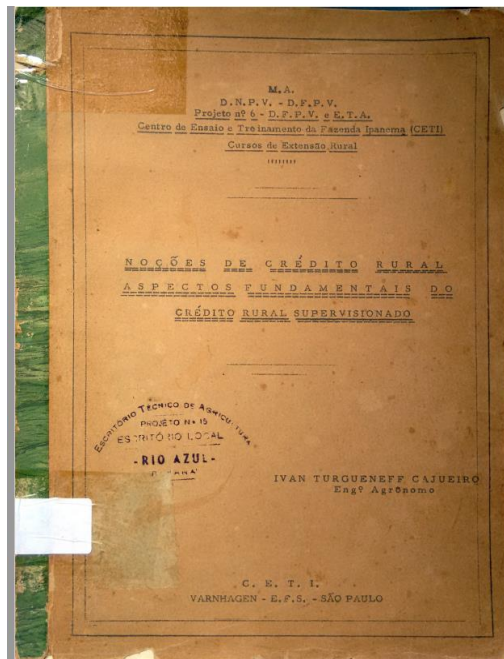
Sorocaba, no Estado de São Paulo, em 1947. Continuou operando com este propósito até 1955.

Em 14 de fevereiro de 1955, foi criado o ETA Projeto nº6, para organizar o Centro, além de outras atividades, proporcionar treinamento a extensionistas dos Serviços Estaduais de Extensão Rural. O primeiro curso de Extensão Rural organizado foi realizado de 11 a 22 de julho de 1955, para 29 engenheiros agrônomos e corpo docente do Centro de Treinamento. Neste curso e nos demais posteriormente organizados, Geraldo Oscar Domingues Machado e eu ministramos aulas de Extensão Rural e crédito supervisionado, especialmente para extensionistas da Ascar-Rio Grande do Sul, Acarpa-Paraná, Acaresc-Santa Catarina, mas também para outros interessados, inclusive para uma turma constituída por padres da Igreja Católica (RIBEIRO, 2000, p.108).

O projeto número 6º fez parte do setor de educação e pesquisa do acordo entre o governo dos Estados Unidos e o governo brasileiro. As atividades deste setor relacionaram-se ao treinamento, estudo, análise, experimentação, pesquisa e divulgação no campo da agricultura. A finalidade principal consistiu na formação de técnicos em Extensão Rural no CETI. O treinamento para extensionistas brasileiros se transformou em uma política de preparação de força de trabalho permanente a partir da ABCAR em 1956. Na Fazenda Ipanema, pertencente ao Ministério da Agricultura, ofertaram-se cursos em Engenharia Rural, Extensão Rural, Economia Doméstica com participação do convênio com o ETA.

Na sequência, observa-se a capa do relatório de um dos cursos oferecidos no Centro de Ensaios e Treinamento em Ipanema. Tratou-se de uma das principais fontes utilizadas nesta pesquisa para o estudo das concepções teóricas e metodológicas do projeto extensionista. Neste documento constam as concepções acerca das modalidades de crédito rural oferecidas pelo projeto, possibilidades de financiamento da agricultura, finalidades do crédito rural, conceituação do crédito rural e seleção das famílias beneficiárias.

**Figura 3** - Relatório de atividades do curso de Extensão: “Noções de Crédito Rural”



FONTE: Acarpa, Curitiba/PR, s.d.

O crédito rural, oferecido por intermédio de bancos como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, pretendeu inserir os agricultores no processo de modernização das atividades agrícolas. Para isso, havia a necessidade de garantir o acesso aos maquinários agrícolas, insumos, sementes, animais, ou seja, aos bens materiais necessários para as ações extensionistas e o desenvolvimento tecnológico (GOMES, 2019). Por outro lado, a Extensão Rural pretendeu transformar este instrumento financeiro em um serviço social, visando inserir os agricultores nos circuitos do capital por meio da função técnica e educacional do crédito rural. No CETI, os extensionistas estudaram as modalidades de créditos tradicional e educativo. A Extensão Rural trabalhou exclusivamente com o último deles, ou seja, o crédito supervisionado (CETI, s.d). Tratou-se de uma modalidade que tinha como função servir como um elo de aproximação entre agricultura, indústria e bancos. Essa maneira de educar as pessoas do campo será discutida em outro momento, bem como as modalidades de crédito ofertados e os mecanismos de convencimento para a adoção deles.

Além dos cursos de preparação extensionista para a aplicação das modalidades de crédito importantes para a aquisição de tecnologia agrícola e inserção dos produtores no capitalismo, realizaram-se testes com máquinas agrícolas para fins de identificar equipamentos defeituosos e inadequados, bem como para a demonstração de máquinas à comunidade acadêmica e rural especificamente nas semanas ruralistas. Durante o governo de



Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a proposta desenvolvimentista do setor industrial, somando à proposta de produzir internamente o que antes era importando (modelo substitutivo de importações no setor industrial), constituiu-se uma iniciativa para a implantação gradual e progressiva da indústria de tratores no Brasil, a qual veio a funcionar a partir dos anos de 1960.

Outros motivos que agregaram esse processo de produção interna estavam relacionados à falta de assistência técnica e reposição de peças, o interesse pela produção de máquinas agrícolas movidas a diesel e não a gasolina (comum nos EUA). Por outro lado, os Estados Unidos incentivaram o aumento da produção de alimentos e artigos manufaturados para fins de criação de aliados ao modelo de desenvolvimento burguês, marcadamente excludente, explorador e expropriador. A ampliação do mercado de maquinários agrícolas constituiria em benefícios à burguesia industrial nacional, em um contexto em que se comentava muito em um projeto de Reforma Agrária.

Nessa concepção, melhorando a qualidade de vida da população do campo, criando um parque industrial de máquinas agrícolas no contexto do pós-Guerra e durante a Guerra Fria, aumentaria a adesão dos países periféricos e historicamente explorados/colonizados pelos interesses dos grupos hegemônicos. Na segunda metade da década de 1960, a administração das atividades na Fazenda Federal de Ipanema passou a ser uma incumbência do convênio entre ESALQ-USAID-OSU.

(...) o Departamento de Mecânica, Motores e Máquinas Agrícolas recebeu a incumbência de administrar a fazenda localizada na região de Sorocaba, onde deveria primar pela formação de mão-de-obra especializada no manejo de máquinas agrícolas por meio de cursos de curta duração. Também foram planejadas pesquisas e ensaios com equipamentos agrícolas, especialmente tratores, que passaram a ser produzidos no Brasil na década de 1960 por meio das multinacionais Ford (BR-Diesel), Massey – Ferguson (MF 50) e a VALMET (Valmet 360) (MOLINA, 2016, p. 204).

Nesse sentido, no Brasil o trator era produzido à base de óleo diesel, sendo então mais potente e atrativo para os fazendeiros. Além disso, existem alguns indícios de que o Brasil teria recebido da Europa e Estados Unidos equipamentos como parte da dívida em decorrência da participação na Segunda Guerra Mundial. Como o Ministério da Agricultura estava incumbido em transferir essas tecnologias para os agricultores, os inúmeros problemas relacionados aos defeitos dos equipamentos recaíram sobre o Ministério, resultando então, no incentivo à produção de tecnologia interna. O Ministério da agricultura foi o órgão responsável pela administração dos recursos para a importação de máquinas agrícolas nos

anos de 1950 e pela difusão do crédito rural por meio das agências de Extensão Rural. Os experimentos realizados com essas tecnologias eram feitos nos centros de treinamentos.

O sucesso do programa de Extensão dependeu incisivamente da capacidade dos extensionistas da apropriação da filosofia da Extensão e convencimento dos produtores rurais a modificarem as suas práticas de manejo do campo. Nesse sentido, a Extensão lançou mão de constantes treinamentos visando atingir o maior número de pessoas.

Entre os projetos mais importantes deste programa fundamental, sobressai o de criação de uma Escola-Piloto de Agricultura que servirá de centro de treinamento intensivo para professores das Escolas Superiores de Agronomia e Veterinária de todo o país. Objetiva-se estabelecer um núcleo básico de pessoal bem treinado para impulsionar o progresso da economia agrícola brasileira. Para local de funcionamento deste Centro – Piloto, foi escolhida a Universidade Rural de Viçosa que, destarte, se tornará a instituição para treinamento avançado em agricultura. Com o mesmo objetivo está sendo executado projeto de treinamento agrícola na Fazenda Ipanema, em São Paulo, onde se exercitam, na prática de Extensão Rural e mecânica agrícola, jovens agrônomos ou agricultores que se destinam aos órgãos de Extensão Rural, como a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e seus escritórios estaduais. Projetos experimentais e demonstrativos estão em curso desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, cada qual adstrito a determinado setor agrícola (...) (ARAGÃO, 1959, p.39).

Nos centros foram realizados treinamentos para professores universitários que atuaram na área da agricultura, especialmente as atividades de Extensão. A Universidade Rural de Minas Gerais, por intermédio dos intercâmbios, colaborou para a realização de palestras e cursos complementares essenciais para a atuação diretamente no campo. Ainda mais por se tratar de um projeto incipiente no Brasil, propagou-se na medida em que formava considerável número de funcionários dispostos a aplicarem os métodos e técnicas de trabalho no campo.

Além do centro da fazenda Ipanema, outros passaram a prestar treinamentos aos extensionistas e economistas domésticas. Tratou-se do Centro de Ensino e Extensão (CEE) em Minas Gerais, originado a partir de um convênio entre a Universidade Rural de Minas Gerais, a ACAR de Minas, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e o Escritório Técnico de Agricultura (ETA).

Ribeiro (2000, p. 108) assevera:

A ACAR, desde seus primórdios, utilizou as instalações e os professores da Escola de Agricultura de Viçosa, hoje Universidade Federal, para treinar seus extensionistas. O primeiro treinamento informal foi realizado no segundo semestre de 1949, preparando engenheiros agrônomos e técnicos

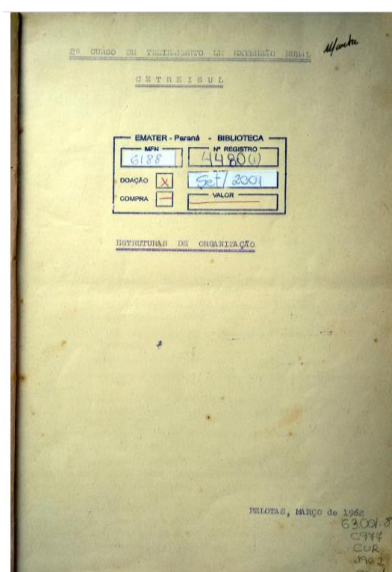
agrícolas para trabalharem nos Escritórios Locais da ACAR, do qual fui um dos alunos. Com o passar do tempo, as necessidades de treinamento foram avolumando – se, demandando espaço físico, na época insuficiente na Escola. Assim, decidiu-se pela organização de um Centro de Treinamento, que resultou na criação do Centro de Ensino e Extensão, CEE (...)

A finalidade dos Centros era recrutar e prestar formação para estudantes universitários da área agrícola e fornecer capacitação para o mercado de trabalho, industrial e rural. As Universidades Rurais ofereciam sua estrutura física para o desenvolvimento dos treinamentos e os extensionistas mais experientes do sistema ACAR ministraram aulas teóricas e práticas. Até mesmo aulas de organização de escritórios locais foram oferecidas na Universidade Rural de Minas Gerais (RIBEIRO, 2000).

Além do Centro de Ensino e Extensão (CEE/CETI), a ABCAR ofereceu assistência técnica e financeira ao Centro de Treinamento de Pernambuco (CETREINO), o qual atendia a região do nordeste e o Centro de Treinamento de Pelotas (CETREISUL), criado em 1960, responsável por qualificar extensionistas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Além deles, o Centro de Treinamento de Campinas (CETREC, s.d).

O Centro de Treinamento de Pelotas foi criado no Rio Grande do Sul, em 1960, pelo projeto ETA. A função do Centro era formar extensionistas na Região Sul do país. A imagem abaixo mostra a capa do segundo curso de treinamento extensionista ocorrido em 1962.

**Figura 4** - 2º Curso de treinamento em Extensão Rural



FONTE: ACARPA/PR, Curitiba (1962).

Os centros de treinamento estabeleceram ligações com as universidades rurais brasileiras e no caso do Rio Grande do Sul, o ensino de agronomia e as atividades de pesquisa e experimentação científica iniciaram-se com a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), no século XIX. Darlan Pez Wociechoski (2016), em sua dissertação intitulada “Concepções de Extensão e desenvolvimento na Universidade Federal de Pelotas: uma análise a partir dos seus atores”, analisou as vinculações entre FAEM e UFPel com a extensão universitária.

Na concepção de Caporal (1998 *apud* WOCIECHOSKI, 2016, p.62) o centro de treinamento,

(...) era direcionado à capacitação de extensionistas das Associações de Crédito e Assistência Rural, tendo por objeto realizar capacitações, principalmente ministrar conhecimentos sobre processo de ensino e aprendizagem, processos de adoção de tecnologias, desenvolvimento de lideranças, relações com comunidades e políticas públicas de crédito rural. Ainda na visão deste autor, a concepção de Extensão desenvolvida pelos centros obedecia o modelo norte-americano das “Land Grant Colleges” (CAPORAL *apud* WOCIECHOSKI, 2016, p.62).

O centro de treinamento de Pelotas atuou de 1961 a 1985. Antes mesmo da criação da UFPel (1969), a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS) (1967) e o CETREISUL desempenharam atividades ligadas ao ensino de agronomia, pesquisa e extensão. Além disso, treinou jovens com a finalidade de desenvolver o espírito de liderança, cooperação, associação e submissão aos imperativos do capital. A UFRRGS surgiu a partir da Universidade Rural do Sul (URS), criada em 1960 e formada pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel; Escola de Veterinária, a Escola de Pós-Graduação, o CETREISUL, o curso de Sociologia Rural e um curso de Ciências Domésticas (MULLER; HALLAL, RAMOS, 2016, p. 02).

Esses centros recebiam extensionistas de toda a região e demais estados. O Centro de Treinamento de Campinas perfilhou extensionistas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e do Nordeste. Nos cursos ocorriam intercâmbios de experiências e conhecimentos, resultando, por exemplo, nos relatórios de formação extensionista, documentos essenciais para a realização deste trabalho. São raros os documentos que tratam de aspectos históricos dos centros na formação dos quadros técnicos no campo. Nesse sentido, foram valiosas fontes que complementaram a análise histórica e o papel educativo desempenhado por essa organização da sociedade civil.

Uma delas foi o jornal *Correio da Manhã*,<sup>40</sup> o qual, por sua vez, dedicou inúmeras páginas para tratar das atividades desenvolvidas no Centro de Treinamento (CETREC), de Campinas. O trecho abaixo apresenta alguns dados históricos de formação do CETREC.

#### Treinamento e aperfeiçoamento

O Centro de Treinamento de Campinas (CETREC), criado neste ano pelo Decreto nº 36.284, de 17 de fevereiro, já deu início ao treinamento do pessoal da Secretaria, tendo realizado 5 cursos de aperfeiçoamento para os técnicos empregados nos serviços de Extensão e de assistência especializada. Antevê-se, face aos resultados alcançados nesses cursos, e ao convênio assinado com o Serviço Social Rural, a realização no próximo ano de número ainda bem maior dos referidos cursos de ensinamento. Foram iniciados em 1960, com término previsto para 1961, as obras programadas para a sede própria do CETREC em 2 amplos e modernos edifícios que o colocarão em lugar impar no seu gênero em toda a América Latina. (CORREIO DA MANHÃ, 1961, s.p).

Os centros de ensaio e treinamento localizavam-se em locais que proporcionavam uma infraestrutura adequada para o recebimento dos participantes, além disso, considerou-se a posição geográfica. Acima de tudo, deveria ser um atrativo justamente por receberem intercambistas, professores/treinadores estrangeiros, autoridades e comunidade. Na cidade de Campinas, ocorreram vários cursos em virtude das condições físicas da região. Apresentou variabilidade de possibilidades em face do tamanho das propriedades, diversidade das explorações agropecuárias, distribuição de solos, condições humanas e aspecto intensivo e extensivo e das atividades. Ali existiam propriedades denominadas empresas agrícolas que foram classificadas como exemplares para a demonstração de resultados.

Segundo o jornal *Correio da Manhã*, a cidade possuía recursos diversos como a experiência de Valinhos, a organização Holambra, a Escola Agrícola de Piracicaba, a Escola de Pinhal, o Instituto Agrônomo, a Escola de Serviço Social e o CETREC (CORREIO DA MANHÃ, 1960).

Por conta da ampla estrutura e devido a sua localização estratégica, o centro ofertou cursos de economia doméstica, utilização econômica de energia elétrica no lar rural voltado para o manuseio de resfriadores e conservação de alimentos, cursos de cooperativismo e melhoramento de sementes intermediado pela USAID, utilização racional e eficiente da terra, do capital e trabalho. Também ofertou treinamentos específicos de formação extensionista, os chamados cursos de pré-serviço.

---

<sup>40</sup> Disponível em:

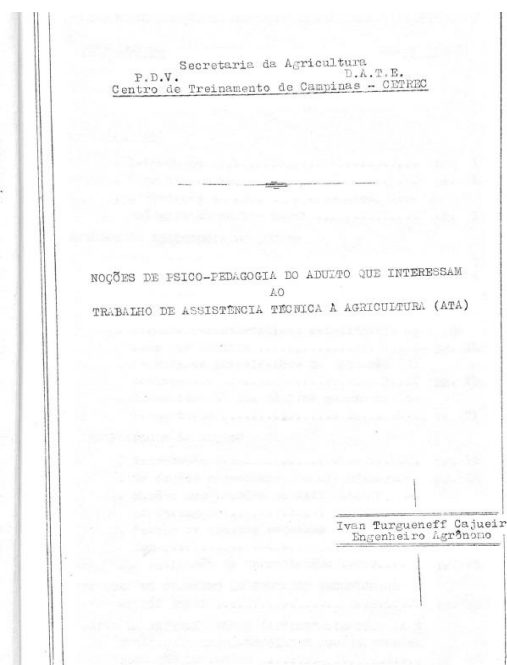
[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=69573&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=69573&url=http://memoria.bn.br/docreader#). Acesso em: 20 ago. 2022.

### Extensão Rural

Quarenta e um engenheiros agrônomos, economistas domésticas e técnicos do nível médio, candidatos a extensionistas agrícolas e domésticas dos Serviços de Extensão Rural do Paraná ACARPA e de Santa Catarina, participaram do curso de capacitação inicial em Extensão Rural realizado no Centro de Treinamento de Campinas (CETREC), sob o patrocínio da Secretaria de Agricultura de São Paulo e dessas duas filiadas da ABCAR. O curso, com a duração de sete semanas, constou de aulas teóricas e práticas ministradas por especialistas de órgãos da Secretaria de Agricultura de São Paulo, do Sistema ABCAR e de outras entidades, e contou com a colaboração do Instituto Inter-Americano de Ciências Agrícolas. Dos 41 treinados, 29 eram candidatos a extensionistas da ACARESC e 12 extensionistas da ACARPA (CORREIO DA MANHÃ, 1963, s.p).

Nesses treinamentos, difundiam-se conhecimentos sobre filosofia e psicologia da Extensão, com especial destaque o treinamento para extensionistas rurais que resultou no relatório apresentado abaixo.

**Figura 5** - Noções de psico-pedagogia do adulto que interessam ao trabalho de Assistência Técnica da Agricultura (ATA)



FONTE: ACARPA/EMATER (Curitiba/PR, s.d, s.p).

Cajueiro formou-se em agronomia e foi especialista em treinamento de técnicos agrícolas; atuou como diretor do Centro de Treinamento de Campinas nos anos de 1960. Na

década de 1970 assumiu a chefia dos departamentos de Recursos Humanos e de Informação e Documentação da EMBRAPA, fez parte da Assessoria Técnica e Econômica do gabinete do Ministério da Agricultura (INFORMATIVO EMBRAPA, 1973).<sup>41</sup> Ministrou treinamentos aos extensionistas para o aprimoramento de habilidades de tratamento/relacionamento com as famílias rurais, conhecimentos sobre a psicologia dos adultos e capacidade de aprendizagem, alguns dos focos do curso. Os Centros de Treinamento foram conduzidos e acompanhados por agentes da USAID e objetivavam compreender o sistema educacional brasileiro e ainda coletaram informações acerca dos métodos de ensino dos professores universitários e, inclusive, dos métodos e filosofias aplicados nos centros de treinamento. Um dos agentes da USAID em Piracicaba foi Clair W. Young, responsável pela área de Extensão e Métodos e, “conforme consta nos documentos históricos, nos primeiros meses de trabalho no Brasil ele esteve articulado em um projeto com diversas instituições nacionais e norte-americanas (...)” (MOLINA, 2019, p.23).

Clair W. Young, além de representante da USAID, foi professor da universidade de Ohio e produziu estudos e conferências relativas ao projeto de educação agrícola no Brasil, em 1964. Contou com a colaboração e participação de funcionários do CETREC e da USAID, FORD, ESALQ, cooperativas, dentre outras entidades de fomento. A USAID envolveu-se no ensino superior, especialmente com as ciências agrárias da ESALQ/USP, e desenvolveu um trabalho articulado com o extensionismo rural, senão vejamos:

(...) Young traçou três objetivos e metas a serem alcançadas para a educação agrônômica paulista sendo eles respectivamente: 1 – Intervenção na educação com parceria da Secretaria da Agricultura de São Paulo; 2 - Influência dos projetos em curso na ESALQ, acrescentando ou anulando ideias; e 3 – Intervenção no Centro de Treinamento de Campinas (CETREC) (MOLINA, 2019, p. 23).

Young desenvolveu um plano de intervenção no CETREC, tendo como objetivo a formação dos funcionários de nível superior, ou com cargos superiores de gestão e coordenação em Campinas.

Esse centro campineiro deveria, na concepção do estadunidense, centralizar suas atividades no treinamento de supervisores e diretores regionais do fomento internacional, ou seja, o conjunto de empregados brasileiros e

---

<sup>41</sup> Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1039115/1/digitalizar00281.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

estrangeiros de universidades, associações, institutos, prefeituras ou empresas articuladas aos projetos dos Estados Unidos no Brasil.

O foco dos treinamentos em Campinas deveria abordar os seguintes temas: ‘modernas técnicas de supervisão’; ‘relações humanas’; ‘comunicações’ e ‘administração’, tudo dentro da ideologia da teoria do capital humano que, por meio de uma visão ‘tecnicista’, objetivava convencer os agrônomos, produtores rurais e demais setores ruralistas que, dentro da concepção capitalista, o investimento em educação é fator de crescimento econômico, assim como, individualmente, os sujeitos que investissem na própria educação também estariam potencializando a capacidade de ganhos e empregabilidade (MOLINA, 2016, p. 210).

O foco era em cursos que envolviam assuntos tanto da sociologia rural quanto da administração rural. Os treinamentos de extensionistas foram ministrados pelos professores das universidades brasileiras e estadunidenses. As técnicas de ensino e o modelo a ser implementado eram oriundos especialmente de instituições estrangeiras como da Universidade de Ohio. Para alcançar os níveis de sofisticação preteridos pelo projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo a USAID patrocinou intercâmbios para que o programa extensionista, por meio do estabelecimento de trocas de experiências entre intelectuais orgânicos de ambos os países e europeus para que pudessem exercer o controle sobre a atividade extensionista.

É importante destacar que os centros de treinamento serviram como um espaço de integração dos serviços públicos com a iniciativa privada, ou seja, de um espaço de organização e articulação dos interesses de classe em torno da difusão do projeto “modernizante”. Inúmeras empresas, por intermédio de seus representantes, participaram das exposições da Extensão visando divulgar técnicas e tecnologias das multinacionais.

Alcançou o melhor sucesso o I Encontro de Técnicos em Agricultura, em Campinas

São Paulo (Sucursal) - Foi um sucesso o I Encontro de Técnicos em Agricultura, realizado em Campinas na semana passada. Mais de 200 agrônomos e outros especialistas em assuntos agrícolas, representando 10 órgãos do governo e 40 empresas privadas, durante três dias debateram 10 teses e comunicações, realizando 10 seções de trabalho intenso. Um sucesso, pelo mérito dos trabalhos discutidos e pela sua organização.

Organizado com a finalidade de facilitar contato entre os técnicos oficiais e os que atuam em empresas privadas, o Encontro alcançou plenamente seu objetivo. Especialistas do agrônomo, Biológico, DEMA, DATE, Serviço Florestal, Fomento Agrícola, Escola de Agricultura de Piracicaba, Escritório Técnico de Agricultura, representantes da Sociedade Paulista de Agronomia, Instituto Brasileiro de Potassa, Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos, Sociedade de Defensivos para a Lavoura e Pecuária e da Sociedade de Herbicidas – formando o grupo órgãos oficiais e associativos, tiveram ao seu lado agrônomos e outros técnicos das firmas de adubos,



inseticidas, sementes e mudas, máquinas e equipamentos, produtos veterinários e outros, com proveito para ambas as partes (CORREIO DA MANHÃ, 1964, s.p).

O excerto evidencia o papel dos centros de treinamentos extensionistas, mais especificamente da Extensão Rural no processo de organização empresarial no Brasil, e suas estratégias de hegemonia pela mobilização de um elevado número de intelectuais qualificados nas universidades e/ou nos centros de treinamento. Enquanto alguns ocuparam postos dirigentes na sociedade política, em comissões, conselhos, Extensão, universidades, sindicatos, cooperativas e multinacionais, outros deveriam difundir a autoimagem do projeto de modernização capitalista.

A Extensão Rural atuou junto a diversas entidades da sociedade civil e teve um trabalho integrado às universidades públicas brasileiras. Nos Centros de treinamento extensionista, realizaram-se comunicações por parte de técnicos de empresas privadas, merecendo destacar a Companhia Paulista de Adubos; Manah; Bianco (inseticidas); Agrobras (no setor de agrotóxicos); Forticap (na linha de fertilizantes); Geigy (produção de DDT/linhas de agrotóxicos); Quimbrasil-Serrana (empresa nacional de fertilizantes); Instituto Brasileiro de Potassa (produto de um convênio firmado entre institutos de âmbito internacional no ramo de adubação); Agrocerec (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

### 3.3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EXTENSÃO RURAL: DIFUSIONISMO E ASSOCIATIVISMO

Ao analisar o conjunto de circunstâncias que permitiram o avanço do capitalismo no campo brasileiro, o poder do programa de Extensão Rural para o avanço do imperialismo estadunidense no Brasil pode ser identificado na política econômica expansionista dos Estados Unidos em direção à periferia. É notório o teor intervencionista por meio das fontes históricas consultadas, em especial nas concepções teóricas e metodológicas difundidas pelas agências da Extensão Rural. Essas concepções teóricas e metodologias tinham em vista propiciar conhecimentos técnicos aos extensionistas e economistas domésticas para promover modificações nos comportamentos, costumes, hábitos e valores relacionados à adoção de práticas consideradas cientificamente válidas para a solução dos problemas de desenvolvimento tanto econômico quanto social.

A forma encontrada para intervir no meio rural e difundir o capitalismo no campo foi por meio de investimentos privados e públicos para a transmissão dos conteúdos técnico-

científicos aos extensionistas rurais. Para conseguir tal intento os extensionistas foram treinados em centros especializados, contando com professores estrangeiros e nacionais, bem como metodologias específicas para o desempenho adequado às demandas da “filosofia da Extensão.”

Na análise de parte significativa da literatura sobre os princípios teóricos e metodológicos que nortearam o trabalho da Extensão Rural identificaram-se dois momentos históricos que marcaram a Extensão Rural no Brasil: o humanismo assistencialista (1948-1962) e o difusionismo produtivista (1963-1984). Durante o humanismo assistencialista, consoante Rodrigues (1994), predominou a orientação pedagógica “ensinar a fazer fazendo” cujo papel do agente foi induzir mudanças de comportamento. No caso do modelo difusionista produtivista preponderou aquele marcado pela elaboração de projetos de crédito rural (RODRIGUES, 1994, p. 233).

A premissa do autor de que na primeira fase da Extensão Rural predominou um modelo assistencialista precisa ser questionada e problematizada, uma vez que será observado ao longo deste trabalho o assistencialismo como ação que não partiu dos próprios produtores rurais, mas sim de países centrais para os países periféricos. Era dotada de características etnocêntricas, excludentes e intervencionistas, própria de ações imperialistas. Além disso, a compreensão desta pesquisa sobre as fases da Extensão difere de Rodrigues pois, ao analisar o papel orgânico dos extensionistas rurais, foram identificadas adaptações e continuidades metodológicas e teóricas de um contexto para outro.

Fonseca (1985) identificou dois modelos de organização do trabalho extensionista: o modelo clássico e o difusionista-inovador. No primeiro, consoante o pesquisador, predominou a transmissão de conhecimentos ao povo rural e a resolução de problemas sociais por meio das fontes de pesquisa, já o segundo é resultante de trabalhos de sociólogos e antropólogos oriundo do imperialismo europeu, mais precisamente durante o neocolonialismo. Neste contexto, dominou a concepção de que cada membro da sociedade poderia ser elemento multiplicador de práticas capitalistas no campo. Senão vejamos. Segundo Moura (1978 *apud* FONSECA, 1985, p. 42):

Após os antropólogos ingleses da era vitoriana, sucederam-se os profissionais que conforme já dissemos – marcharam *pari passu* com o desenvolvimento do expansionismo imperialista; organicamente interligados o imperialismo e a Antropologia Cultural se desenvolviam paralelamente. Esses cientistas foram, por isso mesmo, envolvidos pela essência do que as relações entre as metrópoles e as colônias tinham de antagônicas e espelharam, na disciplina que surgia, essas contradições. Dentro de um mundo que se abria às indagações de economistas e sociólogos, esses

antropólogos davam aos seus trabalhos um direcionamento de classe, embora de forma sutil e acobertado por um oceano de erudição. As diversas teorias que surgiram – **como o difusionismo** - visavam a negar o desenvolvimento interno dessas culturas, criaram uma constelação ideológica através da qual esses povos eram analisados a partir dos padrões e valores das nações dominadoras.

Fonseca ainda ressalta que a teoria difusionista correspondeu a uma tendência teórica que partia do princípio de que a difusão/alocação de ideias significava a transferência de traços de uma determinada cultura civilizada para outra não-civilizada. A operacionalização deste modelo requereu um manejo para lidar com a população colonizada e, se observadas historicamente as ações colonizadoras dos países exploradores, identificar-se-ão a utilização e apropriação dos conhecimentos mais avançados para fins de dominação e ampliação do poder econômico, político e social. No caso do extensionismo rural, agência de propagação de renovadas práticas e manejo no campo, repetiram-se antigas ações etnocêntricas ao desqualificarem o modo de vida no campo. Essas agências e agentes, ao atuarem no Brasil, identificaram que o campo brasileiro apresentava uma situação de plena pobreza, atraso cultural e tecnológico.

Tendo em vista a necessidade de criar as condições propícias para a expansão do capitalismo no campo, a Extensão Rural utilizou metodologias e concepções teóricas variadas visando despertar o interesse, motivar, induzir, adestrar e fazer com que os produtores mudassem as suas práticas e adotassem tecnologias mais avançadas. O campo da Extensão era a educação, ou seja, a produção de mudanças no comportamento humano pela transformação de práticas e aplicação de métodos educacionais. É importante lembrar, como apontado anteriormente, que a pobreza representou um grave problema para o avanço do capital, logo a intenção era exercer o controle sobre as pessoas pobres para que elas não se rebelassem contra o sistema.

Levando em conta a diversidade da população que residia no campo brasileiro nos anos de 1950 a 1970, em termos de tamanho da propriedade, idade, educação, estado social e rendas, os métodos da Extensão deveriam ser adaptados a essas diversidades socioeconômicas e socioculturais e isso explica, por exemplo, a diversidade de conhecimentos e tendências pedagógicas aplicadas para fins de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Ribeiro (2000) participou da formação de extensionistas rurais em vários Centros de Treinamento no Brasil, teve atuação orgânica na Extensão e divulgou os métodos e concepções de trabalho no campo durante as exposições no CETREISUL nos anos de 1960.

Segundo o relatório de treinamento extensionista CETREISUL (1962, s.p) conduzido por Ribeiro:

Experiências têm mostrado que os resultados dos ensinamentos da Extensão dependem, antes de tudo, dos métodos de ensinamentos usados. O grau a que o povo rural é exposto às informações da Extensão determinava sua aceitação. Não é possível dizer que qualquer dos métodos deveria ser utilizado para determinado programa. O grande trabalho dos extensionistas é ensinar de maneira que a aceitação por parte do povo rural seja a máxima possível. Ao contrário do que acontece ao ensinar numa classe de escola, os extensionistas devem pensar antes de tudo, em alcançar o maior número de pessoas, da maneira mais eficiente. Tudo isso é importante e deve ser conhecido pelo extensionista, a fim de que possa saber que combinação de métodos utilizar.

A fundamentação (teórica e metodológica) usada para se difundir a modernização conservadora, amparada no modelo difusionista surgiu nos Estados Unidos e era interligada às atividades desenvolvidas nas universidades. O modelo de difusionismo tecnológico seguiu os princípios do funcionalismo. No difusionismo funcionalista a relação das funções dos agricultores era compreendida como determinada pelo tipo de estrutura, cujo objetivo era possibilitar o funcionamento de um sistema de operações eficientes. A adoção de uma prática e a mudança social era determinada pelo estímulo constante a determinadas funções. O funcionalismo social, portanto, foi um dos fundamentos do difusionismo de base norte-americana e visou ao desenvolvimento das comunidades rurais e à reunião de pessoas vivendo harmoniosamente. A comunhão de compromissos teve como princípio promover crescimento econômico, evitar conflitos no campo e eliminar ameaças populares de caráter revolucionário em pleno contexto da Guerra Fria (HAVERROTH, 2012).

A modernização preconizada pelas agências da modernização deveria servir como meio de romper com a antiga estrutura, ou seja, com a “velha” racionalidade de produção no meio rural,<sup>42</sup> própria da ideologia do funcionalismo social modernizador da Sociologia Rural (DUARTE; SOARES, 2011). Por meio dos líderes de opinião, ou seja, extensionistas e os agentes voluntários das comunidades locais, a tecnologia foi transferida para o público em geral. Segundo Fonseca (1985) o difusionismo funcionalista foi um meio de propagação das ideias de modernização elaborado por Everett M. Rogers, professor de difusão tecnológica da

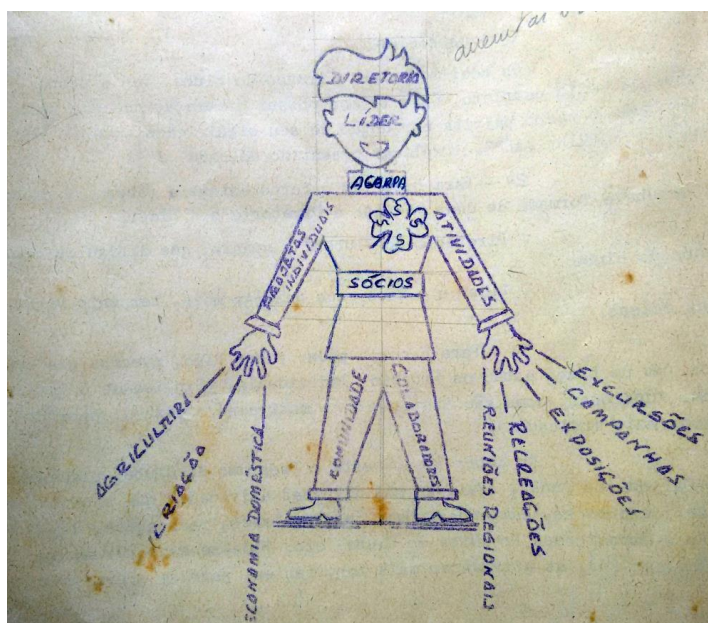
---

<sup>42</sup> Tratou-se da cultura intuitiva baseada em métodos tradicionais vindo do saber espontâneo que deveria ser substituído pelo científico, com métodos específicos visando ao desenvolvimento racional da produção e, portanto, do capitalismo no campo.

Universidade do Estado de Michigan – Estados Unidos. Recebeu patrocínio pela UNESCO, Fundação Ford e Centro Regional de Ayuda Técnica (AID).

A influência do funcionalismo na doutrina extensionista pode ser identificada na fonte extensionista do Centro CETREISUL. Este curso de pré-serviço foi ministrado tendo em vista a difusão de saberes sobre a organização e a estrutura das agências extensionistas.

**Figura 6** - Estrutura e organização da Extensão Rural.



FONTE: CETREISUL, 1962, s.p.<sup>43</sup>

A fonte histórica anterior alerta pela classificação social apresentada. A identificação de agentes pensantes, ou seja, a diretoria como o “cérebro” e a “cabeça”, concebida como a única capaz de pensar e coordenar os demais grupos, além disso, a representação dos sócios como o tronco, responsável por sustentar a estrutura e a comunidade no geral que movimenta as demais camadas, indica características de um pensamento funcionalista e teleológico. Os processos são pensados sem um sujeito intencional, mas como uma estrutura natural. Os agentes do topo usufruem dos trabalhos desempenhados pela classe trabalhadora explorada, vista como incapaz de pensar por si mesma e mudar a sua realidade.

Neste tipo de concepção, as relações sociais foram tratadas pela Extensão como passivas. As comunidades rurais como meramente receptoras de conhecimentos e tecnologias e, por outro lado, os extensionistas foram apresentados como intermediadores entre

<sup>43</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

agricultores e o saber tecnicista. Não se considerava a possibilidade de criação, reinvenção do mundo no qual as pessoas pensavam, trabalhavam e agiam. A noção funcionalista se apoiou nos conceitos de consenso e harmonia social, com a negação de resistências, minimização de conflitos e contradições sociais.

MARIN; ROSSATO (1994, p. 443) advertem:

(...) A crença na neutralidade de valores mais que uma postura ideológica é uma posição que serve para a manutenção da hegemonia político-social e econômica. Uma consequência dessa visão foi que a estrutura e a superestrutura da sociedade dominante são consideradas justas. Não problemáticas. Se os problemas existem, estão situados no indivíduo. Por isso, devem ser educados para que possam se integrar de maneira equilibrada na sociedade.

O conhecimento limitava-se a poucos que ocupavam a posição de “status”, enquanto do outro lado era mantida a classe trabalhadora responsável pela sustentação do corpo, ou seja, pelo trabalho braçal necessário para a otimização da produção agrícola. Mas para que a classe dominante alcançasse seus interesses capitalistas era necessário atingir mentes e corações. Nessa estrutura social, o trabalho “educativo”, ou seja, de convencimento, foi eleito como um dos principais aspectos a serem investidos pelos organismos internacionais e nacionais para a manutenção da hegemonia social, econômica e política.

Não havia espaço para pensar, criar e questionar. Os extensionistas eram incumbidos de difundir um modelo produtivo pronto ao qual os agricultores deveriam se acostumar e adaptar. O ensino por meio de repetição de maneiras diferentes e atrativas foi um dos indicadores de que as estratégias difusionistas das práticas de Extensão eram baseadas no perfil psicológico dos produtores rurais.

Os métodos de Extensão devem adaptar-se ao nível cultural daqueles com quem se trabalha, bem como a diversas outras condições e situações do fator humano e meio ambiente. A força de um programa de Extensão não reside num determinado método, dependendo mais de inteligente combinação de vários deles. Quando se combinam estes em si, é necessário procurar que se complementem mutuamente. Desta maneira, será possível alcançar maior número de pessoas com o programa educacional correspondente e com o tradicional sistema de repetição, importante em educação (CETREISUL, 1962, s.p).

Nos treinamentos extensionistas, os técnicos aprendiam diferentes métodos para conseguir apoio e visibilidade diante das práticas extensionistas. O objetivo era influenciar o máximo de pessoas possível para difusão do pacote tecnológico, bem como adequar os

produtores rurais ao sistema de produção agrícola racional, na base do taylorismo, pautado em conhecimentos científicos. A adoção de uma prática dependia, acima de tudo, da aplicação de um método, ou mais de um, para a adaptação do programa extensionista nas comunidades rurais. Chama a atenção a multidisciplinaridade presente nos relatórios da Extensão, servindo como canal para promover as mudanças sociais. Várias áreas do saber integradas como educação, psicologia, filosofia, sociologia, administração e economia visavam promover conhecimentos criativos para definir um problema e apresentar recomendações para solucioná-lo.

Merecem destaque as concepções associacionistas e das ciências naturais como o darwinismo social aplicado pela Extensão Rural. Além de E.L Thorndike, outro expoente do associacionismo foi B.F Skinner (1974). Seguindo o princípio teórico destes pensadores, o objetivo dos educadores era produzir mudanças desejáveis e impedir alterações indesejáveis pela produção e prevenção de respostas.

O associacionismo foi uma expressão da teoria psicológica empirista denominada behaviorista.<sup>44</sup> Nessa concepção, a aprendizagem é definida como mudança de comportamento resultante de experiência e treino em que os fatos são armazenados por associações. Na teoria empirista, o sujeito é visto como tábula rasa/receptor e o ensino-aprendizagem é centrado no educador. Nessa modalidade teórica, encontra-se a determinação entre ação e resposta a certa ação (NEVES; DAMIANI, 2006).

Considerando essas concepções, a repetição de práticas requisitadas na metodologia da Extensão Rural permitiria a memorização e o aprendizado de uma prática, ou seja, mudanças sociais e práticas de trabalho no campo. O desenvolvimento econômico e social foi concebido como uma passagem da sociedade de tipo tradicional para moderna,<sup>45</sup> em que predominariam padrões desenvolvidos com maior aptidão e capacidade de sobrevivência, contando com o engajamento de pessoas autônomas, enérgicas, corajosas, patrióticas e homens benevolentes (SKINNER, 1974). Esses pressupostos foram apropriados pelos governos locais em convênios com agências extensionistas americanas.

---

<sup>44</sup> Teoria que teve como iniciador Simon que aplicou a administração na teoria das organizações, ou seja, o estudo da administração dentro do sistema social. O objetivo principal passou a ser a produtividade para a eficiência do sistema. A cooperação, o papel de cada participante, deveres e tarefas são traços desse sistema de organização. A organização foi entendida como a articulação de fatores estruturais e comportamentais (GUEDES, 1996). Isso explica, por exemplo, o esforço da Extensão em instruir os extensionistas sobre aspectos estruturais/ governamentais/ institucionais e comportamentais.

<sup>45</sup> Tradicional correspondeu para a Extensão como um modo de vida atrasado, intuitivo, espontâneo. Enquanto o moderno significava: científico, racional, civilizado, evoluído e desenvolvido.

A Extensão considerou a existência de dois mundos que deviam se aproximar por meio da atividade extensionista: o mundo técnico-científico e outro denominado “mundo remoto”, responsável pela estagnação da ciência. Segundo o relatório CETREC, no mundo remoto, a herança ancestral determinava o modo de produzir e de viver na agricultura. A rotação das terras levaria ao esgotamento da produção, a baixa produtividade, ao desconforto doméstico, à ignorância e, conseqüentemente, à pobreza. Nesse sentido, os extensionistas eram instruídos a entenderem o papel da “filosofia” da Extensão e a tomarem cuidado para não se desvirtuarem da ideologia do programa, relacionado ao ensino dos agricultores a usarem seus próprios recursos sem dependerem de políticas protecionistas do Estado (CETREC, s.d). Tratou-se de uma concepção que se aproximou da teoria liberal de John Dewey, relacionada ao método “aprender a fazer fazendo”.

Não se pode ter uma agricultura adiantada com um povo atrasado. O nível educacional do rurícola é que determinava, mais do que qualquer outro fator, o tipo de agricultura de um povo.

Logo, se quisermos modificar o panorama agrícola de um país, tornando-o mais de acordo com os progressos da civilização, precisamos elevar o nível educacional de seu povo rural, ministrando-lhes ensinamentos.

Todas as demais medidas, tais como dádivas ou vendas, a preços baixos, de melhores sementes, inseticidas, empréstimos de máquinas, etc., muitas vezes são contraproducentes, pois tornam o povo dependente desse tipo de assistência paternalista. A Extensão visa fazer com que o rurícola, utilizando seus próprios recursos, torna-se independente de ajudas estranhas. Nele, e unicamente nele, é que está a solução de seus problemas. A execução, pelos técnicos, de trabalho para os agricultores, não é educacional. O papel dos extensionistas é ensinar ao agricultor e à sua família, novos métodos e técnicas e não executá-los para eles (CETREC, s.d, p.07).

Observam-se nesta fonte algumas contradições, por vezes, a extensão apresentava-se como uma prática educativa, ora negava o teor educativo da extensão em relação ao trabalho desempenhado junto aos agricultores. O extensionismo era uma prática difusionista planejada, tendo em vista a propagação de tecnologias e mudanças de hábitos e costumes no campo e estava circunscrita no produtivismo e evolucionismo. Embora a retórica da Extensão fosse prestar assistência técnica aos agricultores, o assistencialismo estava como última meta na relação entre extensionista e produtores rurais.

A adesão a novas práticas de trabalho no campo e a transferência de tecnologia, na visão da Extensão, só seria eficiente mediante a combinação de projetos integrados. Diferentemente do trabalho escolar, cujos conhecimentos são historicamente sistematizados, os extensionistas eram preparados para lidar com toda a família rural, tanto adultos quanto jovens, mas uma atenção especial foi dada aos adultos pelo difícil alcance, convencimento e adoção de uma



nova prática. De um modo geral, a Extensão considerava-os como mais resistentes às modificações de práticas de trabalho no campo, no relacionamento com empresas e bancos, bem como para o financiamento de tecnologias das multinacionais. Em tese, esses eram os argumentos usados pela Extensão para testar e adaptar novos métodos que pudessem difundir ao máximo as ideias, os valores e a cultura capitalista.

A Extensão preparou os técnicos para lidar com esse público e conseguir a adesão voluntária ao projeto da modernização conservadora. Para tanto, as agências usaram métodos próprios da psicologia com o fito de preparar os extensionistas para que lidassem com a diversidade cultural, socioeconômica e política no campo, mas principalmente, com as comunidades que apresentassem famílias resistentes à tecnificação, associação e adesão aos projetos modernizantes. Os conhecimentos da área da psicologia foi uma ferramenta de alcance dos trabalhadores rurais e ajustamento ao capitalismo.

A educação de adultos, não importa onde seja levada a efeito, precisa estar fundamentada sobre uma base sólida de psicologia. Semelhante ao que se faz na educação da criança e adolescentes, é necessário que se analisem as necessidades, interesses, aptidões e habilidades dos adultos, antes de se começar a pôr em prática qualquer plano de Educação. Somente após a realização desta análise é que poderemos concluir sobre as melhores técnicas para conseguir bons resultados no trabalho educacional. É fundamental a necessidade do conhecimento psicológico do adulto, não somente na modalidade de educação escolar (Exemplo: Campanha Nacional de educação de Adultos), mas principalmente, quando se trata de formas de educação fundamental chamada também de educação de Base. Os problemas da educação de base estão preocupando todos os países, pois é ela que representa o trabalho sistematizado, seletivo e orientador, pelo qual os indivíduos se ajustam à vida, de acordo com as necessidades, ideais e propósitos dominantes (CETREC, s.d, p.07).

Antes da aplicação dos métodos de trabalho no campo, nos cursos de pré- serviço, os extensionistas eram instruídos a desenvolverem um trabalho de avaliação e mapeamento do modo de vida rural, tendo em vista maior eficiência na aplicabilidade do trabalho educativo. A Extensão demonstrou preocupações acerca das habilidades mentais dos adultos para aprendizado de uma nova prática e inovação. A psicologia era aplicada para fins de compreensão sobre as capacidades sensoriais de aprendizagem, bem como para o aproveitamento dos serviços da Extensão e adaptação dos materiais e práticas de difusão de novos hábitos, valores e costumes.

A base teórica que fundamentou a psicologia aplicada na preparação extensionista relacionou-se aos estudos de Irving Lorge e Edward L. Thorndike,<sup>46</sup> cujos trabalhos experimentais e testagens psicológicas em adultos influenciaram os trabalhos de Skinner e outros pesquisadores (SANTANA, 2021). Essas tendências teóricas absorveram os métodos de investigação das ciências naturais do século XIX, apresentando um forte teor eugenista, racista e evolucionista.

Os estudos de Irving Lorge e Edward L. Thorndike vieram demonstrar que não é tão absoluta a diminuição da habilidade mental para a aprendizagem, com o avançar da idade. Ainda que no adulto, diminuam a força física e habilidade sensitiva, isto não afeta sua habilidade mental. Lorge diz textualmente o seguinte: 'A generalização de que a decadência mental é função da idade é, pelo menos, um exagero.' Sobre as bases psicológicas que regem a aprendizagem dos adultos, os estudos de Lorge vieram esclarecer mais ainda os principais aspectos deste problema. De acordo com estes estudos, as pessoas têm o grau máximo de visão ao redor dos 19 ou 20 anos; no que concerne à audição, por volta dos 10 ou 15 anos. Após isto, estas faculdades sensoriais vão diminuindo à medida que a pessoa envelhece. O mesmo acontece com a rapidez de reação, que alcança seu máximo com os 25 anos mais ou menos. Muitos então correlacionam este decréscimo, sensorial e motor, com a habilidade mental e a habilidade para aprender, deduzindo daí que esta também sofre decréscimo. Contudo, os estudos do próprio Lorge vieram mostrar que é provável que uma pessoa, de 30 anos não possa fazer determinada quantidade de trabalho com a mesma rapidez com que faria se tivesse 20 ou 30 anos, mas pode resolver problemas de dificuldades equivalentes (CETREC, s.d, p.08).

As considerações acerca da idade dos adultos eram levadas em conta para a adaptação de atividades e aplicação de metodologias que pudessem despertar o interesse desses sujeitos, convencer os adultos rurais a mudarem suas práticas de vida e trabalho no campo, bem como, promover o incentivo à iniciativa e à adaptação das tecnologias no meio rural. A base teórica, que se empenhou em garantir à psicologia o atributo de cientificidade, aproximou-se do positivismo sob a forma do estrutural-funcionalismo que, por sua vez, fundamentou as concepções produtivistas, assevera Saviani (2007).

Na teoria comportamental de Thorndike o aprendizado é resultado de associações formadas por estímulos e respostas, contendo três leis primárias: lei do efeito, lei da prontidão e lei do exercício. As respostas, portanto, são produtos de estímulos. Quanto maior o

---

<sup>46</sup> Desenvolveu trabalhos experimentais em animais e estudos na área da psicologia comportamental. Foi professor de psicologia educacional na Universidade de Columbia, na primeira metade do século 20. (...) Em Educação deixou seu legado dividido entre a promoção de ideias eugenistas e a formulação de testes psicológicos e materiais didáticos voltados ao ensino de crianças e adultos. Apesar de ter formulado sua lei do efeito, Thorndike consideraria as curvas de aprendizagem como um subproduto da interação entre capacidades individuais inatas com os limitantes ou condições ambientais em vigor num processo de aprendizagem (SANTANA, 2021).

estímulo, maior as conexões. Ele também desenvolveu a ideia do efeito de expansão, no sentido de que as recompensas não afetam apenas aqueles que a produziram, mas também outras pessoas não diretamente envolvidas. Observa-se a forte influência dessas tendências teóricas da psicologia aplicada na metodologia extensionista e segundo essa concepção, quanto maiores os recursos de propagação de uma ideia, maior a adesão.

Chama a atenção a preocupação da Extensão com o tipo de comportamento que os extensionistas deveriam adotar para fins de difusão das tecnologias e das novas concepções de trabalho. Dependendo do tratamento, poderiam conseguir facilmente a adesão ou até mesmo afastar os produtores dos reais propósitos do projeto.

Qualquer gesto ou frase, poderá facilmente ferir sua susceptibilidade. Portanto, aquele que ensina deve levar estes fatos em consideração e escolher cuidadosamente as expressões que vai usar quando estiver ensinando. A susceptibilidade do aprendiz adulto, pode ter uma explicação no temor que sente ao ficar em ridículo. Conquanto na educação de adultos não se empregue o castigo, certas atitudes daquele que ensina e dos demais componentes do grupo, tem o mesmo valor de um castigo. Nos adultos existe também a tendência de repetir as ações que produzem prazer e evitar aquelas que desagradam. Quando uma ação é seguida de alguma recompensa, é provável que se repita essa ação. Se em vez de recompensa, se produz um resultado desagradável, desperta-se na pessoa o desejo de evitar a situação que causou desagrado. Na educação de adultos, é necessário ter muito cuidado com os resultados desagradáveis, uma vez que os mesmos podem fazer com que o adulto perca o interesse, afaste-se do grupo ou recuse sua cooperação (CETREC, s.d, p.12).

A citação demonstrou evidências claras de um viés idealista no sentido de que a adesão ao plano da modernização conservadora dependida da capacidade dos extensionistas em convencer os produtores e suas famílias. Quando, na realidade, são outros elementos que explicam a adesão ou não ao projeto. Havia determinações das normas internas da extensão acerca das famílias que seriam contempladas ou não com o programa de crédito, pois sem investimento era impossível inserir-se no programa e tecnificar a agricultura.

O estabelecimento de uma relação de confiança e segurança por meio de atividades recreativas, aproximação com a comunidade e familiarização foram corriqueiros nos ensinamentos da Extensão. Nesse sentido, a linguagem e a prática assumiram papel fundamental. A Extensão atribuiu um papel ímpar aos princípios da psicologia do educador norte-americano A.D. Nueller<sup>47</sup>. Este, por sua vez, desenvolveu estudos acerca do princípio de

---

<sup>47</sup> Não encontramos muitos dados acerca desse intelectual orgânico. O livro referenciado na fonte foi: NUELLER, Alfred. Principles and methods in adult education. Prentice Hall Inc. New York, 1937, 428p.

prontidão e disposição do agricultor, o qual se aproximou da perspectiva da ideologia de “aprender fazendo”, introduzida por John Dewey.

O princípio de prontidão ou disposição tem relação com a lei de aprendizagem que determina que, quando uma pessoa está preparada para fazer uma coisa, a ação de fazê-la lhe produz prazer e não fazê-la produz aborrecimento. O princípio implica que a satisfação reforça os laços que constituem a conduta ou o aprendizado; o aborrecimento os enfraquece. Se a reação de uma pessoa em face de determinada situação vem acompanhada de complacência, essa reação faz-se mais forte e no caso de surgir novamente uma situação semelhante, é provável que a reação seja de aborrecimento. Neste caso ela se enfraquecerá e não é provável que se recorra a ela na próxima vez que aparece a mesma situação (CETREC, s.d, p.16).

O grau de envolvimento dos produtores nas atividades da Extensão determinaria, na visão do programa, a adesão ao projeto, aceitação e modificação das práticas de trabalho no campo. A Extensão atribuiu considerável enfoque na formação dos agentes responsáveis pela difusão do capitalismo no campo. Para Nueller (1937) outro princípio importante para a adesão dos agricultores às novas práticas era o exercício constante de alguma atividade.

Todos sabem que a maneira de aprender uma coisa é fazendo-a. Isto dá a entender que a aprendizagem, como processo vital, ocorre somente durante períodos de atividades. A prática frequente e apropriada determina o êxito, sempre que aquele que pratica preste atenção ao que está fazendo e faça um esforço constante para melhorar. Por outro lado, a falta de prática conduz ao esquecimento (CETREC, s.d, p.16).

Nesta citação que faz referência ao pensamento de Nueller são identificadas aproximações com metodologias educativas baseadas numa pseudo-autonomia que deveria ser difundida nas práticas extensionistas no processo de difusão do pacote tecnológico. Por mais que seu discurso relacionado à “prática frequente e apropriada” para alcançar certo êxito gerasse uma aparente tentativa de conquista de mentes e corações, seus reais objetivos expressaram sua essência forjada como proposta capitalista de transformar os agricultores em agentes de desenvolvimento do capitalismo, como se esse sistema fosse aspiração e escolha natural dessas pessoas. Tratou-se de mais um mecanismo e dominação econômica e cultural da classe dominante.

As tendências teórico-metodológicas da Extensão Rural conforme exposto até o momento consideravam que o extensionista era dotado de conhecimento e deveria incidir sobre o meio rural a fim de aumentar a produção e a produtividade de modo objetivo e racionalizado. Inclusive, as agências de difusão de práticas capitalistas entendiam que a

responsabilidade pela eficiência do projeto dependia da capacidade dos extensionistas de convencerem/ajustarem e disciplinarem a população rural. Em uma passagem do relatório CETREC, são disponibilizados mais dados acerca dessas influências que corroboram com a análise proposta nesta pesquisa:

Considerando que em nosso trabalho de assistência técnica somos verdadeiros educadores, é bom ter sempre em mente que na aprendizagem em tese, se o aprendiz não aprendeu, é porque o professor não ensinou. Esta assertiva tão ortodoxa é verdadeira, pois com o melhor conhecimento das características dos aprendizes e conseqüentemente, uso de melhores métodos de ensino, é possível obter-se resultados no processo educativo. John Dewey tem, a propósito, uma frase: ‘Dizer que se vendeu quando ninguém comprou é tão exato como declarar que se ensinou quando ninguém aprendeu’ (CETREC, s.d, p. 22).

John Dewey (1859-1952)<sup>48</sup> foi um dos expoentes máximos da Escola Nova ao elaborar os conceitos de “aprender fazendo”, preconizando a formação dita como “autônoma”. O princípio citado foi a base do Programa The Training Within Industry (TWI) e parte integrante da sua filosofia de treinamento. Uma das essências desse modelo foi a priorização da prática em detrimento da teoria. Tratou-se de uma das concepções oriundas de Charles Allen, em seu método Quatro-Passos que será discutido adiante.

Segundo Bergamini (*apud* GUEDES, 1996, p. 54) o programa de instrução denominado “aprender a fazer” pairou no nível de adestramento psicossensorial ou psicomotor. A reorganização da estrutura mental para reaprender e aprender estava condicionada às transformações pelas quais o capitalismo passou após a queda da bolsa de Nova York e devido à luta de classes, engendradas após a Segunda Guerra Mundial. A necessidade de adaptação ao desenvolvimento industrial e a capacitação dos extensionistas para adequar os produtores à lógica do capital encontrou na filosofia de educação de John Dewey a possibilidade para a difusão tecnológica.

Em se tratando da literatura que analisou os conceitos e categorias de Dewey verifica-se que não existe um consenso. Alguns questionam o reducionismo presente em algumas tendências brasileiras e problematizaram as comparações rasas entre o modelo de Dewey e

---

<sup>48</sup> Segundo Medeiros (2013, p.80), “Dewey estava em diálogo com os economistas e políticos dos Estados Unidos, sobretudo com as teorias keynesianas do Estado interventor. Era um liberal, portanto defensor do modo capitalista de produção. A democracia foi seu grande escudo, fez dela a razão pela qual lutou por esse modo produtivo. E desse modo, a teoria educacional que propôs é adaptativa e conciliadora das tensões sociais. A proposta de Dewey pretendeu formar um novo tipo de sujeito, o americano racional, forte e adaptável aos problemas sociais, e capaz de não deixar se abater diante de crises políticas, econômicas e sociais.”

tendências pedagógicas brasileiras, já outros indicaram a necessidade de estudos mais aprofundados e contextualizados acerca das análises de Dewey.

Guedes (1996, p. 30) assegura que a filosofia de educação de Dewey teve influência nas concepções da Escola Nova e estava baseada na premissa de que,

(...) a educação necessitava de mais ciência e menos literatura e que o aluno deveria aprender mais por meio da prática do que através de livros, além de estar centrada na vida, na existência e na atividade humana.

Por outro lado, Tiballi (2003) chama a atenção sobre os equívocos do pensamento pedagógico brasileiro ao reduzir o pragmatismo de Dewey ao escolanovismo. Assim, é importante esclarecer alguns pontos e problemas do pensamento de Dewey para evitar simplismos e simplificações.

A lógica em Dewey é uma ciência experimental progressiva, cujo objeto é determinado pela relação do material empírico com o simbólico e cujos postulados são submetidos à comprovação experimental e por esta razão sujeitos a mudanças. É uma ciência que se inscreve nas teorias biológicas e físicas, mas que por lidar com o comportamento humano torna-se “naturalmente social”, sua matriz é, portanto, biológica e cultural (TIBALLI, 2003, p. 06).

Percebe-se que Dewey atribui importância significativa à experiência, ou seja, ao conhecimento empírico. Nos termos da pedagogia pragmatista, a experiência foi transformada em um método lógico da ação educativa, cuja instituição escolar é responsabilizada por oferecer, não os conhecimentos historicamente sistematizados, mas experiências significativas, isto é, pensamentos reflexivos e não comportamento espontâneo do sujeito (TIBALLI, 2003). De modo geral, o pragmatismo de Dewey apresentou aspecto instrumental ao valorizar mais a prática do que a teoria e pelo descuido com a oferta de matérias básicas e fundamentais para o desenvolvimento de um pensamento não só crítico, mas que proporcionasse uma dimensão da totalidade.

O modelo educacional proposto pelas conjunturas mundiais, principalmente pelo fascismo e socialismo, era rejeitado na filosofia educacional de Dewey, que trabalhava na defesa de uma economia democrática. Toda organização educacional deweyana voltava-se para a defesa da manutenção e rearticulação do liberalismo. Extraímos assim, que a filosofia educacional de Dewey contribuiu significativamente para rearticular e manter a ordem liberal democrática (MEDEIROS, 2013, p.100).

Da Escola Nova, desdobrou-se outra tendência, denominada pedagogia tecnicista de influência behaviorista, com inspiração neopositivista e funcionalista. O foco primordial era o aumento da produtividade por meio da formação de indivíduos eficientes, produtivos, com autoestima e capacidade de resolver os seus problemas. A pedagogia tecnicista<sup>49</sup> foi fundamentada no método denominado “aprender a fazer” e pretendeu transformar o trabalho pedagógico em um processo operacional racionalista, eficiente e produtivo.

A adoção do modelo econômico associado-dependente a um tempo consequência e reforço da presença das empresas internacionais estreitou os laços do Brasil com os Estados Unidos. Com a entrada dessas empresas, importava-se também o modelo organizacional que as presidía. E a demanda de preparação de mão de obra para essas mesmas empresas associada à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele modelo organizacional no campo da Educação. Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista” (SAVIANI, 2010, p. 367).

A relação entre a pedagogia tecnicista e a teoria behaviorista foi identificada por Saviani e em termos da formação extensionista, tratou-se de um dos mecanismos para alcançar e lidar com as comunidades rurais, identificadas em um estado de pobreza e atraso tecnológico, cuja intervenção extensionista era fundamental para elevar o nível de vida dessas pessoas. O seu conteúdo consistiu em acelerar com meios disciplinares e métodos da psicologia e adequar os costumes às necessidades do trabalho agroindustrial. Os métodos disciplinares tinham como objetivo desenvolver no trabalhador posturas maquinais passando a eliminar posturas de trabalho autônomas e criativas no campo. Gramsci (2008), em seu livro “Americanismo e fordismo”, identificou em Taylor posturas que visavam retirar do trabalhador o senso psicofísico e desenvolver o aspecto físico-maquinal.

---

<sup>49</sup> “A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. Buscou-se, então, com base em justificativas teóricas derivadas da corrente filosófico-psicológica do behaviorismo, planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor e se na pedagogia nova a iniciativa deslocou-se para o aluno, na pedagogia tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária. A organização do processo converteu-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção” (LOMBARDI; SAVIANI; NASCIMENTO (ORG), 2006).

(...) A expressão consciência da finalidade pode parecer no mínimo espirituosa a quem recorde a frase de Taylor sobre o **gorila amestrado**. Taylor, de fato, exprime com cinismo brutal a finalidade da sociedade americana, de desenvolver no **trabalhador posturas maquinais mínimas e automáticas**, eliminar o antigo senso psicofísico do trabalho profissional qualificado, que demandava uma participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto físico maquinal somente. Mas na realidade essas não são novidades originais. Trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que foi iniciado com o nascer do próprio industrialismo, fase que só é mais intensa que as precedentes e se manifesta nas formas mais brutais, mas que serão também superadas com a criação de um novo senso psicofísico diferente do precedente, e indubitavelmente superior. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da antiga classe trabalhadora será eliminada sem piedade do mundo do trabalho e talvez do mundo tout court (GRAMSCI, 2008, p.67- [grifo nosso]).

As posturas típicas do processo de industrialização ganharam força a partir dos empreendimentos “filantrópicos” das fundações como a Ford e Rockefeller, contando com o apoio de entidades da sociedade civil e do Banco Mundial. Está claro que essas organizações não se preocuparam com a humanidade e espiritualidade daqueles que trabalharam diretamente na terra. As grandes empresas que vislumbraram a consolidação do complexo agroindustrial visaram ao aumento da produtividade para maximizar os lucros, por meios eficientes em termos de extração da mais-valia com custos reduzidos de produção. Esses elementos explicam a preocupação com a eficiência física e a máxima produtividade dos trabalhadores.

Refletindo sobre as transformações no mundo produtivo, a partir do desenvolvimento do capitalismo, segundo Gramsci (2008, p. 67):

(...) Esta humanidade e espiritualidade não pode realizar-se senão no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva; esta era a máxima do artesão, do demiurgo, quando a personalidade do trabalhador se refletia completamente no objeto criado, quando ainda era forte a ligação entre arte e trabalho. Mas é justamente contra este humanismo que luta o novo industrialismo.

Para maximizar os lucros e aumentar a capacidade produtiva dos produtores rurais, a Extensão Rural teve como horizonte a formação pragmática e especialização fragmentada dos extensionistas rurais. A separação entre trabalho manual e intelectual, aprender a fazer, em contraposição ao aprender a pensar<sup>50</sup> são consequências do processo socio-histórico que

---

<sup>50</sup> Em Ford, aprender a pensar significou promover a obediência (ANTUNES, PINTO, 2017).



separou o trabalhador do produto de seu trabalho, transformando em capital os meios sociais de produção e a força de trabalho em mercadoria (MARX, 1983).

Os métodos de ensinar e instruir, próprios do modelo aprender pela prática, foi uma das principais funções do Programa Training Within Industry - TWI. O método aprender-fazendo, concepção marcante na pedagogia tecnicista e em Dewey, fez parte da “filosofia” e do serviço de treinamento do TWI. Aprender-fazendo significou solucionar os problemas no trabalho com a ajuda de um instrutor bem treinado (HUNTZINGER, 2005).

Aprender a fazer, segundo Mueller (2012), foi um dos pilares do TWI e pretendeu desenvolver um conjunto de habilidades e competências nos instrutores e professores para suprir as necessidades de um novo sistema produtivo. A base deste paradigma foi o taylorismo-fordismo. Nesse sistema, predominou o controle máximo da força de trabalho necessária para a maximização de lucros, manutenção e avanço do capitalismo (MUELLER, 2012). Tarefas rotinizadas, padronizadas que rebaixaram o valor da força de trabalho, além do ataque aos saberes-fazeres da classe trabalhadora e às suas formas de reprodução social representaram uma qualificação limitadora imposta pelo processo de trabalho capitalista (FONSECA, 1961). Por outro lado, o programa TWI não foi usado apenas para a preparação de força de trabalho especializada em diversas empresas, mas também seus princípios foram usados nos Centros de Pesquisa e Treinamento de Professores e extensionistas rurais para obtenção de um melhor aproveitamento dos treinamentos de lideranças e organização do trabalho de equipe.

#### 3.4 CONEXÕES ENTRE O PROGRAMA TRAINING WITHIN INDUSTRY (TWI) E A ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL PARA A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

O programa TWI<sup>51</sup> foi lançado inicialmente nos Estados Unidos em 1940 pela National Defense Advisory Commission (NDAC) e transferido para a Federal Security Agency (FSA) com o objetivo de funcionar como parte da War Manpower Commission (WMC) durante a Segunda Guerra Mundial (HUNTZINGER, 2005). Foi um dos responsáveis por transformar o país em uma superpotência, pela capacidade de mobilização e treinamento de um quadro significativo de técnicos e funcionários para a extração significativa de mais-valia diante de renovados métodos de organização do trabalho no interior das empresas. Teve como objetivo

---

<sup>51</sup> Segundo Huntzinger o TWI pode ser considerado o marco inicial dos métodos Produção Lean, métodos de Gerenciamento Japonês e Kaizen.

principal o treinamento, em um curto espaço de tempo, de lideranças capazes de gerir a indústria bélica no contexto em que a Alemanha avançou com seu exército nazista sobre a Europa, mais especificamente a França.

O Training Within Industry Service (TWI) foi iniciado em 1940 durante a Segunda Guerra Mundial com o intuito de aumentar a produção para suprir as necessidades do esforço de guerra das Forças Aliadas. O TWI Service foi liderado por Quatro Cavaleiros, que assim ficaram conhecidos durante a 2ª Guerra Mundial: Channing Rice Dooley, Diretor do Serviço TWI; Walter Dietz, Diretor Associado; Mike Kane, Diretor Assistente e William Conover, Diretor Assistente. Três desses quatro homens se encontraram pela primeira vez em um centro de treinamento durante a Primeira Guerra Mundial, usando métodos desenvolvidos por Charles Allen. A metodologia de treinamento de Allen, desenvolvido a princípio para a indústria naval durante a 1ª Guerra Mundial, se tornaria a chave para os métodos desenvolvidos pelos Quatro Cavaleiros durante o serviço para o TWI (HUNTZINGER, 2005, p. 01).

Dooley e Dietz graduaram-se na Universidade de Purdue, instituição que estabeleceu convênios com universidades brasileiras, como a UREMG, intermediado pela USAID, para o treinamento de professores e estudantes brasileiros em agricultura nos anos de 1962. A partir de então, as universidades passaram a contar com modificações nos métodos de ensino, absorvendo as experiências práticas e metodológicas adquiridas durante a guerra. Dooley e Dietz prestaram assistência governamental, durante a 1ª Guerra Mundial, na questão de treinamentos e adquiriram práticas de trabalho nas fábricas (HUNTZINGER, 2005).

Segundo a visão positivista de Huntzinger, o TWI foi criado para atender as demandas das empresas, focando nas empreiteiras de guerra, para o suprimento de insumos e tecnologias neste contexto de intensos conflitos. Porém, os métodos e as técnicas foram propagados e aplicados por várias empresas pelo mundo afora. É importante considerar que tanto Dooley quanto Dietz, eram familiarizados com o método de treinamento de Quatro-Passos de Charles Allen.<sup>52</sup> Antunes e Pinto (2017, p. 82-3) destacaram os Quatro Passos de treinamento da força de trabalho em uma empresa e estes, por sua vez, funcionavam da seguinte maneira:

---

<sup>52</sup> Charles Ricketson Allen nasceu em 6 de agosto de 1862 em New Bedford, Massachusetts, Estados Unidos. cursou o Instituto de Massachusetts, técnico, bacharel em Ciências. Estudou na Universidade de Harvard, é mestre em Artes do Instituto Stout, Doutorou-se em Ciências. Atuou como agente especial, fez parte do Conselho da Federação de “educação” Profissional. Editor e Consultor do Conselho da Federação de “educação” Profissional, desde 1918. Foi membro da Associação Vocacional Americana e da Associação de Ex-alunos de Harvard. Disponível em:

[https://prabook-com.translate.google.com/web/charles\\_ricketson.allen/930825?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=op,sc](https://prabook-com.translate.google.com/web/charles_ricketson.allen/930825?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=op,sc). Acesso em 23 nov. 2022.

Allen, foi supervisor de formação de professores em Massachusetts e no período da Primeira Guerra Mundial foi convidado pela Corporação de Tropas de Emergência do Escritório de Navegação dos EUA para a missão de dirigir a instalação do programa de treinamento para organizar a enorme e inesperada demanda do número de

O primeiro passo consistia na ‘preparação’, que era o esforço do/a instrutor/a em ensinar as técnicas de produção aos/às trabalhadores/as partindo sempre que possível de analogias e de saberes prévios desses/as, com o fito de lhes prescrever uma (e apenas uma) forma considerada ‘correta’ de trabalhar. O segundo passo consistia na ‘apresentação’: uma exposição por parte do instrutor do conteúdo das tarefas a serem realizadas pelos/as trabalhadores/as da forma mais clara e acessível, com destaques, repetições e uma gama de métodos que tornassem fácil a assimilação prática das tarefas frente a uma diversidade de conhecimentos e formações por parte dos/ as trabalhadores/as.

O terceiro passo consistia na aplicação, ou seja,

(...) Nesse momento, considerava-se de grande importância o surgimento de equívocos por parte dos/as trabalhadores/as, uma vez que poderiam ser aproveitados pelos/as instrutores/as a fim de esclarecer ainda mais as tarefas prescritas. Por fim, tem-se o quarto passo, o teste, que, também como ressalta sua denominação, consistia no desempenho das tarefas prescritas pelos/as próprios/ as trabalhadores/as nos postos já sem um auxílio direto dos/as instrutores/as: havendo erros nesse ponto do processo, toda a responsabilidade recairia sobre esses (MUELLER *apud* ANTUNES, PINTO 2017, p. 82-3).

A discussão anterior mostra que existiu ligação entre os métodos de Charles Allen e o programa de treinamento do TWI Service, conexões essas que se relacionaram diretamente aos líderes e aos mentores do TWI. Além delas, conforme exposto na citação abaixo, observa-se que o método “aprender-fazendo”, que fundamentou as atividades desempenhadas pela Extensão Rural no Brasil a partir de 1953, tem relação com os fundamentos dos Quatro Passos de Allen.

Kane foi um membro do grupo Emergency Fleet Corporation de Charles Allen durante a 1ª Guerra Mundial. Dooley e Dietz estiveram alistados no Departamento de Guerra e conheciam Allen e Kane, assim como os métodos de treinamento de Allen. De fato, no The Training Within Industry Report 1940-1945, discussões significativas foram feitas sobre o trabalho de Allen e sua ênfase em deixar bem claras as diferenças entre ‘ensinar e contar’ e ‘instruir e mostrar’. A importância de ensinar e instruir ao invés de contar e mostrar se tornou a fundação principal dos programas do TWI, aprender-fazendo, que significa resolver os problemas no trabalho com a ajuda de um instrutor treinado adequadamente. O objetivo do **aprender-fazendo** se tornaria parte integrante da filosofia de treinamento do TWI (HUNTZINGER, 2005, p.09).

A metodologia de treinamento dos Quatro Passos de Allen, aperfeiçoada pelo TWI Service, repercutiu mundialmente e se expandiu por vários países ocidentais após a Segunda

---

operários nos estaleiros. Em 1919, publicou o livro “The Instructor, the mans and the job” – o Instrutor, o Homem e o Trabalho de The Joreman and is Job – O Supervisor e seu Trabalho, em 1922 (DELGADO, 2021).

Guerra. Inclusive, serviu para a reconstrução produtiva, assistida pelos Estados Unidos no Japão no pós-Guerra, por intermédio do Plano Marshall durante a gestão Truman. Tratou-se de um plano de assistência técnica e financeira aos países atingidos pela guerra, com vistas a aumentar a taxa de crescimento e padrões de vida, porém tinha como objetivo minorar a influência da esquerda e expelir as influências comunistas na Europa e nos países periféricos (PEREIRA, 2009). Inclusive, Walter Dietz publicou um livro relacionado aos métodos do aprender-fazendo, no qual discorreu sobre a relação entre instrutores e alunos, bem como, a criação de um ambiente favorável de aprendizagem dos alunos para aumentar a capacidade produtiva em uma empresa.

O TWI Service foi considerado um dos projetos que mais colaborou para o avanço dos aliados na Guerra e serviu como modelo para o aumento da eficiência produtiva em outras empresas e/ou organizações pelo mundo.

(...) Findo o conflito em 1945, tornou-se o TWI um genuíno produto da cultura organizacional estadunidense recomendado mundo afora pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), tanto aos países em reconstrução, como o Japão, como aos de economia dependente, a exemplo da América Latina, sendo incluído nos pacotes de auxílio dos Estados Unidos a essas nações (MUELLER *apud* ANTUNES, PINTO, 2017, p. 84).

O programa TWI foi um meio eficiente usado para conter a organização dos trabalhadores que questionassem, reivindicassem direitos e/ou protestassem. Os pilares fundamentais dos métodos do TWI foram: preparação; apresentação; aplicação e teste foram. O primeiro passo teve como propósito preparar o aluno para aprender; o segundo instruí-lo; o terceiro verificar se havia erros e o último realizar uma inspeção final.

O treinamento das funções de comando representava a possibilidade de criar um cenário de harmonia e consenso no interior das empresas, o que era fundamental em um contexto de transformação das relações de produção capitalistas no campo. Mas não apenas isso, após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente durante a Guerra Fria, a produção bélica não cessou, aprofundou-se, e os métodos e técnicas estadunidenses foram exportadas para os países periféricos devido ao interesse claro de controle político, ideológico e também econômico. Sobre as circunstâncias de criação do programa TWI, Prohmann (2016, p. 118) elaborou a seguinte análise:

(...) o órgão surgia como uma medida do então presidente dos Estados Unidos, Henry Truman, que elaborou uma série de ações para consolidar uma 'Política de Boa Vizinhança', como foram chamadas as ações deste

governo em relação aos vizinhos latinos, dentre os quais o Brasil participava. Tal política se ligava a um projeto um pouco mais ambicioso do que a simples harmonia com as demais nações da América, era um projeto de americanização das outras nações nas quais os EUA exerciam sua influência, e para tanto, medidas concretas e investimentos significativos também tomaram a cena dessas relações.

As investidas do Ponto IV da doutrina Truman na educação da classe trabalhadora dos países periféricos estavam voltadas para o ramo agroindustrial e permitiram constatar que os serviços assistencialistas, como a Extensão Rural, foram fruto da preocupação em “americanizar” o continente. A formação científica, Extensão e pesquisa passaram a ser vistos como meios capazes de superar antigos modelos, rumo a um novo projeto de sociedade. Intercâmbios, convênios e educação profissional fizeram parte das investidas da gestão Truman.

A concepção de que a formação humana e a educação eram meios eficientes e baratos para conseguir eficiência produtiva originou-se do TWI. A importância de alcançar o interesse do aluno, ou fazer o aluno querer aprender, como o instrutor deve ou não ensinar, o que se deve evitar nos contatos com o público assistido, fizeram parte do quadro de ações do programa extensionista. Esse método foi usado especialmente para a formação e treinamento de instrutores aptos a atuarem nas empresas. O elemento essencial do programa era o estabelecimento de sintonia e um bom relacionamento (pacificação) entre gestores e trabalhadores, concebido como fatores primordiais para o sucesso das empresas que pretendiam alcançar altos níveis de acumulação de capital.

Segundo Fonseca (1961, p. 572) o foco do TWI era com o treinamento dos gestores. Tratava-se dos intelectuais orgânicos preparadas para prestar serviços para o capital.

O método TWI (Training Within Industry) – Treinamento dentro da Indústria - é destinado a habilitar mestres, ou supervisores, industriais ou de modo geral todos os que exercem funções de comando, a substituírem noções errôneas relativas ao trabalho, por atitudes mais metódicas e racionais, conseguindo, além disso, uma harmonia mais perfeita nas relações humanas que decorrem das próprias condições do trabalho, de maneira a obter uma eficiência maior dos homens, das máquinas e das ferramentas empregadas nos serviços sob suas ordens.

A mobilização de intelectuais orgânicos foi intensa durante e após a guerra, o que demandou a formação de um exército industrial de reserva com o propósito em aumentar a capacidade produtiva diante do avanço nazista. O aumento dos conflitos propiciou o investimento na indústria bélica e, conseqüentemente, o aumento do capital para os

industriais. Os Estados Unidos foram capazes de mobilizar, com recursos reduzidos, um quadro significativo de funcionários capazes de produzir arsenais excedentes que foram exportados para aliados na guerra. Para além do arsenal, após a guerra, procuraram investir no campo agroindustrial, necessário para a reconstrução dos países atingidos pela guerra. Esse investimento trouxe vantagens altamente lucrativas para as multinacionais e transacionais do ramo agroexportador e agroindustrial.

Levando em conta os dados contextuais em que o programa TWI se desenvolveu e se propagou no mundo, mais especificamente no Brasil, a questão que será analisada e desenvolvida nas próximas páginas será a seguinte: Quais elementos dos métodos de Allen e do TWI foram apropriados pela Extensão Rural visando aumentar a produtividade e garantir a eficiência do programa em termos de difusão do capitalismo no campo?

### 3.5 O TWI E A FORMAÇÃO DOS EXTENSIONISTAS RURAIS

O programa de treinamento do TWI Service foi produto de um sistema de organização produtiva estadunidense em tempos de guerra e teve como propósito aumentar a produtividade nas indústrias bélicas por meio de ensino e instrução na empresa. O TWI Service desenvolveu ideias, filosofias, exemplos, procedimentos e métodos de como entender, preparar, desenvolver e entregar com sucesso os procedimentos de treinamento de supervisores eficientes capazes de influenciar, vender uma ideia e passar de forma contínua a filosofia do programa. Por ter garantido o aumento significativo da produção no contexto da Segunda Guerra Mundial, bem como a eficiência da organização e controle sobre o trabalho no interior da fábrica acabou sendo recomendado e absorvido por diversas instituições mundo afora.

Os métodos e estratégias de produção foram assimilados e apropriados por associações, multinacionais e transnacionais e, no contexto da Guerra, permitiu com que países em fase de reconstrução, pudessem recompor sua produção, logo o seu capital, a exemplo do Japão. O modelo e os métodos foram exportados para os países periféricos e aplicados nas indústrias e em instituições que pretendiam treinar supervisores, ou seja, líderes capazes de influenciar, vender uma ideia e difundir o consenso no meio rural, como é o caso da empresa de Extensão Rural.

O programa de treinamento nos métodos taylorista-fordista tornou-se uma plataforma de testes e aperfeiçoamentos nas respectivas regiões em que foram aplicados e constituiu-se

como um forte aliado no aumento da eficiência produtiva nas grandes empresas industriais, como as de caráter educativo e assistencialista.

No Brasil, o TWI foi inserido inicialmente por plantas subsidiárias de empresas estadunidenses, tendo depois se consolidado com a experiência da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAEI) em 1946. Tal comissão instalou escritórios em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, firmando convênios com órgãos públicos desses estados e respectivas federações de indústrias, permitindo uma difusão do TWI não somente às fábricas e empresas em geral, mas às próprias instituições públicas, como as escolas. Por fim, mesmo com o encerramento das atividades da CBAEI, as escolas do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) deram continuidade ao programa em seus currículos (MUELLER *apud* ANTUNES, PINTO, 2017, p. 84).

O programa de Treinamento industrial foi inserido no Brasil por intermédio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) (PROHMANN, 2016). A partir de então passou a ser difundido em diferentes empresas brasileiras no estado do Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outras regiões (FONSECA, 1961). Tratou-se de regiões em que a Extensão Rural iniciou os seus trabalhos e onde os primeiros escritórios foram estabelecidos.

Segundo Ammann (2003, p. 31) a CBAI foi produto do acordo entre a *Inter- American Educational Foudation*, (INC) e o Ministério da Educação tendo como objetivos a educação industrial e a formação de um quadro de especialistas para a propagação da ideologia norte-americana.

(...) ‘Inter-American Educational Foudation, Inc.’ firma outro acordo com o Ministério de educação, nos mesmos termos da CBAR, visando à educação industrial (CBAI), mediante sobretudo a preparação de especialistas brasileiros nos Estados Unidos. Garante-se, com essas medidas, a veiculação da ideologia e dos interesses americanos tanto no meio rural como nas áreas urbanas e, em tais condições, se vai gestando o embrião do Desenvolvimento de Comunidade no país. Sob os auspícios da ‘American International Association for economic and social development’ (AIA), após visita de seu criador – Nelson Rockefeller – ao Brasil, nasce em 1948 a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais (AMMANN, 2003, p. 31).

Os acordos estabelecidos entre a INC com o Ministério da Agricultura e o Ministério de Educação no Brasil visaram à consolidação interamericana de intercâmbio educativo, propagação de ideias e métodos burgueses de gestão de pessoas e de organização produtiva. Ficou evidente que o objetivo da CBAI não foi única e exclusivamente a formação de especialistas industriais, mas o treinamento dos quadros de lideranças para atuarem no meio

rural. Nesse sentido, a CBAI optou pelos métodos do programa TWI, sendo então patrocinado pelo Ponto IV. Na citação abaixo observa-se o impulso dado para a formação de quadros dirigentes, ou seja, de intelectuais orgânicos para colaborarem com a expansão do capitalismo no contexto de expansão industrial.

Em complemento ao ensino industrial, patrocinou o Ponto IV um programa de TWI no Brasil. O TWI – método conhecido por Treinamento dentro da Indústria - consistiu meio rápido e moderno de preparar supervisores e mestres para atender as crescentes necessidades da expansão industrial. Esse programa já beneficiou mais de 100 mil supervisores e operários qualificados na indústria. É digno de registro ainda o projeto de assistência técnica prestada ao ensino têxtil através da Escola Técnica Federal de Indústria Química e Têxtil do SENAI, primeiro estabelecimento do gênero. Na América Latina, vinculado, mediante acordos, à Organização Internacional do Trabalho e às Nações Unidas para o fim de receber alunos de outros países. Este programa compreende também o treinamento de professores brasileiros nos Estados Unidos (ARAGÃO, 1959, p. 42).

Os métodos do TWI, nos moldes dos Quatro Passos de Allen, foram especialmente usados para a formação e treinamento de instrutores e professores de empresas que pretenderam elevar a sua produtividade. A formação de lideranças, o senso motivacional, noções de trabalho em equipe e de trabalho cooperado foram fatores relacionados ao sistema conhecido como TWI, então praticados pelas agências de Extensão Rural. Os métodos do TWI e suas conexões com as ferramentas metodológicas da Extensão tiveram em vista a formação dos intelectuais orgânicos da Extensão Rural em pleno contexto de reorganização das relações de produção capitalista.

É importante observar que o termo TWI não aparece diretamente nas fontes da Extensão, por isso foi possível chegar a ele por intermédio da bibliografia que fundamentou os conteúdos e métodos de trabalho voltados para a preparação de extensionistas. Os extensionistas foram preparados por supervisores e professores universitários para lidarem com o público rural. A Extensão mencionou com muita frequência a necessidade dos agentes não se afastarem da “filosofia extensionista” ou da “filosofia da Extensão”.

Neste trabalho de pesquisa, identificou-se que parte da “filosofia da Extensão” correspondeu à aplicação da metodologia do programa TWI, especificamente dos métodos de Allen<sup>53</sup> nas práticas de treinamento dos intelectuais orgânicos da Extensão Rural. Por outro lado, a valorização da educação como meio eficaz e rentável para o aumento da produtividade

---

<sup>53</sup> As obras de Allen mencionam instruções voltadas não só para o treinamento na indústria, mas também na agricultura. ALLEN, Charles R; PROSSER, Charles A. Vocational Education in a Democracy. New York & London, 1925.



apresentou aproximações com a teoria do capital humano de Theodore Schultz. Sobre a relação entre Extensão e a teoria do capital humano será desenvolvida uma análise adiante.

Para compreender as conexões do TWI com os programas para o desenvolvimento do capitalismo no meio rural é preciso entender o contexto dos empreendimentos do imperialismo no Brasil. O programa de Extensão Rural foi desenvolvido no Brasil em um cenário em que a maior proporção da população brasileira vivia no meio rural. Tendo em vista o interesse em integrar a agricultura à indústria a Extensão procurou criar as condições para ampliar a oferta de força de trabalho e aumentar a produção em plena expansão industrial.

Segundo as agências de Extensão, a integração da agricultura à indústria em um curto espaço de tempo dependeu da intervenção técnica, ou seja, “educar” os produtores rurais, formar a classe trabalhadora do campo com pouca qualificação escolar e estimulá-la ao consumo e à inclusão no mercado. Em termos culturais, a Extensão compreendeu que a “evolução cultural” era um processo muito lento e não permitiria alcançar o progresso técnico no tempo desejado. Nesse quesito, são observadas proximidades com as concepções do programa TWI no sentido das tentativas na intervenção “educativa”, de treinamento constante como um meio dinâmico, rápido e barato para o aumento da produtividade.

(...) O propósito da Extensão é provocar mudanças em conhecimento, habilidades e atitudes do povo rural. Ou, como diz Timmer: “provocar modificações no pensar, no querer, e no agir do homem rural”.

Isto porque a Extensão reconhece que sua tarefa é desenvolver as pessoas antes das coisas.

Não se pode ter uma agricultura adiantada com um povo atrasado. O nível educacional do rurícola é que determina mais do que qualquer outro fator, o tipo de agricultura de um povo.

Logo, se quisermos modificar o panorama agrícola de um país, tornando-o mais de acordo com os progressos da civilização, precisamos elevar o nível educacional de seu povo rural, ministrando-lhes ensinamentos (CETREC, s.d, p. 07).

A importância dada ao fator educacional e ao treinamento significou a possibilidade de ampliação da capacidade produtiva por meio do controle sobre a força de trabalho, porém ocultou poderosos interesses empresariais tendo em vista o aumento dos padrões de acumulação. A classe burguesa criou instrumentos para acelerar o processo de integração da agricultura à indústria, expandir seu capital e despolitizar a classe trabalhadora. Allen enfatizou a importância do treinamento constante dos instrutores e considerou que funcionários bem treinados representavam menos custos às empresas que desejaram aumentar

seu potencial produtivo. Os três fatores de produção eficiente, segundo Allen, corresponderam ao fator formativo:

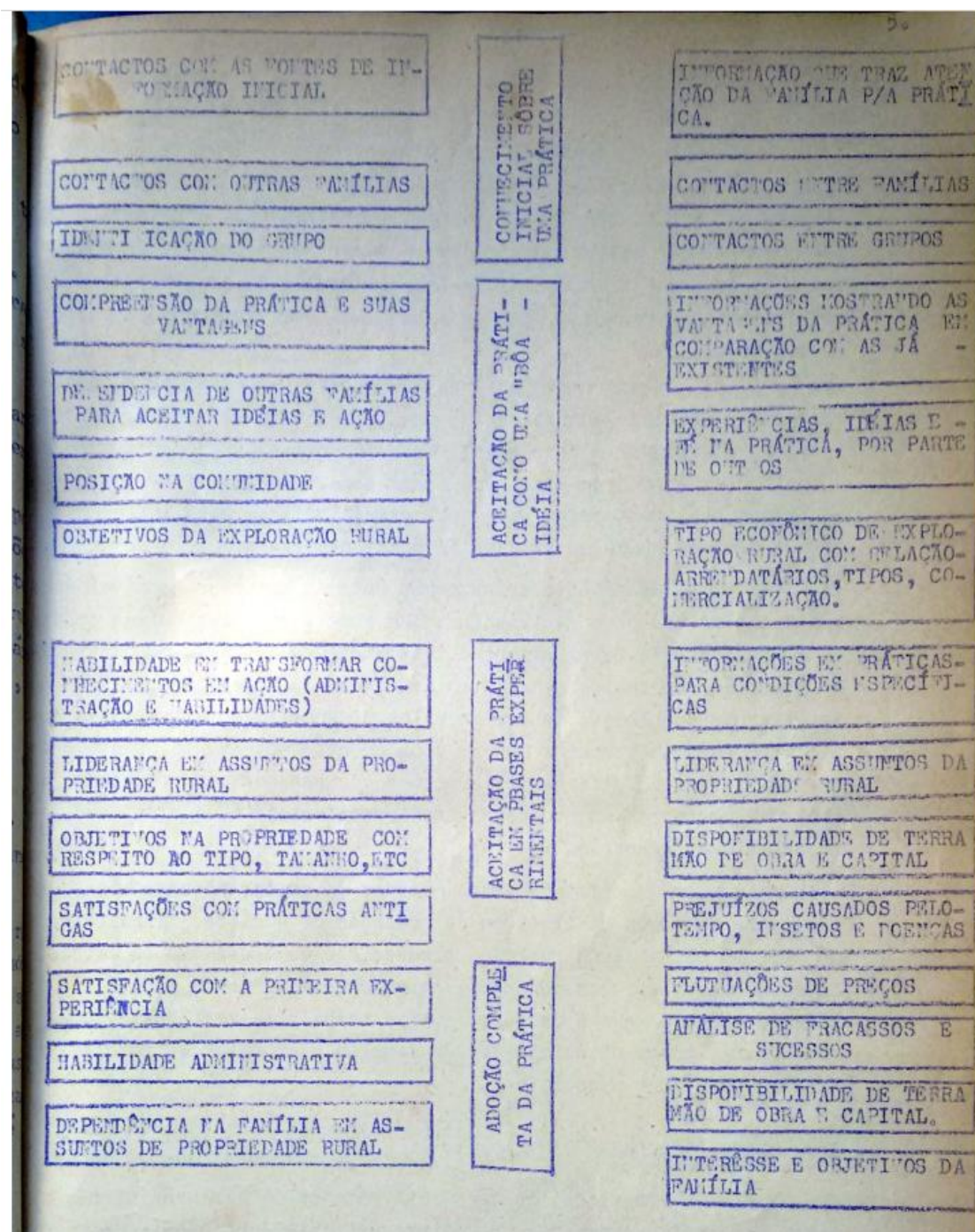
O instrutor, porque é através de instrução eficaz que podemos assegurar eficiência em treinamento. O homem, porque quando corretamente treinado, ele faz o melhor trabalho. O serviço, porque eficiência produtiva vem de homens bem treinados fazendo bons serviços (HUNTZINGER, 2005, p.07).

Foram várias as estratégias metodológicas usadas para reduzir custos no programa de Extensão, a começar pelas características do modelo de organização do sistema de Extensão Rural que se desenvolveu no país. Baseado em constante supervisão das atividades desempenhadas pelos funcionários da Extensão, as agências comportavam executivos, supervisores regionais e agentes municipais. Os agentes de Extensão faziam parte da organização municipal e tinham como principal responsabilidade o desenvolvimento do extensionismo e do crédito supervisionado em suas respectivas fases “(estudo da situação, planejamento, execução e avaliação do trabalho)” (CETREISUL, 1962). Os métodos da Extensão Rural se assemelharam muito aos Quatro Passos que embasaram o programa de Allen e, por sua vez, ao TWI. Os pontos em questão foram: preparação (entendimento dos fatos); apresentação (comparação e decisão); aplicação (tomada da ação); teste (verificação dos resultados) (HUNTZINGER, 2005, p.02).

O item “preparação”, nos métodos de Allen, teve como objetivo desenvolver nas pessoas em treinamento o desejo de aprender, considerando as experiências anteriores dos operários. A “apresentação” requeria organização do trabalho, era pautado no foco em um único ponto a ser ensinado, visando à escolha de um melhor método a ser usado. Para tanto, era necessário considerar a realidade do trabalho e o nível de conhecimento do público atendido. No ponto “aplicação”, é colocado em prática o que foi apresentado, verificando o estágio de desenvolvimento do aprendiz. A aprendizagem só apresentaria validade na medida em que os alunos soubessem aplicar os conhecimentos da forma correta. Na parte do “teste” o aluno deveria fazer o trabalho sem a ajuda do instrutor, caso ocorressem falhas, o instrutor deveria rever seus métodos, ou seja, o método deverá ser melhorado (HUNTZINGER, 2005).

O método de Allen pode ser observado nas práticas de treinamento extensionista. A imagem apresentada abaixo, retirada do relatório de treinamento extensionista CETREISUL, demonstra aproximações com os pontos de Allen mencionados anteriormente.

Figura 7 - Processo de aplicação da ideologia da Extensão no campo



FONTE: CETREISUL (1962, p. 05)

Promover a adesão voluntária dos agricultores ao projeto capitalista, o consenso e as transformações na base produtiva, exigiu que a Extensão optasse pelos seguintes passos de treinamento: conscientização inicial sobre uma prática por meio de contatos com as famílias e grupos; aceitação da prática por meio do incentivo e promoção da compreensão sobre as

“vantagens” de uma prática em comparação com outras existentes; aceitação da prática com bases experimentais e, por fim, a adoção completa da prática por meio da satisfação com as experiências. A comprovação dos resultados adquiridos nos testes de experimentação correspondeu a uma das técnicas da Extensão para a efetiva satisfação dos agricultores abertos à alteração da cultura e adeptos ao plano capitalista. A adoção de uma prática, na visão da Extensão, dependeu de resultados adquiridos por meio dos métodos e ações dos extensionistas.

Entre a classificação dos métodos que os extensionistas recebiam destacaram-se: os de alcance individual, as demonstrações de resultados, visitas às fazendas, contatos de escritório, correspondências e telefonemas. Já quanto aos métodos focados em grupos, evidenciaram-se: as reuniões, demonstração de resultados, reuniões de treinamento de líderes, escolas de Extensão e cursos. Havia os métodos de alcance sobre as massas que correspondiam às apresentações de situações problema, as cartas circulares, jornais, revistas, rádio, exposições, boletins e cartazes gráficos, cinema, dentre outros. Além disso, a Extensão contou com a possibilidade dos técnicos, líderes e agricultores assistidos exercerem influências diretas ou indiretas (CETREISUL, 1962, s.p).

É importante observar que Allen, agente intelectualizado do capital, desenvolveu estudos com o objetivo de encontrar meios para conseguir a cooperação e adesão voluntária dos trabalhadores ao sistema produtivo. A Extensão Rural, ao aplicar o TWI, programa que aperfeiçoou os métodos de Allen, optou pela demonstração de resultados visando ao consenso e a aceitação das renovadas práticas de trabalho no campo.

O propósito de uma demonstração é apresentar uma prática recomendada, de modo interessante e convincente, a fim de que o povo rural possa apreciar sua necessidade e aplicação prática, de acordo com as condições locais. As demonstrações são importantes por oferecerem oportunidade de combinar três princípios fundamentais de aprendizagem: ouvir, ver e fazer.

Quando pessoas podem ser estimuladas a tomar parte ativa em demonstrações, fazendo, a aceitação de uma prática ou método recomendado é quase que automática. O que as pessoas ouvem, muitas vezes duvidam. O que ouvem e veem podem aceitar. O que ouvem, veem e fazem, usualmente acreditam. Se em um método ou uma habilidade tem que ser ensinada, uma demonstração é um dos melhores meios de quebrar a resistência das pessoas, por meio de uma mudança em sua habitual maneira de fazer as coisas.

As demonstrações, quando propriamente conduzidas, produzem grande aceitação, com gastos relativamente baixos. Selecionar a prática correta para uma demonstração, é o primeiro passo importante numa demonstração. Outro ponto importante é escolher o local apropriado para a demonstração. Também o planejamento cuidadoso da demonstração, é fundamental, bem como sua preparação, a fim de que aqueles que assistem à demonstração

possam aprender a prática que se deseja introduzir ou melhorar (CETREC, s.d, s.p).

A ênfase na necessidade de convencer os produtores rurais sobre as novas práticas demonstra que não era fácil fazer com que os produtores aderissem rápida e passivamente a uma mudança na produção. Por esse motivo a Extensão optou pela educação rural como o caminho mais oportuno para promover o consenso. As ideias previstas pelo programa não impunham uma intervenção direta na realidade e para serem materializadas, dependiam de agentes bem treinados que sabiam conduzir os métodos e também qual usar em determinada situação, considerando o tipo de comunidade, as especificidades das famílias e da região.

A racionalização da produção capitalista foi estendida por meio de executores e no caso em questão, esse papel foi cumprido pelos extensionistas rurais capacitados nos Centros de Treinamento. Um dos itens do método dos Quatro Passos que se aproximou do modelo de formação extensionista foi a “preparação” que procurou desenvolver bons instrutores para promover o desejo dos produtores rurais em assimilar as práticas difundidas pelo programa e despertar o interesse em aprender. Lembrando que em Ford aprender a pensar significa promover a obediência (ANTUNES, PINTO, 2017).

A demonstração de resultados foi um dos métodos mais usados no Brasil e serviu para ensinar uma nova prática para uma pessoa, mas também atingir um amplo grupo. A demonstração poderia ser dirigida pelo extensionista, ou um líder local voluntário, treinado previamente para este trabalho. Segundo o relatório do CETREC, antes de conduzir uma demonstração, era necessário considerar quatro pontos:

- a. O demonstrador deve decidir quanta habilidade é esperada e em quanto tempo a pessoa deverá adquirir esta habilidade.
- b. Enumerar as primeiras fases na operação, dando ênfase nos pontos chave.
- c. Ter pronto o equipamento necessário, bem como material e suprimento.
- d. Ter o local de demonstração devidamente arranjado (CETREISUL, 1962, s.p).

As pessoas responsáveis pela demonstração poderiam oportunizar experiências e a prática daqueles que assistiram, acima de tudo, tendo como objetivo o estabelecimento de confiança, a aproximação e o estabelecimento de relações mais íntimas necessárias para o consenso. Esse método se aproximou ao “Aprender a fazer”, fundamento essencial do sistema Allen e do TWI que se relacionou ao item “aplicação”. No método de Allen, a “aplicação”, como já exposto, correspondeu à necessidade de ensinar um conjunto de habilidades e

competências aos trabalhadores para que aprendessem rapidamente uma atividade fundamental ao capitalismo.

#### FINALIDADE

A finalidade do método é ensinar mediante a observação e prática de como fazer ou executar algo. É um meio de ensino ativo, porque permite que as pessoas aprendam ouvindo, vendo e praticando. O demonstrador fala e executa a prática ante um grupo de agricultores ou esposas, que podem apreciar pela visão e audição, a forma de sua realização, tendo ao mesmo tempo a oportunidade de praticar o que está aprendendo. É uma forma de ensino informal que permite aprender fazendo (CETREC, 1960, p. 04).

É evidente o emprego de metodologias ativas na Extensão Rural, provenientes do método “aprender fazendo” do TWI e de Dewey, bem como das atividades experimentais de Seaman A. Knapp para assim aumentarem a confiabilidade e credibilidade e conseqüentemente, evitar erros, solucionar problemas e desperdícios. O intuito não era desenvolver conhecimentos sobre cultivos e aperfeiçoamento das práticas já existentes, mas promover, por meio de experiências práticas, as mudanças culturais, de hábitos e valores que servissem ao capital, tendo como suporte os canais de influências, no caso, aparelhos ideológicos de Estado.

Segundo Poulantzas (1980) o Estado capitalista apresenta particularidades marcantes. As relações entre aparelhos ideológicos de Estado com o corpo são complicadas e extensas. O Estado age duplamente, não só realiza a repressão sobre os corpos, como estabelece uma ordem corporal e,

(...) ao mesmo tempo institui e gera os corpos, dando-lhes, forma, dobrando-os e encerrando-os nas instituições e aparelhos. O Estado é capaz em sua materialidade, de renovar, disciplinar e consumir os corpos dos súditos, em suma, de introduzir na própria corporalidade dos súditos – objetos a violência do Estado. Se não se pode falar de mortificação corporal por parte do Estado – o que levaria à imagem de um corpo primeiro naturalmente livre e em seguida corrompido politicamente, quando só existe corpo político - , existe contudo nesta ordem corporal, um efetivo adestramento e arregimentação dos corpos, operando por dispositivos físicos apropriados (POULANTZAS, 1980, p.34-5).

Os procedimentos ideológicos do Estado comportam não só uma estrutura de ocultação e consenso, mas agem pela produção do substrato material, ou seja, concessões de cunho material para as massas. O Estado produziu vários discursos encarnados nos diversos aparelhos, a depender da classe a que se destinaram. Os discursos difundidos nos treinamentos extensionistas eram diferentes dos propagados pelos extensionistas aos produtores rurais. No

caso da demonstração de método, segundo Neil A. Knobloch em sua obra “Is Experiential Learning Authentic?”, foi uma prática de origem com Knapp. Esta poderia ser executado pelos extensionistas, mas também conduzida diretamente por famílias do campo previamente selecionadas pelos extensionistas rurais. A escolha era embasada na capacidade da família convencer e incentivar os demais membros da comunidade e aderirem às práticas estimuladas.

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

José Paulo Ribeiro

Eng. Agrônomo

A demonstração de resultado pode ser definida como a demonstração conduzida por uma família, sob a supervisão do extensionista, a fim de mostrar localmente o valor de uma prática recomendada. Demonstração requer tempo, análise de resultados, comparação e, tem como finalidade, levar ensinamentos a outras famílias, além de que é conduzido a demonstração. Como exemplos de demonstração de resultados podem ser citados: demonstrar que o uso de sementes selecionadas tem maior rendimento; que o uso de composto nas lavouras traz melhorias na produção; que o uso de melhor alimentação para vacas leiteiras perante a seca, traz benefícios na produção do leite (CETREISUL, 1962, s.p).

A finalidade desse método era promover a aproximação dos produtores rurais em relação à Extensão Rural, logo a possibilidade do estreitamento dos vínculos entre extensionistas e produtores. Mostrar resultados, fornecer localmente uma prova de valor, viabilidade de uma prática recomendada pela experimentação, bem como disponibilizar informações sobre o local, desenvolver líderes para o programa e o estabelecimento de confiança para com o extensionista são outros elementos pretendidos com essas práticas. Essa modalidade de demonstração era supervisionada pelo extensionista, que teve como missão acompanhar se o plano estava sendo cumprido e se a demonstração era bem conduzida (CETREISUL, 1962). Abaixo, podemos visualizar uma síntese das atividades da demonstração de resultados:

Figura 8 - Modelo de planejamento da demonstração de resultados

Passos em sequência lógica	Procedimento recomendado	Habilidades ou conhecimentos especiais requeridos.
1. Analisar o problema e a situação sob o ponto de vista educacional.	Determinar o local onde uma prova adicional é necessária.	Funções da demonstração de resultados como método de ensinamentos.
2. Decidir o propósito específico da demonstração.	Determinar onde a demonstração é necessária para: Dar confiança ao Extensionista em todos os detalhes. Dar ao povo local confiança na prática e no extensionista. Mostrar a aplicação prática de informação científica.	Detalhes que o assunto envolve.
3. Planejar a demonstração.	Consultar o especialista. Escrever o resumo do plano. Localizar a fonte de materiais. Determinar o número de demonstrações necessárias.	Limitações das informações do extensionista. Procedimento ao executar a prova. Quantidade de material necessário de ser obtido. O que se pode alcançar da influência da demonstração.
4. Selecionar os demonstradores.	Consultar líderes locais. Receber sugestões em reuniões locais. Selecionar os demonstradores possíveis. Visitar estes e discutir o plano. Fazer seleção final dos demonstradores.	Características de um bom demonstrador. Facilidade em selecionar o demonstrador e sua influência na comunidade, em ser seguido.
5. Iniciar a demonstração.	Escrever o plano definitivo com os demonstradores. Agora começar a demonstração através dos meios convenientes e possíveis.	Habilidade de modificar os planos de acordo com a situação. Habilidade de demonstrar as práticas necessárias.
6. Supervisionar a demonstração.	Fazer visitas suficientes ao local da demonstração a fim de verificar se o plano está sendo seguido. Verificar se as anotações são feitas corretamente.	Detalhes do assunto. Que dados são necessários e a melhor maneira de conseguir-los.
7. Completar a demonstração.	Sumarizar as anotações e estabelecer prova. Fazer reuniões. Divulgar os resultados. Estimular a influência provável. Fazer com que o demonstrador anote o nome dos que perguntam e visitam a demonstração.	Como interpretar os resultados e analisar uma boa reunião.

FONTE: CETREISUL (1962, s.p)

Esse quadro possibilita identificar traços do tecnicismo. O extensionista aplicava um modelo de execução previamente definido e adquirido nos Centros de Treinamento. A Extensão deu ênfase na supervisão bem conduzida pelo extensionista para alcançar os níveis de produtividade desejados, bem como de fiscalização dos métodos aplicados e da força de trabalho. A teia articulada por meio dos métodos TWI teve o intuito de criar a mobilidade de



modificar práticas produtivas, resolver problemas, influenciar os vizinhos, criar confiança, inspecionar a produtividade no campo e as ações/decisões dos produtores rurais no contexto da Guerra Fria. A elevação do nível de vida da população rural era um fator decisivo para evitar que os pequenos proprietários, por exemplo, aderissem às tendências socialistas e isso explica a direta investida na formação e treinamento dos extensionistas.

Na visão da Extensão, a adesão dos produtores seria eficaz na medida em que pudessem colocar em prática os conhecimentos adquiridos, no entanto, havia o interesse claro de conquistar a subjetividade dos trabalhadores para controlá-los. Ao abordar os métodos do TWI e de Allen, pautados na base taylorista/fordista, segundo Mueller (2012, p. 13).

(...) a racionalidade que permeia historicamente a relação entre ambos é a de obter-se um controle sobre a formação da mão-de-obra indispensável para a perpetuação de qualquer sistema produtivo, saindo dessa forma de um controle sobre tempos e movimentos, e passando para o controle de competências e habilidades que estimulam a utilização da subjetividade humana no ambiente produtivo.

Os extensionistas rurais, intelectuais da Extensão em nível municipal, tinham como atribuições, para além da propagação de renovadas técnicas e tecnologias, adaptarem e ajustarem os sujeitos ao trabalho, afastando-os da condição de “animalidade” e da sujeição dos instintos. A história do industrialismo, segundo Gramsci (2014), é um processo doloroso, sangrento, de submissão, pois pretende adaptar, adequar e doutrinar os trabalhadores para fazer com que essa classe consinta com a concentração industrial e monopólios, fazendo-os obedecer aos imperativos burgueses.

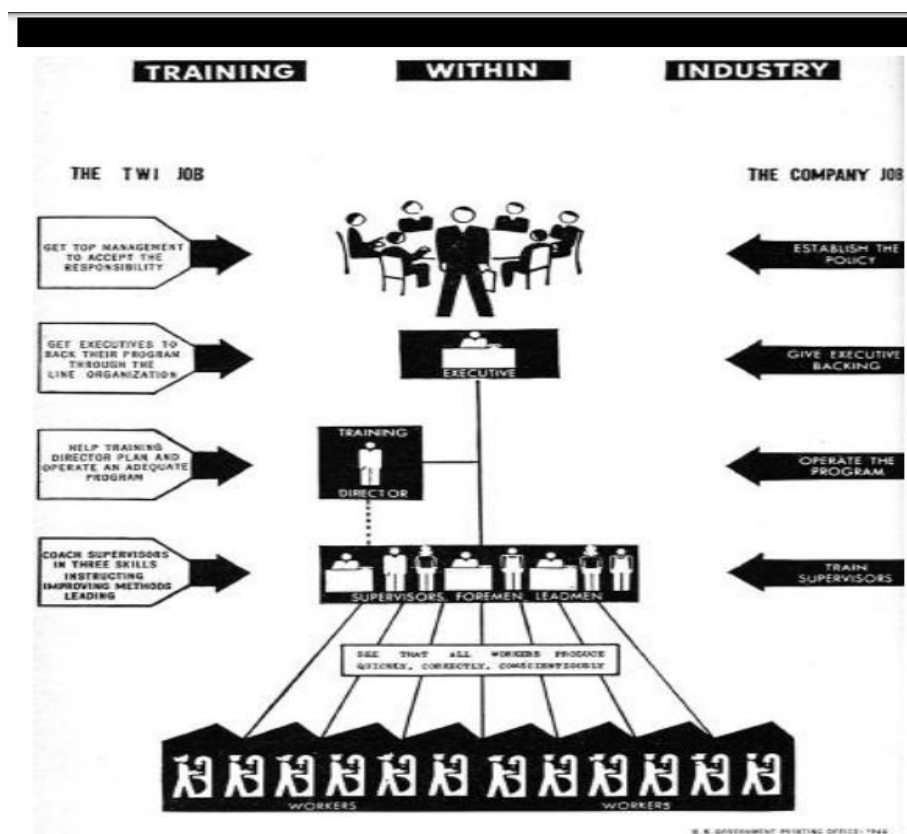
### 3.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA SUPERVISÃO: O MODELO TWI NA EXTENSÃO RURAL

O elemento chave da metodologia do TWI era o inter-relacionamento entre supervisores e trabalhadores, considerado como meio essencial para o sucesso de um empreendimento (MULLER, 2013). O foco era a necessidade dos supervisores para a organização e controle da força de trabalho, para o alinhamento de habilidades uma vez que o público atendido em sua maioria não era qualificado, não possuía formação e/ou instruções técnicas. No modelo TWI os supervisores tinham cinco necessidades básicas: saber do trabalho, ter conhecimento e responsabilidade, habilidade de instruir, aperfeiçoar os métodos e liderar (HUNTZINGER, 2005).

A difusão e instrução sobre do crédito rural supervisionado, a manutenção de boas relações com entidades locais e com o povo em geral, a organização dos serviços administrativos do escritório, colaboração no recrutamento e no treinamento do pessoal técnico e administrativo e elaboração de relatórios das atividades desempenhadas no setor técnico e administrativo foram atribuições dos supervisores no interior do extensionismo rural (CETREISUL, 1962).

O treinamento de supervisores para alcançar a habilidade de instruir, aperfeiçoar os métodos e liderar tinham como objetivo aumentar os níveis de produção. Allen, defendia que “boa instrução está ajudando as pessoas a aprenderem sem atrapalhar seus métodos de aprendizado. Um ensino fraco pode realmente limitar o aprendizado deles” (HUNTZINGER, 2005, p.11).

**Figura 9** - Método de organização da produção de Guerra: TWI



FONTE: War Production Board, Bureau of Training, Training Within Industry Service, Junho 1944, Management and Skilled Supervision (Washington D.C.: W.S. Government Printing Office), Back cover.

A gestão de pessoas teve um forte peso nos métodos do Programa TWI Service, preocupação identificada também nos relatórios de treinamento extensionista. Não se tratava

de uma gestão aplicada de forma qualquer, mas orientada e focada na formação de supervisores, no desenvolvimento de habilidades para exercer o papel de liderança a serviço do capital. Uma das características do TWI foi usar a “orientação” e/ou a supervisão como métodos de gerenciamento para influenciar, guiar e liderar funcionários para promoção do consenso, elemento essencial para a consolidação da hegemonia burguesa. O “velho” estilo autoritário de gerenciamento de pessoas, segundo o programa, deveria ser substituído por um “novo” modo, no caso a supervisão/orientação de teor democrático.

Em se tratando de um contexto de Guerra-Fria é importante lembrar que a consolidação do bloco socialista e sua expansão nos países orientais representou uma ameaça aos países capitalistas que tinham perdido suas colônias. Nesse sentido, várias estratégias, como a formação e difusão de um quadro de intelectuais treinados para se comprometer com a “filosofia” do programa da Extensão, vislumbraram preservar a ordem do capital, mantendo livres os países submetidos aos programas estadunidenses dos regimes e ideologias não “democráticas” (AMMANN, 2003).

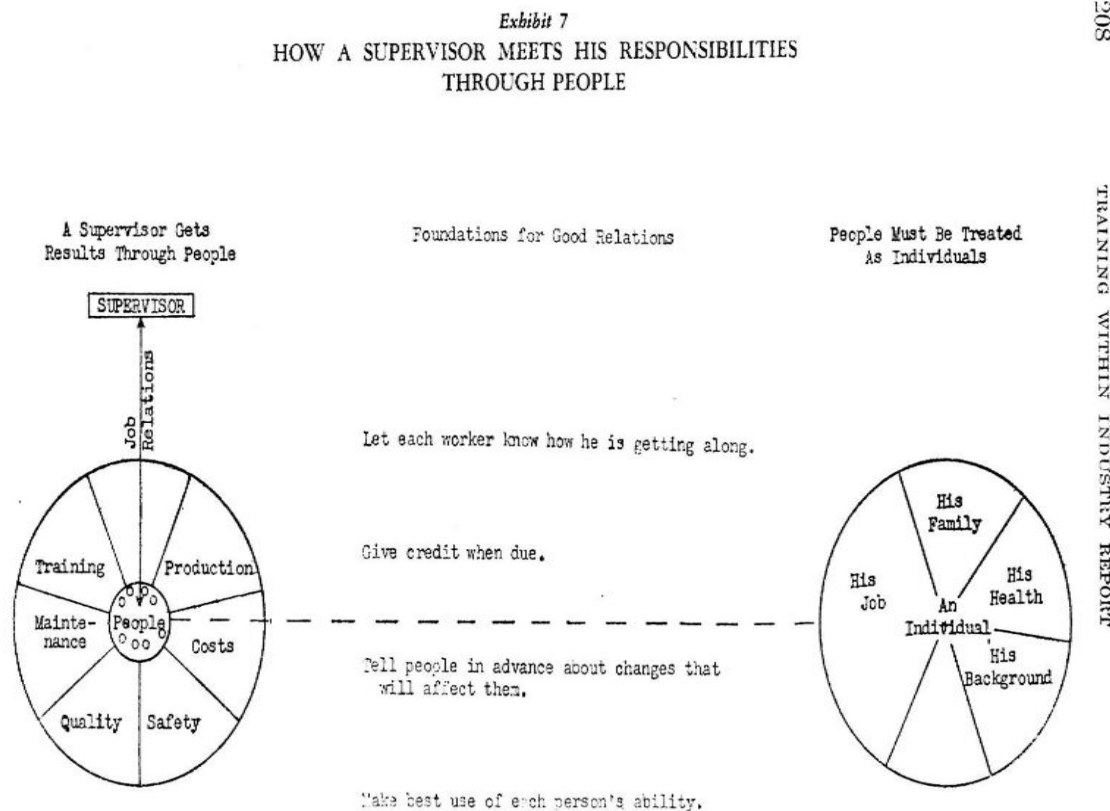
Define-se frequentemente a supervisão como a arte de dirigir os esforços de seres humanos. Portanto, nas organizações formalmente estruturadas, somente há supervisão quando alguém exerce liderança – sobre outras pessoas. Os métodos e processos de uma boa supervisão derivam da ciência das relações humanas, cujos princípios, estão sendo cada vez mais aplicados nos dias de hoje.

Várias razões levaram os dirigentes de empresas a reverem as práticas de supervisão adotadas e a realizar tentativas de melhorá-las. Desse esforço surgiram os seguintes princípios:

1. Obtém-se sempre bons resultados quando o supervisor ajuda as pessoas a fazer o melhor possível, levando em conta a capacidade de cada um.
2. O supervisor deve ser instrutor, professor e líder e não chefe ou fiscal.
3. O chefe consegue que o trabalho se faça à custa do empregado. O líder consegue mais trabalho ao mesmo tempo que o empregado se desenvolve (CETREISUL, 1962, p. 04).

Portanto, o elemento chave desses programas era o inter-relacionamento entre supervisores, líderes, extensionistas e a força de trabalho. As noções de supervisão, liderança, capacidade individual ligaram-se a uma concepção liberal que, além de priorizarem o progresso, compreendiam que a transformação da sociedade poderia ser alcançada por meio de métodos da filosofia extensionista e pela boa relação entre intelectuais orgânicos e produtores rurais.

**Figura 10** – Deveres de um supervisor no trabalho com pessoas



FONTE: The Training Within Industry Report (1940-1945). War Manpower Commission/ Bureau of Training, Washington, D.C, 1945. p. 208. Disponível no site: <https://www.yumpu.com/en/document/read/50227632/the-training-within-industry-report-1940-1945-original-textmpu.com> acesso no dia 17 de julho de 2023, às h. 12:30.

O programa TWI atribuiu significativa importância à formação dos supervisores. No caso da Extensão, os supervisores eram responsáveis por manterem a “ordem” e a “eficiência” dos escritórios municipais.

Hoje em dia o conceito de supervisão gira em torno do empregado e não da produção. A supervisão baseia-se na filosofia democrática do valor pessoal. Reconhece-se que os indivíduos são diferentes uns dos outros e podem se desenvolver. Somente através do desenvolvimento individual é que uma organização consegue progredir. No moderno conceito de liderança democrática e o treinamento são as funções mais importantes da supervisão (CETREISUL, 1962, p. 04).

Embora a função de supervisor fosse exclusivamente acompanhar as atividades dos extensionistas rurais, os técnicos também assumiram a função de supervisão em nível municipal. Tratou-se especificamente de uma atribuição relacionada a verificar a execução dos projetos e sua aplicação nas comunidades rurais. A organização hierárquica do trabalho

nas empresas era de suma importância para o aumento do capital na medida em que visava alcançar, influenciar e incentivar uma elevada quantidade de pessoas com investimento reduzido.

O conceito de supervisão da Extensão era convergente tanto com o comunitarismo da sociologia rural, cuja proposta tendia a valorizar os elementos da ordem e consenso em detrimento do conflito, quanto com os métodos do TWI, na medida em que o ensino privilegiou a relação entre supervisores e subordinados e o alinhamento de habilidades necessárias para fins de alcance da alta produtividade (MUELLER, 2012).

A formação de um quadro de líderes de opinião, os chamados agentes voluntários, foi outra estratégia metodológica da Extensão para reduzir custos com a contratação de agentes extensionistas, mas também para a produção do consenso ativo, naturalização e incorporação da ideologia capitalista.

#### Liderança

Lema: Sempre que possível se substitui por um líder local.

O extensionista deve lutar para trabalhar em silêncio, por trás das ‘cortinas’, por intermédio de outros líderes.

O extensionista é também um líder; a liderança do extensionista é decorrente das circunstâncias; os agricultores não devem ter qualquer ideia de subordinação à sua pessoa ou ideais; a sua liderança é mais no sentido de orientador (CETREC, s.d, p.01).

O extensionista e/ou um supervisor poderia ser um líder, sendo este aquele que possuía altas habilidades de influenciar um elevado número de pessoas. Os supervisores aprenderam habilidades relacionadas à capacidade de ensinar os aprendizes a receber, entender e aplicar as funções do trabalho, elementos presentes no método do TWI. A pesquisa em questão se detém a indicar que a formação proposta pela Extensão serviu como pressuposto ideológico para a aplicação de treinamentos gerenciais como forma de controle, organização e racionalização da produção. O trabalho cooperado da força de trabalho, o trabalho de controle e o treinamento (de especialista/supervisor/ instrutor/líder) foram muito além da propagação do capitalismo no campo no sistema de Extensão. Consistiu na organização de um mecanismo de domesticação comportamental para o preenchimento de papéis sociais que privilegiavam a cooperação, a adesão voluntária, colaboração como fontes de aprimoramento para racionalizar a produção.

A Extensão Rural desenvolveu uma modalidade de supervisão voltada especificamente para o uso de crédito, denominou-se Crédito Rural Supervisionado, vez que combinou crédito e educação e atribuiu significativa importância ao ensino.

(...) Porque dando-lhe educação estamos lhe ensinando meios de melhor aproveitar bem os recursos que têm, estamos realmente atacando as causas de sua pobreza. Dando-lhe educação estamos também lhe ensinando como aplicar bem o crédito, o que é muito importante (CETI, s.d. p.28).

A supervisão correspondeu, também, a uma atividade de fiscalização. Após ter sido escolhida a família com a qual se faria a experiência com o crédito, o banco deveria emprestar o dinheiro e o agricultor utilizá-lo, pagá-lo. À Extensão, por meio de seus supervisores, cabia o papel de orientação das operações e a prestação de assistência técnica (CETI, s.d, p.40).

Um dos passos importantes para a aplicação de um programa de crédito supervisionado em alguma determinada área era a constituição de um conselho informativo municipal e/ou conselho consultivo, para provocar a participação e entrosamento da comunidade ao programa. A escolha dos membros era feita pelo supervisor e uma das características principais era de que as pessoas escolhidas para comporem o conselho deveriam exercer influência sobre a comunidade, as famílias rurais e demais membros da sociedade.

Após uma permanência, no mínimo de 45 dias, na área de ação dos escritórios locais, os supervisores estarão, normalmente, em condições de realizarem a seleção dos membros do Conselho Consultivo (CETI, s.d, p. 56).

Em geral, havia preferência por fazendeiros, gerentes de bancos, farmacêuticos apolíticos ligados ao meio rural, para comporem o conselho, ou seja, “(...) pessoas idôneas, mais capazes de convencer aos agricultores do que estranhos as áreas como é o caso dos supervisores (CETI, s.d, p. 55).

O aspecto relacional entre supervisores, extensionistas e comunidade foi bastante enfatizado nos treinamentos de extensionistas rurais para que houvesse mais adeptos ao programa, ou seja, maior adesão ao programa. Extensionistas e supervisores eram treinados para oferecerem o melhor de si, visando conquistar o público. Planejaram-se estratégias locais que fossem capazes de alcançar considerável público sem a necessidade de muito esforço, material, bem como de pessoas altamente capacitadas, algo que já era escasso na época. Esse aspecto se assemelha aos métodos do TWI, sistema este que tinha em vista a formação de um elevado número de pessoas sem formação técnica, com recursos escassos e de baixo custo.

Nesse método, os supervisores aprendiam como instruir os funcionários de uma empresa e como e quando deveriam agir, visando extrair maior eficiência e produção de habilidades instrumentalizadas pelos conhecimentos gerados nas empresas privadas e nas

universidades que privilegiam a acumulação de capital nos setores industriais, comerciais e financeiros, característica do sistema de produção americano (MUELLER, 2012).

Para atingir sua finalidade o TWI é composto de três fases sucessivas com duração de 10 horas cada uma: na primeira, denominada ‘Ensino correto de um trabalho’, se procura fazer com que o mestre ou o supervisor aprenda como instruir os trabalhadores sob suas ordens a respeito do quê fazer e quando devem agir. A segunda fase, a de ‘Relações no Trabalho’, é destinada a mostrar a melhor maneira de obter relações harmoniosas entre o pessoal ou entre este e a administração da empresa, e promover uma técnica de prevenção de disseminação. E na terceira, conhecida como ‘Método no Trabalho’, se esclarece como deve ser eliminado todo desperdício de material e de esforço humano, diminuindo, assim, o cansaço da pessoa que trabalha (FONSECA, 1961, p. 572-3).

É possível identificar proximidades entre os métodos do programa TWI com as concepções teóricas e metodológicas aplicadas pelas agências de Extensão Rural no Brasil. A formação produzida pela Extensão garantiu maior eficiência ao processo produtivo por meio de uma educação parcelar, hierarquizada e perpetuadora da divisão entre trabalho manual e intelectual. As concepções teóricas e metodológicas desse modelo de treinamento possuíram estreita relação com os fundamentos dos sistemas organizativos taylorista e fordista. No que se refere ao desprezo pela subjetividade dos pequenos proprietários rurais e aos saberes-fazeres da classe trabalhadora, atacou-se o poder de manifestação autônoma popular frente às multinacionais.

O excerto abaixo oferece indícios de que a racionalização produtiva estava distante do modo de vida das classes populares, senão vejamos:

O Crédito Rural Supervisionado visa o progresso social sem prescindir do econômico. É necessário um equilíbrio entre os objetivos educacionais do crédito rural supervisionado. O progresso técnico, econômico e social deverá sempre no mesmo nível, para perdurarem. Isto porque sabemos que não poderá haver progresso social sem que haja progresso técnico-econômico correspondente. Esta sobejamente demonstrada esta verdade, de maneira que nos escusamos de desenvolver mais o assunto. Mas, há crença errônea de que havendo progresso econômico, haverá progresso social. Isto pode ser verdade num país, do meio em que vivem.

Muito pouco o pequeno produtor vende, porque muito pouco ele produz: como consequência muito pouco ele compra, o que deixa fora de seu alcance, muitas utilidades necessárias a uma vida de acordo com o progresso da civilização. Muitas destas utilidades são essenciais, como por exemplo: o calçado, os remédios, etc.

Está ele portanto à margem da civilização, não se integrando nela. Muitas vezes este afastamento é quase absoluto, pois encontramos famílias vivendo quase em círculo econômico fechado. Produzem para comer, e para vender

apenas o necessário para ter dinheiro em ocasiões que necessitam de alguma ‘mesinha’, sal e querosene. Não participam da vida econômica, muito pouco participando da vida social. **Como resultado encontramos uma classe social, a margem da civilização, vivendo uma vida pobre e triste**, da qual procuram fugir aqueles mais inteligentes, mais ativos, mais ambiciosos. Nasce assim o êxodo rural como todo o seu cortejo de mazelas sociais (CETI, s.d, p. 33-4 - grifo nosso).

Evidente que a Extensão, por intermédio de seus supervisores, deveria não só difundir crédito e tecnologias, mas criar o desejo de consumo nos produtores rurais. Por isso, as demonstrações de resultados, o atendimento particular às famílias, a pedagogia do crédito supervisionado foram mecanismos para desenvolvimento do espírito competitivo. Em várias passagens do relatório, havia critérios sobre a escolha das famílias que seriam contempladas com o crédito e a assistência rural, sendo alguns deles, a capacidade de inovação, recursos financeiros e disposição para o trabalho no campo. O crédito rural supervisionado exigiu elevada especialização técnica dos supervisores agrícolas e supervisoras domésticas.

O relatório de capacitação extensionista adverte que havia um curso natural de algumas famílias em termos de não adequação aos padrões exigidos pela Extensão. Era justamente para essa mentalidade de resistência que as orientações técnicas e os treinamentos foram direcionados. Se pelo crédito alguma família não apresentasse resultados satisfatoriamente desejados, outros métodos eram aplicados. No caso da demonstração de resultados, as influências entre vizinhos, os conselhos consultivos e as reuniões entre outros meios poderiam influenciar a adesão voluntária ao projeto.

Com o desenvolvimento do programa em uma região ou área, é possível estabelecer “padrões” de capacitação em função das características locais. Aquelas famílias que não apresentassem progresso em relação a estes “padrões” seriam eliminadas do programa, caso as causas decorressem da incapacidade de sua capacitação (CETI, s.d, p. 36).

Tratou-se de uma qualificação doutrinadora e empobrecedora, tanto de conhecimento teórico quanto de atividades práticas. Uma qualificação que separava teoria e prática. Não é à toa que a Extensão pretendeu produzir um trabalho informal/extraescolar junto aos produtores. Os extensionistas recebiam os conhecimentos teóricos nas universidades e nos centros de treinamento e eram os responsáveis pela mudança das normas de comportamento tradicionais para atingimento das exigências do “progresso técnico”. Esse projeto de formação extensionista teve como horizonte o projeto educativo baseado na formação de força de trabalho para a difusão do capitalismo no campo. Tratou-se de uma formação que valorizou



mais a prática, a aplicação e a experimentação do que a reflexão, o pensar, diferentemente de Ford, um pensar emancipador.

Antunes (2017) em sua obra “A Fábrica da Educação”: da especialização taylorista à flexibilização toyotista” estabeleceu conexões entre o sistema taylorista-fordista com os métodos de treinamento amparadas no sistema TWI. Ele analisou o processo de formação de um novo tipo de trabalhador, adaptado a uma inédita configuração de produção capitalista, diante de um atual projeto societário nos limites da reprodução do capital. No processo de expansão desse movimento de organização do trabalho e de reestruturação produtiva, a formação dos intelectuais orgânicos a serviço do capital teve papel preponderante.

A educação taylorista-fordista é, pois, uma educação puramente formal, parcelar e hierarquizada e perpetuadora da nefasta divisão social entre trabalho intelectual e manual. Quem a elabora? A gerência capitalista, que se autodenomina ‘científica’. Toda a concepção é da administração das empresas, onde estão os/as que ‘pensam’ e ‘elaboram’. A execução é responsabilidade dos/as trabalhadores/as. Separa-se, como se nisso houvesse alguma ‘ciência’, um grupo de pessoas como homo sapiens e outro como homo faber. Essa é a concepção da gerência ‘científica’ tayloriana. Com Ford e, posteriormente, com Fayol, com Elton Mayo e demais nomes das escolas da administração, em maior ou menor escala essa mesma disjuntiva foi mantida (ANTUNES, PINTO, 2017, p. 81-2).

Os métodos de treinamento de extensionistas rurais visaram atender as demandas do capital, difundindo e expandindo ideias tayloristas e fordistas de organização da produção. É importante considerar que as técnicas de treinamento da força de trabalho, como já exposto, partiram de Charles Allen. O programa TWI contou com um conjunto de metodologias educativas para o treinamento dos funcionários em diversas modalidades de empresas.

Os métodos de formação extensionista foram produtos da indústria de Guerra que visou ao aumento da produtividade e eficiência do trabalhador com baixa qualificação. O principal objetivo foi formar um quadro de liderança (supervisão e instrução) capaz de capacitar e influenciar produtores rurais, criando o desejo de consumo e incluindo-os nos circuitos do capitalismo em plena expansão. É preciso atentar-se para a formação de um grupo de intelectuais que se diziam “apolíticos” e se organizaram em *staffs*, os quais funcionavam como mecanismos de defesa de um posicionamento contrário às oposições ao *status quo*. Os *staffs* discutiam projetos, resultados de experimentos, mecanismos de conseguir visibilidade, resolução de problemas, dentre outros aspectos.

A matriz estadunidense de estudos econômicos, administrativos e sociológicos, propositalmente alinhada aos objetivos das agências extensionistas e demais corporações,

bancos e fundações foram eminentemente orientados para a ação e defesa dos princípios imperialistas no que se refere à organização do plano da matriz hegemônica destinado aos países periféricos, especificamente ao Brasil.

#### **4 IDEOLOGIA E EXTENSIONISMO RURAL: O ARSENAL POLÍTICO-CULTURAL DA CLASSE DOMINANTE PARA INDUZIR JOVENS E ADULTOS A MUDAREM SUAS PRÁTICAS DE TRABALHO E DE VIDA NO CAMPO**

Neste terceiro capítulo, serão analisados os aspectos da educação rural aplicada pela Extensão Rural no Brasil. Como exposto em linhas pretéritas os métodos e técnicas de formação extensionista foram inspirados em modelos e técnicas de treinamento estadunidense. Os métodos que se expandiram em pleno contexto do avanço do capital industrial no pós-Guerra absorveram experiências formativas dos Quatro Passos de Allen, bem como do TWI. Em função das peculiaridades culturais, produtivas e ambientais a Extensão adaptou suas práticas, concepções e métodos de trabalho às condições locais da periferia, especificidades estas em tela.

Destaca-se que a formação rural e a extensionista nesta pesquisa é entendida como um empreendimento do capital, ou seja, produto do imperialismo direcionado para a propagação de pacotes tecnológicos e para a adaptação do capitalismo no campo. O empreendimento extensionista lançou mão de metodologias de convencimento e de propaganda, tendo em vista a transformação da agricultura de subsistência em empresarial, assim como a formação de um exército industrial de reserva para a consolidação do complexo agroindustrial. O objetivo geral, consistiu na ampla difusão da ideologia do capital e, para isso, foi necessário conquistar legiões de pessoas, formar gerações por ferramentas e métodos convincentes.

A ideologia, instrumento fundamental da classe dominante para consolidar a sua hegemonia, é parte estratégica nesse processo de expansão do capitalismo monopolista. A percepção real desse processo se faz a partir da análise e recuo histórico, da avaliação das contradições inerentes à sociedade capitalista e mediante a consideração de elementos que complementam a totalidade das ações da burguesia.

(...) não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a

consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX, 2007, p. 94).

Tendo em vista que não é a consciência que determina a vida, mas sim a produção material da própria existência como determinante, tem-se a ideologia como um mecanismo de distorções especulativas de ocultamento das contradições sociais, econômicas e políticas, da luta de classes e da exploração pela burguesia. É uma concepção ilusória em relação ao mundo de vida do proletariado baseada na perspectiva da classe que detém o monopólio dos meios de produção material e intelectual. Em outros termos, as preposições lançadas na sociedade burguesa, fazem aparentar que os interesses da classe dominante fazem parte do interesse coletivo, ocultando assim, as contradições e as lutas entre as classes. A ideologia burguesa, reforça a constituição de uma classe em si, desprovida de instrumentos capazes de expressar as reivindicações políticas coletivas.

Adiante, reflexões sobre aspectos da ideologia burguesa propagada nos relatórios de preparação dos agentes extensionistas, considerada como parte da superestrutura, ou seja, instrumento de governo que exclui o povo e forma o terreno no qual os homens se movimentam e organizam as massas. Notar-se-á que os sujeitos extensionistas foram preparados para agirem como agentes responsáveis pela organização das vontades e das ações coletivas, essenciais para a organização e manutenção da hegemonia burguesa.

#### 4.1 EXTENSÃO OU EDUCAÇÃO RURAL? - “A EXTENSÃO RURAL COMO UMA “PONTE” E “ELO” ENTRE AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E A INDUSTRIAL

O investimento em educação foi concebido pela Agência de Extensão Rural como um dos melhores investimentos a longo prazo por propiciar mudanças desejadas e planejadas no campo produtivo, garantindo a continuidade do avanço do capitalismo. As sucessivas crises do capitalismo como a crise de 1929, os grandes conflitos mundiais e a ascensão do socialismo após a Segunda Guerra, fizeram com que a burguesia pensasse em estratégias para não perder o controle da produção, logo, sobre a classe trabalhadora que, em tempos de crise, poderia se transformar em uma fonte poderosa de oposição ao capital. Um dos mecanismos mais baratos e efetivos foi investir em “educação rural” e à Extensão Rural foi atribuída a missão de organizar as comunidades rurais, realizar reuniões, visitas às famílias, demonstrações de resultados, além de organizar a juventude rural em clubes para fins de propagação da ideologia capitalista.

A proposta deste tópico é discutir as relações entre Extensão e educação, bem como analisar as concepções de educação da Extensão. Tendo em vista a preocupação em atingir o público rural e influenciar as famílias rurais para aderirem ao pacote tecnológico a Extensão investiu inúmeras páginas para justificar a importância do seu papel junto às comunidades rurais. A agência extensionista no Brasil admitiu várias concepções acerca do que é Extensão.

- a. Timmer, Willy Johanan.  
'A Extensão é agronomia social aplicada'.
- b. Kelsey, Lincoln David Hearne, Cannon.  
É um sistema educacional, fora das Escolas, no qual adultos e jovens aprendem praticando.
- c. Ramsower, H.C.  
'Extensão é uma forma de organização ou agência criada em muitos países para propiciar oportunidades educacionais à população rural, ao produtor sua esposa e seus filhos'.
- d. Esminger, Douglas.  
'É um sistema educacional criado para transmitir conhecimentos à população rural, ao produtor, sua esposa e seus filhos'.
- e. Anônimo  
'Extensão é um conjunto de medidas que visa permitir a assimilação pelas famílias rurais dos ensinamentos proporcionados pela pesquisa em agricultura, compreendendo todos os campos a ela relacionados (agronomia, economia doméstica)'.
- f. Przedpelski, Bolczlaw J.  
'Extensão é simplesmente o esforço de colocar a informação dos cientistas da agricultura, sejam de natureza física ou social, à disposição do agricultor e de sua família'. Extensão é a batalha para diminuir a distância entre o conhecimento humano, sempre crescente e, a prática dos agricultores e sua família' (CETREC, s.d, p. 04).

Não existe um consenso quanto à definição sobre o que é Extensão Rural. Ao longo deste texto, serão apresentadas diversas concepções acerca da Extensão e analisada a relação entre a modalidade "educativa" proposta como atividade prática (baseada nas concepções teóricas e metodológicas do aprender-fazendo) das agências de Extensão entre os anos de 1950 e 1960 e pela literatura especializada nesse campo de pesquisa. As fontes disponíveis registraram que para as agências extensionistas a Extensão era um processo educativo que visou transmitir, ensinar as famílias do campo a resolverem seus próprios problemas, divulgar informações, bem como ensinar e aprender de modo prático, sem intervenção e ajuda governamental.

Diferentemente do ensino formal, a Extensão não pretendeu trazer os produtores para salas de aula, ou seja, recintos de escolas, mas apresentou aspectos de um sistema de ensino informal, ocorrendo voluntariamente, com o objetivo de incentivar as comunidades rurais a aprenderem algo novo. Tratou-se de um método altamente lucrativo e pouco oneroso para as

empresas extensionistas, já que os extensionistas deveriam ir até as propriedades e comunidades para discutir problemas e apontar soluções para a baixa produtividade. Segundo o CETREC (s.d, p.08) “(...) a palavra Extensão proveio do fato de procurarmos ‘estender’ os ensinamentos às famílias dos agricultores que não tinham oportunidade de frequentar Escolas de Agricultura e Economia Doméstica”.

Ao realizar o levantamento de teses, dissertações e trabalhos científicos a respeito da educação rural e formação extensionista identificou-se que, para alguns pesquisadores, a Extensão Rural correspondeu a um aparelho ideológico de Estado que esteve munido de um aparato teórico-metodológico, mecanismo de eliminação das barreiras ao progresso (CAPORAL, 1991). Senão vejamos:

A história do Brasil é uma história de subdesenvolvimento e dependência, marcada pelo crescimento econômico desordenado e excludente. Neste contexto e sob o modelo de desenvolvimento de corte urbano-industrial, implanta-se no país, no final da década de 40, um aparelho de Extensão Rural, baseado em experiências alienígenas, fortemente apoiadas por organizações estrangeiras que contaram com a devida colaboração das classes dirigentes nacionais. Trata-se de uma instituição de caráter educativo que passa a se organizar no âmbito da esfera pública, assumindo as funções de aparelho ideológico de Estado, com a função principal de disseminar/inculcar na população rural, a ideologia dominante – das classes e fracos dominantes, de forma a assegurar não só a internalização de bens industrializados, tecnologias e processos modernizantes, como ideias liberais, segundo as quais este seria o caminho para transformar o meio rural ‘atrasado’ num setor moderno, capaz de acompanhar e dar sustentação ao desenvolvimento capitalista no Brasil (CAPORAL, 1991, p. 111).

Em Althusser (1999) os Aparelhos Ideológicos de Estado referem-se a um sistema formado por instituições e organizações que desempenham a função de manutenção da hegemonia política e econômica de um grupo social dominante. A Ideologia de Estado se realiza nas instituições, senão vejamos: “A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema ‘ancorada’ em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de ‘suporte’ (ALTHUSSER, 1999, p. 104).

Extensão Rural também foi concebida como uma atividade ou de adestramento, disciplinamento rural (LOHN, 1997; WOLFART, 2017). A Extensão era um mecanismo para alterar as condições de produção, adequando os produtores rurais à modernização através do treinamento e doutrinação de adultos e jovens, sendo que um dos objetivos era instaurar uma transformação geracional no campo. Da mesma forma, a documentação produzida pelos Clubes 4S (metodologia para transmitir aos jovens rurais valores do mercado), bem como, os

gestores e financiadores nomeavam as suas ações como sendo de “adestramento”; por sua vez, adestrar em sentido algum deve ser visto como sinônimo de conhecer.

O caráter fomentista recomendado pela Extensão Rural, por meio da estratégia chamada educação rural, não apresentou uma proposta que levasse em conta o saber dos produtores rurais que viviam e trabalhavam na terra. A pesquisa científica conectada à extensão foi apresentada como um meio de resolver as condições regionais da baixa produtividade e da não adaptação de agricultores que praticavam a agricultura de subsistência ao capital. As agências extensionistas subestimaram e desqualificaram os aprendizados tradicionais, os seus valores, seus costumes, modos de vida e as suas estratégias de sobrevivência por não estarem em consonância com os preceitos do capitalismo.

Ao estabelecer críticas ao projeto educativo da Extensão Rural que visou induzir mudanças de atitudes, aperfeiçoar aptidões e melhorar as condições de vida da população rural Fonseca (1985) em sua dissertação de mestrado evidenciou que a Extensão Rural não passou de um projeto educativo para o Capital. Ou seja, não havia apenas o caráter pedagógico nas atividades extensionistas, mas também político, com o claro objetivo de não apenas cumprir objetivos socioeconômicos, mas manter uma concepção maior, de desenvolvimento rural, somado a um tipo de sociedade que se pretendeu atingir.

Em Fonseca (1985, p. 103) observou-se que a educação oferecida pela Extensão era voltada para a produção, inclusão dos produtores na dinâmica da sociedade de mercado, subjugação do trabalho do agricultor ao capital e a “subordinação da sociedade agrária à sociedade urbano industrial”. Nesse sentido Fonseca (1985, p. 94) ratifica que o discurso da Extensão Rural e as práticas ditas “educativas”

(...) dissimulava as causas e os efeitos reais da questão, ou seja, a existência das contradições inerentes à sociedade capitalista; ocultava a origem da divisão social e justificava a dominação no campo sob a aparência do que a exploração ou a subvida do agricultor brasileiro se deviam não a fatores históricos-estruturais específicos da formação social a que pertencia, mas a sua ignorância e marginalidade das conquistas técnico-científicas da sociedade urbano-industrial.

A negação dos saberes dos agricultores e a condição de “atraso” no meio rural serviram como justificativa para o emprego de metodologias e implementação de um projeto educativo avaliado como capaz de modernizar e civilizar o campo. Tratou-se de projeto educativo complementar e informal, distanciado do ensino regular. Segundo Gomes (2019, p. 48) a Extensão Rural desenvolveu um trabalho extracurricular e “(...) caminhou sob os auspícios do

Sistema ABCAR e existiu paralelo aos sistemas escolares”. Sendo assim, não se tratou de um ensino a exemplo do ensino regular, mas pretendeu servir como elo entre conhecimento técnico e práticas do campo. Segundo as agências de Extensão, o ensino regular era insuficiente, pois não oferecia o aporte necessário para a formação integral dos trabalhadores do campo. Os saberes agrícolas, de higiene, costura, limpeza, de trato com animais e melhoramento de moradias deveriam ser aprendidos mediante instrução extensionista.

(...) significa educação lateral, fora da escola. Enfrenta abertamente as necessidades e os problemas dos agricultores, suas mulheres e filhos, e, em menor grau, os dos habitantes de pequenas cidades. Ousa submeter seus ensinamentos ao terrível teste da viabilidade prática, no campo e nas cozinhas, nos lares e nas comunidades (BRUNNER, 1950, p. 05-06).

Tratou-se de um contexto em que havia a disputa pela disciplinarização e educação dos corpos, mentes e também modificação de hábitos e costumes no meio rural por meio da racionalização das práticas de produção e da vida cotidiana, necessárias no processo de padronização de movimentos e comportamentos para acelerar a produtividade. É importante lembrar que se tratou de um processo de industrialização, logo de propagação do modelo produtivo taylorista-fordista. As instituições de ensino, sob a vigência desse modelo, primaram pela especialização, ensino técnico e organização flexível, em contraposição ao ensino multifuncional.

É nesse contexto que se desenvolve a ‘teoria do capital humano’, uma forma de reprodução ideológica que concebe a pedagogia a partir da economia utilitarista e neoliberal. Idealizada pelo economista Theodore Schultz, da Universidade de Chicago, ainda na década de 1960 (exatamente enquanto os Estados Unidos aplainavam o terreno da expansão da economia de mercado mundo afora pela via de programas como o TWI, conjugados à exportação de seus capitais), a teoria do capital humano concebe a força de trabalho como nada menos que ‘capital’ (ANTUNES, PINTO, 2017, p. 101).

Sob a “teoria do capital humano”, a qualificação dos trabalhadores deveria ocorrer conforme as necessidades do mercado e isso explica, por exemplo, a transformação da educação em um empreendimento, um negócio, que procurou transformar os interesses dos capitalistas como equivalentes aos objetivos dos trabalhadores assalariados. A teoria do capital humano consistiu na subordinação da educação à produção, cuja qualificação era voltada para o mercado. Segundo essa teoria, as famílias que investissem em educação teriam prosperidade (DELGADO, 2021). A partir da teoria mencionada, camuflou-se a realidade para manter a consciência alienada, pois o essencial era manter a realidade mascarada e



atribuir aos sujeitos, trabalhadores, donos do capital humano, como a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso, tanto profissional quanto material. Delgado (2021, p.42) acrescenta:

De acordo com a teoria, o conhecimento seria uma forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passa a ser uma decisão individual, ou das partes interessadas na melhora/aumento da produtividade. Os proprietários do capital humano são os próprios trabalhadores e estes não podem se separar das suas habilidades, logo quanto mais conhecimentos adquirirem maior e melhor será a sua produtividade. O conceito de capital humano faz com que o trabalhador deva investir na sua educação com a expectativa de obter retornos. Logo, a educação torna-se produto e passa a ser importantíssima no contexto econômico. Passaria então, a ser plano dos governos estender a educação a todos, uma vez que tal investimento contribuiria para o crescimento econômico.

Sob o prisma da teoria do capital humano, o modelo de educação rural proposto por parte das agências extensionistas pode ser concebido como um modelo forjado pelo capital e de caráter unilateral que procurou reduzir os sujeitos à personificação do capital, pretendendo manter os trabalhadores “no seu lugar”. Em outros termos, já que as agências de Extensão Rural não propunham modificação da base estrutural, o amplo investimento e as intensivas propagandas em torno da educação rural, em treinamentos e cursos colocou em evidência uma mudança utópica e não efetiva para a classe trabalhadora. A modernização preconizada era de cunho superestrutural. A formação e o treinamento passaram a ser apresentados como condição primordial para as mudanças na realidade de vida.

Na obra *Extensão ou Comunicação?* Paulo Freire (1983, p.12-3) desenvolveu uma análise do campo semântico da Extensão ao associar as seguintes dimensões:

Extensão ..... Transmissão  
 Extensão ..... Sujeito ativo (o que estende)  
 Extensão ..... Conteúdo (que é escolhido por quem estende)  
 Extensão ..... Recipiente (do conteúdo)  
 Extensão ..... Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra ‘atrás do muro’ àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra-muros).  
 Extensão ..... Messianismo (por parte de quem estende)  
 Extensão ..... Superioridade (do conteúdo de quem entrega)  
 Extensão ..... Inferioridade (dos que recebem)  
 Extensão ..... Mecanicismo (na ação de quem estende)  
 Extensão ..... Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem).

Freire (1983) considerou que os dados conceituais apresentados anteriormente não correspondem a uma prática e modelo educativo libertador, nem esta foi a intenção da Extensão Rural. Em uma realidade em que predomina uma sociedade libertadora não se caracteriza como atividade educativa à submissão das pessoas a persuasão e domesticação para fins de aceitação de uma propaganda. Nesse sentido, as atividades da Extensão não se aproximaram a uma atitude nem atividade realmente educativa. Uma vez que educação, para Freire (1983, p. 50) pressupõe a problematização da situação concreta, objetiva e real pela captação crítica da realidade para fins de transformação humanizada da sociedade, por isso adverte “Por tudo isso, uma vez mais, estamos obrigados a negar ao termo Extensão e a seu derivado extensionismo as conotações do quefazer verdadeiramente educativo, que se encontram no conceito de comunicação”.

Esta é a razão pela qual, para nós, a ‘educação como prática da liberdade’ não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a Extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a ‘perpetuação dos valores de uma cultura dada’; não é o ‘esforço de adaptação do educando a seu meio’ (FREIRE, 1983, p. 53).

Enquanto Freire (1983) buscou definir conceitualmente a Extensão e estabelecer minimamente críticas que distinguem essa atividade como uma prática realmente educativa, Oliveira considerou que é possível defini-la como uma forma de educação complementar e/ou como uma modalidade de política pública (OLIVEIRA, 2017, p.02).

(...) Assistência técnica e Extensão Rural é um termo comprido para falar de uma mesma coisa. Portanto, seguiremos somente usando a segunda expressão. Em poucas palavras, Extensão Rural pode ser definida como uma política de difusão de técnicas e tecnologias junto à produtores rurais, por diversos meios de comunicação. Ela é caracterizada por ser uma forma de comunicação e pelo seu distanciamento do ensino regular oferecido nas escolas rurais.

Esse modelo de interpretação foi amplamente difundido e conceitualmente aceito acriticamente por significativa bibliografia do ensino superior. É necessário problematizar o modelo de educação apresentado pela Extensão. De modo geral, a atividade extensionista não teve nada de educativo, vez que apresentou características doutrinárias e de adestramento típicos do modelo tecnicista.

Oliveira (2017) evidenciou o papel educativo do extensionismo, voltado para a modernização conservadora da agricultura pela via tecnológica. Esse processo contou com o

apoio da classe dominante agroindustrial do Brasil, bem como do imperialismo estadunidense. Eram grupos que não questionavam a desigualdade fundiária no país, além disso, o modelo educativo da Extensão foi uma estratégia para a propagação e adequação dessa política no meio rural para promover o consenso e pretendeu tornar a dominação permanente por meio do conformismo (OLIVEIRA, 2017).

A Extensão Rural consistiu em um aparelho ideológico difusor do americanismo que possuiu uma estrutura hierárquica determinada e um sistema administrativo racionalizado. Baseado em princípios de otimização e eficiência, a Extensão continha uma série de intelectuais orgânicos que foram referências de estudo e formação de outros intelectuais, os extensionistas rurais. Havia agentes que atuavam nos escritórios central, regional e local/municipal. Os agentes extensionistas foram efetivos organizadores das vontades e das ações coletivas, essenciais para a organização e manutenção da hegemonia burguesa. O aporte teórico e metodológico usado pela Extensão para a preparação extensionista, contempladora de várias áreas do conhecimento, não apresentou um teor educativo, mas de convencimento, divulgação e propaganda. Direcionamento, adaptação, instrução, treinamento, adestramento e até doutrinação são terminologias que mais se aproximaram do processo de preparação do agente extensionista.

#### 4.2 A IDEOLOGIA DA EXTENSÃO RURAL: A AGÊNCIA DE FOMENTO DO CAPITAL

A análise da expansão do capitalismo no campo brasileiro após a Segunda Guerra Mundial requer o exame crítico de alguns aspectos fundamentais: a intervenção imperialista no país e a atuação das agências de Extensão Rural como instituições fundamentais para a reprodução do capital. O objetivo deste trabalho não é buscar as origens do imperialismo e das agências de Extensão Rural, mas analisar o teor ideológico presente nas ações desta instituição estando dialeticamente relacionadas ao projeto burguês de propagação e adaptação do capitalismo no campo, o qual ocorreu de modo desigual e combinado com o capital internacional. Nas palavras de Fontes (2010, p.149):

O período que medeia do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1980 foi marcado por uma situação histórica única, na qual a divisão do mundo entre países pós-revolucionários e países capitalistas impôs modificações substantivas no ritmo, na Extensão e na forma da expansão do imperialismo, e trouxe uma sobrecarga retórica e ideológica que dificulta a percepção real das transformações então em curso.

No pós-Guerra, em decorrência da polarização do mundo entre países capitalistas e socialistas, a concentração de capital acentuou-se mediante sucessivas intervenções nos países periféricos, ou seja, ocorreu a expansão externa do capital, sendo, portanto, uma peça fundamental da hegemonia dos países centrais. Fontes (2010, p.149) explica que a dominação interna do capital necessita e se completa,

(...) não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais. À Extensão do espaço de movimentação do capital corresponde uma tentativa de bloquear essa historicidade expandida, pelo encapsulamento nacional das massas trabalhadoras, lança praticamente toda a humanidade na socialização do processo produtivo e/ou de circulação de mercadorias, somando às desigualdades precedentes novas modalidades. Mantém o formato representativo-eleitoral, mas reduz a democracia a um modelo censitário-autocrático, similar a assembleias de acionistas, compondo um padrão bifurcado de atuação política, altamente internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho.

A propagação do capitalismo no Pós-Guerra impulsionado pelo imperialismo europeu, especialmente o estadunidense, produziu consequências desastrosas nos países periféricos. No caso da América Latina, os Estados Unidos foram protagonistas na execução de projetos de intervenção planejados no meio rural por meio de instituições privadas e públicas, atendendo os interesses e demandas do capital. A Extensão Rural, por meio do seu arsenal de metodologias de trabalho e orientações teóricas, objeto primeiro desta pesquisa, foi peça fundamental dos países imperialistas para a propagação da ideologia burguesa por meio da sua atuação orgânica junto à sociedade civil.

Alves (2013) problematizou as práticas imperialistas estadunidenses no contexto da Guerra Fria. A “Revolução Verde” correspondeu a um dos projetos da burguesia para se propagar a dominação capitalista que difundiu sua hegemonia sob o argumento do perigo do avanço do socialismo (URSS) em plena polarização ideológica, política, econômica e cultural. A proposta de Desenvolvimento em Segurança dos Estados Unidos, o aumento da produtividade por meio do uso de tecnologias em suas áreas de influência, especialmente no Brasil, fez parte do projeto conservador em disputa pelo alinhamento, domínio e controle produtivo, territorial, econômico, cultural e político.

Como tratado no primeiro capítulo desta tese a “Revolução Verde” foi uma reação da burguesia ao projeto revolucionário socialista da União Soviética, naquela época carregada de um teor ideológico difundido nas regiões que estavam sob o domínio do bloco capitalista. O projeto burguês, portanto, nunca foi alterar a estrutura da dominação, nem mesmo questionar ou intervir sobre a propriedade privada, mas conquistar apoio e deixar profundas marcas no imaginário coletivo mundial por meio do consenso, sendo a promoção deste consoante mecanismo necessário para que qualquer hegemonia se estabeleça.

Cleaver (1972 *apud* ALVES, 2013, p.34):

Com o desenrolar dos acontecimentos da Guerra Fria, ficou evidente para os capitalistas que a melhor forma de evitar conflitos internos dos países e da possível adesão ao comunismo, seria a promoção de mudanças estruturais na economia desses, ao invés de intervenções bélicas, como ocorrera no Vietnã. Havia uma preocupação dos ‘fabricantes’ de políticas externas dos Estados Unidos em combater a causa da convulsão revolucionária, da fome e da pobreza. Dentre os que se preocupavam estava a Fundação Rockefeller, que via a contradição entre o rápido crescimento da pobreza e a incapacidade de o capitalismo colonial e neocolonial fornecer comida suficiente para a população. Percebeu que a consequência dessa contradição tornava a fome uma grande aliada comunista na Ásia, escancarando as deficiências do capitalismo na promoção do bem-estar social, e que a melhor forma de contê-la seria a produção de alimentos.

É nesse cenário que as agências de Extensão Rural foram impulsionadas no Brasil por meio de acordos entre a Fundação Rockefeller e os governos locais, como no caso de Minas Gerais e São Paulo. Posteriormente (1956), acabou se tornando uma política pública bancada e incentivada pelo Estado e agências de fomento, contando com a cooperação de instituições internacionais e prestando assistência técnica orientada e submetida às demandas da produção capitalista.

Silva (2009) é uma importante referência para o entendimento sobre os acordos entre grupos e fundações privadas, especialmente estadunidense, que colaboraram para a difusão do extensionismo no Brasil. O foco de seu estudo é a Associação Internacional Americana (AIA) de propriedade de Nelson Rockefeller e a sua atuação neste país entre os anos de 1946-1961. Silva (2009) ressalta que as ações dos Estados Unidos eram opostas ao comunismo. A intencionalidade era continuar submetendo, e até aprofundando a submissão dos países periféricos aos interesses do capital, usando para esse intento a ideologia da “modernização da agricultura”; o discurso de “desenvolvimento rural”; a necessidade da “melhoria da qualidade de vida”; a “Revolução Verde”, o “aumento da produtividade” como solução para o problema

da fome no mundo, dentre outras denominações relacionadas ao projeto de propagação do capitalismo no campo.

Cultura, auto-governo e desenvolvimento substituíram as características imperialistas do século XIX, como raça, governo estrangeiro e exploração de recursos materiais. Desta forma, o conceito de cultura demonstrava que as diferentes sociedades poderiam ser modificadas dentro de um padrão a ser seguido, tendo os Estados Unidos como modelo. Também, no lugar de governantes estrangeiros, cada vez mais as elites locais foram treinadas com o intuito de governar seus próprios países, agora não mais simples ‘colônias de exploração’, mas nações que poderiam se desenvolver. Contudo, não existem apenas diferenças, e este trabalho procura explorar esta ideologia da modernização como uma forma diferente de intervenção norte-americana na América Latina e outros continentes, não mais apoiada na intervenção militar ou nas práticas colonialistas do século XIX, mas em uma atuação mais sutil. Crédito supervisionado, programas em agricultura, saneamento, entre outros projetos de origem filantrópica foram a tônica da atuação de agências como a AIA e auxiliaram na manutenção de interesses norte-americanos na América Latina (SILVA, 2009, p.17).

Os Estados Unidos são um dos protagonistas na expansão de práticas e políticas para a agricultura, ou seja, do imperialismo no mundo e na América Latina, mas não foi o único. O projeto denominado à época como “modernizador” estava relacionado à disputa pelo controle territorial e produtivo dos países periféricos. Em se tratando de relações de poder, durante a Guerra Fria, os espaços estratégicos para a organização da dominação capitalista foram disputados. A Extensão Rural, um dos projetos financiados pelo setor empresarial, cumpriu o papel de organizador das comunidades rurais para a difusão de relações de administração e condução das propriedades conforme as demandas da classe dominante.

A cultura se tornou um meio privilegiado para assegurar a dominação imperialista e a violência capitalista. Partindo da concepção leninista sobre o avanço do capital-imperialismo, Fontes (2010, p.151) alerta sobre o fato de entendermos que o capitalismo não se desenvolve necessariamente em países isolados, uma vez que o

(...) o capitalismo envolve transações internacionais e assimetrias econômicas, militares, sociais e políticas, a expansão capitalista implica, ao mesmo tempo, uma forma específica de inserção desigual no plano internacional. Como já alertamos, a mera expansão subordinada atingindo e afetando outras regiões e países não é idêntica a forjar nem imperialismo, nem capital-imperialismo. Em segundo lugar, as experiências pioneiras de fato figuraram ou foram impostas como ‘modelos’ a serem aplicados, muitas vezes mecanicamente, em outros países. Tais iniciativas se defrontavam com situações sociais (formações econômico-sociais) de composições diversas e com resistências variadas tanto entre setores dominantes quanto entre os setores populares. Como a expansão do capital interconecta as diferentes

regiões e países, as tensões nos elos mais frágeis passavam a repercutir também nos polos centrais, agudizando suas próprias contradições e impondo ajustes, violentos ou tortuosos que, por seu turno, impactavam o conjunto da cadeia imperialista. Por esta razão, a adesão incondicional a modelos de conduta, adotados ou impostos, tinha de lidar com as lutas sociais que pontuaram os processos originais nas quais se espelhavam, colocando para as classes dominantes locais o desafio de aprofundar a acumulação de capital e evitar a todo custo a emergência de lutas similares (FONTES, 2010, p. 151-2).

A organização das assimetrias de ordem capitalista dependeu acima de tudo da capacidade organizativa dos grupos dominantes, por meio das interconexões políticas, econômicas, sociais e até militares. Portanto, considera-se a Extensão Rural como um dos canais de transfusão da estrutura ideológica burguesa entendida como um dos pilares da organização material da classe dominante. O Estado teve ativo papel nesse processo ao atuar como organizador da estrutura material burguesa. Sobre a estrutura ideológica, nas palavras de Gramsci (2006, p. 78):

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que flui ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. Não se explicaria a posição conservada pela Igreja na sociedade moderna se não se conhecessem os esforços diuturnos e pacientes que ela faz para desenvolver continuamente sua seção particular desta estrutura material da ideologia.

Embora tenha Gramsci (2006) tratado especificamente sobre o papel dessas estruturas na sociedade italiana durante o fascismo, podem ser tecidas algumas aproximações com relação ao papel ideológico da Extensão Rural no Brasil, no sentido de organizar a produção capitalista por meio de metodologias de trabalho estendidas pelos extensionistas aos produtores rurais. Esse processo envolveu instituições públicas pela propaganda da modernização da agricultura, propostas para aquisição de financiamentos de maquinários agrícolas a juros baixos, intervenção cultural e práticas agrícolas camponesas.

Não se pode perder de vista o papel do Estado capitalista como organizador dos interesses da classe dominante partindo da concepção gramsciana de Estado, entendendo-o como uma relação social que envolve as sociedades civil e política que opera segundo um plano, organiza as atividades práticas e teóricas contribuindo para a manutenção da direção da ordem social vigente. O Estado pode ser entendido como “(...) todo o complexo de atividades

práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2007, p. 331).

Nesse sentido, a Extensão Rural colaborou para a difusão da ideologia burguesa no campo brasileiro, mas não só isso, as agências e seus agentes atuaram no sentido de promover o consenso ativo na sociedade civil e reforçar a orientação da cultura burguesa. A Extensão envolveu a organização do senso associativo, ou seja, o cooperativismo, o sindicalismo, os clubes de mães, de jovens rurais, dentre outros). Esses espaços converteram-se em locais estratégicos para a organização de classe e, principalmente, para o convencimento, socialização e, conseqüentemente, politização dos trabalhadores rurais.

Portanto, a importância da ideologia deriva justamente do fato dela exercer um papel organizativo da sociedade civil e, no contexto em específico, colaborou para a assimilação e adesão voluntária ao projeto imperialista de expansão do capital, mas também, para a contenção da força de trabalho (FONTES, 2010). Isso não quer dizer que todos aderiram passivamente ao projeto, mesmo a Extensão lançando mão de vários instrumentos, tendo em vista este intento.

#### 4.3 A FILOSOFIA OU IDEOLOGIA DA EXTENSÃO RURAL?

Para se reproduzir como classe, segundo Gramsci (2001), a burguesia ao longo da história precisou criar, difundir e adaptar seus intelectuais às novas demandas do capital, logo difundir suas visões de mundo provenientes da cultura burguesa, para assim exercer seu domínio nas esferas econômica, política e social. A manutenção da estratificação social, por meio da organização de uma estrutura hierárquica, pelas atribuições de benefícios àqueles que tinham maior domínio da técnica e da especialização, especificamente por meio da formação humana dos intelectuais, passou a ser aspecto fundamental para a propagação do imperialismo nos países periféricos.

Para alcançar um número significativo de adeptos e maior adesão ao capitalismo, as agências de Extensão Rural procuraram difundir a sua “filosofia” nas comunidades rurais. Ao longo deste tópico, problematizar-se-á a “filosofia extensionista” e ainda será abordada a relação das concepções da Extensão com a ideologia da dominação, partindo da teoria marxista e gramsciana.

Ao afirmar que “todos são filósofos” Gramsci (2001) não pretendeu diluir uma filosofia espontânea e presente no senso comum com o próprio conteúdo da disciplina de Filosofia, mas sim compreender a filosofia como uma “ordem intelectual”, metodológica e teoricamente



elaborada, contendo coerência a crítica, ao contrário de uma concepção ocasional e descontextualizada, própria das concepções do senso comum (DURIGUETTO, 2014). No entanto, é preciso considerar as dimensões política e histórica presentes na concepção de filosofia em Gramsci, para o qual todos são filósofos, porém nem todos exercem esse papel.

A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem o senso comum podem ser. Ver como, na realidade, tampouco coincidem religião e senso comum, mas a religião é um elemento do senso comum desagregado. Ademais, 'senso comum' é um nome coletivo, como 'religião': não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o 'bom-senso', que se contrapõe ao senso comum (GRAMSCI, 2017, p.77).

Duriguetto (2014) afirma que Gramsci evidenciou a tensão entre a consciência e o agir, a teoria e a prática. O contraste, portanto, correspondeu à natureza histórico-social e está relacionado ao fato de um grupo social incorporar como sua uma concepção de mundo de outro grupo social.

(...) um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional — isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico —, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em 'épocas normais', ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos (GRAMSCI, 2017, p. 78).

Nesse sentido, o pensamento e as concepções de uma determinada época podem ser analisados e compreendidos pelas expressões manifestas no pensamento de uma época, nas práticas culturais e políticas. Considerando a concepção de filosofia de Gramsci (2017), ideologia corresponde a uma "visão de mundo" e/ou "concepções de mundo" próprias de uma determinada classe social. Nesse sentido, compreende-se a ideologia como uma situação real situada em um determinado tipo e contexto social.

A filosofia de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual essa culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se 'história' concreta e completa (integral). A filosofia

de uma época histórica, portanto, não é senão a ‘história’ desta mesma época, não é senão a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade precedente: neste sentido, história e filosofia são inseparáveis, formam um ‘bloco’. Os elementos filosóficos propriamente ditos, porém, podem ser ‘distinguidos, em todos os seus diversos graus: como filosofia dos filósofos, como concepções dos grupos dirigentes (cultura filosófica) e como religiões das grandes massas; e pode-se ver como, em cada um destes graus, ocorrem formas diversas de ‘combinação’ ideológica (GRAMSCI, 2017, p. 262).

O pensador defende que a filosofia corresponde à combinação de concepções de mundo, portanto ideológicas em uma determinada época, sendo inseparável do contexto histórico. Além disso, considera-se a existência de ideologias em disputa, e o poder da visão de mundo da classe dominante é enorme, na medida em que constitui um arsenal material e político-cultural à disposição dessa classe. Segundo Mészáros (2008, p.08), o poder ideológico da classe dominante “(...) só pode prevalecer graças à preponderância da mistificação, por meio da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, consensualmente, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais”. Não se trata de uma falsa consciência, como apontou Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2008) sendo essa afirmação insuficiente para entender as concepções dos grupos sociais que compõem a sociedade. Em uma perspectiva mais ampla, se tomarmos como norte Mészáros, a categoria em questão relaciona-se à situação real e deve ser analisada em correspondência a um contexto específico e em disputa.

A ideologia, como forma específica de consciência social, é inseparável das sociedades de classe. Ela se constitui como consciência prática inescapável de tais sociedades, vinculada à articulação dos conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais, que se revelam ao longo da história e que se entrelaçam de modo conflitante, encontram suas manifestações no plano da consciência social na grande diversidade do discurso ideológico, relativamente autônomo (mas, de forma nenhuma, independente), com seu impacto poderoso mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2008, p. 09).

Considerando a ideologia como uma forma de consciência social, conforme Mészáros (2008), a dominação como direção hegemônica da classe capitalista, para ser bem sucedida, precisa da intervenção ativa de fatores ideológicos poderosos, acompanhada pela manutenção da ordem vigente. Por meio da ideologia a classe ou fração de classe capitalista apresenta-se como representante do interesse geral do povo e condiciona pela dominação estratégica a conquista da aceitação política por parte da classe trabalhadora (POULANTZAS, 1980).

Além disso, poderá apresentar-se como “consensual”, “participativa”, “democrática”, “filantrópica”, reivindicando a racionalidade da “objetividade”, da “ciência”, “moderação” e neutralidade ideológica (hegemônica). Esses dados podem ser verificados no relatório do Centro de Treinamento de Campinas – CETREC (1960, p. 07):

Toda a tarefa de Extensão é inteiramente educacional. Os extensionistas não podem e não devem exercer nenhum trabalho de inspeção, fiscalização, ou de aplicação de leis reguladoras de políticas agrárias do país. A única coisa que eles podem e devem fazer é sugerir, assessorar, recomendar, ensinar, enfim, educar as famílias rurais quando elas assim o desejem. Extensão é trabalho educacional no sentido mais amplo da palavra, tal como a entende Paul Kruise. O propósito da Extensão é provocar mudanças em conhecimento, habilidades e atitudes do povo rural. Ou, como diz Timmer: ‘provocar modificações no pensar, no querer, e no agir do Homem Rural’.

Em complementação a citação anterior deve-se considerar o trecho a seguir:

Educação de adultos é tarefa que demanda tempo e paciência. Outrossim, os problemas que afetam o povo rural são muitos e vão mudando conforme vão sendo resolvidos. À medida que a Extensão vai realizando seu trabalho, os rurícolas vão tendo nova visão de suas condições de vida, de modo que, muitas situações que antes passavam despercebidas, vão sendo por eles sentidas, tornando-se problemas que eles desejam ver resolvidos.

Também o mundo progride e todos os dias surgem novos produtos, novas máquinas, novos inseticidas, etc., que visam facilitar ou melhorar o trabalho, aumentar os rendimentos, baratear a produção agrícola, etc. O povo rural precisa, para acompanhar o progresso da civilização, conhecê-los e aprender como deles se utilizar. Isto é tarefa da Extensão, que assim adquire um caráter permanente, como toda tarefa educacional.

Para tanto, é preciso que os Extensionistas mantenham contato direto e permanente com as comunidades em que trabalham e não as frequente apenas em intervalos espaçosos (CETREC, 1960, p. 09).

As informações anteriores mostram a dimensão do arsenal político-cultural que a classe dominante dispôs para induzir jovens e adultos a mudarem suas práticas de trabalho e de vida no campo. Nesse sentido, a prática do convencimento, a naturalização dos processos e do desenvolvimento agrícola foi um mecanismo da ideologia dominante para transformar a “modernização”, “o desenvolvimento”, “progresso” e a troca cultural como consensual, ou seja, necessária e produto de interesses das comunidades rurais. A Extensão trabalhou intensamente para a propagação da ideologia capitalista e consequente incorporação dessas concepções de mundo pela economia psíquica.

Neste ponto, é fundamental recuperar os escritos de Marx e a sua crítica à economia política burguesa no que se refere às tentativas de reduzir as complexas relações humanas a

categorias submetidas a “leis naturais”, ou seja, Marx nos chamou a atenção para a necessidade de analisarmos os processos sociais como inseparáveis das determinações históricas, portanto, considerando-as mutáveis. Segundo Mészáros (2008, p. 102) em 1859, Marx assim considerou:

As mudanças na base econômica levam mais cedo ou mais tarde, à transformação de toda a imensa superestrutura. Ao se estudar tais transformações é sempre necessário distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser determinada com a precisão da ciência natural, e as formas legais, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas – ou, resumindo, as formas ideológicas nas quais os homens se tornam conscientes desse conflito e lutam contra ele.

Em se tratando do contexto de proliferação da Extensão Rural no pós Guerra uma das principais concepções e estratégias da política pública extensionista relacionou-se ao interesse da burguesia em elevar o nível de vida das populações rurais e o índice de produtividade para evitar a proliferação da ideologia socialista em tempos de consolidação de políticas de pacificação social, como o Estado de Bem-Estar social na Europa. Neste ponto, identifica-se um terreno em disputa delimitado: como a Extensão representou uma política a serviço da classe dominante, seus discursos e suas práticas contrapunham formas de vida e concepções de mundo que valorizavam o coletivismo, o trabalho mútuo, a solidariedade, em geral, o trabalho autônomo independente de intervenções de bancos e corporações.

A preparação de uma nova geração de agricultores, agregados ao mercado consumidor e ao interesse pela propagação de uma modalidade de ensino, para fins de tomada de decisões condizentes com a filosofia de submissão da classe dominante repercutiu na adaptação de filosofias pedagógicas no Brasil que foram de encontro com a política de boa vizinhança dos EUA. A “filosofia” do aprender a resolver por si mesmos seus problemas não dependendo de ajuda paternalista (no caso do Estado) fez parte intensiva da ideologia extensionista que remontou ao século XIX nos Estados Unidos.

O CETREISUL (1962, s.p) apresentou um histórico sobre a Extensão e a origem das suas concepções:

#### I.História: nos E.E.U.U

Para entender o início do Serviço de Extensão Rural, e porque eram os E.E.U.U. o primeiro país que instalou este tipo de trabalho educativo, devemos primeiro considerar a diferença significativa que rege entre a filosofia de ensino nos E.E.U.U e na Europa.

O ensino na Europa é subjetivo, idealista e visa a transmissão da universalidade dos conhecimentos.

O ensino nos E.E.U.U é objetivo, utilitarista e visa a aplicação imediata dos conhecimentos transmitidos na vida prática. Sabemos também que a filosofia de ensino no Brasil formou-se sob intensa orientação e influência da França, enquadrando-se perfeitamente na definição da filosofia europeia.

No Brasil, ocorreu a mistura desses modelos com o objetivo de alcançar a universalidade das famílias rurais integrando ciência, pesquisa e extensão, bem como a presença de um viés utilitarista no que se refere aos discursos de que a felicidade e o bem estar geral seriam produto do aumento da produtividade e tecnificação da agricultura, possível mediante a capacidade de aperfeiçoamento do ser humano. Por outro lado, segundo Gomes (2019), os serviços de Extensão nos Estados Unidos seguiram uma tradição que remontou às origens inglesas, principalmente no que se refere à organização das comunidades e ao conservadorismo de cunho cristão puritano.

O campo era compreendido como um local onde predominava a pureza, ao mesmo tempo um local que deveria ser transformado para melhorar a vida das comunidades, tratou-se de um espírito empreendedor liberal em expansão em função dos empreendimentos do imperialismo europeu na América.

Como o foco é analisar o teor ideológico presente no extensionismo rural, o avanço do capitalismo e conseqüentemente, as mudanças na mentalidade estadunidense optou-se por analisar a problemática a partir de uma das fontes de pesquisa o referencial idealista: “Bliss, Ralf K. *The Spirit and Philosophy of Extension Work*. Washington: Published jointly by Graduate School, United States Department of Agriculture, and the Epsilon Sigma Phi national honorary extension fraternity, 1952”.<sup>54</sup> Esta fonte contém dados históricos sobre o papel do Departamento de Agricultura estadunidense no processo de transformação da agricultura de subsistência em tecnificada; a relação do Estado, Extensão Rural e a Associação da Land-Grant Colleges,<sup>55</sup> bem como sobre a “filosofia” extensionista e os métodos de formação universitária para a promoção e difusão de conhecimentos científicos industriais e agrícolas nos Estados Unidos. É importante lembrar que a “filosofia” extensionista, os métodos e técnicas usadas naquele país foram exportados para a América

---

<sup>54</sup> Referencial citado pelo relatório do Centro de Treinamento de Campinas. CETREC, Curso de Extensão Rural para técnicos da Acarpa-Acaresc: Aspectos fundamentais da Extensão Rural, São Paulo, s.d.

<sup>55</sup> Trataram-se de escolas superiores agrícolas, criadas no oeste e no meio-oeste dos Estados Unidos, no século XIX. O Presidente Lincoln assinou o Morrill Act que deu origem aos Land-Grant Colleges e se encerrou em 1948, contexto em que a Extensão Rural foi propagada no Brasil. Os métodos e técnicas de formação extensionista no Brasil são oriundas dos Land-Grant Colleges.

Latina no pós-guerra e seguiram o modelo de ensino e administrativo das Land Grant College (RIBEIRO, 2006).

#### Adult Extension Education

##### Foreshadowed in National Land

##### Grant College Act and State Laws

The National Land Grant College Act of 1862 provided for the teaching of agriculture and mechanic arts “in order to promote the liberal and practical education of the industrial classes in the several pursuits and professions of life.” The carrying out of this objective posed na enormous undertaking. It foreshadowed some form of adult education as the most practical way which it could be accomplished.

State laws were written in equally comprehensive language. For example, the Iowa law creating na agricultural college, passed by a farmer-controlled legislature in 1858, provided for “a state agricultural college and farm with a board of trustees which shall be connected with the entire agricultural interests of the State of Iowa.” The word “entire” is a comprehensive word. It included every farmer, every farm home, and every rural interest in the state (BLISS, 1952, p. 03-04).<sup>56</sup>

Aparelhamento do Estado por parte dos latifundiários, organização de classe e promoção da ideologia liberal por meio da educação rural e industrial fizeram parte do projeto burguês para o avanço do capitalismo nas áreas colonizadas e em colonização. Além disso, ficou demonstrado que um dos mecanismos do avanço da dominação e organização da classe dominante estadunidense, principalmente na priorização de um sistema de educação liberal e a formação de uma legislatura comandada por fazendeiros. A difusão da ideologia da classe dominante por meio da educação das populações rurais tornou-se um dos mecanismos de alcance fundamental para a promoção do consenso das massas, o qual, como afirmou Gramsci (2001), imprescindível para a consolidação de uma hegemonia.

Considerando o consenso como meta da ideologia da classe dominante, considera-se o seguinte problema: qual o tipo de conformismo que a Extensão Rural pretendeu constituir? Os treinamentos extensionistas continham conteúdos que visavam produzir seres humanos-massa

---

<sup>56</sup> “Educação Extensionista de Adultos

Prefigurado em Terra Nacional

Lei do Grant College e Leis Estaduais

O National Land Grant College Act de 1862 previa o ensino da agricultura e das artes mecânicas ‘a fim de promover a Educação liberal e prática das classes industriais nas várias atividades e profissões da vida’. A realização deste objetivo representou um enorme empreendimento. Prenunciava alguma forma de Educação de adultos como a forma mais prática que poderia ser realizada.

As leis estaduais foram escritas em linguagem igualmente abrangente. Por exemplo, a lei de Iowa que criava um colégio agrícola, aprovada por uma legislatura controlada por fazendeiros em 1858, previa “um colégio agrícola estadual e uma fazenda com um conselho de administração que estaria conectado com todos os interesses agrícolas do Estado de Iowa.” A palavra ‘inteiro’ é uma palavra abrangente. Incluía cada agricultor, cada casa de fazenda e cada interesse rural do estado (BLISS, 1952, p. 03-04).

ou seres humanos-coletivos, críticos? Quando a concepção de mundo não é crítica, histórica, coerente, mas ocasional e desagregada, predomina o tipo de pensamento pertencente ao que Gramsci chamou de “homem-massa”. Nesse sentido, não se pode tratar de filosofia extensionista sem considerar uma concepção do mundo criticamente coerente, sem a consciência da própria realidade, as contradições, muito menos os interesses de classes envolvidos no processo histórico.

Seaman A. Knapp assegurou que a Extensão Rural teve um papel fundamental para o desenvolvimento da concepção extensionista. Ele foi professor de agricultura pela Universidade do Estado de Iowa e ocupou cargos no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA. A prática de transpor os conhecimentos teóricos para a atividade prática é oriunda de Knapp (GOMES, 2019). Segundo Bliss (1952, p. 189) o Dr. Knapp tinha mais de 70 anos quando lançou o movimento de demonstração agrícola, baseado na filosofia de que “o que um homem ouve, ele pode duvidar; o que ele vê, ele também pode duvidar; mas o que ele faz, ele não pode duvidar”.

A demonstração de resultados foi constituída por meio da ideologia do “aprender a fazer, fazendo”, ou seja, da concepção de que a assimilação e o estímulo de uma prática, no caso, da adesão ao projeto capitalista seria mais eficaz na medida em que os produtores rurais colocassem em prática um modelo proposto pela Extensão Rural. O principal objetivo de Knapp era produzir um sentimento nacionalista de unificação e trabalho cooperativo para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Segundo Bliss (1952) Knapp começou seu trabalho apresentando uma “filosofia” bem definida, baseada na fórmula de que “quem serve melhor seu país, serve melhor a sua vida rural”. Esse fundamento era visto como a “Estrela de Belém” de todos os seus pensamentos e empreendimentos. Knapp usou seu novo método para levar seu modelo de educação e também modo de ensinar para a fazenda e as casas das famílias camponesas do país. Seu objetivo fundamental era, em suas palavras, “desenvolver os recursos, aumentar a colheita, melhorar as paisagens, iluminar as casas e inundar as pessoas com o conhecimento de coisas úteis e reajustar a agricultura, reconstruir a casa de campo e colocar a vida rural em um plano superior” (BLISS, 1952. p.191). Conhecimentos úteis, para Knapp, eram aqueles que pudessem ajudar os fazendeiros a aumentar seu capital e seus lucros.

Knapp ansiou pelo reajustamento da agricultura, visando colocá-la sobre uma base de maior lucratividade, uma vez que o alicerce da industrialização e a manutenção dos níveis de desenvolvimento eram o aprimoramento da agricultura. O objetivo era reconstruir o lar rural e dar à vida do campo atração, dignidade e potencial influência para evitar situações de intenso

êxodo rural em função do desenvolvimento industrial e a atratividade oferecida pelas grandes cidades, bem como o oferecimento de “ajuda” para evitar e administrar situações de endividamento por parte daqueles que não sabiam utilizar o crédito rural. No entanto, o propósito fundamental foi produzir uma educação que integrasse ensinamentos sobre agricultura para a resolução de “problemas” e o aprendizado de práticas que atendessem à indústria em expansão.

Segundo Bliss, em um tom positivista, afirmou que Knapp, foi visionário no sentido de propor profundas reformas na indústria de base nacional nos Estados Unidos e, só tempos depois, os bons resultados começaram a se revelar, bem como o reconhecimento de que seu trabalho foi positivo para todos os lares e comunidades agrícolas da América latina, tendo em vista torná-los lugares melhores e mais felizes para se viver (BLISS, 1952).

O trabalho de Knapp era direcionado especialmente aos fazendeiros, comerciantes e presidentes de ferrovias, inclusive o seu trabalho de demonstração de resultados atraiu a atenção de importantes corporações, como de Rockefeller (BLISS, 1952).

Knapp incentivou métodos de demonstração e esse trabalho atraiu a atenção do quadro geral oficial de educação estabelecido por Rockefeller em 1902 e incorporado pelo Congresso, em 12 de janeiro de 1903, tendo em vista promover a educação dentro dos Estados Unidos da América, sem distinção de raça, sexo ou crença. Foram feitos arranjos com o Conselho para a realização de trabalhos de demonstração sob a direção do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em todos os Estados do Sul. A sede do Dr. Knapp foi estabelecida no Departamento de Agricultura em Washington, afirma Bliss (1952).

Como exposto no primeiro capítulo, Rockefeller financiou várias agências e treinamento de agentes para a aplicação da “filosofia” extensionista no Brasil. Um dos passos importantes para a difusão do capitalismo no campo em tempos de conflitos mundiais foi por meio de uma proposta “educativa”, não neutra, no meio rural brasileiro. Importava a formação dos agentes extensionistas responsáveis pela propagação do projeto burguês para a acomodação do Capitalismo. Nesse sentido, realçou-se constantemente a necessidade de seguir as orientações do que as agências denominavam “filosofia” extensionista.

Extensão é algo novo para o Brasil. Não é apenas mudança de denominação de órgãos existentes e que continuam a aplicar os mesmos processos insatisfatórios no trato dos problemas da população rural. Estes estão se tornando cada vez mais agudos, exigindo, portanto, terapêutica nova, moderna, mais adequada e eficaz. Aliás, diz Timmer: ‘o que importa não é a denominação de um órgão ou serviço, mas sua filosofia e método de trabalho’ (CETREC, s.d, p. 3).



Após a Segunda Guerra Mundial, a “filosofia vulgar”, cindida no evolucionismo e no positivismo, foi colocada como prioridade para expandir o capitalismo na periferia que estava sob o domínio dos países imperialistas. Tratou-se da aplicação de modalidades específicas de treinamento de extensionistas rurais e trabalhadores que tinham como meta a modificação de hábitos de costumes, práticas produtivas com a inclusão de equipamentos tecnológicos provenientes dos pacotes tecnológicos das multinacionais. A Extensão Rural, incumbida de intermediar o processo de difusão do capitalismo no campo, usou a “filosofia” para adaptar comportamentos aos padrões de produção em processo de americanização.

Ao abordar a filosofia da Extensão, Joseph Di Franco (1960), coordenador de serviço regional da Inter-American Institute of Agricultural Sciences (ICA) em Costa Rica, considerou que um dos principais objetivos da Extensão era ensinar as pessoas a resolverem seus próprios problemas “ability of people to help themselves” a tomarem suas próprias decisões, escolherem livremente em adotar a política extensionista e a participação voluntária. Nesta perspectiva, as atividades de Extensão deveriam se expandir democraticamente, criando um ambiente propício para a adequação das pessoas ao sistema. A seguir, estão listados alguns princípios básicos educativos da Extensão:

- I. Basear-se nas condições existentes (locais, regionais e nacionais).
- II. Envolver as pessoas em ações que promovam o seu bem-estar.
- III. Desenvolver programas gradualmente.
- IV. Visar basicamente os interesses e necessidades das pessoas.
- V. Usar métodos democráticos.
- VI. Manter os programas flexíveis.
- VII. Trabalhar através da compreensão da cultura.
- VIII. Usar líderes locais.
- IX. Usar agências existentes.
- X. Utilizar especialistas treinados.
- XI. Trabalhar com todos os membros da Família.
- XII. Tornar os programas tão amplos quanto as necessidades da população rural.
- XIII. Avaliar continuamente.
- XIV. Trabalhar com todas as classes da Sociedade.
- XV. Manter alinhado com as políticas nacionais.
- XVI. Usar a abordagem comunitária.
- XVII. Ajudar as pessoas a reconhecer suas necessidades (FRANCO, 1960, p. 04).

A influência estadunidense se estendeu por diversos campos do universo rural no Brasil. As conexões entre organizações internacionais como: IICA;<sup>57</sup> OEA;<sup>58</sup> FAO<sup>59</sup>; BID<sup>60</sup>; CEPAL<sup>61</sup>, em um complexo sistema articulado, estimularam o avanço do capitalismo na periferia. Nesse sistema, incluiu-se o Comitê Interamericano para o Desenvolvimento Agrícola (CIDA). Natividade (2018) destaca que tanto a ICA quanto o Fundo de Empréstimos para o Desenvolvimento, os programas Alimentos para a Paz (Food for Peace) e Corpos da Paz (Peace Corps) e o Banco de Exportação e Importação dos EUA (Eximbank) participaram da administração da USAID. Como esta foi o braço operacional da Aliança para o Progresso que visou à difusão do capitalismo no campo, a agricultura brasileira não representou um “entrave” ao desenvolvimento como afirmavam, ao contrário, contribuiu para promover a acumulação de capital no Brasil.

O conteúdo essencial das práticas extensionistas, financiadas e atendidas por essas agências, consistiu na supremacia dos métodos industriais para acelerar, por meios coercitivos exteriores, a disciplina e a ordem na produção, bem como a adequação dos costumes ao universo do trabalho.

#### 4.4 “OS POBRES RURAIS”: AS CONCEPÇÕES DA EXTENSÃO RURAL SOBRE O UNIVERSO RURAL BRASILEIRO DIFUNDIDAS NOS CENTROS DE ENSAIOS E TREINAMENTOS EXTENSIONISTAS

Consoante Ammann (2003) a consolidação e expansão do bloco socialista em contexto da Guerra-Fria representaram um perigo crescente aos países capitalistas atingidos pelas perdas de suas colônias. Com receio de perder a hegemonia, a burguesia internacional buscou estratégias para garantir a ordem social e preservar o “mundo livre” das ideologias denominadas como “não democráticas”. O principal argumento para evitar com que a atenção da classe trabalhadora se direcionasse em defesa de seus próprios interesses relacionou-se ao problema da pobreza nos países periféricos como alvo fácil para o avanço do comunismo, bem como os sucessivos “fracassos” com relação à coletivização da produção.

Exploração individual – é peculiar a agricultura. Esta característica associa-se grandemente a anterior. Na fase de produção propriamente dita, ou seja, no acompanhamento do ciclo biológico das plantas e animais, as atividades

<sup>57</sup> Inter-American Institute of Agricultural Sciences.

<sup>58</sup> Organização dos Estados Americanos.

<sup>59</sup> Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

<sup>60</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento.

<sup>61</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

agrícolas são eminentemente individuais. As experiências de exploração coletiva têm dado resultados nas fases de pré-produção (preparo do terreno, aquisição de implementos, rações, etc.) ou pós-produção (venda dos produtos, beneficiamento e armazenamento, etc). Inúmeras são as experiências que evidenciaram fracassos na coletivização da produção propriamente dita, tais como, a ‘affitanze coletiva unita’; na Itália; o ‘Obste’ na Polônia Imperial, as ‘kolkhoses’ comunistas, etc. As atividades agrícolas exigem que cada um cuide de uma determinada área ou número de cabeça de animais, mesmo que a produção seja de uso coletivo (CETI, s.d, p. 03).

A Extensão Rural serviu de escudo para a proliferação do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, desmoralizou as experiências históricas de coletivização da do fabrico. Esses eram elementos do mecanismo anticomunista da Extensão, a difusão de ideias e sugestões do que devia ser evitado e também afirmado, do que era preciso mudar e permanecer. A guerra ao comunismo era admitida pelas instituições e líderes políticos porque os objetivos eram levar os benefícios da liberdade, esperança da democracia, do desenvolvimento, do livre comércio e livre iniciativa. A naturalização da expansão capitalista e a transmissão aos produtores rurais de que eles eram responsáveis pelo seu futuro, cabendo a eles definir objetivos e a melhor maneira de alcançá-los e torná-los realidade, fizeram parte do mesmo conjunto de estratégias difusionistas.

Um dos argumentos da Extensão sobre o campo, como já exposto nos capítulos anteriormente, relacionou-se ao predomínio do “atraso” portanto, era necessário “modernizar” e elevar o nível de vida das populações rurais. Para a Extensão, era preciso intervir no campo uma vez que a baixa produtividade do homem rural nos países periféricos era vista como um fenômeno generalizado. E uma das maneiras de garantir o aumento da produtividade não era apenas por meio da oferta de instrução técnica, mas pelo estímulo aos agricultores de aquisição do crédito rural para ter acesso ao pacote tecnológico.

Mas, nem sempre o crédito rural corrente atingirá aos que dele mais necessitam, que são os médios ou pequenos agricultores. Sob esta designação não nos referimos tanto a superfície da área trabalhada por cada agricultor, mas, principalmente, ao pequeno empresário rural que usa métodos atrasados de produção e obtém rendimentos insuficientes para um nível de vida sequer aceitável, não obstante existe possibilidades de melhoramento.

Em todos os países se encontram, em maior ou menor escala, este tipo de agricultor. É um produtor autônomo colocado à margem dos incentivos que movem a economia moderna. Uma análise financeira de sua empresa rural revelará que sua atividade não é um negócio. Não obstante sua qualidade de empresário, está ‘trocando’ seu trabalho por rendas inferiores a um salário corrente. Emprega muito pouco capital, mas aplica grande quantidade de mão de obra, usualmente a sua própria e de sua família. Este esforço, muito mal retribuído, é em parte energia desperdiçada (CETI, s.d, p.26).

O processo de difusão do capitalismo no campo brasileiro ocorreu em meio à descaracterização e aviltamento do modo de vida dos povos tradicionais e da agricultura de subsistência, especialmente dos pequenos proprietários de terras logo, na avaliação da Extensão, a depender da situação, não conseguiria se desenvolver ficando à margem do processo de tecnificação da agricultura. Nos treinamentos extensionistas, a otimização da força de trabalho, a transformação da agricultura familiar de subsistência em capitalistas eram planos da metodologia da Extensão Rural.

Do ponto de vista econômico é um sub-empregado, não obstante o grande trabalho que emprega. Do ponto de vista social é um servo, mesmo quando possui sua terra; trabalha neste caso em servidão com a mesma e com as adversidades das condições ecológicas que o cerca.

Dáí dizem os economistas, que a agricultura praticada por esta classe de agricultores não é uma atividade econômica e sim 'um ambiente de vida' para o agricultor. Encontra-se deslocado da econômica nacional de trocas e lucros, não só porque pratica uma atividade antieconômica, como dissemos, mas também porque produz com a finalidade principal de satisfazer as suas próprias necessidades. A sua, é basicamente, uma necessidade de subsistência (CETI, s.d, p. 27).

Foram várias as causas que levaram os médios e pequenos proprietários a não aderirem e resistirem ao crédito rural e a olharem a ação da Extensão com desconfiança, especialmente não acreditavam nas instituições bancárias, os juros altos e a instabilidade produtiva. Fica evidente na fonte anterior que, na agricultura familiar de subsistência, a terra não correspondeu a uma fonte de lucro e/ou um empreendimento empresarial, mas era um modo de vida, equiparável a uma atividade artística.

(...) os médios e pequenos agricultores, em sua maioria, são arredios, extremamente desconfiados de instituições bancárias e desconhecem as vantagens de utilização correta do crédito. Os bancos por sua vez, como são instituições para dar lucros, preferem tratar com grandes agricultores não só porque estes tem mais compreensão do mecanismo das operações creditícias e das suas finalidades, como porque tomam emprestado quantias maiores, o que torna maior o lucro, pois o trabalho é o mesmo, qualquer que seja o montante do crédito a ser concedido (CETI, s.d, p. 27).

A realidade rural da pequena propriedade foi diagnosticada pela Extensão, durante os treinamentos extensionistas, levando em conta uma dimensão idealizada, embora realçado o papel investigativo das condições estruturais das propriedades, tendo em vista identificar a capacidade das famílias em modernizar a sua atividade rural, adquirir o crédito rural e, na sequência, o pacote tecnológico.

As desqualificações do modo de vida dos pequenos proprietários rurais, avessos às propagandas da extensão, foram constantes pelas agências extensionistas, senão vejamos:

(...) Sabemos que há causas mais importantes, entre elas, a baixa produtividade das terras, o baixo rendimento do trabalho humano e o desenvolvimento absoluto de nossos agricultores de como aumentar ambos, pelo baixo índice sanitário do meio em que vivem, etc. E ainda pior que tudo isto, quando são postos recursos financeiros à sua disposição, o agricultor faz deles mau uso, como no caso das aplicações indiscriminada de adubos químicos ou pela compra de tratores e máquinas agrícolas possantes, que tem sido, em nosso meio, fatores de empobrecimento da terra pela sua mineralização e pelo aumento de erosão que acarretam. Este desconhecimento do emprego correto de adubos e máquinas tem concorrido para desmoralização das técnicas mais modernas e de acordo com o progresso de outras regiões agrícolas.

Todos aqueles que têm tido contato com o meio rural e já visitaram propriedades agrícolas sabem que rara é aquela em que não são encontrados velhos arados, grades, cultivadores e até mesmo plantadeiras, semidesmontados, ao relento, e cuja única peças em que o lavrador reconhece utilidade, os parafusos, de há muito foram aplicados em outras finalidades. Talvez ele assim as conserve para se lembrar de seu fracasso ou de seus antecessores quando quiseram delas se utilizar. Isto porque, quando eles tiveram oportunidades e recursos a sua disposição, adquiriram máquinas. Mas ninguém se preocupou em ensinar-lhes como manejá-las corretamente, como conservá-las, como utilizá-la e principalmente quais os reflexos que elas iriam trazer em suas propriedades, e mostrar-lhes quais os problemas administrativos que teriam de enfrentar com sua utilização (CETI, s.d, p. 27 - 28).

Os dados das fontes anteriores mostram que os conceitos e métodos da economia, fundados nos princípios administrativos capitalistas, não eram aplicáveis aos produtores tradicionais que não participaram de uma economia de mercado que regulava todo o processo produtivo. As formas de trabalho no campo eram baseadas na reciprocidade, cooperação, redistribuição, opostas às normas do capitalismo moderno. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se colocou o saber como solução para os problemas, falseava-se a realidade e culpabilizavam-se muitos produtores pela sua condição de pobreza. Trata-se de indícios da teoria do capital humano, ligada à obra de Theodore W. Schultz, em que a ideia central é aplicar o conceito de capital a seres humanos. Nesse sentido, o objetivo era transformar pessoas em capital a serviço dos empreendimentos burgueses.

A teoria do capital humano, ao explicar a situação do mercado de trabalho, excluiu o conceito de classe social e os conflitos de classe. Para sobreviver a massa trabalhadora foi forçada a vender a sua força de trabalho no setor industrial e também nos trabalhos rurais em propriedades maiores. A Extensão Rural naturalizou dados do êxodo rural como se tratasse de

um processo natural em decorrência da industrialização ou como fracasso pessoal. Mas tratou-se de um projeto planejado que tinha em vista não só a permanência de um contingente no campo para evitar reações contra o sistema, mas também para a liberação de força de trabalho do meio rural, necessário diante do avanço da industrialização.

Analisando a situação econômica mundial, é fácil constatar-se de que o papel ocupado pela agricultura é da maior relevância possível. Mesmo na denominada ‘fase industrial’ de certos países, a importância da agricultura como provedora de alimentos e matérias-primas dificilmente poderá exagerar-se. Por mais industrializado que seja um país, terá que manter equilíbrio justo e flexível entre a agricultura e a indústria dentro de suas próprias fronteiras ou por meio de exportações. A agricultura, além de fornecer alimentos e matérias-primas, provê mão de obra, através da população rural, e serve à indústria, também como consumidora de bens de consumo e de produção. O comércio sendo atividade intermediária depende logicamente das atividades primárias (CETI, s.d, p. 07).

Além do oferecimento de matérias-primas baratas ao mercado por meio da ampliação da produtividade, a liberação da força de trabalho do campo, especialmente oriundo das pequenas propriedades para o setor industrial, fez parte do projeto extensionista. A absorção de um contingente dessa força de trabalho, bem como das propriedades menores e o empobrecimento no campo foram tratados pelas agências de Extensão como um processo natural e mudanças necessárias para a “evolução” rumo à “civilização”.

Os agricultores que praticam uma ‘agricultura de subsistência’ não podem ser encarados pelas normas econômicas aplicadas aos negócios agrícolas, pois, estariam excluídos de qualquer programa de assistência financeira. Mas, estes agricultores constituem parcela importante da população rural da maioria dos países, principalmente naqueles menos desenvolvidos economicamente.

Teoricamente a situação em que encontra os agricultores que praticam ‘agricultura de subsistência’ poderá ser sanada, simultaneamente, através de uma ação direta ou indireta por parte do estado. Indiretamente pelo desenvolvimento econômico da agricultura, através do fortalecimento das empresas que praticam em forma economicamente razoável as atividades agrícolas. Estas empresas irão absorvendo as de subsistências, cuja desaparecimento virá como resultado do processo envolvente que sempre existe no progresso de um ramo econômico determinado ou pode também ocorrer pela industrialização progressiva do país ou região (CETI, s.p, p. 29).

A teoria do capital humano pode ser entendida como uma forma ideológica que transformou o trabalhador rural em capitalista e/ou sujeito expropriado. Centrou-se na difusão de uma concepção perversa de que a eficiência da capacidade produtiva da força de trabalho seria decorrente da formação e capacitação individual. Nessa concepção, a formação humana

se transformou em capital (acumulado) pelos trabalhadores e quanto mais investimento na formação, maior o “lucro”. Essa teoria ofereceu indícios de que o fenômeno do mercado de trabalho, com base na capacidade produtiva individual, ao atribuir à educação o papel de mecanismo transformador dos sujeitos em bem-sucedidos, camuflou as determinações do sistema produtivo e suas contradições, bem como o acesso desigual às tecnologias que poderiam implicar na permanência e/ou exclusão das famílias rurais na terra.

Há dissertações e teses que consideraram a importância do trabalho da Extensão no sentido de fixação das famílias rurais no campo (RIBEIRO, 2000), (GOMES, 2019), (OLIVEIRA, 2017) e (SOUZA, 2015). No entanto, conceber naturalmente a exclusão e migração dos trabalhadores do campo para as cidades demonstram o teor doloroso e cruel da atuação do extensionismo rural no Brasil após Segunda Guerra Mundial. A desqualificação do modo de vida daqueles que não se adequaram ao sistema era constante, tanto que eram excluídos do processo aqueles que não se adaptaram e a Extensão atribuía a comunidade o papel de convencer esses produtores. A política de Extensão era extremamente excludente e expropriadora.

Com a palavra filosofia queremos nos referir aos aspectos essenciais e fundamentais do crédito rural supervisionado. Iremos sucintamente evidenciar os pontos verdadeiros essenciais e fazemos alguns comentários sobre aspectos aparentemente divergentes entre alguns programas de crédito rural supervisionado existentes em funcionamento.

O Crédito Rural Supervisionado é um programa educacional que conjuga crédito rural à orientação técnica, econômica e social, objetivando o aumento de produção e o melhoramento das condições de vida do produtor rural.

Se observarmos a situação atual dos nossos pequenos agricultores, quer sejam eles sitiantes, quer parceiros ou arrendatários, concluiremos que seu nível de vida é muito baixo, suas rendas são escassas, sua produtividade é ridiculamente pequena. Como consequência disto são seus companheiros na vida diária: a subalimentação, a falta de higiene, a ignorância, as doenças parasitárias ou não, o desânimo e a mínima participação na vida econômica e social do meio em que vivem (CETI, s.d, p. 33).

A palavra filosofia referia-se aos princípios usados para a propagação do capitalismo no campo. São várias as páginas dedicadas ao tema da filosofia, ao programa “educacional” e de “crédito rural”, bem como sobre a necessidade de transformar o modo de vida rural, identificado como atrasado. As constantes repetições para reafirmar a necessidade da “modernização” eram parte integrante da estratégia difusionista. A Extensão tem sido extremamente hábil ao promover ideias e explicações comportamentais e não estruturais para

a pobreza e a desigualdade, sendo possível estabelecer uma relação entre a “Teoria do Capital Humano” com o trecho apresentado anteriormente. Siqueira (2014, p. 245) adverte:

Essa teoria também tem fundamentalmente um papel ideológico, na formação de uma falsa consciência, que responsabiliza os sujeitos pela sua reprodução material, diminuindo os custos do capital e ampliando o nível de individualismo e competitividade. A qualificação passa a ser o diferencial no mercado competitivo, o que vai impactar na organização da classe trabalhadora e na identificação dos aliados políticos, sendo naturalizada a imposição e exigência do mercado como escolha pessoal.

Nesse processo, o investimento na educação da população rural passou a ser visto como um melhor meio para a produção de riquezas e perpetuação da ordem econômica e social. Além disso, foi atribuída à educação a tarefa de solucionar os problemas relacionados à pobreza no campo.

Ensinar, educar o nosso rurícola é mais importante que conceder-lhe crédito. Porque dando-lhe educação estamos lhe ensinando meios de melhor aproveitar bem os recursos que têm, estamos realmente atacando as causas de sua pobreza. Dando-lhe educação estamos também lhe ensinando como aplicar bem o crédito, o que é muito importante. Estamos lhe abrindo novos horizontes, mostrando-lhes uma vida melhor; estamos lhe dando algo duradouro e que lhe será útil para o resto da existência (CETI, s.d, p. 28).

Pobreza e riqueza não são produtos resultantes das condições e/ou da ausência de Educação. Educação não transforma o mundo, transforma pessoas, logo elas transformam o mundo. Mas o mundo pode ser mudado com pessoas conscientes, nesse sentido, uma educação emancipadora precisa ser voltada para a formação de sujeitos críticos e humanizados e não tecnicistas. Pobreza e riqueza são produtos das contradições inerentes da sociedade capitalista.

(...) a pauperização não é uma mera manifestação da ‘questão social’, mas resultado da relação de exploração entre capital e trabalho inerente ao modo de produção capitalista. Logo, não se trata de um problema de mercado mediante mecanismos extra-econômicos; mas algo inerente e resultante de uma determinada forma de reprodução e produção social. Dito de outra forma, as manifestações da questão resultam das expressões resultantes do processo que envolve a socialização da produção e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, tendo a fome umas das mais aviltantes formas de suas caracterizações (SIQUEIRA, 2014, p.246).



A pobreza, a partir das considerações anteriores, é um problema decorrente das determinações estruturais do próprio modo de produção capitalista. A acumulação de capital que resulta de um processo de desenvolvimento das forças produtivas reproduz alguns processos: concentração, separação do trabalhador dos meios de produção, a submissão do trabalho ao capital, exploração da mais valia, centralização de capital e a monopolização que correspondem ao ponto mais alto da centralização e concentração de poder. Nesta fase do capitalismo monopolista passa a existir o controle da produção e do consumo de um ramo produtivo.

Portanto, a Extensão foi um dos instrumentos da burguesia que colaborou para o avanço do capitalismo monopolista a posteriori. Conforme observado no documento do centro de treinamento de Ipanema, discutido no capítulo dois, mais especificamente na página cento e quarenta e dois, os agentes do capital rebaixavam os agricultores que desenvolviam a agricultura de subsistência, bem como os apresentavam como uma classe infeliz, pobre e atrasada como se não consumissem e/ou não aderissem aos preceitos capitalistas fossem as causas do “fracasso”, exclusão e êxodo rural. Neste ponto, podemos observar as contradições impostas pelo capital sobre o campo, sendo que para permanecer na direção monopolista, conferiu novas direções sobre o modo de vida no campo, bem como novas necessidades extremamente vantajosas para os agentes capitalistas e não necessariamente para os produtores rurais.

Considerando que o capitalismo monopolista correspondeu à extrema centralização de capital, nesta fase, a empresa monopolista passou a intervir nos países periféricos para exercer acentuado controle sobre a produção e consumo. Esse processo contou com uma estrutura de atuação como o apoio institucional e metodologias de trabalho junto aos que desconfiavam e/ou resistiram ao projeto ou que pudessem atrapalhar o andamento das atividades relacionadas à difusão do capitalismo no campo. Adiante serão analisados aspectos da psicologia aplicados pela Extensão, bem como o papel das lideranças para fomentar os quadros dirigentes para atuação no meio extensionista e, por fim, as políticas voltadas para a agricultura.

#### 4.5 ASPECTOS DA PSICOLOGIA APLICADA NO TREINAMENTO EXTENSIONISTA

O tópico anterior reservou-se à apresentação dos cursos oferecidos nos centros de treinamento extensionistas, a agricultura de subsistência classificada como um local onde predominava uma condição de atraso, ignorância, pobreza e tristeza, especialmente entre as famílias rurais que optaram pela não adesão ao crédito e não aceitaram facilmente as

intervenções do extensionismo rural. Este era o ambiente em que os extensionistas foram preparados para convencer os mais resistentes a aderirem às fontes de crédito e ao pacote tecnológico.

A Extensão Rural pretendeu atingir toda a família rural, porém ofereceu atenção especial aos adultos, pois entendia que era mais difícil de convencer as pessoas com idade mais avançada do que os jovens em fase escolar. No relatório de treinamento extensionista, intitulado “Noções de Psico-Pedagogia do adulto que interessam ao trabalho de assistência técnica a agricultura (ATA)”, do curso oferecido no Centro de Treinamento de Campinas (CETREC), nos anos de 1960, constam dados sobre o processo de formação extensionista que visou à adaptação de atitudes, ideias e ideais.

O componente teórico e metodológico da Extensão Rural envolveu ensinamentos de psicologia e teve como objetivo:

(...) desenvolver a capacidade potencial de cada ser humano para que, cada pessoa, possa contar consigo mesma nos momentos de necessidade, evitando deste modo a dependência eterna dos outros, na resolução de seus problemas. Por outro lado, o desenvolvimento do espírito de cidadania como base para o progresso do país é ponto a ser encarado em qualquer trabalho educacional. A educação deve fornecer informações e conhecimentos que ajudem a desenvolver valores, ideias e modos adequados de conduta (CETREC, s.p, p.03).

A psicologia aplicada nos treinamentos extensionistas era eminentemente liberal e teve como princípio o desenvolvimento de uma mentalidade individual, nos termos da Extensão: “estudo do indivíduo com vontade própria”; o “homem como uma individualidade”; “aspectos peculiares ao homem do meio rural” (CETREC, s.d, p. 04). O foco era o estudo da mentalidade dos rurícolas, para isso consideraram a psicologia genética, a diferencial e ainda a social. Partindo dessas tendências da psicologia, a Extensão pretendia transpor o mundo rural pois, na sua avaliação, a mentalidade predominante no campo era mais “estreita” e “intransigente” que a cidadina (CETREC, s.d).

Como a Extensão optou pelos trabalhos em grupos para o desenvolvimento das comunidades rurais e para atingir um público maior, e pela “aglutinação de indivíduos possuidores de maiores semelhanças”, o lema, “homogenize sempre que possível o grupo a ser envolvido na aprendizagem” (CETREC, s.d, p.11) demonstrou que a Extensão procurou estabelecer a padronização produtiva no campo, dando sequência a uma prática mecanicista relacionada ao sistema taylorista e fordista. Para ampliar o capitalismo no campo era preciso disputar espaços, criar a confiança dos produtores rurais e usar a psicologia como mecanismo

de doutrinação capitalista extraescolar em contraponto aos conhecimentos historicamente sistematizados.

(...) É fundamental a necessidade do conhecimento psicológico do adulto, não somente na modalidade de educação escolar (Exemplo: Campanha Nacional de educação de Adultos), mas principalmente, quando se trata de formas de educação fundamental chamada também educação de Base. Os problemas da educação de base estão preocupando todos os países, pois é ela que representa o trabalho sistematizado, seletivo e orientador, pelo qual os indivíduos se ajustam à vida, de acordo com as necessidades, ideais e propósitos dominantes (CETREC, s.d, p. 07).

O trecho acima evidencia que a concepção de mundo hegemônica, baseada em uma visão universalista, pretendeu obter o consenso no meio rural, convertendo-o em senso comum. Ao criticarem os conhecimentos sistematizados automaticamente combatiam um modelo de educação que priorizava um saber coerente, original, ativo, articulado e histórico, imprescindível na construção das condições necessárias para a emancipação humana.

(...) a concepção dominante (hegemônica) atua sobre a mentalidade popular articulando-a em torno dos interesses dominantes e impedindo ao mesmo tempo a expressão elaborada dos interesses populares, que concorre para inviabilizar a organização das camadas subalternas enquanto classe. O senso comum é, pois, contraditório, dado que se constitui, num amálgama integrado por elementos implícitos na prática transformadora do homem de massa e por elementos superficialmente explícitos caracterizados por conceitos herdados da tradição ou veiculados pela concepção hegemônica e acolhidos sem crítica (SAVIANI, 1996, p. 03).

A psicologia aplicada na formação do trabalho extensionista no meio rural visava garantir habilidades para compreender a mentalidade dos médios e pequenos proprietários, especialmente sobre aqueles que resistiram às mudanças culturais propostas pela Extensão Rural. A análise sobre o comportamento do agricultor ofereceu indicativos para o estabelecimento de contato, aproximação e aceitação das práticas difundidas. As ações da Extensão foram organizadas tendo em vista o interesse de inviabilizar a possibilidade de organização das camadas exploradas. A fonte analisada a seguir demonstrou que, para a classe dominante, a autonomia dos agricultores representou uma ameaça aos interesses de direção e controle da burguesia,

e. Vive em isolamento social. O fato de normalmente viver isolado, já que na maioria do Brasil, as comunidades rurais são do tipo dispersivo (um núcleo central e as unidades agrícolas dispersam pela área da influência do núcleo

central), cria no adulto rural uma atitude de espírito que caminha facilmente entre os extremos. É vulgar encontrarmos em certos meios rurais uma alta dose de superstição e de fanatismo, contrastando com o desenvolvimento acentuado do instinto de combatividade, de agressividade e até de banditismo. A solidão, a incerteza da vida dentro de um ambiente incerto, as injustiças, o ódio de famílias e de grupos (políticos, religiosos, etc.), e a propensão à misticidade, são causas dos extremos que podem atingir a mentalidade no meio rural. O ‘beato’ e o ‘cangaceiro’ são produto do mesmo ambiente natural e do mesmo meio social (CETREC, s.d, p. 06).

Indiscutível o interesse de direção da agência de Extensão Rural. A autonomia dos produtores rurais significou um risco para a construção da hegemonia capitalista. Essas concepções de mundo enviesadas sobre o modo de vida no campo, difundidas nos treinamentos de extensionistas rurais, procuraram cimentar e unificar o bloco social e ocultar as contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção.

(...) confere às ideologias uma validade psicológica, enquanto ‘superestrutura necessária de uma determinada estrutura’, vez que elas ‘organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.’ Desta ideologia, de significado mais alto, ele distingue aquelas ‘ideologias arbitrárias, racionalistas,’ que não criam senão movimentos individuais – embora até elas sejam úteis, na medida em que ‘funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma’ (GRAMSCI *apud* AMMANN, 2003, p. 21).

A psicologia aplicada nos treinamentos extensionistas apresentou papel ideológico, tendo em vista a organização e influência sobre as massas. Ao criticar movimentos sociais e as resistências no campo contrapunham-se as organizações dos insubmissos do campo, os quais tinham plena consciência sobre os mecanismos de exploração e expropriações via endividamento, hipoteca e penhora. Enquanto isso, a classe dominante, tentando justificar o seu esmagamento historicamente marcado pela força, apresentara-os como atrasados, anti-higiênicos, fanáticos, agressivos, bandidos e até mesmo perigosos. Nesse sentido, eliminar situações que não colaborassem com a “evolução”, “modernização” e “progresso social” fizeram parte das medidas higienistas da Extensão Rural.

Outros problemas identificados pela Extensão no campo que poderiam interferir no processo de difusão do capitalismo, apresentam-se a seguir: a pouca interação mental dos grupos; ampla confiança em si; desinteresse pela moda, influência externa, alto grau de lealdade familiar e desconfiança em relação aos estranhos.

d. O hábito de ver no alienígena um inimigo em perspectiva, ainda é muito corrente em alguns centros rurais. Dificilmente o rurícola recebe, imediatamente em sua casa, alguém que não seja, pelo menos conhecido de um conhecido seu. Os amigos, esses sim, são tratados com toda a sinceridade de que é capaz a tradicional hospitalidade do homem do campo. Entre os fatores responsáveis por esta desconfiança, pode-se citar o isolamento em que vive o homem rural, a existência de malfeitores ou ludibriadores, a divulgação de fatos acontecidos contra a propriedade (roubos), honra, etc (CETREC, s.d, p. 05-06).

Os conhecimentos sobre a psicologia do adulto rural foram orientadores para a seleção e aplicação de métodos para promover aproximações com as populações rurais e estabelecimento de confiança, sendo alguns deles o trabalho em grupo, organização das comunidades, a criação de redes de influências por meio da demonstração de resultados e aplicação de crédito rural supervisionado, realização de reuniões, recreações, organização de clubes adultos e de jovens, cartas, chamadas telefônicas, cartaz, rádio, entre outras modalidades difusionistas.

Como o objetivo era alcançar o maior número de pessoas para convencê-los, tendo em vista a adoção de uma prática, nos treinamentos extensionistas eram ministrados ensinamentos sobre as características psicológicas dos adultos e a sua capacidade de aprendizagem. O Centro de Treinamento de Campinas elencou uma série de problemas que deveriam ser conhecidos para não afastar os adultos rurais das práticas propagadas. Na avaliação da Extensão, os motivos que levavam ao afastamento de determinados sujeitos dos trabalhos em grupos consistia na tentativa de ocultar as deficiências, ou seja, a dificuldade em se adaptar no trabalho em grupo pelo medo de errar, pelo receio perante os outros de não conhecer o que é ensinado, a dificuldade de desprender da timidez e/ou suscetibilidade emocional.

Segundo o mesmo relatório, o elevado grau de suscetibilidade gera o temor ao se submeter ao ridículo e, no adulto rural, predominava a tendência de repetir as ações que produzem prazer e evitar aquelas que desagradam. A perda de interesse e recusa de cooperação, na visão dos agentes, poderia ser resultado da submissão a situações desagradáveis, já os resultados agradáveis propiciariam o desenvolvimento de atitudes desejáveis, a fixação de habilidades, a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento do sentido de segurança ao notarem que aprenderam uma prática, perceberem que aprendem e a real possibilidade de fazer as coisas bem-feitas (CETREC, s.d).

Os extensionistas eram instruídos a recompensarem os adultos rurais por meio do reconhecimento de uma prática realizada, mesmo que não tivesse alcançado o êxito suficiente, caso contrário poderia desanimar e/ou até desconfiar das práticas extensionistas.

O adulto que vai a uma reunião ou solicita um ensinamento individual, está fazendo isso com o propósito de educar-se ou conseguir alguma solução para seus problemas econômicos e sociais. Para ter certeza de que está realizando seu objetivo, necessita verificar seu progresso. Se este não é evidente, poderá desanimar. É natural que isto aconteça a pessoas que tiveram dificuldades de tomar a resolução de aprender e que desconfiam de suas habilidades. Cada erro ou fracasso parcial deve receber reconhecimento suficiente, para que sirva de recompensa, uma vez que isto é essencial, a fim de que possa obter segurança e confiança (CETREC, s.d, p. 13).

É clara a teoria comportamental de estímulo resposta de Edward L. Thorndike. Nesta tendência teórica, o objetivo dos difusionistas era produzir mudanças desejáveis e impedir aquelas indesejáveis pela produção e prevenção de respostas. Quanto maior incentivo, melhor a receptividade, aceitação e confiança do adulto rural em relação às práticas extensionistas. Ao extensionista cabia a responsabilidade de ajustar os diferentes graus de disposição das pessoas atendidas pelo programa, tendo em vista a preparação desejada. Segundo o Centro de Treinamento de Campinas (CETREC, s.d, p. 15):<sup>62</sup>

#### Princípios psicológicos da educação de adultos

O educador de adultos necessita estar amplamente familiarizado com as características de quem educa, e a base delas poderá determinar o método a ser usado com determinado grupo. Temos falado bastante sobre grupos, mas não podemos nos esquecer de que tudo que se refere aos adultos implica nos mesmos como indivíduos que são e não somente quando estão agrupados para determinadas finalidades. Em nosso trabalho diário como técnicos e educadores, estaremos em contato com os adultos individualmente ou em grupos e neste caso, teremos necessidade de conhecer o máximo a respeito dos mesmos, a fim de que possamos ter êxito em nossos programas. Portanto, tudo aquilo que diz respeito à educação de adultos, refere-se aos ensinamentos transmitidos através de método individual ou grupal.

O estabelecimento da aproximação e confiança eram a base para a execução das práticas extensionistas e adesão voluntária dos produtores rurais aos princípios ideológicos do projeto de difusão da cultura capitalista. Importante lembrar que os agentes extensionistas foram efetivos organizadores das vontades e das ações coletivas, essenciais para a organização e manutenção da hegemonia burguesa. Chamam a atenção os métodos da extensão para tornarem o plano da modernização conservador atrativo e interessante aos adultos rurais,

<sup>62</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

### Princípio da luta e competição

Uma boa forma de captar a atenção das pessoas para determinado assunto, consiste em dar a este, um espírito de luta ou competição. Se esse espírito se mantém ao largo de toda a empresa, será possível conseguir manter o interesse vivo. Os elementos de competição sempre possuem uma atração capaz de produzir certo prazer. É necessário que se desenvolva esse espírito de competição entre os adultos, sempre que norteados por bons propósitos (CETREC, s.d, p. 20).<sup>63</sup>

A expectativa da Extensão era testar vários métodos e experimentar diferentes recursos para conseguir a adesão dos adultos. O princípio de luta e competição foi um dos instrumentos para ocultar os reais interesses relacionados ao processo de modernização. O estímulo à competição fez parte dos mecanismos usados pelas agências de extensão, a fim de que agricultores e agricultoras adquirissem o pacote tecnológico e aderissem aos planos de crédito. Essa ferramenta tinha em vista o reforço de uma construção psicossocial, cuja conduta produzida, no caso da competitividade, serviu como mola propulsora da propagação do capitalismo no campo e submissão voluntária ao capital. Trata-se de uma falsa experiência social necessária para a reprodução da estrutura social desigual. O caráter destrutivo da competição em relação à vida foi encoberto, uma vez que para “melhorar de vida” nessa concepção não se deveria pensar no outro, logo, não questionar a própria vida nessa realidade social, apenas lutar pela sobrevivência.

O princípio de luta, de Alfred Muller, estava fundamentado na teoria da seleção natural de Darwin (1809-1882) em que só os mais bem adaptados sobrevivem (CANIATO; RODRIGUES, 2012). A noção de luta e competição foi perversamente utilizada como arma ideológica pela Extensão, dando legitimidade à segregação na comunidade. Ideologicamente, os princípios de luta e competição naturalizaram discursos em que esses princípios eram necessários para a “evolução” das comunidades rurais, já que apenas os equipados tecnologicamente conseguiriam se manter e se desenvolver no campo, logo, melhorar de vida.

A eugenia corresponde a uma característica fascistizante naturalizada e legitimada por meio do estímulo à competição e conflito. O fascismo é o extremo onde a competição pode chegar, uma vez que induz a superação do outro, assim os mais “fracos” e não adaptados devem ser excluídos e exterminados (CANIATO; RODRIGUES, 2012). Trata-se de uma concepção presente nos referenciais das agências de Extensão acerca dos países periféricos em que a predominância de altas taxas de analfabetismo requeria, na avaliação do

---

<sup>63</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

empreendimento extensionista, determinados métodos ditos “avançados” e “científicos” para a propagação do capitalismo.

O capital impõe a luta pela sobrevivência individual em uma sociedade em que estão garantidas as bases materiais para a sobrevivência de todos, porém nem todos usufruem desses mesmos bens materiais produzidos. A classe burguesa é quem se apropria do trabalho da classe trabalhadora e acumula capital. Para manter inalterada a realidade da exploração da classe trabalhadora a burguesia, por meio de concepções de mundo dotadas de ideologias propagadas pelos intelectuais orgânicos, contou com métodos difusionistas tendo em vista manter os trabalhadores em uma situação de exploração, eximindo-se da responsabilidade pela condição precarizada de vida da classe trabalhadora (CANIATO; RODRIGUES, 2012).

A ideologia é um dos mecanismos para ocultar a realidade da exploração e expropriação, então, estimular a competição e a luta entre os membros da classe trabalhadora exime a burguesia e sua rede de intelectuais da responsabilidade pelos problemas gerados pelo sistema de produção capitalista. Estes são fervorosos defensores desse sistema produtivo e para tanto, usaram historicamente todos os mecanismos e armas para seus privilégios.

Nas regiões em que predominaram amplas taxas de analfabetismo, a Extensão compreendia que nesses casos era necessário aplicar metodologias e instrumentos que pudessem alcançar essas pessoas e influenciá-las. Portanto, a demonstração de resultados consistiu em um meio de estímulo e incentivo.

No adulto rural, principalmente em países com alta incidência de analfabetismo, dificuldades de meios de comunicação e agricultura em distinto estágio de desenvolvimento, a aprendizagem é grandemente influenciada pela imitação. A imitação instintiva, onde a capacidade de aprendizagem depende muito da sensorial, é uma das razões para que se afirme ser o método demonstrativo (ver, ouvir, cheirar, provar, sentir), o que representa melhores resultados no trabalho de educação tecnológica do adulto rural (CETREC, s.d, p. 22).<sup>64</sup>

No relatório de atividades do Centro de Treinamento Extensionista de Campinas – CETREC, observam-se que as etapas para a introdução do capitalismo no campo consistiram no conhecimento inicial, aceitação como ideia, aceitação em base experimental e adoção da prática. A psicologia era a base para o conhecimento total do comportamento dos produtores rurais e importante fonte de convencimento e adaptação da agricultura nos circuitos do capital. Entre os principais referenciais que fundamentaram o treinamento extensionista em psicologia, destacam-se: Irving Lorge e Edward L. Thorndike – Teoria comportamental;

---

<sup>64</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.



ROSLOW, Sidney e WEAVER, Gilbert G – Psicologia para professores do ensino industrial; CBAI – Biblioteca do Ensino Industrial, série B. nº6 – vol 4 – 1949 – 230 p.; e NUELLER, ALFRED – Principles and methods in Adult Education; Prentice Hall Inc. – New York, 1937 – 428 p.; CBAI – diversos – Leituras de psicologia; CBAI – 2º Edição – 1955, 168 p.; BOLLINGER, Elroy W. e Levingstone Helen – Metodologia do Ensino Industrial-CBAI – Biblioteca do Ensino Industrial, série B, nº 6 – 1950 – 170 pgs, dentre outros (CETREC, s.d).<sup>65</sup>

Grande parte desta literatura é proveniente da influência dos métodos aplicados na indústria e utilizados nos treinamentos dos extensionistas rurais. Importante lembrar que, como foi discutido no segundo capítulo, os métodos de formação extensionistas são provenientes dos Quatro Passos de Charles Allen, que se desdobraram no TWI. Em 1952, a CBAI implementou no Brasil o Training Within Industry (TWI).

A CBAI foi um empreendimento do Ponto IV, oriundo da “Doutrina Truman”, que previu ações voltadas para o aprimoramento da educação profissional, entendida como a abertura para o progresso e ao desenvolvimento superando antigos modelos que, posteriormente, daria origem ao taylorismo e ao fordismo. A CBAI teve como objetivo a formação de professores (PROHMANN, 2016). É possível observar a adaptação desse modelo no extensionismo rural, a partir das etapas apresentados abaixo, direcionado para o alcance das massas no meio agrário.

#### Correlação entre as etapas e os métodos

1. Métodos de alcance MASSAL e a 1º etapa: CONHECIMENTO INICIAL – métodos de alcance massal podem ter grande influência na 1º etapa. Portanto, para conhecimento inicial, o Rádio, o cartaz, o cinema, etc, podem com maior eficiência levar aquele conhecimento a um maior número de pessoas.
2. Métodos de alcance GRUPAL e as etapas: ACEITAÇÃO COMO IDÉIAS E ACEITAÇÃO EM BASE EXPERIMENTAL.  
- os métodos de alcance grupal irão preponderar entre os outros – quando se deseja transformar aquele conhecimento inicial como um boa ideia ou mesmo aceitação já em base experimental.
3. Métodos de alcance INDIVIDUAL e as etapas: ACEITAÇÃO COMO IDÉIA e ACEITAÇÃO EM BASE EXPERIMENTAL.  
- os métodos de alcance individual terão valor em todas as etapas, todavia, devido ao seu pequeno alcance devem ter seu principal uso na ACEITAÇÃO EM BASE EXPERIMENTAL, afim de que a tecnologia levada tenha êxito e passe a ser ADOTADA.
4. Os métodos e a etapa de ADOÇÃO = uma vez adotada uma prática por agricultores, é necessário que a mesma seja divulgada, com a argumentação de sua aplicabilidade local. Para isto, deve-se usar, de acordo com a

<sup>65</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

realidade local e as possibilidades, todos os métodos possíveis (alcance individual, grupal e massal) (CETREC, s.d, p.02-03).<sup>66</sup>

A pedagogia extensionista usou vários parâmetros metodológicos do CBAI<sup>67</sup> e este, por sua vez, embasou-se no sistema TWI, tendo em vista a difusão e aplicação do pacote tecnológico no Brasil. Embora a Extensão ressaltasse a importância do seu papel “educativo” para promover o consenso no campo é fato que nada de “educativo” existiu nas suas ações. A Extensão foi uma política pública para a adaptação<sup>68</sup> do homem à máquina cujo “sistema educacional” deveria se assemelhar à racionalidade das fábricas. E, para ocorrer essa adaptação, a Extensão recorreu à psicologia para ampliar o horizonte de conhecimentos sobre as etapas do desenvolvimento humano, adaptando as metodologias específicas para cada fase de desenvolvimento. O papel da psicologia no campo da extensão foi apresentar instrumentos para adaptar os sujeitos em uma realidade inadaptável.

#### 4.6 “UM FREGUÊS SATISFEITO É A MELHOR PROPAGANDA”: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DOS ADULTOS

Para atender as demandas do capitalismo monopolista a Extensão Rural submeteu os trabalhadores rurais às normas do processo científico, uma vez que eram apresentados como “neutros”, racionais e seguros para o alcance do progresso técnico e social. Consoante Monarcha (1981 *apud* PROHMANN, 2016, p. 28) a ciência sociológica e a psicologia experimental foram suportes epistemológicos do projeto de modernização conservadora, pois procuravam desmistificar o pensamento ideológico distinguindo os conhecimentos necessários relacionados à “tecnificação da agricultura”, dos tabus, superstições, paixões e mitos.

Nesse processo, para a Extensão era insuficiente considerar o homem como um ser apenas econômico, ou dotado de psiquê, mas como um ser social e cultural. Essas identificações e qualificações podem ser explicadas em função do contexto da guerra-fria em que a agricultura de subsistência se transformou em uma ameaça em meio à difusão da ideologia socialista.

O impacto da revolução industrial foi no sentido de considerar o homem exclusivamente como ‘um ser econômico’ entre os demais fatores da produção. Com as consequências absurdas desta maneira unilateral de

<sup>66</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>67</sup> Taylorismo fordismo; TWI, Quatro Passos de Allen, teoria do capital humano.

<sup>68</sup> Neste ponto é feita referência ao darwinismo social.

encarar o homem começou aparecer ideias que não nos compete analisar, defender ou refutar de que o homem antes de ser econômico é um ‘animal social’ e como tal deve ser considerado. Esta modificação que se iniciou há bastante tempo e cada dia mais se desenvolve, materializada não somente nas questões sociais da época presente, como também, nas formas de governo, etc.

(...)

Os agricultores que praticam uma ‘agricultura de subsistência’ não podem ser encarados pelas normas econômicas aplicadas aos negócios agrícolas, pois, estariam excluídos de qualquer programa de assistência financeira. Mas, estes agricultores constituem parcela importante da população rural da maioria dos países, principalmente naqueles menos desenvolvidos economicamente (CETI, s.d, p. 29).<sup>69</sup>

A sociologia rural incumbiu-se do ajustamento das ações individuais e coletivas no meio rural às mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas requeridas pelo processo de desenvolvimento do Capitalismo. Sob a ótica capitalista, o capital representou fator essencial e, ao mesmo tempo, limitante. A sua falta não permitiria alcançar os resultados desejados, porém o incremento de renda dependeu de conhecimentos de como utilizar, aplicar e investir. Como resultado desse processo, parcela considerável da força de trabalho que a indústria necessitou foi oriunda das pequenas propriedades, dos excluídos do processo de modernização agrícola.

Como metodologia de trabalho no campo, a sociologia rural passou a tomar a comunidade como unidade da vida social e essas experiências envolvendo a organização das comunidades desenvolveram-se no Brasil, tendo em vista a atuação do Serviço Social Rural (SSR),<sup>70</sup> conjuntamente com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), senão vejamos:

Simetricamente, passa a difundir-se o Serviço Social Rural (SSR), após a formação de seu quadro de pessoal e encampação de várias experiências de Desenvolvimento de Comunidade, em 1959. Em junho de 1960 aquele órgão firma convênio com o Ponto IV no sentido de ‘incentivar e assistir as instituições educacionais brasileiras no treinamento de professores de ciências sociais, pesquisadores sociais e técnicos em Desenvolvimento de Comunidade rurais, bem como colaborar com os órgãos do Governo na realização de cursos intensivos para a formação de pessoal qualificado para orientar programas de desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais do país’. O primeiro resultado desse convênio é o ‘Seminário Nacional sobre as

<sup>69</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>70</sup> Segundo Sonia Regina Mendonça (2007, p. 51) – “Implantado em 1953 e extinto às vésperas do golpe militar de 1964, o Serviço Social Rural tinha como uma de suas preocupações básicas a difusão do associativismo rural, em clara continuidade com as políticas ensaiadas pelo Ministério da Agricultura desde a década de 1930. A grande questão era fomentar o ‘espírito associativo’ junto às ‘populações rurais’, mediante a atuação de técnicos especializados na promoção do ‘bem-estar’ social do homem do campo”.

ciências sociais e o Desenvolvimento de Comunidade rural no Brasil' realizado no Rio, em julho do mesmo ano, sob a orientação de um grupo de técnicos do Ponto IV (AMMANN, 2003, p. 62).

A SSR foi uma instância educativa de divulgação e propaganda que se integrou aos programas “humanitários”, criado após da fundação do ETA, em 1955, inspirado nas experiências estadunidenses (MENDONÇA, 2007) cujo objetivo era incorporar as massas de trabalhadores do campo ao mercado, ao lucro, ou seja, expandir o capitalismo no campo. O SSR pretendeu fundamentar os extensionistas nas ciências sociais e articulou-se com demais serviços no meio rural brasileiro. Um dos fundamentos do SSR, além da organização das comunidades rurais em associações, foi o interesse em identificar, conhecer, analisar problemas e buscar a resolução para eles via órgãos locais (AMMANN, 2003).

Embora o trabalho com as comunidades rurais tenha se constituído em um empreendimento para o aproveitamento mais intensivo da força de trabalho e do tempo, pretendeu desenvolver nos sujeitos a necessidade de mudança, razões, vontades e motivos que estimulasse os produtores rurais a quererem mudar. A adesão espontânea requereu o trabalho não só de desenvolvimento de comunidades rurais, mas também a persuasão das famílias do campo.

A base material da ação educativa da Extensão era a empresa familiar. A família rural era a unidade sociológica sobre a qual os projetos de ensinar a ‘ajudar a si mesmos’ (e por isso eram entendidos como democráticos) deveriam surtir efeitos. O importante era persuadir cada um dos componentes familiares – o chefe da família (o agricultor), a dona de casa e os filhos – a usarem recursos técnicos na produção para conseguirem uma maior produção e conseqüentemente o bem-estar social. A sociedade parecia estar formada de pequenos núcleos sociais cuja base era a família (FONSECA, 1985, p. 91).

Na primeira fase de atuação da Extensão Rural, o objetivo principal consistiu na aplicação de métodos para influenciar à maior quantidade de famílias com a mais intensa frequência possível para promover a aceitação das práticas direcionadas por meio do “difusionismo inovador”, mas também modificar concepções de mundo e trocas de comportamentos para despertar ações e interesses dos agricultores.

Nesse sentido, a imitação e a sociabilidade relacionadas à formação de lideranças foram estimuladas para servirem de exemplos a serem seguidos pelos produtores rurais. “A influência da multidão mais a curiosidade consegue atenção e interesse da pessoa”, ou ainda, “a imitação inteligente fortalece ou impede a ação de grupo, através de seguidores bem

informados. A imitação estabelece o uso do costume” (CETREISUL, 1962, s.p).<sup>71</sup> O método de trabalho em grupo da sociologia rural nos treinamentos extensionistas envolvia noções sobre a importância da socialização para promover a influência no grupo e a cooperação para a eliminação de resistências e enfrentamentos contra o programa de expansão capitalista.

O trabalho de persuasão foi realizado por meio de atividades como demonstração de resultados, campanhas, organização de reuniões e trabalhos em grupos comunitários, organização de clubes, preparação de lideranças, dentre outros métodos de tipo coletivo para a transmissão de conhecimentos técnicos, de higiene e saúde, problemas de produção, organização e mudanças sociais. Entre as categorias motivacionais destacadas pela Extensão que propiciam ações e mudanças, citam-se as seguintes:

- a. Desejo de segurança econômica, social, psicológica e cultural – Em se tratando de trabalho com empresários rurais é bom ter sempre em mente que a sua atividade é um ‘negócio’. Se aquilo que vamos ensinar não tem valor econômico é preferível que não se ensine.
- b. Desejo de novas experiências, tais como de aventuras, novas ideias, novos amigos, etc.
- c. Desejo de afeto, tais como o companheirismo e vontade de formar parte de um grupo.
- d. Desejo de reconhecimento, tais como de ter prestígio, lograr êxito, ser sempre o primeiro.

Para a extensão, as motivações dos produtores rurais refletem aspectos socioculturais de uma determinada sociedade, já os incentivos eram provenientes de fatores externos, por isso, manipuláveis. Recompensas e prêmios eram mecanismos de estímulo que a extensão lançou mão para vender uma ideia, modificar costumes, hábitos, valores e práticas no campo.

Irwing Lorge, teórico citado no relatório de treinamento extensionista, indicou as principais classes de incentivos e motivos que pudessem colaborar com o processo de modernização conservadora:

- a. aqueles que a gente deseja ganhar, como por exemplo: dinheiro, popularidade, comodidade, seguridade na velhice, posição social e prestígio.
- b. aqueles que a gente deseja ser. Entre estes podemos citar bons pais, influentes, sociáveis, hospitaleiros e eficientes.
- c. aqueles que a gente deseja fazer, tais como expressar opinião, satisfazer curiosidades, apreciar o belo, resistir ao domínio dos outros e economizar (CETREC, s.p, p. 28).<sup>72</sup>

<sup>71</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>72</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

Era obrigatório ao extensionista saber sobre esses incentivos e motivos para transmitir aos agricultores meios de satisfazê-los. As metodologias de trabalho no campo cumpriam essa função motivacional no sentido de despertar o interesse e para, aos poucos, adaptá-los aos interesses permanentes da modernização conservadora. A motivação individual assegurava a possibilidade de êxito no processo de difusão dos preceitos do projeto. Desde o prestígio social ao interesse em aprender algo novo e diferente eram elementos em evidência nos planos da Extensão.

Abaixo segue uma lista de outros desejos incentivados pela Extensão para estimular nos produtores rurais o desejo de consumo, de modernizar a produção e aderir ao sistema de crédito.

Figura 11 – Estratégias da Extensão Rural para a cooptação de produtores rurais

- |  |   |
|--|---|
| 1. Economia                              | 12. Gregarismo                          |
| 2. Amor aos filhos                       | 13. Asseio e limpeza                    |
| 3. Saúde                                 | 14. Imitação                            |
| 4. Projeção individual                   | 15. Curiosidade                         |
| 5. Atração do sexo                       | 16. Espírito construtivo                |
| 6. Prazer - recreação                    | 17. Eficiência                          |
| 7. Conforto                              | 18. Competição-conquista e vitória      |
| 8. Posse-riqueza                         | 19. Simpatia e proteção dos mais fracos |
| 9. Ambição                               | 20. Aventuras                           |
| 10. Aprovação dos outros - estima social | 21. Humor e graça                       |
| 11. Vaidade em aparecer                  | 22. Cooperação.                         |

FONTE: CETREC, s/d, p. 35. Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

Por trás desse trabalho de persuasão existem dados importantes para a compreensão dos conteúdos das concepções e ações apresentadas aos extensionistas rurais como, por exemplo, das concepções voltadas para o estabelecimento de padrões de produtividade e educacional.

Com o desenvolvimento do programa em uma região ou área, é possível estabelecer ‘padrões’ de capacitação em função das características locais. Aquelas famílias que não apresentassem progressos em relação a estes ‘padrões’ seriam eliminadas do programa, caso as causas decorressem da incapacidade de sua capacitação (CETI, s.d, p. 36).<sup>73</sup>

<sup>73</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

Os conhecimentos técnicos foram considerados pela Extensão tão válidos quanto os trabalhos sociais. No entanto, tratou-se de um trabalho social fundamentalmente direcionado à produção e ao consumo. A propriedade e o lar eram entendidos como uma unidade de vida e de renda e para ser efetivo o progresso econômico era necessário o progresso social. Os treinamentos extensionistas e suas ações foram extremamente excludentes, embora se apresentassem como responsáveis por promover a modernização no campo e levar progresso tanto social quanto técnico. O não enquadramento nos requisitos exigidos pela Extensão repercutiu na exclusão de famílias rurais do programa, bem como nos circuitos do capital. Ensinar as famílias rurais a extraírem o máximo de lucratividade da propriedade e impulsionar os ganhos de capital por parte dos grandes empresários, apresentando o discurso de “melhoria da qualidade de vida das famílias rurais”, dissimulava a existência das contradições inerentes à sociedade capitalista.

O discurso da Extensão Rural, nos treinamentos dos extensionistas voltados para o aprimoramento do conhecimentos sociológico sobre a realidade rural brasileira, levou a entender que a situação de precariedade no campo, desuniformidade, o medo/terror, a superstição, tradicionalismo, falta de evolução cultural e imobilismo impediam e/ou dificultavam alcançar o melhoramento desejado pela Extensão e a melhoria das condições de vida (CETI, s.d). No entanto, esses eram discursos que ocultavam os efeitos reais dos problemas vividos no campo; camuflavam ainda a origem da divisão social e justificavam a dominação e a exploração a partir da ignorância, falta de educação e marginalidade técnico-científicas da sociedade rural (FONSECA, 1985).

Desta feita os saberes da sociologia rural apresentaram um direcionamento de classe, embora de modo sutil e encoberto por um teor de erudição técnico-científico. As concepções que surgiram como desdobramento do próprio desenvolvimento do capitalismo negaram o desenvolvimento das diversas culturas locais, criaram uma constelação ideológica na qual os povos do campo nos países periféricos foram analisados a partir dos padrões dos países centrais, dominantes e imperialistas.

#### 4.7 TREINAMENTO DE LIDERANÇAS: VÍNCULOS E COOPTAÇÃO DE LÍDERES RURAIS PARA A COESÃO DE GRUPO E CONTROLE DAS RESISTÊNCIAS NO CAMPO

“No mundo que atravessa  
valerosos processos de adaptação cabe ao líder genuíno o papel

de mudar e estabilizar as mudanças” (CETREISUL, 1962, s.p).<sup>74</sup>

“Liderança é o tipo de atividade que nos leva a cooperar num objetivo comum que julgamos desejável”.

“Liderança é um fenômeno dinâmico e condicionado a situação social total. São os grupos sociais, a família, a sociedade, a cultura, etc. que preparam a liderança” (CETREISUL, 1961, s.p).<sup>75</sup>

O treinamento de líderes na América Latina envolveu interesses e ações das agências estadunidenses, em especial da Fundação Rockefeller, em influenciar a opinião pública, apresentando tendências de personalização e preparação dos indivíduos para assegurar o consenso e a subordinação no campo. Entre as maneiras usadas para manter a expansão do capitalismo, têm-se a persuasão e treinamento de lideranças, os treinamentos sobre metodologias de indução, organização de treinamentos de programas, o treinamento em uma organização em rápida expansão, a formação de supervisores e também de relações de trabalho, dentre outros. O modelo de liderança que deveria ser seguido era dos EUA, enquanto cresciam as tentativas de impedimento e sufocamento dos processos revolucionários na América Latina (MOURA, 1980).

Segundo o relatório do Centro de treinamento extensionista de Campinas (CETREC, s.d, p. 15)<sup>76</sup>:

A Extensão, para se estabelecer como Serviço, deve vencer o grande obstáculo representado pela escassez quase absoluta de pessoal habilitado. O fato desta ciência aplicada não fazer parte do ‘currículo’ das Escolas Superiores de Agricultura e Economia Doméstica, tem, como consequência, como dissemos no início, um desconhecimento completo do que ela seja, quais os seus objetivos e métodos de trabalho. Ora, sendo evidente que ninguém pode desempenhar satisfatoriamente uma tarefa sem estar devidamente habilitado, a Extensão deve inicialmente procurar habilitar seu pessoal, tanto de execução, como de direção, para depois se firmar como Serviço e se expandir. Daí, nos países em que o trabalho é iniciado, a preocupação dos seus dirigentes em treinar o pessoal que vai aplicar e futuramente dirigir a Extensão. Não se pode importar técnicos para fazer aplicação direta do programa, pois a tarefa educacional exige integração total dos extensionistas com o meio em que eles atuam. Dificuldades culturais, tais como língua, hábitos, crenças e convicções, etc., quase sempre impedem que alienígenas se integrem e compreendam perfeitamente o meio. A importação de técnicas deve ser feita apenas para habilitar os nacionais na execução da tarefa extensionista. Esta não pode ser feita empiricamente, como é crença geral, para toda ideia nova, em todos os tempos.

<sup>74</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>75</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>76</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.



Pelas dificuldades de importar instrutores para realizar no país o trabalho de persuasão, chamado de educativo, as agências estadunidenses envolvidas com o empreendimento extensionista procuraram formar quadros de lideranças locais para facilitar o convencimento das famílias rurais. Lembrando que muitos produtores rurais que desenvolviam o trabalho familiar no campo eram avessos e desconfiados em relação as pessoas que não faziam parte do círculo social da comunidade. Para atingir essas pessoas, vários quadros de lideranças foram formados nos cursos de pré-serviços. Nos anos de 1960, alguns habilitados em ciências agrárias ou veterinária, outros, porém sem formação superior foram contratados pela Extensão para atuarem como condutores do expansionismo da modernização no campo.

Segundo Silva (2009, p.69) Rockefeller difundiu a seguinte mensagem: “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”. Tratou-se de um princípio ideológico baseado no “aprender fazendo”. Essas concepções liberais fizeram parte dos treinamentos extensionistas em que se difundiram ideias que as pessoas poderiam alcançar estágios de desenvolvimento sem a ajuda paternalista do Estado, dependendo do sucesso do esforço e da dedicação de cada membro da família. Ao mesmo tempo, como exposto ao longo da tese, foi montado todo um empreendimento de teor político – ideológico para evitar que as massas se rebelassem contra o sistema.

Os extensionistas foram treinados para difundirem aos produtores rurais concepções de que eles poderiam se tornar “líderes de si mesmos” e coadjuvantes do programa de “cooperação técnica”,<sup>77</sup> o que era menos oneroso ao sistema e até mesmo um mecanismo para a continuidade e permanência da cultura, dos valores e ideias capitalistas naturalizados, ou seja, agora apresentados como imanentes e produto da natureza humana. O Centro de Treinamento Extensionista de Campinas (CETREC, s.d, p. 03)<sup>78</sup> assim assegura:

O extensionista é um líder representativo que fará melhor o seu trabalho, quanto maior for a sua capacidade de liderança. Ele é um ‘agente’ de mudanças socio-culturais inclusive tecnológicas, que poderá ‘acelerar’ o processo em razão diretamente proporcional à sua capacidade de liderança.

O papel dos extensionistas era formar outros líderes, os locais, os quais atuavam como incentivadores e eram escolhidos pelos extensionistas e economistas domésticas, bem como pela comunidade local. Na concepção de Ribeiro (2000, p. 181) “o extensionista deve ser aquela pessoa que seduz, persuade, exala charme, anima e sabe jogar com as aparências, pois

---

<sup>77</sup> Vários autores discutiram essa temática, acrescentamos alguns deles: (GOMES, 2019); (OLIVEIRA, 2017).

<sup>78</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

a sociedade é um lugar onde a aparência triunfa”. Normalmente, os líderes locais eram pessoas influentes na comunidade, com capacidade de comunicação, convicção, coragem, prestatividade e esse perfil recaía normalmente sobre professores, padres, proprietários rurais, fazendeiros bem-sucedidos, bem como sindicalistas. Eram pessoas com papéis de destaque na sociedade e poderiam ser potenciais influentes para a propagação das atividades da Extensão. Organizavam demonstrações de resultados, clubes de jovens e em muitos momentos assumiram a responsabilidade de organizar as atividades quando os extensionistas rurais não estavam presentes nas comunidades rurais.

Uma liderança se constrói com ingredientes insubstituíveis. O mais importante é fazer-se crer. Não somente os líderes carismáticos, arreatadores, condutores de legiões, são os que precisam instilar confiança. Também os líderes serenos, como os extensionistas, que se impõem por uma inquestionável ascendência de capacidade, precisam ser respeitados pela qualidade que lhes é inerente, qual seja, a de transmitir mensagens acreditáveis. E tudo isso é possível, porque o grupo constituído pelos extensionistas é composto por pessoas, e daí, da divergência de personalidade, nasce a convergência de interesses (...) (RIBEIRO, 2000, p. 182).

Em se tratando de um contexto de Guerra-Fria, a política pública extensionista foi um mecanismo para se aproximar das famílias rurais do campo e estabelecer a cultura capitalista. Nesse sentido, usou a sutileza e priorizou métodos apresentados como “democráticos”, “cooperativos” e “filantrópicos” tendo em vista a planificação e a prática de políticas governamentais nos países periféricos. Além disso, procurou uniformizar e desenvolver uma comunicação de grupos que trabalhassem pela estabilidade econômica, para a garantia da plena liberdade do capitalismo difundir-se, tornando-o um processo naturalizado, transformando-o em vontade coletiva, ou seja, no interesse das massas de trabalhadores rurais.

Para resolver a crise de liderança dos Estados Unidos nos países periféricos e evitar focos de resistências por parte dos lavradores em decorrência do modelo de organização dos produtores rurais no processo revolucionário cubano (FONSECA, 1985) a Extensão preparou os extensionistas rurais para desenvolverem trabalhos com grupos de lideranças visando à padronização comunicativa para influenciar a opinião pública.

#### Comunicação de grupo

Comunicação pode resultar da pressão para a uniformidade em um grupo, havendo neste caso maior comunicação a respeito de um ítem determinado, acerca do qual existe maior discrepância de opinião, e também quando tal ítem é de grande relevância para o funcionamento do grupo. Quanto mais coesivo maior a pressão sobre os membros para comunicação. Haverá menos

premência de comunicação com uma pessoa determinada se não for desejada como membro do grupo.

Grupos de referência: Função normativa e função comparativa. Grupos de referência negativos, como a URSS, no momento para o USA. Os grupos referências também podem ser imaginários. É útil para a compreensão de certos aspectos das relações humanas (CETREISUL, 1962, p. 7).<sup>79</sup>

É visível o caráter da ideologia burguesa e fascistizante ao induzir nos trabalhos com grupos a criação de um “inimigo” a ser combatido e excluído. A Extensão usou como referência a URSS, ou seja, o inimigo descrito era o socialismo/comunismo. Portanto, é inegável o caráter contraditório da Extensão pois, ao mesmo tempo em que se afirmou neutra, elemento oriundo do pensamento positivista, nada de neutralidade existiu em suas ações, especialmente no que se refere ao treinamento dos extensionistas rurais pelos especialistas norte-americanos.

Levando em conta o processo revolucionário cubano e a necessidade da ação preventiva para evitar a ascensão e a organização das classes populares a Extensão não mediu esforços no empreendimento de métodos para acompanhar, fiscalizar e dirigir as atividades no campo.

É possível a administração modificar profundamente ou eliminar completamente a resistência dos grupos e mudanças nos métodos de trabalho... Essa pode ser realizada com o emprego de reuniões de grupos, nas quais se comunica a necessidade de mudança e estimula a participação dos grupos do seu planejamento. Podemos acrescentar que quanto mais democráticos os procedimentos, menor a resistência a mudança e maior a produtividade (CETREISUL, 1962, s.p).<sup>80</sup>

Os extensionistas eram intelectuais orgânicos do capital, ou seja, líderes do programa de “cooperação”, formados nos centros de treinamentos, universidades e no estrangeiro por meio dos intercâmbios financiados pelas agências estadunidenses que patrocinaram o extensionismo rural na América Latina. Ao formarem outras gerações de lideranças, os chamados líderes locais voluntários, criou-se uma cadeia de lideranças subordinadas aos supervisores que atuavam diretamente como principais influenciadores e propagadores da ideologia empresarial, tecnicista e, ao mesmo tempo, excludente.

O desenvolvimento da confiança do povo rural no extensionista era um mecanismo que visou adquirir a adesão voluntária ao programa de modernização. A influência pessoal, combinada com o modelo educativo do extensionismo, eram bases para o sucesso do programa. A influência pessoal era fundamental para conseguir cooperação e “descobrir”

<sup>79</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>80</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

líderes para servir como influenciadores (CETREISUL, 1962, p.25).<sup>81</sup> Sobre o processo de formação de lideranças, segundo Whiteheadt (*apud* CETREISUL, 1962, s.p).<sup>82</sup>

1. Sendo pessoa identificada ao seu meio, o líder participa das técnicas de trabalho e das normas tradicionais usadas pelo grupo (sistema de vida).
2. É também a pessoa em quem todos confiam por ter revelado excepcional habilidade na manipulação e preservação das técnicas de trabalho e começa a refletir sobre suas falhas e qualidades, no aspecto físico ou animal que utiliza.
3. Possuindo qualidade de inteligência e iniciativa acima da média conseguem perceber com acuidade as etapas e relações das técnicas de trabalho e começa a refletir sobre suas falhas e qualidades, no aspecto físico ou animal que utiliza.
4. Adere as normas tradicionais, mas seu comportamento vai, aos poucos, se desligando dos padrões tradicionais e adquirindo características individuais.
5. Mais cedo ou mais tarde nas suas reflexões e contatos constada a melhoria em suas técnicas. A situação de preeminência que o grupo lhe confere coloca-o à vontade para adotar este progresso, quase insensivelmente.
6. o grupo imita o líder e adota a modificação com maior ou menos rapidez conforme as circunstâncias que presidem à comunicação, à posição do líder, a sua camada social e a natureza da mudança que pode provocar maior ou menor resistência da parte dos conservadores.

Os quadros de lideranças formados pela Extensão Rural serviu para a propagação do capitalismo no meio rural, sendo que, para isso foi preciso ocupar o sistema de vida das comunidades rurais, ou seja, colonizar o mundo de vida rural. Para realizar tal intento, foram ainda desenvolvidas as habilidades dos extensionistas rurais para convencer, ludibriar e manipular. A escolha do líder pela Extensão Rural para atuar na Extensão foi uma possibilidade de conquistar espaço, mudar rapidamente os padrões de trabalho no campo e garantia de maior proximidade das comunidades para fins de fiscalização, controle e americanização do Brasil (BEÇAK, 2007). A estratégia de formação de lideranças serviu, também, para ocupar postos chaves em aparelhos de hegemonia para o exercício de controle local.

A inserção da Extensão Rural nas localidades foi motivada por lideranças locais e pela iniciativa privada com o apoio do governo nacional-desenvolvimentista que, desde os anos de 1950, pretendeu avançar sobre as áreas de fronteira agrária mesmo que para isso precisassem adentrar no universo rural, conquistar os “agricultores” e adquirir apoio das massas.

Na estratégia de ação da Extensão, a ampliação do público a ser atingido incluiu famílias rurais, associações, clubes, sindicatos, cooperativas e a formação de lideranças locais,

---

<sup>81</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>82</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

tendo em vista fazer com que as práticas tecnicistas e as mudanças culturais de ordem capitalista fossem introjetadas e assumidas pelos produtores rurais. A preparação de líderes do campo, coadjuvantes do projeto capitalista, fez uso de uma metodologia para a articulação com o povo e para a substituição das ações consideradas como atrasadas por atitudes metódicas e racionais, estabelecendo uma harmonia maior entre as classes para o aumento da eficiência produtiva nas áreas rurais.

Prohmann (2016, p.118) explica que o contexto da gestão Truman e sua “política de boa vizinhança” compunha um projeto de classe ambicioso, em que a educação profissional foi apresentada como a solução para o progresso e desenvolvimento das nações, em que “a ciência e a organização científica do trabalho seriam capazes de superar os antigos modelos e direcionar a sociedade a um novo projeto de sociedade, que mais tarde seria a essência do taylorismo e do fordismo.” Portanto, cabia ao líder mostrar a direção. A proposta de formação de lideranças da Extensão se alinhou aos métodos do programa denominado TWI, senão vejamos:

Conceitos-chave como liderança participativa, motivação, trabalho em equipe, desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências e habilidades, ou seja, o controle sobre o trabalho cooperado no interior das organizações, que é uma das características das tecnologias gerenciais, são fatores inerentes ao sistema conhecido como ‘Treinamento dentro da Indústria’ ou Training Within Industry (TWI) e que historicamente se consolidou concretamente na produção capitalista dos últimos 30 anos a partir do Sistema Toyota de Produção (MUELLER, 2012, p.01).

Esse modelo de racionalização e controle da força de trabalho se estendeu para o mundo rural, tendo em vista o interesse pela recomposição do capital pela classe dominante. Nesse processo, a articulação entre Extensão, ciência e tecnologia deveria garantir a melhoria contínua da acumulação capitalista. O trabalho cooperado da força de trabalho, que se iniciou por meio da ideologia de formação de lideranças voluntárias, bem como o controle sobre o processo produtivo foram fontes para o aprimoramento da racionalização do trabalho.

#### 4.8 O PAPEL DA SUPERVISÃO NA ORGANIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA

Na estrutura organizacional da Extensão Rural o agente de Extensão local, ou simplesmente o extensionista ou supervisor local, cumpriu papel fundamental, tendo em vista desenvolver mecanismos de submissão dos médios e parcela significativa de pequenos

proprietários rurais aos planos creditícios via bancos e especialmente, a difusão de princípios, valores, conhecimentos técnicos relacionados ao capitalismo. Foi a partir das ações da supervisão que se iniciou a sondagem para o estabelecimento do projeto de administração da empresa rural.

É sabido pelos técnicos que um dos maiores fatores de êxito em uma exploração qualquer, seja ela comercial, industrial ou agrícola, é o planejamento antecipado das atividades a serem levadas a cargo durante um certo período de tempo. Notamos, entretanto, que, embora a maioria dos agricultores todos os anos planejam suas atividades, somente uma pequena minoria os formaliza.

Em geral o planejamento feito por uma família é empírico, baseado apenas na memória; neste, cada um dos empreendimentos é examinado e muito poucas vezes em relação a outros que lhe são complementares ou concorrentes. Isto porque o planejamento não é formalizado, transformando a propriedade, não num todo harmonioso, mas sei sob o ponto de vista administrativo, numa colcha de retalhos na qual cada cultura ou criação figura como empreendimento isolado.

Entretanto, se considerarmos que uma empresa agrícola é muito mais complexa que uma industrial ou comercial do mesmo tamanho, pela natureza orgânica e a variedade de atividades da primeira, veremos que seu planejamento assume então um caráter muito mais essencial.

Resulta daí que dirigir uma empresa rural sem um plano de administração, é tão errado como querer construir uma casa sem antes fazer uma planta (CETI, s.d, p. 67).<sup>83</sup>

A Extensão Rural defendia que todo empreendimento que visava à “melhoria das condições de vida no campo”, ou seja, a tecnificação agrícola deveria contar com um plano de administração rural, o qual só teria valor caso os agentes envolvidos no programa de difusão do capitalismo no campo seguissem todos os passos e critérios da “filosofia” extensionista. Logo o modelo “educativo” da Extensão provinha de uma concepção bancária e autoritária.

(...) Ora, sabemos que as famílias rurais ignoram, em geral, como planejar suas atividades. Não sabendo planejar, muito menos saberão seguir um plano escrito. Quando planejamos estamos também ensinando a planejar. O passo seguinte é, pois, ensinar à família a seguir o que planejou, o que está escrito. A isto chamamos SUPERVISÃO (CETI, s.d, p. 95).<sup>84</sup>

O papel da supervisão também era fiscalizar a aplicação e administração do crédito rural para que o plano de administração do lar fosse executado de modo assertivo, sem perdas na produtividade, garantindo a conservação e ampliação do capital necessário para o cumprimento das obrigações legais com o crédito. O relatório sobre “Noções de Crédito

<sup>83</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>84</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

Rural: Aspectos Fundamentais do Crédito Rural Supervisionado” realizado pelo CETI (s.d, p. 96)<sup>85</sup> esclarece:

Pela própria natureza do trabalho, nos dois últimos casos, além de função educacional estamos exercendo função fiscalizadora. Com esta é sempre encarada como vexatória, deve ser exercida com cautela, e nunca de maneira ostensiva, fazendo com que a confiança da família em nosso trabalho, que será essencial no processo educacional, nunca seja alcançada, ou muitas vezes perdida por um ato ostensivo de fiscalização.

Os centros de formação extensionistas no processo de treinamento de supervisores, ou seja, daqueles de exerciam o papel de comando desenvolveram habilidades para atrair a confiança das famílias e assim haver harmonia entre capital e trabalho. O estabelecimento de relações de confiança era condição básica para obter a eficiência maior das pretensões do projeto da Extensão Rural, seja pelo aumento da produtividade e/ou otimização de gastos. É importante lembrar que a Extensão Rural propiciou instruções especiais aos extensionistas seguindo os métodos do modelo TWI, como já mencionado. Neste modelo, o treinamento de supervisores era voltado para a melhor maneira de comandar os trabalhadores, no caso, as famílias rurais, integrando-os na tarefa de aumentar a capacidade de produzir e baratear o produto final.<sup>86</sup>

Os supervisores devem captar, primeiramente, a confiança da família mutuária e não perdê-la fazendo promessas que não serão cumpridas. Os supervisores não devem aceitar presentes das famílias mutuárias, quando oferecidos com segundas intenções, para evitar que se sintam obrigados com elas.

Os supervisores não são ‘chefes’ dos mutuários, e sim, orientadores e conselheiros. Este critério deve ser a base de toda a sua conduta. A função dos supervisores é de orientar e não de obrigar. De ajudar e não de impor.

Os supervisores deverão fazer todo o empenho para que as famílias mutuárias não os considerem como fiscais de uma entidade bancária, pois a função bancária da supervisão deve estar intimamente ligada à função educacional (CETI, s.d, p. 98).<sup>87</sup>

Resta clara outra função do extensionista - supervisionar a aplicação do crédito rural e atuar como fiscal de entidades bancárias. Os dados das fontes de treinamento extensionistas permitem aferir que a formação humana dos supervisores se constituiu em um modelo puramente formal, portanto, foi estruturado no taylorismo-fordismo, marcado pela hierarquização e um modelo de perpetuação da divisão do trabalho intelectual e manual. A

<sup>85</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>86</sup> Consultar os métodos de formação de supervisores no modelo TWI em (FONSECA, 1961, p. 573).

<sup>87</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

difusão de concepções da administração de empresas, segundo Antunes (2017, p. 82), foi elaborada pela gerência capitalista que separou os intelectuais dos que executam o trabalho, vez que “a execução é responsabilidade dos/as trabalhadores/as. Separa-se, como se nisso houvesse alguma ‘ciência’, um grupo de pessoas como homo sapiens e outro como homo faber”.

Karl Marx e Friedrich Engels na obra “Ideologia Alemã” (2007) analisaram o distanciamento entre o trabalho manual e o intelectual como produto do mundo moderno capitalista. Além disso, consideraram que cada período histórico produz suas categorias de intelectuais e, no caso do capitalismo, pode-se falar em gestores do capital.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua Extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma ‘lei eterna’ (MARX & ENGELS, 2007, p. 47).

Para atingir seus fins a classe dominante apresentou seu interesse como de comum acordo, ou seja, pertencente a todos os membros da sociedade expresso de forma idealizada: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. A Extensão Rural, uma das vias de propagação das ideias da classe dominante, considerou que suas atividades correspondiam a um empreendimento racional voltado para a capacitação e incentivo financeiro ao crédito (CETI, s.d).<sup>88</sup> Porém, para ser efetivada a difusão das ideias da classe dominante, estas deveriam prescindir não isoladamente, mas da interrelação com outros programas e serviços. Nesse sentido, o estímulo

---

<sup>88</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.



ao cooperativismo, no caso brasileiro, representou um caminho facilitado para a expansão do capitalismo no campo.

Ora, o crédito rural supervisionado constitui uma das maneiras mais eficientes de se realizar a educação do cooperado. Os mutuários do programa, e a experiência já comprovou, estão mais propensos a se associarem em um órgão de defesa dos seus interesses. Os supervisores, que estão em contato constante com os agricultores poderão fazer um trabalho muito efetivo de educação cooperativista. É por isso que, presentemente, incluímos aulas sobre o assunto nos nossos cursos de treinamento (CETI, p. 110).<sup>89</sup>

A Extensão Rural trabalhou com duas modalidades de supervisão, a individual ou em grupo. O primeiro era mais oneroso ao extensionismo e demandava mais tempo para as visitas, neste aspecto, o trabalho em grupos permitiria a redução de custos ao projeto e maior agilidade na propagação dos ideais dominantes. Agilidade e redução de custos ao programa ofereceram indicativos sobre as ações da Extensão no sentido de estabelecimento da aproximação entre o programa com outras entidades da sociedade civil, como: escolas, igrejas, sindicatos, associações privadas, dentre outros; trataram-se de organizações nas quais operaram os intelectuais (GRAMSCI, 2001).

A Extensão Rural, por meio dos supervisores, ficou incumbida de formar uma camada de intelectuais, no caso, empresários rurais e organizar a confiança daqueles que produziam na terra e dos consumidores de mercadorias e produtos do pacote tecnológico. Portanto, os supervisores atuavam como fiscalizadores/supervisores do capital, mas, ao mesmo tempo, apresentavam-se como instituição cuja função era estritamente educacional. Eles, dotados de capacidades técnica e dirigente, assumiram a atividade de intelectuais do capital, logo, organizadores de uma forma política de dominação e um conjunto de ideias emergentes de um nível tecnológico determinado.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um

---

<sup>89</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

organizador de massa de homens, deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.) (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Levando em conta o debate sobre o papel dos intelectuais no capitalismo, os supervisores das agências extensionistas correspondem a uma camada de “expertises”, organizadores de uma nova cultura produzida no contexto de expansão empresarial do ramo industrial. Parte significativa dos empresários atuou como organizadores da sociedade em geral. Nesse processo, incluiu-se o organismo estatal e de instituições prestadoras de serviços privados, organizadas para expandir os interesses da própria classe. O treinamento de supervisores era direcionado para à formação de outras categorias de intelectuais, como a juventude rural, o empresário rural, professores, lideranças religiosas e sindicais e também cooperativas.

#### 4.9 CONEXÕES ENTRE A SUPERVISÃO E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS: RECONCILIAÇÃO DA VELHA COM A NOVA ORDEM

A Extensão Rural estabeleceu vínculos com instituições religiosas, comerciais, bancárias, industriais, associações e fundações particulares regionais e locais, tendo em vista facilitar a disseminação tecnológica, reforçando os princípios de cooperação e do serviço voluntário. A interrelação dos serviços, a padronização, uniformização de práticas e princípios da ideologia do capital foram desafios para a Extensão. O objetivo do capital pela uniformização de ideias e práticas oferecem indícios de que a ampla investida em instituições de ensino (Universitário, Secundário, Primário) poderiam construir a unidade que o capitalismo necessitava para se expandir.

A diversidade de ideias e concepções de produção representou um perigo para a expansão capitalista e possibilidades claras de combate e ampliação das resistências, senão vejamos:

Combate à Extensão Rural – toda ideia nova sempre sofreu e acreditamos, sempre sofrerá o combate das ideias predominantes. A resistência às mudanças é característica peculiar à psicologia do homem. Quando este combate é feito de uma maneira direta e com dados, constitui uma ótima maneira de auxílio para a ideia extensionista evoluir. Porém, quando o combate é feito através da sabotagem ao trabalho em cooperação, os técnicos devem sempre ter em mente, que é a maneira mais prejudicial de combater o seu trabalho (CETREISUL, 1962, p. 02).<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

O processo integracionista fez parte do plano ideológico da Extensão. Quanto maior a conexões com entidades da sociedade civil, tanto públicas e privadas, menor as chances, na avaliação da extensão, de resistências e sabotagens ao programa extensionista. Nesse sentido, a uniformização da cultura capitalista era parte essencial do trabalho dos extensionistas junto às comunidades rurais. As principais justificativas para o estabelecimento de alianças pela Extensão foram: “ajudar a solucionar os problemas rurais”, “servir o povo rural”, “interpretar para os agricultores os ensinamentos, informações, possibilidades, facilidades e solucionar os problemas rurais pela experimentação e pesquisa” (CETREISUL, 1962, p. 01).<sup>91</sup>

Além do estabelecimento de vínculos com entidades públicas, a Extensão relacionou-se com órgãos particulares,

- a. por motivo doutrinário, uma vez que a Extensão Rural visando levar novos conhecimentos e trazer os problemas dos agricultores, a fim de que se tente soluções, poderá utilizar as organizações particulares para este desiderato.
- b. por princípio filosófico, através da cooperação. Sendo altamente desejável que deva existir ampla cooperação entre os órgãos que possuem relações com o meio rural, cabe à Extensão incentivar esta cooperação, que é parte integrante da sua filosofia (CETREISUL, 1962, p.01).<sup>92</sup>

A empresa extensionista preocupou-se em direcionar e ajustar o comportamento dos extensionistas às características das localidades e regiões em que a Extensão propôs atingir e tecnificar. A preparação e escolha de pessoas capazes de influenciar, adaptar, conformar e incorporar práticas capitalistas fizeram parte do trabalho educativo das equipes de supervisores que promoveram os atendimentos junto aos produtores rurais. Os supervisores eram uma ponte que ligava o saber científico/pesquisa tecnicista aos produtores rurais. A Extensão exigiu um padrão de conduta e habilidades de comunicação e convencimento das equipes para conseguir a adesão dos produtores rurais ao programa. Os extensionistas deveriam interpretar os dados técnicos e científicos para os produtores rurais a fim de convencê-los a renovarem as suas práticas.

Capacidade técnica-profissional – Sem a auto-convicção é difícil ao profissional ‘convencer’ o agricultor ou sua esposa. O elevado senso de observação do homem rural reconhece quando o técnico não conhece bem o assunto que se propôs transmitir. Por outro lado, o aumento da capacidade técnica-profissional é condição ‘sine qua non’ para que o técnico acompanhe

---

<sup>91</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>92</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

o desenvolvimento do conhecimento humano, indispensável à liderança representativa que ele desempenha na sua função (CETREC, s.d, p. 04).<sup>93</sup>

Havia responsabilidades que o extensionista deveria seguir como o zelo pela organização, atuando como membro de uma organização e não individualmente, ser representante da organização em que trabalhava, cultivar boas relações públicas e trabalhar em cooperação com instituições que tinham relações diretas ou indiretas com o meio rural. O estabelecimento de vínculos entre instituições financiadoras e entidades públicas e privadas facilitaram a reprodução do consenso e o exercício tanto do controle econômico quanto político periférico. Cabia aos extensionistas a manutenção dessas conexões:

(...) os extensionistas devem manter constantes entrosamentos com as autoridades municipais, com a liderança, com a vida social, com outras entidades e outros técnicos, este entrosamento ocasiona mil e uma vantagens para todos. Além disso, devem, pelos mesmos meios e métodos delegar responsabilidades aos demais cooperadores do programa. Há então a formação de uma teia de corresponsabilidade em benefício do programa (CETREISUL, 1962, p. 02).<sup>94</sup>

Tendo em vista que o objetivo do programa era expandir o domínio e monopólio de grandes corporações, a formação de uma teia de cooperação e corresponsabilidade não foi estabelecida em benefício das comunidades locais, embora o discurso hegemônico enquanto porta voz dos interesses gerais do capital se apresentasse como equivalente aos interesses regionais.

As medidas da Extensão Rural pelo estabelecimento de entrosamento e cooperação entre elites locais e agentes da modernização conservadora são visíveis e, para consolidar a hegemonia capitalista, a difusão de uma “cultura unitária” por meio da fundição da velha oligarquia ao complexo industrial, foi necessário o alinhamento dos interesses regionais, dos intelectuais orgânicos e classes dominantes. Para tanto, a Extensão procurou ser seletiva no processo de escolha dos extensionistas rurais, os quais deveriam apresentar, a priori, características humanistas, capacidade de entrosar nas comunidades rurais e ocultar os reais interesses do programa.

No início os objetivos não devem ser ambiciosos, pois a tarefa inicial dos extensionistas é fazer com que o povo rural aceite um novo tipo de trabalho e não lhes faz dádivas. À medida que o tempo avança e que a Extensão ganha confiança das populações rurais, estes objetivos vão se tornando mais

---

<sup>93</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

<sup>94</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

amplos, até chegar ao objetivo final. Passa então a Extensão a trabalhar para que o nível de vida das famílias rurais não estabilize e sim acompanhe o progresso da civilização (CETREC, s.d, p. 13).<sup>95</sup>

O processo de consolidação do complexo agroindustrial dependeu do empreendimento extensionista para a conciliação dos interesses estadunidenses com a pequena burguesia local. Em contexto de Guerra-Fria e expansão de ideais socialistas, não era de se esperar que a tentativa de criação de uma unidade entre capitalistas, proprietários de terras, pequena burguesia, industriais, oficialidades, verdadeiros parasitas da exploração e da dominação de classe, pretendeu conter qualquer avanço da classe trabalhadora em termos de organização de lutas pela conquista e ampliação de direitos ou pelo domínio do Estado.

A criação de uma unidade política e econômica visou à produção do consenso a favor dos interesses imperialistas. Assim cabia ao extensionista o papel primordial na conciliação entre organizações internacionais, autoridades regionais e locais, bem como com os produtores rurais. Segundo Rosa Luxemburgo (2009), ao longo da história, a classe dominante estabeleceu articulações e mecanismos de organização de classe para não perder seus interesses, privilégios e benefícios:

Todas as classes dominantes, com a mais tenaz energia, lutaram até o fim por seus privilégios. Os patrícios de Roma, assim como os barões feudais da Idade Média, os gentlemen ingleses, assim como os mercadores de escravos americanos, os boiardos da Valáquia, assim como os fabricantes de seda de Lyon – todos derramaram rios de sangue, caminharam sobre cadáveres, em meio a incêndios e crimes, provocaram a guerra civil e traíram seus países para defender privilégios e poder.

(...) a classe capitalista imperialista ultrapassa em brutalidade, em cinismo nu e cru, em abjeção todas as suas antecessoras. Ela defenderá com unhas e dentes o que tem de mais sagrado: o lucro e o privilégio da exploração. Utilizará os métodos sádicos revelados em toda a história da política colonial e no decorrer da última guerra. Moverá céus e terra contra o proletariado. Mobilizará o campesinato contra as cidades, açulará camadas operárias retrógradas contra a vanguarda socialista, utilizará oficiais para organizar massacres, tentará paralisar toda medida socialista com milhares de meios da resistência passiva, lançará contra a revolução vinte Vendeias, pedirá socorro ao inimigo externo (...) (LUXEMBURGO, 2009, p. 125).

Os supervisores representaram os olhos das agências do capital imperialista e foram considerados peças fundamentais do arsenal da classe dominante para expandir o capitalismo, controlar a força de trabalho e as resistências no campo. A mobilização dos proprietários

---

<sup>95</sup> Acervo do Centro de Documentação da EMATER - Curitiba/PR.

rurais pela organização das comunidades tinha em vista a formação de uma unidade no campo contra possibilidades de avanço do proletariado nas conquistas sociais.

A habilitação de uma teia de supervisores tinha em vista a criação de uma estrutura com certo grau de entrosamento. No caso das agências de Extensão Rural (instrumento da superestrutura), a difusão da ideologia capitalista e a consolidação de um modelo empresarial de produção, uma das metas da Extensão Rural, dependeu do estabelecimento de relações de confiança e entrosamento entre agentes extensionistas, agências bancárias, agências de comercialização de insumos e produtores rurais - consumidores de mercadorias e produtos do pacote tecnológico.

Os supervisores atuavam como fiscalizadores/supervisores do capital, embora se apresentassem como instituição cuja função era estritamente educacional. Os supervisores, dirigentes do capital, assumiram a atividade de intelectuais, portanto, eram organizadores de uma estrutura de dominação e um conjunto de ideias emergentes de um nível tecnológico determinado.

O império estadunidense estendeu seus tentáculos, não abandonou a velha estrutura dominante, assegurou a organização das associações planejadas tendo em vista assegurar a permanência da dominação burguesa. A produção de estabilidade política para o capital fluiu via centros denominados “educativos” pelas alianças de classes, associações, sindicalismo, cooperativismo e empreendedorismo pretendia criar um clima de estabilidade e de desenvolvimento em segurança para os negócios burgueses fluírem, bem como para garantir o ajustamento e organização da cooperação para a submissão econômica, política, cultural e social da periferia, cumprindo assim o seu papel de “celeiro do mundo” capitalista.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa analisou o arcabouço teórico-metodológico e educativo voltado para a formação dos extensionistas rurais nos chamados cursos de pré-serviço entre os anos de 1953 e 1974. Esses cursos foram ministrados tendo em vista a necessidade da preparação da força de trabalho frente ao avanço do capitalismo monopolista após a Segunda Guerra Mundial. A grande produção e consecutivamente a eliminação de pequenas e médias propriedades, a absorção destas por outras maiores com a concentração da produção propiciou o fortalecimento de agrupamentos de interesses econômicos, como os cartéis e trustes consecutivamente a fusão com bancos, foram características fundamentais da fase monopolista do capitalismo, logo da expansão do imperialismo estadunidense. Para apoderarem-se dos países periféricos, lançaram mão de mecanismos de controle social, político e econômico em tempos de Guerra Fria.

Os países imperialistas usaram uma estratégia fundamental e mais sutil para a expansão do capitalismo no campo, a “educação do rurícola”, evidenciada como peça fundamental das práticas do extensionismo rural no Brasil. O sistema educativo foi um campo amplo em disputa devido à grande influência integrativa que ela propiciava na sociedade mas também, era um campo fértil para a expansão da ideologia burguesa, sabendo que a consciência política de classe poderia ser levada ao operário fora da luta econômica, na esfera das relações de todas as classes, nos locais de debates públicos, nas escolas, em igrejas, nos clubes e demais espaços de socialização ou seja, nos locais propícios para o despertar da consciência de classe.

Ao longo do trabalho, contextualizou-se a formação dos quadros técnicos e o modelo de formação humana difundida pela Extensão Rural. A pesquisa identificou as instituições privadas e públicas que financiaram esse modelo educativo, direcionado para o meio rural, que se tornou uma política pública gestada pelo Estado e estimulada por associações de capital público e privado. Esta política educativa acabou servindo como instrumento de dominação de classe.

O principal arcabouço teórico e metodológico que ancorou esta pesquisa foi o materialismo histórico dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, importantes referenciais para as reflexões sobre as contradições, as relações humanas, os modelos de sistemas educativos engendrados no capitalismo, as práticas sociais das agências de Extensão no Pós-Guerra. Além de Marx, a análise sobre o papel do Estado e a construção da hegemonia burguesa foi fundamentada nos estudos de Antônio Gramsci. Compreendeu-se o aparelho

estatal como uma instituição em disputa, mas que no capitalismo representou o interesse da classe dominante.

Ao longo da tese analisamos o papel do Estado compreendendo-o enquanto a soma entre a sociedade política e civil, sendo nesta que se organizam os aparelhos privados de hegemonia, ou seja, as instituições cujo papel é a produção da adesão espontânea aos preceitos capitalistas. Portanto, os intelectuais orgânicos da Extensão Rural cumpriram importante papel na construção do consenso ativo da classe trabalhadora e, conseqüentemente, para a consolidação da hegemonia burguesa. Consenso ativo não pode ser compreendido como total passividade dos produtores rurais e nem ausência de consenso. Situações de subversivismo esporádico de caráter inorgânico, como apontou Gramsci (1999), podem ocorrer, mas não anulam mecanismos de intervenção burguesa, caso do meio rural brasileiro. Trataram-se de intervenções que pretenderam mudar a base técnica incorporando novos tratos de trabalho no campo e, por vezes, acabavam incorporando e/ou aceitando técnicas já existentes para promover o consenso passivo das comunidades rurais (BIANCHI, 2006).

A situação sociopolítica do Brasil no contexto de engendramento das agências de Extensão derivou das conseqüências do pós Segunda Guerra Mundial, do avanço da industrialização e da intervenção imperialista estadunidense no Brasil. Observa-se que o processo de integração da Extensão Rural no país ocorreu por meio de acordos entre setores empresariais e estatais estrangeiros em determinados estados brasileiros, como Minas Gerais e São Paulo. Esse programa se espalhou mediante o apoio de instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais. Chama a atenção as inúmeras investidas e operações da USAID e da Aliança para o Progresso no ensino rural e também superior brasileiro. A USAID passou a intervir imensamente na educação brasileira, colaborou com a implantação de cursos de graduação e pós-graduação na área de energia nuclear e modificação genética de plantas e animais.

A Fundação Rockefeller, a Fundação Ford e a Aliança para o Progresso por meios de seus interlocutores (agências e agentes de Extensão “educativa”) estavam sempre em relação direta com as elites locais, estreitando acordos e remodelando as operações técnicas e os projetos de cooperação. O projeto educativo direcionado para o Brasil, de caráter anticomunista, relacionou-se com a propagação de conhecimentos técnicos e científicos apontados pelo comando imperialista estadunidense. Um dos principais argumentos para a intervenção no país foi o discurso da “necessidade de elevação do nível de vida das populações rurais”, mas na verdade se tratou de um programa truculento, que gerou exclusões



no meio rural, resultando no que a historiografia sobre assuntos rurais classificou de êxodo rural provocador da acentuação dos níveis de desigualdades na cidade e no campo. Sob o argumento de “elevação do nível de vida” o trabalho técnico e higienista das economistas domésticas, no contexto da Guerra Fria, coadunou com o Plano Marshall.

O objetivo do referido plano foi construir uma situação social de “bem-estar social” por meio de ensinamentos direcionados às famílias rurais, tendo em vista a propagação de instruções sobre como usar o máximo dos recursos e da capacidade produtiva de todos os membros da família e assim gerar riqueza. No entanto, como se tratou de um projeto burguês, direcionado para a periferia, esse plano trouxe muita riqueza e poder para o complexo agroindustrial. Além disso, em tempos de Guerra Fria, o projeto assumiu um caráter de direção tendo em vista o objetivo de evitar a difusão de pensamentos socialistas e ou movimentos sociais que prejudicassem o empreendimento da burguesa. Os intelectuais orgânicos se preocuparam com a possibilidade da força de trabalho empobrecida e ociosa em se tornar uma potencial força revolucionária, capaz de ser cooptada pelo movimento internacional socialista.

A análise dos documentos e bibliografias sobre os métodos e técnicas difundidos nos centros de treinamento de preparação do sujeito extensionista permitiu identificar os vínculos entre o modelo educativo propagado pelas Land Grant Colleges com o extensionismo rural brasileiro. O modelo educativo das referidas escolas era voltado para a formação dos trabalhadores rurais em que os ensinamentos práticos tinham mais valor que os saberes teóricos, além de serem direcionados ao ensino agrícola. A pesquisa revelou as relações entre as instituições - Land Grant Colleges - no, pós Segunda Guerra Mundial, com os mecanismos de produção bélica e suas devidas conexões com a Universidade de Purdue, formadora dos idealizadores dos Quatro Passos de Allen e, conseqüentemente, fornecedora de base para as formulações do sistema TWI.

A pesquisa ainda revelou aproximações entre a empresa de Extensão Rural e o sistema de organização de trabalho empresarial baseado no TWI, plano amplamente difundido, tendo em vista, aproveitar o máximo de recursos de uma empresa, reduzir custos e evitar movimentos de contestação por meio de um sistema rigidamente hierarquizado. Em se tratando do pós-Guerra, esse plano repercutiu em um expressivo aumento produtivo para atender as demandas da guerra, mas também para o aprimoramento produtivo nas empresas que queriam resultados rápidos e aumentar significativamente o seu capital. Desde os elementos de organização do trabalho extensionista até a cooptação de instrutores e líderes capazes de conduzir um empreendimento na ordem capitalista revelaram aproximações com

os métodos presentes no sistema TWI. Cabe destacar a discussão elaborada acerca da difusão da teoria do capital humano nas áreas de agronomia e economia doméstica.

A teoria do capital humano foi um dos desdobramentos do modelo difusionista inovador, cuja educação passou a ser concebida como investimento e mercadoria. Os centros de treinamento foram incumbidos de fornecer instruções aos extensionistas rurais nos chamados cursos de pré-serviços. Os agentes treinados deviam atender as populações rurais, e vários conhecimentos e métodos foram aplicados diante da necessidade de alcançar o universo rural, convencer as famílias que as práticas “modernas” eram mais eficientes que as já realizadas pelos agricultores, além de que gerarem mais lucro. Somando-se a esse processo, construções psicossociais foram incentivadas como o senso de competição, luta, persistência, produtividade e cooperação, as quais atuaram como mecanismo propulsor e propagador do capitalismo no campo, tendo como objetivo a submissão voluntária ao capital.

Para além das mudanças técnicas, os extensionistas foram incumbidos, também, de estreitarem os laços entre proprietários rurais e bancos. Havia todo um estudo e mapeamento das áreas atingidas pela Extensão visando institucionalizar o interesse do capital financeiro na periferia. Para tanto, foi necessário aproximar o mundo rural dos conhecimentos técnico-científicos. Ao analisar a ideologia da Extensão Rural verificou-se que não se tratou exatamente de uma ação educativa, mas apresentou características doutrinárias e de adestramento típicas do modelo tecnicista. As agências se apropriaram de diversas concepções teóricas e ferramentas metodológicas no processo de treinamento dos agentes extensionistas para garantir a consolidação do capitalismo no campo e com um plano “pedagógico” que contemplava a psicologia, sociologia rural, filosofia, pedagogia, administração do lar e economia.

A corrida pela formação de intelectuais orgânicos, via centros de treinamento no contexto da Guerra Fria, almejava a criação do consenso ativo na periferia e a submissão voluntária sem produzir transformações estruturais que afetassem a estrutura da dominação burguesa no Brasil.

Apesar de peculiaridades, a absorção pela Extensão Rural dos projetos desenvolvidos pelos Quatro Passos de Allen, TWI, Capital Humano e Difusionismo Inovador se sobrepunham e se completaram, pois faziam parte do mesmo feixe de ações visando ao aumento da produtividade em um espaço curto de tempo, a formação de quadros de lideranças, de supervisão e instrução de caráter reprodutivista capazes de influenciar produtores rurais em um ambiente de tranquilidade e segurança ao avanço do imperialismo e para a adaptação da força de trabalho às relações de produção capitalista.

A Extensão Rural constituiu-se em um projeto de intervenção imperialista na América Latina por meio de projetos para a cooptação de lideranças, de direcionamento da classe trabalhadora usando para isso mecanismos de convencimento denominados pelos agentes de poder de “ajuda” econômica “filantrópica” e/ou de “cooperação” para a “elevação do nível de vida”. Não se tratava de um modo de vida atrasado que vigorava no Brasil, mas sim de um modelo de produção de subsistência que não atendia os preceitos da modernização conservadora. Por isso, preocupou-se com a formação de um tipo ideal de produtor, dedicado, organizado, confiável, honesto, trabalhador, sem dívidas, dentre outras qualificações.

Quando esses agentes da modernização conservadora chegaram ao Brasil contavam com conhecimentos técnicos e planos de desenvolvimento dependentes do capital internacional, ora apresentado como “científico” e “educativos”. Além disso, dominavam os mecanismos para o acesso as renovadas tecnologias e mesmo que de modo restrito, os pequenos e médios proprietários, tinham acesso à terra, domínio sobre a produção e o processo produtivo. Hoje, os agentes do capital têm terras e o monopólio agroindustrial já parte significativa dos produtores rurais desapropriados detém apenas a força de trabalho e o capital cultural/humano útil à dominação.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul (1930-1970)**. Porto Alegre: Editora Letra e Vida, 2013.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologias do Desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo; Geraldo Augusto, PINTO. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

ARAGÃO, J. G. de. (1959). Resultados e perspectivas do sistema de cooperação bilateral do ponto IV. Auditório da embaixada americana – Brasil-Estados Unidos. **Revista Do Serviço Público**, 84(1), 34-46. Disponível em:  
<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3767/2177>>. Acesso em: 26 set. 2023.

ARAPIRACA, José Oliveira. **1940 – A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano**. Dissertação de Mestrado em Educação pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

D' ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. 4. e.d. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

BARBIER, René. **A Pesquisa-ação na instituição educativa**. Trad. Estela dos Santos Abreu e Maria M Andrade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1985.

BEÇAK, Peggy. **Evolução das relações comerciais Brasil-Estados Unidos de 1945 a 1995: no contexto da política externa e dos “interesses nacionais”**. Tese de doutorado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BIANCHI, A. (2006). **Revolução passiva: o pretérito do futuro**. *Crítica Marxista*, 1(23), 34-57. Disponível no site:  
<[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo127A\\_Bianchi\\_23.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo127A_Bianchi_23.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BLISS, R.K. **The Spirit and philosophy of extension work**. Published Jointly by the Graduate School, United States Departamento of Agriculture and the Epsilon Sigma Phi, National Honorary Extension Fraternity. Washington, 1952. Disponível em:  
<<https://play.google.com/books/reader?id=Y3TNAAAAMAAJ&pg=GBS.PP1&hl=pt-BR>>. Acesso em: 19 out. 2022.

BOARDMAN, Margaret C. **O Homem, a Menina e o Jeep AIA: O Modelo Precursor de Nelson Rockefeller para a Ajuda Externa Privada dos EUA. México e o Mundo** Vol.6, Nº 1 (Inverno 2001). Disponível em:

<<http://www.profmex.org/mexicoandtheworld/volume6/1winter01/01boardman1.html>>.

Acesso em: 21 jan. 2022.

BOLETIM DA CBAI. **Cooperação brasileiro-Americana de educação Industrial**. Nº 1.

Janeiro, Curitiba, 1947. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/211718/Boletim%20CBAI%20Janeiro%201947.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em jun. 2022.

BRUNNER, Edmund de S. **A educação de adultos através do Serviço de Extensão dos Estados Unidos**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, vol. XIV, nº 39, maio/ago/1950.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura: Trigo e soja**. Rio Grande do Sul: Vozes, 1988.

CANIATO, Angela Maria Pires; RODRIGUES, Samara Magume. **A construção psicossocial da competição: o engano na cumplicidade de uma falsa vida**. *Psicologia & Sociedade*; 24 (1), 23-35, 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/9Zps4vykCDXwMWBy9XvKtCx/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 20 Jul. 2023.

CAPELATO, M. H. R. Resenha: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. **Revista de História**, [S. l.], v. 47, n. 96, p. 594-604, 1973. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1973.132095. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132095>>. Acesso em: 2 abr. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os Limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria/RS, 1991.

CAPORAL, F. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de rio grande do sul, Brasil**. Una aproximación histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante. Tesis doctoral. ISEC-Instituto de Sociología y Estudios Campesinos ETSIAM–Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes. Universidad de Córdoba–España, 1998.

CETI. **Centro de Treinamento da Fazenda Ipanema**. Noções de crédito rural aspectos fundamentais do Crédito Rural Supervisionado. São Paulo, s.d. Preservado no acervo da EMATER, Curitiba – Paraná.

CETREC. **Centro de Treinamento de Campinas**. Aspectos fundamentais da Extensão Rural. Campinas, s.d. Preservado no acervo da EMATER, Curitiba – Paraná.

\_\_\_\_\_. **Centro de Treinamento de Campinas**. Metodologia em Extensão Rural. Campinas, s.d. Preservado no acervo da EMATER, Curitiba – Paraná.

CETREISUL. **Centro de Treinamento em Extensão Rural**. Estruturas de organização. Pelotas, 1962. Preservado no acervo da EMATER, Curitiba – Paraná.

CORREIO DA MANHÃ. **Edições: 20661; 20710; 20515**; Rio de Janeiro, 1960 a 1969.

COVACIC, Ana Cláudia; YUHARA, Cláudia Harumi; MENEZES, Diego Pinheiro. **Estudo Paisagístico da Floresta Nacional de Ipanema para produção de carta de Fragilidade Ambiental**. V Simpósio Nacional de Geomorfologia – I Encontro Sul-Americano de Geomorfologia. UFMS/RS, 02 a 07 ago. 2004.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. **O ovo da serpente: os Think Tanks liberais no Brasil enquanto aparelhos de hegemonia**. *IX Colóquio Internacional Marx e Engels: GT 4 – Economia e Política*. Centro de Estudos Marxistas (Cemarx/ Unicamp. 17 a 20 de Julho de 2018. Disponível em:

<<https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/o-ovo-da-serpente-os-thinks-tanks-liberais-no-brasil-enquanto-aparelhos-de-hegemonia-evandro-coggo-cristofoletti-e-milena-pavan-serafim.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CUEVA, A. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo, Brasil: Global, 1983.

DELGADO, Renata Moreira. **O IFMS de Três Lagoas e a (re) configuração dos cursos técnicos no Brasil**. Dissertação de mestrado em educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, 2021.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1986.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? quatro ensaios crítico – dialético em filosofia da educação/ Newton Duarte**. I. ed., I. reimpresão – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Ricardo; SOARES, Jeferson Boechat. **Extensão Rural no Brasil: Notas históricas e desafios contemporâneos**. *Revista de Extensão e Estudos Rurais* V. 1, N. 2, P. 397-426, Jul. - Dez. 2011. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/13244/1/23-64-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A questão dos intelectuais em Gramsci**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XHZSCstQ7SFCNnM7qZmHds/?lang=pt>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Apresentação do Paul Singer. - 5. ed. rev - São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Carmen Lucia. **Clubes 4-S: Manual para Extensionista**. Porto Alegre: Mímeo, 1979.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Nacional, 1961.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FOSDICK, Raymond Blaine. The story of the Rockefeller Foundation. With a new introduction by Steven C. Wheatley. Nova York: Harper & Row. 1952 *apud* SILVA, Claiton Marcio. **Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961**. V.20, n.2, abr.-jun. 2013, p.653-673 v.20, n.4, out.-dez. 2013.

FRANCO, Joseph Di. **Extension Philosophy**. Departamento de economia e extension – Instituto Interamericano de Ciências Arícolas de la OEA – Turrialba, Costa Rica, 1960. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/17126/BVE21068344e.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GOMES, Leonardo Ribeiro. **Circulação de prescrições para a formação da juventude rural no Brasil e nos Estados Unidos: a experiência dos Clubes 4-S e 4-H no pós Segunda Guerra Mundial**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado em educação. Belo Horizonte, 2019.

GRAÇA, Irnele Menezes. **A extensão rural e o pequeno produtor no estado do Maranhão**. Dissertação de mestrado em Sociologia Rural apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2. 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere: c.3**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4. 2007.

\_\_\_\_\_. **Americanismo e fordismo**. Quaderni del cárcere.3. Tradução Gabriel Bogossian. Notas Avaro Bianchi. São Paulo: Hedra: 2008.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUEDES, Maria Eliza Corrêa. **Transferência de tecnologia agropecuária: o difícil dilema da formação extensionista**. Dissertação de mestrado em administração pela Escola brasileira de Administração pública. Rio de Janeiro, 1996.

HANDIN, Lowell S. Later-Generation Agricultural Development Problems. In: **Agricultural Development Proceedings of a Conference Sponsored by The Rockefeller Foudation**. April 23-25, 1969, at the Villa Serbelloni, Bellagio, Italy. Disponível em: <<https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10947/153/bellagio1.pdf?sequence=1#page=50>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

HAASS, Richard, “Think tanks e a política de relações exteriores dos EUA: a perspectiva de um formulador de políticas”, A agenda da Política Externa dos EUA – Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA. In: MORAES, Thiago Aguiar de. **O conceito de think tank e suas possibilidades de aplicação para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais: um estudo de caso brasileiro (1961-1971)**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

HAVERROTH, Celio. **Extensão Rural pública: métodos possibilidades e limites para a transição agroecológica no oeste catarinense**. Dissertação de mestrado em Extensão Rural pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS, 2012.

HUNTZINGER, Jim. **As raízes do lean** (2005). Traduzido por Ordier Tadashi. Disponível em: <<https://www.lean.org.br/artigos/97/as-raizes-do-lean.aspx>>. Acesso em 01 ago. 2022.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira S.A, 1975.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, Classe Social e educação no Brasil: Uma análise crítica da hegemonia da associação brasileira do Agronegócio**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Faculdade de educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em educação, Rio de Janeiro, 2014.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza**. 1998. Tese (Doutorado em educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LIGUORI, G; VOZA, P. **Dicionário Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org). **Navegando pela História da educação Brasileira**. Campinas, SP: Graf: HISTEDBR, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 14, n. 56, p. 26–45, 2014. DOI: 10.20396/rho.v14i56.8640432. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640432>>. Acesso em: 12 out. 2023.

LINHARES, M. Y., & SILVA, Teixeira, F. C. **História da Aricultura Brasileira: Combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense. (1981).

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos: discussões da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)**. Dissertação (Mestrado em História) pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.



LOPES, Thiago da Costa; MAIO, Marcos Chor. **Sociólogos Rurais, Modernização e Ideais de Comunidade na América Latina: O caso do Office of Foreign Agricultural Relations (1930-1940)**. DADOS, Rio de Janeiro, vol.65 (1): e20200028, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/S8HDHDb6LLc4KG8nQTXmWbd>>. Acesso em: 02 set. 2022.

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos**. Isabel Loureiro (org.). Tradução e apresentação de Isabel Loureiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MACIEL, David. **Ernesto Geisel e a Autocracia Burguesa no Brasil**. *Hist. R.*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 72–91, jan./abr. 2015.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MATTOS, Marcelo B. (org.). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório de Ensino de História, 1998.

MARIN, Joel Orlando, ROSSATO, Ricardo. **Os camponeses face à Extensão Rural**. *Ciência Rural*, v. 24, n.2, Santa Maria, 1994.

MARINI, Ruy Mauro. **O Estado de Contrainsurgência**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, V.12 N.3 2018.

MARX, Karl. O Método da Economia Política. In: MARX, Karl. **Contribuição Para a Crítica da Economia Política**. 5ª ed. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Volume I, Tomo 1, 1983. (os economistas).

\_\_\_\_\_. **O capital - crítica da economia política, v. I**, São Paulo, Abril Cultural. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital.1983.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)** / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa, Portugal: Editorial "Avante!", 1997. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm>> . Acesso em: 21 set. 2023.

MEDEIROS, Verence Mioranza de. **O liberalismo e as proposições de John Dewey para a educação elementar**. Dissertação de mestrado em educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961)**. V Congresso Brasileiro de História da educação, 5, 2008, Aracaju: Universidade Tiradentes; Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. [Anais] Aracaju – Sergipe: UFS/UNIT, 2008.

\_\_\_\_\_. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo B. (org). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório de Ensino de História, 1998.

\_\_\_\_\_. **Estado e Poder no Brasil: Abordagens teóricas-metodológicas**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História-João Pessoa, 2003. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542\\_bae2f56c92c59ef1e546cc12ced3f109.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_bae2f56c92c59ef1e546cc12ced3f109.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Ensino agrícola e influencia norte-americana no Brasil (1945-1961)**. Tempo, vol. 15, núm. 29, Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estado e Poder no Brasil: Abordagens Teórico-Metodológicas**. Anpuh – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542\\_bae2f56c92c59ef1e546cc12ced3f109.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_bae2f56c92c59ef1e546cc12ced3f109.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos**. Niterói/ Rio de Janeiro: Vício de leitura/FAPERJ. 2007.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIALHE, L. G. **Máquinas Agrícolas: Ensaio e certificação**. Piracicaba, SP: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1996. *Apud* HERZOG, Daniela. Parâmetros de Projeto e desempenho de tratores agrícolas a partir do Banco Mundial de ensaios. Dissertação de mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Santa Maria (UFMS/RS). Santa Maria, 2020.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985) / Rodrigo Sarruge Molina**. – Campinas, SP: [s.n.], 2016.

\_\_\_\_\_. **Agro e Usaid: o convênio Esalq/USP e Ohio University (1964-1985)**. *Revista História da educação*, [S.l.], p.e77912,2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/77912>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

MORAES, Reginaldo; SILVA, Maitá de Paula. A trajetória do mundo agrário norte-americano. In: **Cadernos do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)**. São Paulo: Cedec, agosto, 2009.

MOURA, Clovis. **A Sociologia posta em questão**. Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, São Paulo, 1978.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

MULLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa; RAMOS, Maria da Graça Gomes. **A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) na preservação do Patrimônio Cultural edificado de Pelotas/ RS, Brasil**. XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitária – CIGU. Arequipa – Perú, 2016.

MUELLER, Rafael Rodrigo. **Do Training Within Industry (TWI) para os Quatro Pilares de Delors: a relação histórica entre as tecnologias gerenciais e a educação**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação, 2012, Porto de Galinhas. XXXV Reunião Anual da EnANPED, 2012. Disponível em: <[https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-1820\\_int.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-1820_int.pdf)>. Acesso em 10 mar. 2022.

MUNIZ, Viviane Carla de Souza. **A Educação Superior em Agricultura no Brasil como terreno fértil para os Estados Unidos: A Fundação Ford na URMG/UFU (1964-1976)**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2017.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Aliança para o Progresso e a questão agrária no Brasil: considerações iniciais**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

\_\_\_\_\_. **A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na Educação e pesquisa para o campo (1961-1970)**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, Niterói, 2018.

NEVES, Rita de Araujo; DAMIANI, Magda Floriana. **Vygotsky e as teorias da aprendizagem**. *UNI-revista* - Vol. 1, n° 2: abril, 2006.

NETO, Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo, Editora Hucitec: 1997.

NUELLER, Alfred. **Principles and methods in adult education**. Prentice Hall Inc. New York, 1937, 428p.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói/RJ, 2013.

\_\_\_\_\_. **Semeando o consenso com o adubo e o dedal** – dominação e luta de classes na extensão rural no Brasil (1974-1990). Tese de doutorado apresentado ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense – doutorado em História. Niterói, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese de doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

PHI, Epsilon Sigma. **The Spirit and Philosophy os extension work**. Editado por R.K. Bliss. Washington, 1952. Disponível em:  
<<https://play.google.com/books/reader?id=Y3TNAAAAMAAJ&pg=GBS.PP2&hl=pt>>. Acesso em 06 jul. 2021.

PINHEIRO, Camila Fernandes. **Estado, Extensão Rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PROHMANN, Mariana. **Americanismo e fordismo nos boletins da Comissão Brasileiro**. Dissertação de Mestrado – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

RABELO, Fernanda Lima. **As Orientações Norte-Americanas no Pensamento Educacional e Administrativo Brasileiro: O OCIAA, As Missões COOKE E ABBINK e a Organização do Ensino Técnico Brasileiro (1941-1950)**. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História* – Fortaleza, 2009.

RIBEIRO, José Paulo. **A saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. Annablume; Minas Gerais: CPP/ Emater, 2000.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **Caubóis e Caipiras: Os Land-Grand Colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 105-120, abr. 2006. Disponível em:  
<<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/17656/1/artigo.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2021.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de Extensão Rural no Brasil**. UnB, Brasília, tese de doutorado, 1994.

SANTANA, L.H. **Os veteranos das guerras psíquicas (livro eletrônico): a história da psicologia no front da primeira guerra mundial**. Santo André, SP: Santana editora, 2021.

SANTOMAURO, Fernando. **A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **O Conceito Dialético de Mediação na Pedagogia Histórico-Crítica em Intermediação com a Psicologia Histórico-Cultural**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia e teorias da Educação no Brasil**. *Pro-Posições*, v. 18, n. 1 (52) - jan./abr. 2007. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2398/52-dossie-savianid.pdf>>. Acesso em: 11 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12.ed. Autores Associados. Coleção Educação contemporânea. Campinas, SP, 1996.

SCHMITZ, Herbert. **Agricultura familiar: Extensão Rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume, 2010.

SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e Cooperação Internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro-RJ, 2009.

SILVA, Felipe Maia Guimarães. **O agrarismo brasileiro em questão: os intelectuais e a formação do capitalismo agrário brasileiro**. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2., 2014.

SIQUEIRA, Luana. **A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo**. Artigo em revista. Vitória (ES), v. 6, n.1, p.240-252, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/6032/5764>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SKINNER, B. F. **About Behaviorism**. Appleton-Century-Crofts, New York, 1974.

SOUZA, Antônio Celso C. de. **EMATER: Metodologia extensionista. Fundamentos e métodos**. Mimeo, s.d.

SOUZA, Solange Batista de. **Extensão Rural e Juventude: A experiência dos clubes 4-S em Minas Gerais (1950-1980)**. Dissertação de mestrado em Extensão Rural apresentada na Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2015.

TAVARES, José Nilo. **Educação e Imperialismo no Brasil**. In: Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora. Ano II, Número 7, Setembro de 1980.

TAVARES, Maria Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio Sobre a Economia Brasileira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: arte de pensar o impensável**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. **Pragmatismo, experiência e Educação em John Dewey**. 26ª Reunião Anual da Anped, 2003. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/pragmatismo-experiencia-e-educacao-em-john-dewey>>. Acesso em 10 set. 2022.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

STERNESHER, Bernard. **Rexford Tugwell and the New Deal**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1964.

VEIGA, José Eli da. **Metamorfoses da Política Agrícola dos Estados Unidos**. São Paulo, Annablume, 1994.

WOCIECHOSKI, Darlan Pez. **Concepções de Extensão e desenvolvimento na Universidade Federal de Pelotas**: uma análise a partir dos seus atores. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da UFPel. Pelotas, 2016.

WOLFART, Cíntia. **"O novo já nasce velho"**: os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). Dissertação (Mestrado em História) defendido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

## ANEXOS

### ANEXO A

Nome: MISSÃO ABBINK

Nome Completo: MISSAO ABBINK

Tipo: TEMÁTICO

Texto Completo:

MISSÃO ABBINK

Nome com que se tornou conhecida a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, formada em 1948 por um grupo de técnicos norte-americanos enviados ao Brasil sob a direção de John Abbink e por um grupo de técnicos brasileiros chefiados por Otávio Gouveia de Bulhões. O objetivo era analisar os fatores que tendiam a promover ou a retardar o desenvolvimento econômico brasileiro, logo essa comissão mista retomava o princípio da cooperação econômica estabelecido pela Missão Cooke em 1942. O resultado de seus trabalhos, publicado em fevereiro de 1949, ficou conhecido como Relatório Abbink.

#### ANTECEDENTES

Em julho de 1947, a convite do governo brasileiro, veio ao Brasil John Wesley Snyder, secretário do Tesouro dos EUA, a fim de examinar a situação econômica e estudar as vantagens da aplicação de capitais norte-americanos no país.

Por essa ocasião, o ministro da Fazenda do governo de Eurico Dutra, Pedro Luís Correia e Castro, apresentou-lhe um memorial em que pleiteava empréstimos destinados a “regularizar a situação financeira e a promover o desenvolvimento econômico” do Brasil. O documento especificava também como seriam aplicados os recursos solicitados: no desenvolvimento agropecuário, na conservação e no armazenamento de produtos agropecuários, no desenvolvimento industrial, em meios de transporte, em combustíveis, no aproveitamento de quedas d’água, na exploração mineral, nas indústrias bélicas, na navegação aérea, no turismo, na pesca e na piscicultura, e na padronização de armamentos, item bastante enfatizado.

Após o regresso de Snyder aos Estados Unidos e, depois dos entendimentos e da troca de correspondência por via diplomática, foi enviada do Brasil a Missão Abbink com o objetivo de estudar o esquema de Correia e Castro como base para os empréstimos pleiteados ao governo norte-americano.

#### A MISSÃO

A seção brasileira da Missão Abbink era integrada por vários técnicos, economistas, advogados, industriais, financistas, militares etc. Em sua comissão central formavam, além do presidente da seção, Otávio Gouveia de Bulhões, Valentim Bouças, Mário Bittencourt Sampaio, Aníbal Alves Bastos, o general Anápio Gomes e Afonso Almiro R. Costa.

Os trabalhos distribuía-se por comissões especializadas que se encarregavam dos seguintes temas: comércio e estudos gerais, desenvolvimento agropecuário, combustíveis,

exploração mineral, pesca e piscicultura, conservação e armazenamento de produtos agropecuários, desenvolvimento industrial, meios de transporte, eletrificação e mão-de-obra. Havia também subcomissões, que estudavam tópicos como transporte de minério, minerais, manganês, fosfatos, investimentos, assuntos fiscais, bancos, comércio interno e externo, equipamentos, financiamento, discriminação de capitais e exame do banco de investimentos.

Dessas comissões participavam Francisco de San Tiago Dantas, João Daudt d'Oliveira, Rômulo de Almeida, Evaldo Correia Lima, Rui Gomes de Almeida, Edgar Teixeira Leite, Mário Ludolf, Raimundo de Castro Maia, Álvaro de Paiva Abreu, Glycon de Paiva Teixeira, Irnack Carvalho do Amaral, Ari Frederico Torres e inúmeros outros.

Durante o período em que se realizaram os estudos da Missão Abbink, observou-se a influência crescente do então diplomata Roberto de Oliveira Campos, o qual transmitia suas sugestões a San Tiago Dantas, participante da comissão de comércio e estudos gerais.

Muitos dos técnicos brasileiros que faziam parte desse grupo de trabalho integrariam mais tarde a seção brasileira da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que se instalaria em julho de 1951.

#### O RELATÓRIO

Em 7 de fevereiro de 1949, a Missão Abbink apresentou ao ministro Pedro Luís Correia e Castro relatório de seus trabalhos, dividido em três partes e acompanhado de quadros estatísticos.

Duas premissas básicas orientavam as sugestões da missão: primeiro, a de que toda a atividade econômica deveria basear-se na iniciativa privada; e, segundo, a de que o Estado deveria intervir com o objetivo de coordenar ou disciplinar os investimentos.

Em suas duas primeiras partes, o Relatório Abbink tratava dos aspectos característicos da economia brasileira, acentuando a dependência de poucos produtos de exportação, o baixo nível de renda, as disparidades espaciais e setoriais dos níveis de produtividade e a deficiência dos setores de infraestrutura. Baseado nesse diagnóstico de sintomas, o documento fazia uma série de sugestões e recomendava o encorajamento do setor privado, o qual deveria criar no Brasil o “capitalismo industrial”, definido como “a prática de aplicar o capital em investimentos a longo prazo, com lucros módicos, através de grande expansão da produção, vendida a preços razoáveis”. Esse capitalismo deveria ser atingido sobretudo “através da mobilização dos recursos nacionais”, evitando-se assim a “sobrecarga excessiva do balanço de pagamentos”.

Considerando a estabilidade financeira como fator fundamental para o desenvolvimento econômico, o relatório frisava ainda a necessidade de restrição do crédito, e recomendava enfaticamente a cooperação do capital estrangeiro nos setores de “combustíveis, energia e mineração”.

Era mencionada, finalmente, a criação de um banco central, ideia essa combatida na época por meio da imprensa por Eugênio Gudín.

De modo geral, quase todo o trabalho da Missão Abbink baseou-se nos estudos para o Plano Salte, iniciados em 1947 e só aprovados em 1950. Esse plano, primeira tentativa



brasileira de um planejamento econômico global, estava ainda em discussão no Congresso no momento em que o Relatório Abbink era concluído.

Na parte final do relatório, que versava sobre “os planos e a política para o financiamento do desenvolvimento econômico”, os dados e as considerações do Plano Salte — sobretudo nos setores da agricultura, da energia e dos transportes — eram explicitamente endossados. O trabalho da Missão Abbink pode mesmo ser considerado um complemento necessário à execução daquele plano.

#### AS REPERCUSSÕES

Galeno Paranhos, então vice-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, incumbido de dar parecer sobre os trabalhos da Missão Abbink, concluiu que o relatório constituía um bom subsídio para o estudo dos problemas econômico-financeiros do país, mas representava um instrumento negativo como base para a obtenção de empréstimos e como meio de atrair capitais em investimentos diretos.

Por outro lado, o relatório recebeu críticas dentro da própria representação brasileira, sobretudo por parte do grupo de jovens economistas ligados à Confederação Nacional da Indústria. Esse grupo criticava basicamente a política de contenção de crédito preconizada pela Missão Abbink, por julgá-la contrária ao objetivo do desenvolvimento econômico e incapaz de melhorar a utilização dos fatores de produção, sobretudo num país subdesenvolvido.

A divergência quanto às proposições teóricas do Relatório Abbink girava em torno do diagnóstico das causas da inflação no Brasil. Essa discussão inaugurou a polêmica entre estruturalistas e monetaristas, que se tornaria importante, mais tarde, sobretudo nos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Apesar de todas as sugestões e medidas fixadas nos trabalhos realizados pela Missão Abbink em seu relatório final, nenhum projeto concreto foi realizado e nenhum empréstimo ou financiamento foi liberado para a execução de suas idéias e propostas.

Tanto a Missão Abbink como a anterior Missão Cooke, ainda que importantes, não ultrapassaram os limites do diagnóstico dos problemas estruturais da economia brasileira.

Vera Calicchio

FONTES: BULHÕES, O. Margem; DEP. ECONÔMICO CONF. NAC. IND. Estudos; FRANCO, C. Criação; MARTINS, L. Politique; PARANHOS, G. Missão; SKIDMORE, T. Brasil.

## ANEXO B - Cartão de instrução de trabalho do TWI:

<p style="text-align: center;"><b>HOW TO GET READY TO INSTRUCT</b></p> <hr/> <p><b>Have a Time Table—</b> how much skill you expect him to have, by what date.</p> <p><b>Break Down the Job—</b> list important steps. pick out the key points. (Safety is always a key point.)</p> <p><b>Have Everything Ready—</b> the right equipment, materials, and supplies.</p> <p><b>Have the Workplace Properly Arranged—</b> just as the worker will be expected to keep it.</p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>Job Instruction Training</b></p> <p style="text-align: center;"><b>TRAINING WITHIN INDUSTRY</b> Bureau of Training War Manpower Commission</p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>KEEP THIS CARD HANDY</b> GPO 16-35140-1</p> <p style="text-align: center;">Front of the Job Instruction Card</p>	<p style="text-align: center;"><b>HOW TO INSTRUCT</b></p> <p><b>Step 1—Prepare the Worker</b> Put him at ease. State the job and find out what he already knows about it. Get him interested in learning job. Place in correct position.</p> <p><b>Step 2—Present the Operation</b> Tell, show, and illustrate one IMPORTANT STEP at a time. Stress each KEY POINT. Instruct clearly, completely, and patiently, but no more than he can master.</p> <p><b>Step 3—Try Out Performance</b> Have him do the job—correct errors. Have him explain each KEY POINT to you as he does the job again. Make sure he understands. Continue until YOU know HE knows.</p> <p><b>Step 4—Follow Up</b> Put him on his own. Designate to whom he goes for help. Check frequently. Encourage questions. Taper off extra coaching and close follow-up.</p> <p style="text-align: right;">16-35140-1</p> <p><b>If Worker Hasn't Learned, the Instructor Hasn't Taught</b></p> <p style="text-align: center;">Back of the Job Instruction Card</p>
--	--

FONTE: Lean Enterprise Institute. Disponível em: <<https://www.lean.org/lexicon-terms/training-within-industry-twi/o>>. Acesso em 21 de out. 2023.

## ANEXO C - Métodos de trabalho do TWI:

<p style="text-align: center;"><b>HOW TO IMPROVE JOB METHODS</b></p> <p style="text-align: right;"><i>JM How</i></p> <p>A practical plan to help you produce GREATER QUANTITIES of QUALITY PRODUCTS in LESS TIME, by making the best use of the Manpower, Machines and Materials, now available.</p> <p><b>STEP I—BREAK DOWN</b> the job.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>List all details of the job exactly as done by the Present Method.</li> <li>Be sure details include all:— <ul style="list-style-type: none"> <li>Material Handling.</li> <li>Machine Work.</li> <li>Hand Work.</li> </ul> </li> </ol> <p><b>STEP II—QUESTION</b> every detail.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Use these types of questions: <ul style="list-style-type: none"> <li>WHY is it necessary?</li> <li>WHAT is its purpose?</li> <li>WHERE should it be done?</li> <li>WHEN should it be done?</li> <li>WHO is best qualified to do it?</li> <li>HOW is the 'best way' to do it?</li> </ul> </li> <li>Also question the: <ul style="list-style-type: none"> <li>Materials, Machines, Equipment, Tools, Product Design, Layout, Work-place, Safety, Housekeeping.</li> </ul> </li> </ol> <p style="text-align: right;">16-31488-1</p>	<p><b>STEP III—DEVELOP</b> the new method.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>ELIMINATE unnecessary details.</li> <li>COMBINE details when practical.</li> <li>REARRANGE for better sequence.</li> <li>SIMPLIFY all necessary details:— <ul style="list-style-type: none"> <li>Make the work easier and safer.</li> <li>Pre-position materials, tools and equipment at the best places in the proper work area.</li> <li>Use gravity-feed hoppers and drop-delivery chutes.</li> <li>Let both hands do useful work.</li> <li>Use jigs and fixtures instead of hands, for holding work.</li> </ul> </li> <li>Work out your idea with others.</li> <li>Write up your proposed new method.</li> </ol> <p><b>STEP IV—APPLY</b> the new method.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Sell your proposal to the boss.</li> <li>Sell the new method to the operators.</li> <li>Get final approval of all concerned on Safety, Quality, Quantity, Cost.</li> <li>Put the new method to work. Use it until a better way is developed.</li> <li>Give credit where credit is due.</li> </ol> <p style="text-align: center;"><b>Job Methods Training Program TRAINING WITHIN INDUSTRY War Manpower Commission</b></p> <p style="text-align: right;">GPO 16-31488-1</p>
---	--

FONTE: Conselho de Produção de Guerra, Bureau de Treinamento, Treinamento no Serviço da Indústria, 1944. Disponível em: <[https://www.procesverbeteren.nl/change\\_management/Training\\_Within\\_Industry.php](https://www.procesverbeteren.nl/change_management/Training_Within_Industry.php)>. Acesso em 21 out. 2023.